ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 179

Brasília - DF, sexta-feira, 18 de setembro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 3
Ministério da Cultura 4
Ministério da Defesa 8
Ministério da Educação 13
Ministério da Fazenda 14
Ministério da Justiça 33
Ministério da Saúde 36
Ministério das Cidades 44
Ministério das Comunicações 51
Ministério das Relações Exteriores 56
Ministério de Minas e Energia 56
Ministério do Desenvolvimento Agrário 61
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 67
Ministério do Esporte 67
Ministério do Meio Ambiente 67
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 68
Ministério do Trabalho e Emprego 68
Ministério dos Transportes 69
Conselho Nacional do Ministério Público 70
Ministério Público da União 71
Tribunal de Contas da União 73
Poder Judiciário 86
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 117

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.075 (1)
ORIGEM : ADI - 5075 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade formal da Emenda Constitucional nº 86/2013, do Estado de Rondônia, por vício de iniciativa. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, da 2ª Assembleia Geral e Conferência Internacional da Associação Mundial de Órgãos Eleitorais, organizadas pela Associação Mundial de Órgãos Eleitorais (AWEB), e, neste julgamento, ausente a Ministra Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.08.2015.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL. ESCOLHA DO DELEGADO-CHEFE DA POLÍCIA CIVIL. VÍCIO DE INICIATIVA.

1. Não é materialmente inconstitucional a exigência de que o Chefe da Polícia Civil seja delegado de carreira da classe mais elevada, conforme nova orientação do STF. Precedente: ADI 3.062, Rel. Min. Gilmar Mendes.

2. Todavia, a instituição de requisitos para a nomeação do Delegado-Chefe da Polícia Civil é matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo (CRFB/1988, art. 61, § 1º, II, c e e), e, desta forma, não pode ser tratada por Emenda Constitucional de iniciativa parlamentar. Precedentes.

3. Pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade formal da EC nº 86/2013, do Estado de Rondônia, por vício de iniciativa.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 343, de 17 de setembro de 2015. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5366.

Nº 344, de 17 de setembro de 2015. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013..

Nº 345, de 17 de setembro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 53, de 2015 (nº 7.921/15 na Câmara dos Deputados) que "Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

"Apesar da importância do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, a sanção deste Projeto, nesse momento, contrariaria esforços empreendidos pelo Governo no sentido de perseguir o equilíbrio fiscal na gestão dos recursos públicos, uma vez que criaria cargos e aumentaria a estrutura funcional do Estado, resultando em aumento de despesas públicas, notadamente despesas com pessoal. Sobretudo no contexto econômico atual, é vital que o esforço em torno do equilíbrio financeiro seja compartilhado por todos os agentes públicos, em todos os Poderes da República."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CASA CIVIL
COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

CONVALIDA A RESOLUÇÃO 104/2015 QUE APROVOU A VERSÃO 4.4 DO DOCUMENTO DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-01).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

Considerando que o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça - DPF/MJ, em conformidade ao disposto no Decreto n° 3.996/2001, faz uso de certificados digitais ICP-Brasil no processo de emissão dos passaportes comuns do cidadão brasileiro; e

Considerando as exigências sobre Infraestrutura de Chaves Públicas feitas pela Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO), órgão ligado à ONU que determina as especificações que devem ser obedecidas para os passaportes de seus países membros, contidas nos seguintes documentos: i) *Doc 9303, Machine Readable Travel Documents, Part 1, Machine Readable Passports*, volume 2, *sixth edition* e ii) *Machine Readable Travel Documents, Guidance Document, PKI for Machine Readable Travel Documents, version* 1.0; e

Considerando que a não conformidade encontrada entre o PKD/ICAO e a ICP-Brasil é impeditiva para que a nação brasileira possa aderir ao PKD; e

ConsiderandO a necessidade de conciliar o uso de certificados digitais ICP-Brasil e a adesão ao PKD/ICAO; e

Considerando o disposto no art. 1º da Resolução 104, publicada "ad referendum", que determina a submissão ao Comitê Gestor na primeira reunião após a sua vigência, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Alterar a alínea "c" do item 7.1.2 do DOC-ICP-01, versão 4.3, que passa a vigorar com a seguinte redação:

c) **cRLDistributionPoints**: contém o endereço na Web onde se obtém a LCR correspondente ao certificado:

i) para certificados da cadeia inicial: http://acraiz.icpbrasil.gov.br/LCRacraiz.crl;

ii) para certificados da cadeia V1: http://acraiz.icpbrasil.gov.br/LCRacraizv1.crl;

iii) para certificados da cadeia V2: http://acraiz.icpbrasil.gov.br/LCRacraizv2.crl;

iv) para certificados da cadeia V3: http://acraiz.icpbrasil.gov.br/LCRacraizv3.crl;

v) para certificados da cadeia V4: http://acraiz.icpbrasil.gov.br/LCRacraizv4.crl.

Art. 2º Acrescentar ao item 7.1.4 do DOC-ICP-01, versão 4.3, a alínea "e" com a seguinte redação:

e) para certificado da cadeia V4:

C = BR

O = ICP-Brasil

OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v4

Art. 3º Fica aprovada a versão 4.4 do Documento DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-01).

§ 1º Todas as demais cláusulas do DOC-ICP-01, na sua versão 4.3, em sua ordem originária, integram a presente versão 4.4 e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 4º Convalidar os atos praticados com base na Resolução n° 104, de 23 de abril de 2015, da ICP-Brasil, que aprovou, "*ad referendum*", a versão 4.4 do Documento DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-01).

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

APROVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA AUDITAR O AMBIENTE OPERACIONAL DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ - AC RAIZ.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

ConsiderandO que a INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA é baseada em normas e padrões nacionais e internacionais, e que deve demonstrar e comprovar isso por intermédio de relatórios de auditoria; e

Considerando que compete ao Comitê Gestor ou seu preposto auditar a AC Raiz da ICP Brasil; e

Considerando que o processo de auditoria independente é necessário para que a INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA seja reconhecida internacionalmente e possa assim celebrar acordos visando a interoperabilidade de infraestruturas, resolve:

Art. 1º Aprovar a contratação de empresa de auditoria independente para auditar o ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviços de suporte segundo as normas e padrões estabelecidos para a INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA e, ainda, segundo os normativos internacionais WebTrust, nos exercícios de 2015 a 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

APROVA A VERSÃO 3.8 DO DOCUMENTO REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-05).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

Considerando que a ausência da fixação do prazo de validade para a referida procuração tem se revelado como um possível fator favorável à ocorrência de fraudes; e

Considerando a permissão da renovação automática do certificado digital de forma eletrônica, sem o comparecimento pessoal dos administradores da interessada, pode se revelar um meio para o cometimento de fraudes, resolve:

Art. 1º Alterar o item 3.1.1.1, alínea "a", item i, do DOC-ICP-05, versão 3.7, que passa a vigorar com a seguinte redação:

i. confirmação da identidade de um indivíduo: comprovação de que a pessoa que se apresenta como titular do certificado de pessoa física é realmente aquela cujos dados constam na documentação apresentada, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim. No caso de pessoa jurídica, comprovar que a pessoa física que se apresenta como a sua representante é realmente aquela cujos dados constam na documentação apresentada, admitida a procuração apenas se o ato constitutivo previr expressamente tal possibilidade, devendo-se, para tanto, revestir-se da forma pública, com poderes específicos para atuar perante a ICP-Brasil e com prazo de validade de até 90 (noventa) dias. O responsável pela utilização do certificado digital de pessoa jurídica deve comparecer presencialmente, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim.

Art. 2º Alterar o item 3.2.2, alínea "b", do DOC-ICP-05, versão 3.7, que passa a vigorar com a seguinte redação:

b) A solicitação por meio eletrônico, assinada digitalmente com o uso de certificado vigente que seja pelo menos do mesmo nível de segurança, limitada a 1 (uma) ocorrência sucessiva, permitida tal hipótese apenas para os certificados digitais de pessoa física.

Art. 3º Excluir a alínea "c" do item 3.2.2 do DOC-ICP-05, versão 3.7.

Art. 4º Fica aprovada a versão 3.8 do Documento REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-05).

§ 1º Todas as demais cláusulas do DOC-ICP-05, na sua versão 3.7, em sua ordem originária, integram a presente versão 3.8 e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

APROVA A VERSÃO 4.8 DO DOCUMENTO CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-03).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

Considerando que a desconsideração da personalidade jurídica permite que o ITI possa intervir nos processos de credenciamento, evitando a sua consumação, ou mesmo determinando o descredenciamento de pessoas jurídicas criadas para burlar os normativos existentes, resolve:

Art. 1º Acrescentar os itens 2.2.1.8 e 2.2.1.9 no DOC-ICP-03, versão 4.7, com a seguinte redação:

2.2.1.8 Em caso de infração à lei ou abuso de direito, o ITI poderá, a qualquer tempo, mediante despacho fundamentado e assegurada a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica da interessada e obstar o seu credenciamento ou determinar o descredenciamento na ICP-Brasil.

2.2.1.9 Entende-se por desconsideração da personalidade jurídica a autorização, dada ao ITI, para impedir que pessoas jurídicas ou físicas que sejam sócias, administradoras ou representantes da empresa credenciada ou que solicita o credenciamento, retornem à ICP-Brasil em razão de descredenciamento decorrente de penalização anteriormente imposta.

Art. 2º Fica aprovada a versão 4.8 do Documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL (DOC-ICP-03).

§ 1º Todas as demais cláusulas do DOC-ICP-03, na sua versão 4.7, em sua ordem originária, integram a presente versão 4.8 e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2.464, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 79, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o constante do processo nº 00058.080329/2015-75, resolve:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial de Licitação - CEL da ANAC, com a incumbência de conduzir os procedimentos relativos à contratação de Agência de Comunicação Digital.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação será composta pelos seguintes servidores:

I - GISELE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA, da Superintendência de Administração e Finanças, matrícula SIAPE nº 1630077 - Presidente;

II - WALLACE MOREIRA BASTOS, da Superintendência de Administração e Finanças, matrícula SIAPE nº 1292296 - Vice-Presidente;

III - ADERSON DE LIMA CALAZANS, da Superintendência de Administração e Finanças, matrícula SIAPE nº 1526378 - Membro.

Art. 3º Nomear a Subcomissão Técnica da ANAC, com a incumbência de avaliar as propostas técnicas relativas à contratação de Agência de Comunicação Digital.

Art. 4º A Subcomissão Técnica será composta pelos seguintes servidores:

I - GABRIELA DE SOUZA LEAL, da Assessoria de Comunicação Social, matrícula SIAPE nº 1339459 - Presidente;

II - KAREN AMÉLIA SIRIANO BONFIM, da Assessoria de Comunicação Social, matrícula SIAPE nº 1902015 - Vice-Presidente;

III - MARCELO MIRANDA TEIXEIRA, da Assessoria de Comunicação Social, matrícula SIAPE nº 1004244 - Membro;

IV - DANIEL CARDIM GAMA, da Agência Nacional de Águas - ANA, matrícula SIAPE nº 1907829 - Membro.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até a destituição automática da CEL, que dar-se-á quando da assinatura do Termo de Contrato.

LÉLIO TRIDA SENE

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.471, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.089073/2014-91, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 91-002, Revisão B (IS nº 91-002B), intitulada "Uso de informação aeronáutica em formato digital - Electronic Flight Bag (EFB)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 75, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005361/2015-15, resolve:

Art. 1º Credenciar o All Fort - Centro de Análises e Especialidades Veterinárias S/S LTDA - ME, CNPJ nº 07.574.629/0001-94, localizado na Rua Belarmino Moraes Arruda, nº 104, Bairro Vila Jardini, CEP: 18.044-080, Sorocaba/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 296, de 22 de agosto de 2014, DOU nº 163, de 26 de agosto de 2014, Seção 1, pág: 5.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO COUTINHO

SECRETARIA DO PRODUTOR RURAL E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 97, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Glycine max (L.) Merr.	BRS 8381	21806.000278/2011-42
Glycine max (L.) Merr.	GNZ 721SRR	21806.000308/2011-11
Glycine max (L.) Merr.	NS 8393	21806.000049/2012-17
Glycine max (L.) Merr.	NS 5258	21806.000058/2013-81
Glycine max (L.) Merr.	NS 5290	21806.000059/2013-25
Lactuca sativa L.	AF 5010	21806.000213/2013-69
Glycine max (L.) Merr.	M7739IPRO	21806.000299/2013-20
Solanum tuberosum L.	BRS F63	21806.000304/2014-85

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 163, de 4 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2015, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho, ano-safra 2015/2016, no Estado de Santa Catarina, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir a cultivar conforme abaixo especificado:

UF	CULTIVAR
SC	GRUPO II **MONSANTO:** DKB230PRO3

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 202, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente Substituto da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 44, inciso XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; embasado na Instrução Normativa nº 22, publicada no DOU de 21/06/2013; no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 78, publicada no DOU de 09/03/2015, e o que consta do processo nº 21018.005478/2013-49, resolve:

Atualizar a Portaria SFA-ES 034/09, que concedeu habilitação ao Médico Veterinário Arnaldo Moysés Salviato inscrito no CRMV ES nº 0047 sob o nº 023/ES para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA no Estado do Espírito Santo, para Aves / Suínos, nos municípios de Domingos Martins/ Aracruz/Marechal Floriano, para as propriedades incluídas no processo em referência, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

RAPHAEL MASSAUD CONDE

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 811, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O Ministro de Estado da CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.002792/2015-58, de 17 de julho de 2015, que o produto e os respectivos modelos, descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 10.770.641/0001-89, atendem à condição de bem de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País, conforme regulamentado pela Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, para fins do disposto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010:

Produto: Circuito Integrado Eletrônico de RFID UHF.

Modelos: CTC13002; CTC13003; CTC13100; CTC13200.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 82, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0024 - O Vendedor de Sonhos
Processo: 01580.019368/2013-53
Proponente: Latinamerica Entretenimento Internacional Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.416.289/0001-07
Valor total aprovado: de R$ 8.216.511,89 para R$ 8.297.514,42
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3235-2 conta corrente: 30.207-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.400.000,00
Banco: 001- agência: 3235-2 conta corrente: 29.384-9
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3235-2 conta corrente: 29.383-0
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3235-2 conta corrente: 30.560-X
Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 584, realizada em 14/09/2015.
Prazo de captação: 31/12/2016.

14-0162 - Para Além da Curva da Estrada
Processo: 01580.018682/2014-08
Proponente: Avexi Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 12.187.070/0001-80
Valor total aprovado: R$ 996.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 425.000,00 para R$ 346.200,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.852-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 521.200,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.853-7
Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 584, realizada em 14/09/2015.
Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0318 - Pão sem Cebola
Processo: 01580.032303/2010-51
Proponente: Filmes do Serro Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.451.113/0001-62
Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 583, realizada em 08/09/2015.
Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 20, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a retificação da lista das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Divulgação n.º 01 de, 2 de julho de 2015 - PRÊMIO PONTOS DE MÍDIA LIVRE - III EDIÇÃO.

O SECRETÁRIO DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL SUBSTITUTO no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e com base no art. 21 do Anexo à Portaria MinC nº 29, de 21 de maio de 2009 e item 8.4 do Edital de Divulgação N.º 01 de, 2 de julho de 2015 - PRÊMIO PONTOS DE MÍDIA LIVRE - III EDIÇÃO, publicado no Diário Oficial da União de 3 de julho, Sessão 3, páginas 13-16, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 19, de 15 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2015, Seção 1, páginas 6 a 18, em conformidade com o item 7 e seus subitens.

Art. 2º Excluir da lista de inabilitados e incluir na lista de habilitados da Categoria Nacional a seguinte proposta:

Nº	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Associação das Culturas Afro e Brasileiras de Sertãozinho e Região	18.818.885/0001-04	Sertãozinho	SP	Habilitado

Art. 3º Excluir da lista de inabilitados e incluir na lista de habilitados da Categoria Local/Municipal a seguinte proposta:

Nº	Nome da Proposta	Nome do Coletivo	Nome do Representante do Coletivo	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Projeto Ler a vida	Sol Nascente	Raimundo Nonato da Silva Filho	117.819.708-58	São Bernardo do Campo	SP	Habilitado

Art. 4º Excluir da lista de inabilitados e incluir na lista de habilitados da Categoria Estadual a seguinte proposta:

Nº	Nome da Proposta	Nome do Coletivo	Representante do Coletivo	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Nossos Bastidores	Nossos Bastidores	Gabriela de Oliveira Santos	048.945.494-17	Olinda	PE	Habilitado

Art. 5º Incluir na lista de habilitados da Categoria Nacional as seguintes propostas:

Nº	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Rede Urbana de Ações Socioculturais	05.834.872/0001-79	Brasília	DF	Habilitado
2	Associação Ribuliço Ecoart	07.072.370/0001-83	Crateús	CE	Habilitado
3	Companhia Vitória Régia	15.768.948/0001-69	Manaus	AM	Habilitado
4	Instituto Cultural Israelita Brasileiro	62.778.576/0001-31	São Paulo	SP	Habilitado
5	Associação de Goiânia de Atualização do Cidadão	04.424.386/0001-10	Goiânia	GO	Habilitado
6	Associação das Culturas Afro e Brasileiras de Sertãozinho e Região	18.818.885/0001-04	Sertãozinho	SP	Habilitado

Art. 6º Incluir na lista dos habilitados da Categoria Estadual, as seguintes propostas:

N.º	Nome da Proposta	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	O CANIBAL	O CANIBAL	Clarisse Meireles	072.646.917-30	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
2	Amazônia em Foco	União dos Escritores Paraenses (UEMA)	Bella Pinto de Souza	159.060.352-49	Belém	AM	Habilitado
3	Trombone Relationship Media	Trombone Relationship Media	José Mauro Leandro Pimentel	057.975.127-93	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
4	Cena Underground Cultura Ativa	Cena Underground	Edgar Kchrystofer Barreto Silva	050.351.539-67	Colombo	PR	Habilitado

Art. 7º Incluir na lista dos habilitados da Categoria Local/Municipal, as seguintes propostas:

N.º	Nome da Iniciativa	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Reciclando Pensamentos	Comando Selva	Marcus Vinicius de Aquino Santana	026.235.977-40	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
2	Ruídos Urbanos	Coletivo Sopapo de Mulheres	Clarissa Azevedo da Silveira	924.216.600-68	Porto Alegre	RS	Habilitado
3	Jornal A Margem - Uma Visão Popular dos Fatos	Jornal A Margem - Uma Visão Popular dos Fatos	Julia Carla Duarte	014.454.944-18	João Pessoa	PB	Habilitado
4	Parresia Online	Grupo de Arte e Cultura Parresia	Afrânio Abreu Patrício	464.272.443-53	Fortaleza	CE	Habilitado
5	Cinema: Profissão, Arte e Cultura. Introdução do Audiovisual nas Comunidades	Cinema: Profissão, Arte e Cultura. Introdução do Audiovisual nas Comunidades	Ana Maria Martins da Fonte	389.530.300-30	Florianópolis	SC	Habilitado
6	Agência de Mídia Livre Barreirinhas em Foco	Barreirinhas em FOCO	André Gustavo Amorim Soares	011.772.343-60	Barreirinhas	MA	Habilitado
7	Estopim	Estopim Periódico	Nícolas Horácio David	084.504.509-18	São José	SC	Habilitado
8	Manual Skate Empreendedor	Manual Skate Empreendedor	Fernanda Dornelles Martins	904.557.380-68	Florianópolis	SC	Habilitado
9	Balé Mecatrônico: A arte como lugar político - Macro-Miradas contemporâneas e Projeto Change Over.	Balé Mecatrônico - Coletivo de Pesquisas e Experimentações Artísticas	Ingrid Rodrigues Gonçalves	334.404.568-70	São Paulo	SP	Habilitado
10	CINE CLUBE TUTOIA	COLETIVO TUTROYA	Telma Lúcia Alves Texeira	186.172.472-15	Tutóia	MA	Habilitado
11	Revista Trupe	Revista Trupe	Lis Dias de Oliveira	857.790.805-42	Salvador	BA	Habilitado
12	DUSOM DSP	Dusompaulistano	Bruno Bezerra Trindade	371.185.098-76	São Paulo	SP	Habilitado
13	Memórias e Histórias: Ilustradas, Recitadas e Reconhecidas.	Grupo de Artes Integradas? Os Ribeirinhos?	Maria José Rodrigues Pereira	196.438.705-10	Delmiro Gouveia	AL	Habilitado
14	Cine do Povo: Ações Comunitárias de Mídia Livre	Cineclube Comunitário do Povo	Fred Igor Santiago Ferreira	031.358.975-59	Cachoeira	BA	Habilitado

Art. 8º Incluir na lista dos inabilitados da Categoria Nacional, as seguintes propostas:

Nº	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Academia Lavrense de Letras	21.965.743/0001-76	Lavras	MG	Inabilitado	Não envio: a) Cópia Simples do Estatuto e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Dirigente em exercício, anexo 1 e relatório de atividades na área de mídia livre e comunicação.
2	Omo Arô Cia Cultural	14.230.907/0001-51	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Não envio: a) Cópia Simples do Estatuto da Instituição e respectivas atualizações, se for o caso;
3	Instituto Espaço Arterial	09.446.294/0001-54	São Paulo	SP	Inabilitado	Entidade Cultural inscrita na Categoria de Coletivo Cultural, em desacordo com o item 3.2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 9º Incluir na lista dos inabilitados da Categoria Estadual, as seguintes propostas:

N.º	Nome da Proposta	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Transfusão Noise Records	Transfusão Noise Records	Luiz Henrique Magalhães Monteiro Costa	057.913.137-80	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Não enviou: b) Carta de Autorização do Coletivo Cultural indicando representante do Coletivos (Anexo 2);
2	Programa Sintonia Cultural	Programa Sintonia Cultural	Murilo de Jesus Santana	053.912.735-36	Mutuípe	BA	Inabilitado	Não enviou: a) Formulário de Inscrição (anexo 1) respondido d+I9e forma escrita; b) Carta de Autorização do Coletivo Cultural indicando representante do Coletivos (Anexo 2);
3	Paisagem de interior	Mossoró Foto Clube	Gislane Teixeira Costa Freire	064.577.444-86	Mossoró	RN	Inabilitado	Não apresentou o Anexo 2, em desacordo com o item 7.9.2, alínea "b"

Art. 10 Incluir na lista dos inabilitados da Categoria Local/Municipal, as seguintes propostas:

N.º	Nome da Iniciativa	Coletivo Cultural	Representante indicado pelo Coletivo Cultural	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Expo Incra	Expo Incra	Sebastião Souza do Nascimento	526.413.682-34	Porto Acre	AC	Inabilitado	Não enviou: b) Carta de Autorização do Coletivo Cultural (Anexo 2);
2	Juventude do Jequi	Núcleo de Comunicação e Audiovisual	Cleidiane Alves Oliveira Souza	069.672.456-19	Itaobim	MG	Inabilitado	Não enviou o anexo 2, nem o relatório de atividades, bem como cópias de materiais diversos, em desacordo com o item 7.9.2, alínea "c" e "b"
3	CDN - Comunidade Transforma.	Associação das Culturas Afro e Brasileiras de Sertãozinho e Região	Luís Rogerio Honorio da Silva	320.291.328-02	Sertãozinho	SP	Inabilitado	Inscrição de entidade na categoria local. Em desacordo com o item 3.2
4	Observatório Rede Cidadã	Rede Colaborativa de Comunicação	Daniela Costa Ribeiro	826.020.775-34	Feira de Santana	BA	Inabilitado	Não apresentou o Anexo 2, em desacordo com o item 7.9.2, alínea "b"
5	GRUPO DA DIFUSÃO CULTURAL	Coletivo GR	GILBERTO DE ANDRADE REZENDE	004.780.836-53	Uberaba	MG	Inabilitado	Não apresentou anexo 1, 2 e relatório de atividades
6	ARTE E CULTURA DE PAZ	ESCOLA DE CINEMA ITINERANTE - AM	RENAN CARVALHO BRAGA	743.572.042-91	Manaus	AM	Inabilitado	Não apresentou carta de autorização
7	LEVERGER TERRA DO MUSICO E DA MUSICA	ANESSA ESTHER BORDIN DA SILVA	Vanessa Esther Bordin da Silva	038.637.581-02	Santo Antonio do Leverger	MT	Inabilitado	Não apresentou relatório de atividades.
8	A Cultura nas Ondas do Rádio	Associação Rádio Comunitária Araçá FM	Associação Rádio Comunitária Araçá FM	692.377.514-00	Mari	PB	Inabilitado	Não apresentou carta de autorização, bem como proponente do projeto.
9	Colorir e Despoluir	Coletivo "Todos os Santos",	Áureo Melo de Oliveira	317.447.668-27	Cabo Frio	RJ	Inabilitado	Não apresentou carta de autorização do coletivo e nem respondeu ao formulário
10	Art Gueto	PONTO DE MÍDIA LIVRE ART GETTO	Maurício Lopes Pereira	015.697.016-36	Montes Claros	MG	Inabilitado	Inabilitado. Não apresentou carta de autorização do coletivo.
11	Só Poesia	Só Poesia	Valter Aparecido de Carvalho	981.370.696-15	Sabará	MG	Inabilitado	Não enviou formulário de inscrição, carta de autorização e relatório de atividades.
12	Terra Vermelha	Coletivo Terra Vermelha	Gabriel Magalhães de Oliveira	050.088.479-02	Campo Grande	MS	Inabilitado	Não enviou carta de autorização do coletivo (anexo 2).
13	Curso de Marketing Digital	Maikon Richardson Martins da Silva	MAIKON RICHARDSON MARTINS DA SILVA	573.502.212-15	Macapá	AP	Inabilitado	Não enviou a carta de autorização do coletivo (anexo 2).
14	Revista Subversa	Revista Subversa	Morgana Reche	013.521.250-21	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Coletivo Cultural, inscrito na Categoria de CNPJ.

Art. 11 Estabelecer o prazo de 2 (dois) dias corridos, contados a partir da publicação do resultado desta fase, para apresentação de pedido de reconsideração pelo candidato inabilitado, de acordo com o item 8.5 do Edital, exclusivamente por meio eletrônico (e-mail) para o endereço cosen@cultura.gov.br em formulário devidamente preenchido, com apresentação de justificativa, cujo modelo estará disponível no Portal do Ministério da Cultura.

Parágrafo único - Conforme estabelecido no item 8.6 do Edital, o recurso que tenha por finalidade encaminhar documentação que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, constante no subitem 8.4, será automaticamente indeferido, observando-se ainda a Portaria n.º 16 de, 17 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2015, Seção 1, página 8, que prorrogou o prazo de inscrições até o dia 25 de agosto de 2014.

Art. 12 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE SOUZA SANTINI RODRIGUES

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 542, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

153833 - "TRES SOMBREROS DE COPA"
Carlos Hamilton Martins Feltrin
CNPJ/CPF: 01.472.044/0001-87
Processo: 01400044194201508
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.082.014,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de 04 récitas da Ópera "TRES SOMBREROS DE COPA" no Theatro São Pedro na cidade de São Paulo. O projeto tem direção artística de Joachim Schamberger e como maestro Alexis Soriano Monstavicius.

153924 - ABARE EMCENA 20 ANOS
Orlando Moreno Junior - ME
CNPJ/CPF: 10.929.066/0001-14
Processo: 01400044333201595
Cidade: Itanhaém - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.448.500,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O ABARÉ EMCENA 20 ANOS é uma mostra teatral itinerante realizada pela Cia. Abaréteatro, que apresentará seu repertório em um teatro móvel adaptado a partir de um container com palco retrátil e uma tenda em boxtruss de 300 m2. A estrutura será instalada em um espaço público garantindo o acesso irrestrito e gratuito do público. Com completa infraestrutura técnica, sonorização e iluminação cênica, 500 banquetas plásticas para acomodar o público e 4 tendas flexíveis para camarins, gibiteca, e house mix, circulará por 20 cidades, apresentando 200 atrações culturais para mais de 50 mil espectadores. Com 2 dias em cada cidade, a programação segue com Contação de História (1), Oficinas Culturais (2), Gibiteca (1), Teatro para Crianças (2), Teatro de Bonecos (1), Teatro para Adultos (1), Sess&a

153727 - As Lágrimas Quentes de Amor que só meu secador sabe Enxugar
Dulcineia Produções Artísticas LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 05.875.797/0001-94
Processo: 01400044043201541
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 421.840,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: "As Lágrimas Quentes de Amor que só meu secador sabe enxugar" traz a vida de uma atriz em busca de uma personagem, uma pessoa a procura do amor. Com autoria a quatro mãos, a peça solo da atriz Paula Cohen com o diretor Pedro Granato busca uma relação íntima com a platéia mesclando em sua dramaturgia a mescla dos fatos fictícios e reais acontecidos na vida dos autores. O projeto visa por ora a circulação da peça reservando uma cota de ingressos gratuitos ao público por apresentação ao longo da temporada.

153862 - BOYÁSHA VOLTA JÁ !
Marcos Murilo Firme Iglesias
CNPJ/CPF: 15.210.683/0001-89
Processo: 01400044228201556
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 430.688,50
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto "BOYÁSHA VOLTA JÁ !" propõe a montagem do novo espetáculo da trupe sob a direção de Eduardo Moreira (Grupo Galpão de Teatro) na cidade de Belo Horizonte-MG, e a realização de duas temporadas inteiramente gratuitas do espetáculo, totalizando 21 (vinte e uma) apresentações. Envolve ainda uma programação intensa de ensaios abertos, reflexões cênicas, oficinas, intercâmbios, mesa redonda e encontrão coletivo. Através de trocas com os grupos mineiros: Grupo Galpão, Grupo Ponto de Partida e Grupo Maria Cutia, além de outros nove grupos teatrais capixabas, o projeto promove um espaço para reflexões e cambio de experiências sobre suas práticas teatrais.

154021 - CADA COISA EM SEU LUGAR
Língua Produções Culturais LTDA.
CNPJ/CPF: 10.444.204/0001-75
Processo: 01400044501201542
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 273.300,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Circulação no município de Curitiba, do espetáculo teatral de bonecos para crianças "CADA COISA EM SEU LUGAR" da Gepeto Bonecos e Histórias, com direção de Leandro Borgonha, manipulação de bonecos de Betina Schlemer e interpretação de Rafael Magaldi. O Projeto CADA COISA EM SEU LUGAR visa à realização de uma temporada de quarenta (40) semanas, totalizando cem (100) apresentações.

153320 - CRIMES DO CORAÇÃO
B & B ESPETACULOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.021.882/0001-13
Processo: 01400029705201553
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 962.000,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar 32 apresentações do espetáculo teatral CRIMES DO CORAÇÃO, texto de Beth Henley, ganhador do Prêmio Pulitzer, no Rio de Janeiro.

153238 - FAZENDA COUNTRY FESTIVAL
Terra de Rodeio Promoções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 03.806.134/0001-92
Processo: 01400029595201520
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 630.154,90
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Projeto Cultural FAZENDA COUNTRY FESTIVAL, trata-se da realização de uma festival multicultural não competitivo que reune 02 diferentes segmentos culturais que são: a Dança e a Música Instrumental, trazendo uma temática ?Country?, ou seja, atrações que simbolizem a cultura interiorana, com influências culturais de diversos países que tem uma forte presença do cotidiano do campo em sua arte, como: Eua, Austrália, Nova Zelandia, Argentina, Uruguai e Brasil.

151839 - Ginga
De Peito Aberto Incentivo ao Esporte
CNPJ/CPF: 07.952.460/0001-69
Processo: 01400015750201521
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.343.460,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Preservar o Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro com o fomento da prática da capoeira entre as crianças e os jovens, este é o foco principal do projeto Ginga. O projeto consiste na criação de 5 oficinas de capoeira, onde serão ministradas aulas desta arte brasileira centenária e de danças folclóricas afro-brasileiras como: samba de roda, maculelê e puxada de rede, que estão intimamente ligadas nas formações das rodas de capoeira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

152208 - I ENCONTRO CULTURAL UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE
LUIZ HENRIQUE DE SOUZA ALVARENGA PIRES
CNPJ/CPF: 102.231.716-46
Processo: 01400016277201507
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 351.520,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização de um encontro cultural de artes cênicas, voltado para universitários de Belo Horizonte, em novembro de 2015, na Lagoa dos Ingleses (CSUL). Para isto teremos 03 peças teatrais/humor, apresentações de artistas de circo como palhaço, sombras, malabares, contadores de histórias e muito mais. No encerramento teremos um show com o grupo "11:20" e Armandinho.
153073 - Joelma
VOO AUDIOVISUAL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.949.815/0001-26
Processo: 01400029108201529
Cidade: Ipiaú - BA;
Valor Aprovado: R$ 107.710,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 26/11/2015
Resumo do Projeto: Este projeto realizará em outubro de 2015 a circulação da encenação Joelma, pelas cidades baianas de Santo Amaro e Morro do Chapéu. Serão 08 apresentações em todo o projeto, quatro em cada cidade, com ingressos a preços populares (R$ 10,00 inteira) ou entrada gratuita. Oferecemos no projeto, diversas ações coligadas de performance publica (Joelma circula), workshop Teatro Físico, workshop Técnicas de Produção Audiovisual, além de produção de conteúdos digitais divulgados pela internet e Bate papo com o publico nos primeiros dias de apresentação. Realizaremos também ações formativas direcionadas ao publico LGBT, a escolas publicas e ações de acessibilidade para "pessoas com necessidades especiais". Este projeto foi selecionado no Programa Petrobras Distribuidora de Cultura.
153714 - JULIA E CLEO - SEMINOVA
Bellatrix Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 29.412.079/0001-40
Processo: 01400044028201501
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 604.692,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizaremos o espetáculo SEMINOVA de Miriam Palma e Bia Seidl, que trata-se de um texto autoral das próprias atrizes que interpretarão os personagens sob Direção Geral de Elias Andreatto. Passando por todas as etapas de pré-produção, produção e prestação de contas, o espetáculo estreia em SP cumprindo temporada de no mínimo 3 meses, com sessões regulares aos sábados e domingos, totalizando 24 apresentações.
153873 - Magia, Danca e Rodas
FABIO ANDRE BROCKER - ME
CNPJ/CPF: 13.299.088/0001-36
Processo: 01400044250201504
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 270.210,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar um espetáculo de dança, artes cênicas, coreografias dia 27 de dezembro de 2015 no Ginasio Municipal de Bento Goncalves RS
153735 - Nessa Praça tem Bagunça
Jazz Produtora de Arte LTDA
CNPJ/CPF: 10.302.357/0001-88
Processo: 01400044051201598
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 120.000,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto Nessa Praça tem Bagunça realizará, de forma gratuita e aberta ao público, um circuito itinerante de atividades artísticas, culturais e pedagógicas, voltadas ao público infantil em 8 praças públicas de diferentes cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Os eventos acontecerão sempre aos domingos, e a programação, que contará com espetáculos de teatro, shows musicais, intervenções circenses e "contação de histórias", além de oficinas de pintura, terá início no período da manhã e se estenderá até o fim da tarde. As cidades contempladas serão: Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Guaíba e Cachoeirinha.
153821 - Nos Bastidores, 3a edição
DANIELA TARTARI BRUSCO - ME
CNPJ/CPF: 14.023.350/0001-88
Processo: 01400044183201510
Cidade: Sananduva - RS;
Valor Aprovado: R$ 316.809,75
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto visa dar continuidade a circulação do espetáculo de teatro infanto juvenil "Nos Bastidores", que trata de temas atuais como descarte correto de lixo, uso racional de água, incentivo ao estudo e ao trabalho, inclusão social. O projeto visa a apresentação do espetáculo em 15 diferentes municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com acesso gratuito e público alvo estudantes de escolas públicas e privadas entre 6 e 16 anos de idade.
152233 - O PEQUENO PRÍNCIPE
JOMI ASSESSORIA E AGENCIAMENTO DE NEGOCIOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.146.812/0001-51
Processo: 01400016317201511
Cidade: Saquarema - RJ;
Valor Aprovado: R$ 495.000,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto ?O Pequeno Príncipe? propõe a montagem e a realização de uma temporada no Rio de Janeiro com 24 apresentações do espetáculo infantil baseado no clássico livro homônimo de Antoine de Saint-Exupéry. A peça será uma livre adaptação do livro de Antoine de Saint-Exupéry, já que a obra acaba de entrar em processo de domínio público, o que possibilita a produção de uma montagem com um toque brasileiro e mais atual. Para ajudar a ilustrar a história, o gênero musical se une, trazendo números recheados de música, poesia e humor, apresentando assim, um espetáculo dinâmico, com texto ágil, dança e efeitos visuais para atrair a garotada, deixando clara a presença da moral da história, para fazer refletir e gerar desenvolvimento.
154174 - O ULTIMO CAPITULO
Trampo Produções Culturais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.226.343/0001-95
Processo: 01400044736201534
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 539.200,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Comédia teatral com os atores Mariana Xaiver, atualmente na novela I Love Paraisópolis, e Bruno Gissoni, atualmente na novela Babilônia. A peça é uma homenagem os 65 anos da telenovela brasileira, a ser completados em 2016. Propomos 2 meses de temporada no Rio de Janeiro no teatro Tônia Carreiro, e mais 2 meses de temporada em São Paulo no teatro Nair Bello. Após as duas temporadas, faremos uma breve tournee pelo Brasil, começando por Brasília, Balém, Salvador, Curitiba e Fortaleza. Faremos um total de 64 apresentações. Todas as quintas-feiras, serão levados alunos de escolas publicas para assistirem de graça a peça, e aos domingos, haverá interpretação de LIBRAS.
153970 - Primeira Campainha - 5 anos (Etapa Belo Horizonte)
Variavel Cinco Producoes Artisticas LTDA
CNPJ/CPF: 15.837.254/0001-36
Processo: 01400044389201540
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 98.460,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Em 2015, a Primeira Campainha comemora 5 anos de existência e, para promover o trabalho e comemorar essa data, propõe o projeto "Circulação Primeira Campainha". O projeto prevê a realização de temporada de três semanas na cidade de Belo Horizonte, em comemoração aos cinco anos de existência do grupo. Na ocasião, serão apresentados os espetáculos do repertório na cidade sede do grupo, seguidos de três debates. Inédito, a proposta possibilitará ao público a aproximação do trabalho desenvolvido nos últimos anos pelas atrizes Marina Arthuzzi, Marina Viana e Mariana Blanco e da trajetoria da companhia, possuidora de linguagem única e autoral.
153813 - Rio de Felicidade
INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 09.314.456/0002-81
Processo: 01400044175201573
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 778.150,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar a reformulação e circulação de 24 (vinte e quatro) apresentações do espetáculo circense, "Rio de Felicidade", executada pela Cia UP LEON, com duração de 70 (setenta) minutos a serem realizadas em espaços culturais e/ou teatros, abertas ao público em geral, de todas as idades, sem cobrança de ingressos.
153651 - Rua Encantada Pedra Branca - 2ª Edição
VOE EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 13.290.007/0001-37
Processo: 01400043931201547
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 629.255,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto irá realizar a 2ª Edição do Natal Rua Encanta Pedra Branca, que levará diferentes espetáculos ao ar livre, e através do teatro, dança, música e circo para o município de Palhoça, Santa Catarina. As atividades serão realizadas durante os meses de novembro e dezembro e serão totalmente gratuitas.
154284 - SEMEANDO CULTURA - CAPOEIRA - 2016
Ana Paula A dos Santos Produções Culturais ME
CNPJ/CPF: 14.029.271/0001-84
Processo: 01400044885201501
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 295.075,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de oficinas culturais gratuitas de capoeira para crianças e jovens de escola da rede pública de ensino da cidade de Indaiatuba (SP) durante o ano de 2016. Serão contemplados 300 alunos em seus contraturnos. No decorrer das oficinas, acontecerão 02 visitas especiais de 02 mestres de capoeira convidados para troca de experiências e a realização de 02 apresentações artísticas abertas ao público.
153638 - Studio 3 2015 - Nova Produção
STUDIO 3 ESPACO DE DANCA S/S LTDA
CNPJ/CPF: 03.037.451/0001-91
Processo: 01400043909201505
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.141.920,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar a montagem de novo espetáculo para repertório da Cia de Dança Studio 3, a ser estreado em 2016. Serão feitas, no mínimo, 04 apresentações.
154340 - Teatro em cena
MARIA REGINA VOGUE - ME
CNPJ/CPF: 84.900.091/0001-01
Processo: 01400045004201561
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 415.400,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Projeto pretende subsidiar apresentações de espetáculos teatrais no Teatro Regina Vogue. Serão 20 apresentações.
154353 - TEMPORADA DE BALLET 2º SEMESTRE DE 2015 - THEATRO MUNICIPAL DO RJ
Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
Processo: 01400045017201531
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 570.120,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na remontagem e apresentação de 01 repertório de dança que fará parte da Tempora Oficial do Theatro Municipal do RJ, com o título O MESSIAS, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, totalizando 09 apresentações.
153882 - Terra à Vista
COISAS NOSSAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 13.625.706/0001-90
Processo: 01400044279201588
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.497.500,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: "TERRA À VISTA!" é o novo espetáculo de Gustavo Gasparani - premiado autor, diretor e produtor do bem sucedido "SAMBA FUTEBOL CLUBE". "TERRA À VISTA!", mantém o mesmo núcleo criador e o mesmo elenco de "SAMBA FUTEBOL CLUBE" (Alan Rocha, Cristiano Gualda, Daniel Carneiro, Gabriel Manita, Jonas Hammar, Luiz Nicolau, Pedro Lima e Rodrigo Lima) indicado a vários prêmios por tornarem possível a renovação da estrutura do musical por atuarem com excelência nas diversas funções do gênero. Nossa temporada será de dois meses no Rio de Janeiro, com um espetáculo inédito, de cunho histórico e cultural, que além de entreter promova a integração entre palco e plateia.
154255 - Turnê do Espetáculo "O Grande Viúvo - Teatro Cego"
Caleidoscópio Comércio de Produções Fonográficas e Serviços Artísticos Ltda-ME
CNPJ/CPF: 07.462.701/0001-91
Processo: 01400044850201564
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 762.994,56
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na circulação, por 04 capitais brasileiras (Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), do espetáculo teatral "O Grande Viúvo - Teatro Cego", através de 20 apresentações (05 em cada cidade). O espetáculo, baseado na obra de Nelson Rodrigues, já foi apresentado em 2012, 2013, 2014 e 2015, com grande sucesso de público e crítica no Tucarena, Itaú Cultural, Teatro Sérgio Cardoso e na Sala Crisantempo, todos na capital paulista (Segue anexado ao projeto, links de vídeos de reportagens sobre a temporada paulistana do espetáculo, além de matérias em jornais e revistas, relativas à temporada paulistana do espetáculo).
152215 - X9 PAULISTANA - CARNAVAL 2016
Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba X9 Paulistana
CNPJ/CPF: 46.538.765/0001-80
Processo: 01400016291201501
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.519.600,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: PRODUÇÃO E A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2016, NO SAMBODROMO DO ANHEMBI EM SÃO PAULO , NOS DIAS 05/02 E 06/02 GRUPO ESPECIAL. A ESCOLA PROMOVERÁ A DISTRIBUIÇÃO DE FANTASIAS. A ESCOLA SE APRESENTARÁ EM UM DOS DIAS MENCIONADOS, A SER DEFINIDO PELA LIGA EM SORTEIO.
153686 - XXIX Espetáculo de Dança - Rainha da Pérsia: Ester
Academia de Danças Rômani Ltda
CNPJ/CPF: 80.770.472/0001-62
Processo: 01400043983201513
Cidade: Guarapuava - PR;
Valor Aprovado: R$ 39.004,10
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar dois dias de apresentações do XXIX Espetáculo de Dança, dias 11 e 12 de dezembro de 2015 (sexta-feira e sábado), para proporcionar aos nossos bailarinos a troca de experiências sobre o papel social, artístico e cultural da dança sensibilizando o olhar dos espectadores.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
153613 - AOI - ALPHA & OMEGA INSTRUMENTAL
TRES MAIS ASSESSORIA EM EVENTOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 09.024.710/0001-26
Processo: 01400041587201551
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 337.779,79
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto cultural visa a gravação de um álbum no estilo Smooth Jazz Instrumental, de autoria do proponente e Maestro, Marco de Vita. Este será composto por 9 faixas e conta com participação de 8 músicos nacionais renomados, além da participação em 4 faixas da "Czech National Symphony Ochestra", esta que será regida e arranjada pelo Maestro, Sr. Lua Lafaiette.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

154104 - Beira Rio - Viola Brasileira
Pinho Brasil Produções e Projetos Artísticos e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 16.828.603/0001-16
Processo: 01400044636201516
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 95.780,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção de mil cópias do primeiro CD solo do instrumentista Fábio Neves, composto por 11 obras de autores nacionais além de composições próprias. As músicas serão interpretadas na viola brasileira e outros instrumentos: Sítara indiana, Korá africano, Viola de Cocho (MG/MS) e o Violão 8 Cordas. Haverá 12 participações de músicos convidados e também está prevista a realização de 01 espetáculo de lançamento na cidade do Rio de Janeiro.

154041 - CARTAS CELESTES - O UNIVERSO E A MÚSICA
DELPHOS SOLUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 15.492.579/0001-24
Processo: 01400044523201511
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 681.450,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de tour nacional em seis cidades brasileiras com o pianista brasileiro Aleyson Scopel, divulgando seu novo CD - Cartas Celestes - a integral de piano do compositor também brasileiro Almeida Prado. Os recitais serão multimídias com projeções em tempo real.

154039 - EMCantata - Concertos Natalinos 2015
EMPREENDER MÚSICA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 07.849.758/0001-48
Processo: 01400044521201513
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 639.865,62
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Desde 2010 a Empreender Música Produções Artísticas promove espetáculos natalinos no estado de Goiás. Ações culturais que gradativamente tem sido reconhecidas por sua importância cultural e democratização da boa arte musical. Pretende-se realizar 3 concertos natalinos: Rio Verde - GO (04/12) Anápolis-GO (11/12) Goiânia -GO (18/12) em 2015, com alcance de 10 mil espectadores presenciais por espetáculo, envolvendo 150 coralistas (crianças e melhor idade atendidos por projetos sociais e culturais locais) cantores e instrumentistas de orquestra, iluminação cênica, sonorização, palco e repertório erudito, que contempla compositores como: Verdi, Puccini, Franz Gruber e Villa Lobos com suas Bachianas e Melodia Sentimental. O projeto conta com o apoio da TV Anhanquera/TV Globo no Estado de Goiás para divulgação.

153787 - ENCANTAR III
TSA Marketing Cultural, Eventos e Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 03.704.390/0001-79
Processo: 01400044146201510
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 223.600,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar o terceiro ano de atividade do curso de musicalização através de canto coral para 50 crianças/adolescentes na faixa etária a partir de 7 anos estudantes de escolas públicas residentes na região de Jabaquara.

154151 - OSPA - Temporada Artística
Rimoli Associados Promoções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 01.313.211/0001-47
Processo: 01400044695201586
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 753.800,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A OSPA - Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, está cada vez mais comprometida com a difusão, formação de públicos e a democratização do acesso à música de Concerto. Neste intuito, este projeto objetiva a realização de doze concertos, sendo oito com entrada franca, e quatro com ingressos populares, divididos nas seguintes Séries: UFRGS, THEATRO SÃO PEDRO e ARAUJO VIANA, realizados em Porto Alegre. A Série INTERIOR acontecerá nas cidades de Rio Pardo, Jaguarão, Nova Petrópolis e Campo Bom sendo executados em igrejas, promovendo assim, a música em espaços descentralizados e de amplo acesso às comunidades. Na Série LEGAIS fará dois concertos didáticos voltados para o público infantil. Em cada concerto a orquestra contará com a participação de regentes internacionais e solistas especialmente convi

154233 - Sintonia Musical- Ciclo de Oficinas Ano I
VICTOR LUCIANO MAGALHÃES - ME
CNPJ/CPF: 14.855.042/0001-19
Processo: 01400044827201570
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 653.584,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Projeto Sintonia Musical pretende atender a crianças, adolescentes e jovens de quarenta escolas públicas de Contagem, Betim, Nova Lima e Ibirité com a finalidade de desenvolver a musicalidade, arte e cultura desse público. O projeto acredita que a Arte da Música contribui para o desenvolvimento sociocultural dos estudantes, para o bom relacionamento entre a comunidade e a Escola, além de estar em consonância com outras ações desenvolvidas nas escolas públicas.O desenvolvimento das ações será a partir de aulas de flauta doce, com turmas de até 20 alunos nos períodos da manhã e tarde nas quarenta escolas escolhidas, em parceria com as secretárias de educação das cidades de Contagem, Betim, Nova Lima e Ibirité.O total de alunos atingidos será de 800 ao logo do projeto.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

153935 - Arte Pará 2015
Fundação Rômulo Maiorana
CNPJ/CPF: 04.260.683/0001-77
Processo: 01400044352201511
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 794.206,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Projeto Arte Pará vai para sua 34ª Edição. É um projeto de arte contínuo, com ciclos anuais que mesclam a fase de seleção que se dará a partir das escolhas dos curadores adjuntos (três) por regiões (Norte e Centro Oeste, Sul e Sudeste e região Nordeste). Essa comissão formada por profissionais que tenham afinidades com a história do Arte Pará organizará um elenco de (quinze a vinte) artistas por região e encaminhará para o Curador Geral para, ao final totalizar (quinze a vinte) artistas para compor a mostra do Arte Pará que acontecerá em três espaços expositivos em Belém-PA.

152360 - Esculturas de Luz
Adriana Maria Yazbek ME
CNPJ/CPF: 11.695.619/0001-84
Processo: 01400028130201551
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 611.000,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Exposição 'Esculturas de Luz', inédita, de autoria da artista Adriana Yazbek. É composta por seis instalações e seis esculturas de parede. A intenção da exposição é convidar o público a passear em ambientes montados com peças tridimensionais - esculturas em formatos orgânicos, feitas de camadas de papel em sobreposições múltiplas e cores vibrantes. As peças ocuparão pisos, paredes e tetos de diferentes ambientes, sempre harmonizando a sua própria luz e cor com cores aplicadas nas paredes das salas de exibição. O projeto visa temporada de exposição em São Paulo e Rio de Janeiro, em espaço a ser definido.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

153030 - 9ª Feira do Livro Infantil nos Parques de Porto Alegre
Antonio Cesar Krob Jardim
CNPJ/CPF: 058.803.430-49
Processo: 01400029054201500
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 186.954,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: Objetivando contemplar cerca de 40 mil crianças de baixa renda, a 9ª Feira do Livro Infantil nos Parques de Porto Alegre acontecerá, de 8 a 12 de outubro de 2015, no Parque Germânia. Concebido a partir de um verdadeiro mutirão de solidariedade, o evento proporcionará diversificada programação visando estimular o hábito pela leitura, conscientização pela importância da preservação do meio ambiente e acesso ao mundo literário através da doação de 5 mil livros a serem distribuídos gratuitamente ao longo dos cinco dias da Feira. Contações de histórias, performances circenses, sessões de autógrafos e oficinas culturais comporão a programação oficial que ainda terá uma edição dos Concertos Comunitários em homenagem ao Dia da Criança.

152310 - ARTISTAS NA METRÓPOLE - Galeria Domus, 1947-1951
José Armando Pereira da Silva
CNPJ/CPF: 040.769.408-06
Processo: 01400016433201521
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 25.700,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este trabalho se propõe a fazer o registro das atividades, com resgate de documentos e levantamento da repercussão crítica, das exposições ocorridas na Galeria Domus, de março de 1947 a dezembro de 1951, eventos que a qualificaram entre os ?importantes e diversificados empreendimentos? ocorridos em São Paulo entre 1940 e meados dos anos 50, como o ?principal espaço de exposição da arte moderna até o surgimento do MAM?.

152459 - Brasil: Paisagem Paranaense
Ricardo Koch Cavalcanti ME
CNPJ/CPF: 80.006.265/0001-36
Processo: 01400028325201500
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 474.160,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O livro de arte "Brasil: Paisagem Paranaense" será um importante registro cultural, humano e ecológico do Estado do Paraná, ao relacionar o cotidiano, costumes e tradições das comunidades nos entornos das Unidades de Preservação Ambiental presentes na Unidade Federativa. Um ensaio fotográfico permitirá visualizar o universo paisagístico, a fauna e a flora que compõem estas áreas protegidas e o ser humano que habita próximo a estas importantes localidades que constituem preservação ecológica e imaterial paranaense.

153112 - Feira do Livro de Nova Hartz - 2015
ASSOCIACAO CULTURAL DE NOVA HARTZ
CNPJ/CPF: 09.197.371/0001-80
Processo: 01400029212201513
Cidade: Nova Hartz - RS;
Valor Aprovado: R$ 63.790,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização da 11ª Feira do Livro da cidade de Nova Hartz, RS, entre os dias 25 e 28 de Novembro de 2015. Por meio de palestras e bate-papos com autores convidados, oficinas e apresentações multiculturais, a feira levará aos moradores da cidade de Nova Hartz um encontro significativo com a literatura e seus meios. Ao todo, estima-se um público de 10 mil pessoas visitando a feira.

151900 - Gabriel e Balu, quem tem medo de voar?
Komedi Editora e Comercio LTDA EPP
CNPJ/CPF: 71.743.611/0002-59
Processo: 01400015835201517
Cidade: Barueri - SP;
Valor Aprovado: R$ 217.932,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Pretende-se com o projeto, Gabriel e Balu, quem tem medo de voar?, realizar a edição de um livro com audiobook de literatura infantil, com tiragem de 3.000 (três mil exemplares). Com impressão em braile e em tinta em um único livro, juntamente com 3.000 (três mil exemplares) CD de áudio da história encartados. O projeto é desenvolvido para atender crianças com deficiência visual e crianças sem deficiência para que essas possam compreender a inclusão. Com papel de boa qualidade, uma edição graficamente atrativa e bem acabada e áudio de ótima qualidade.

152969 - Lentes, prismas, lanternas mágicas e caleidoscópios
Fotolivros Madalena Ltda
CNPJ/CPF: 21.776.579/0001-59
Processo: 01400028971201569
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 206.800,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Publicação do livro Lentes, prismas, lanternas mágicas e caleidoscópios, reunindo cerca de 80 fotografias do artista paulista Penna Prearo. A edição terá curadoria de Agnaldo Farias e coordenação editorial da Editora Madalena, dos fotógrafos Iatã Cannabrava e Claudia Jaguaribe e do curador Claudi Carreras

153236 - Música na Infância
Kuarup Produções Ltda
CNPJ/CPF: 29.521.986/0001-27
Processo: 01400029593201531
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 188.254,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O livro MÚSICA NA INFÂNCIA materializa em palavras o trabalho do educador musical Marco Aur em creches da periferia da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1997. Esta ação partiu da iniciativa de levar a arte musical a essas crianças como um instrumento de motivação para lidar com as dificuldades do dia-a-dia. A publicação deste material musical, que condensará um significativo acervo de cantigas e canções da música popular brasileira para o público infantil, escrito e cifrado musicalmente, e as anotações feitas pelo músico, exibirão um painel extenso de cantigas e danças infantis recolhidas no estado de Minas Gerais. O livro terá um DVD como encarte, como mais um instrumento para disseminar esta cultura. Este terá uma sessão com as letras e a linha melódica das músicas.

153126 - Rumo ao Rio - 2016 (título provisório)
LULU PRODUCOES ARTISTICAS EIRELLI EPP
CNPJ/CPF: 19.190.550/0001-49
Processo: 01400029245201563
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 317.746,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Edição de livro de arte apresentando a história da participação brasileira nos jogos olímpicos de 1920 a 2012 e os preparativos para edição 2016, no Rio de Janeiro. A obra pretende resgatar os principais personagens, cenários e histórias envolvendo as disputas. O livro será bilíngue (português/inglês), terá 160 páginas e trará textos informativos e imagens de época e atuais.

152494 - Soldados da Borracha e a Amazônia Contemporânea
Ricardo Pereira Martins
CNPJ/CPF: 284.811.768-00
Processo: 01400028414201548
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Aprovado: R$ 377.267,00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Trata-se da edição de um livro de fotografia, de cunho artístico, sobre os homens recrutados e escravizados durante o governo de Getúlio Vargas para produção da borracha utilizada pelos Estados Unidos na II Guerra Mundial. A memória, a cultura, o modo de vida destes seringueiros conhecidos por Soldados da Borracha bem como a população tradicional extrativista na atual formação cultural da Amazônia serão retratados pela fotografia artística de Ricardo Martins. Estes componentes culturais e os lugares identificados como território de atuação e manifestação sócio-cultural são representações objetivas de uma criação artística concentrada em técnicas atualizadas e na intervenção estética da fotografia contemporânea.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)

153894 - 22º AÇOR - FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA - BOMBINHAS - SC
Fundação Municipal de Cultura
CNPJ/CPF: 09.362.501/0001-92
Processo: 01400044296201515
Cidade: Bombinhas - SC;
Valor Aprovado: 404885.89
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar no município de Bombinhas, a 22º edição da Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, evento que concentra o que se tem de mais autêntico e original no litoral catarinense através do Folclore, Gastronomia, Artesanato, Religiosidade, Folguedos, Danças e Cantorias que foram herdados dos Açorianos que chegaram ao litoral em meados do século XVII. O Açor é o maior evento do gênero do Brasil e conta com apresentações cul-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

turais e folclóricas, exposições e shows abertos ao público, sendo totalmente gratuito o acesso.

152971 - CULTURA TRADICIONALISTA ?ACENDIMENTO DA CHAMA CRIOULA 2015 ? CHUÍ/RS?
SOUZA & PULGATTI LTDA
CNPJ/CPF: 18.076.446/0001-65
Processo: 01400028973201558
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: 291182.95
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 20/11/2015
Resumo do Projeto: O Acendimento da Chama Crioula 2015 ? Chuí/RS é evento cultural do tradicionalismo gaúcho, que busca divulgar e fomentar a cultura regional, através de danças, músicas, momentos cívicos, jogos, cavalgadas, missa crioula, além de shows com artistas tradicionalistas, que terá seu ponto principal nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2015, na Praça 22 de Outubro, onde será distribuída a chama crioula do Estado do Rio Grande do Sul no Município do Chuí/RS. Até o dia 13 de setembro a Chama Crioula estará disponível para que diversas Entidades Tradicionalistas venham ao Município do Chuí, para levá-la para seus respectivos municípios.

150507 - One Love Festival
S.E.C STAR EDICOES CINEMATROGRAFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 11.423.919/0001-04
Processo: 01400000636201504
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: 4556030.87
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O One Love Moviment tem o objetivo de promover a história da cultural Hip Hop (H2) no Brasil e no mundo. Para isto, nós propomos um Festival que difundirá este movimento através de: uma mostra multimédia; um concurso com os quatro principais elementos do H2 (DJing, B-boying, Freestyle, Writing); um documentário de média-metragem sobre a cultura Hip Hop; um show com a apresentação de artistas nacionais, internacionais e os ganhadores do concurso; e, um cd-àudio com seis artistas de seis continentes que se unen para representar um mundo criativo sem fronteiras, onde através dos instrumentos do Hip Hop se conectam pessoas e realidades diferentes, mas com os mesmas dificuldades.

153378 - PRODUÇÃO DO DVD E TURNÊ DA DUPLA VICTOR BORGES E VINICIUS
Wagner Alves Borges
CNPJ/CPF: 332.650.201-00
Processo: 01400037733201544
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: 403550.00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto trata se da gravação do DVD e turnê da dupla Victor Borges e Vinicius, e realizações de 10 shows no Estados, Goiás. Contribuir com a geração de oportunidades do mercado cultural, reforçando as raízes da sabedoria popular, das expressões artísticas, do poder de criação Produção, gravação, prensagem de 2.200 cópias
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
151973 - DECIFRANDO PITCHING
themis cristina Lobato de Lima
CNPJ/CPF: 605.952.721-34
Processo: 01400015938201579
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: 55800.00
Prazo de Captação: 18/09/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto Decifrando Pitching visa montar um workshop que permita que os participantes aprendam com o relato das experiências do convidado palestrante Victor Lopes. O workshop será ministrado por Victor Lopes que é diretamente envolvido com as diferentes áreas artísticas, como: teatro, cinema, artes plásticas, literatura etc. A palestra tratará sobre pitching, mecanismo de ajuda aos artistas a vender sua obra, com 9 horas duração, dividida em 3 dias, 3 horas em cada dia. A quantidade de ouvintes estará diretamente ligada a capacidade de lotação do espaço escolhido, mas 20 participantes através de uma inscrição prévia terão seus trabalhos avaliados pelo convidado durante as palestras.

PORTARIA Nº 543, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
12 7433 - Cássia Eller - O Musical
Turbilhão de Idéias Cultura e Entretenimento Ltda
CNPJ/CPF: 09.535.973/0001-08
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 2.646.540,00
12 7896 - CAZUZA O MUSICAL
Miniatura9 Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 06.346.382/0001-96
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 571.768,00

PORTARIA Nº 544, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração da razão social do projeto Orquestra Jovem das Gerais - Novos tempos de cidadania - PRONAC 14-12703, publicado na portaria n.º 840 de 23/12/2014, no D.O.U n.º 249 de 24/12/2014:

Onde se lê: ORQUESTRA JOVEM DE CONTAGEM
Leia-se: Orquestra Jovem das Gerais

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.047/MD, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60532.000086/2014-06, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para, no âmbito dos respectivos Comandos, praticar os seguintes atos relativos aos militares:

I - transferência para a reserva remunerada de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

II - reforma de oficiais da ativa e da reserva e de oficial-general da ativa, após sua exoneração ou dispensa de cargo ou comissão pelo Presidente da República;

III - demissão a pedido, ex officio ou em virtude de sentença transitada em julgado de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

IV - promoção aos postos de oficiais superiores;

V - promoção post mortem de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

VI - agregação ou reversão de militares;

VII - designação e dispensa de militares para missão de caráter eventual ou transitória no exterior;

VIII - nomeação e exoneração de militares, exceto oficiais-generais, para cargos e comissões no exterior criados por ato do Presidente da República;

IX - nomeação e exoneração de membros efetivos e suplentes de comissões de promoções de oficiais;

X - nomeação ao primeiro posto de oficiais dos diversos corpos, quadros, armas e serviços;

XI - nomeação de capelães militares;

XII - melhoria ou retificação de remuneração de militares na inatividade, inclusive auxílio invalidez, quando a concessão não houver ocorrido por ato do Presidente da República;

XIII - concessão de condecorações destinadas a militares, observada a ordem contida no Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, destinadas a:

a) recompensar os bons serviços militares;

b) recompensar a contribuição ao esforço nacional de guerra;

c) reconhecer os serviços prestados às Forças Armadas;

d) reconhecer a dedicação à profissão e o interesse pelo seu aprimoramento; e

e) premiar a aplicação aos estudos militares ou à instrução militar;

XIV - concessão de pensão a beneficiários de oficiais, conforme disposto no Decreto nº 79.917, de 8 de julho de 1977;

XV - execução do disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XVI - exclusão de praças do serviço ativo; e

XVII - autorização de oficial para ser nomeado ou admitido em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, inclusive da administração indireta.

Art. 2º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderão editar atos normativos sobre organização, permanência, exclusão e transferência de Corpos, Quadros, Armas, Serviços e Categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos, no âmbito dos respectivos Comandos, bem como os atos complementares necessários para a execução desta Portaria Normativa.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 18 de setembro de 2015.

JAQUES WAGNER

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 129/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto IURD CURITIBA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67613.027729/2014-08, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto IURD CURITIBA, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Curitiba - PR que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 130/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DOLORES (SNDY) e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67613.002095/2015-53, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DOLORES (SNDY), situado no Município de Rio Negrinho, no Estado de Santa Catarina - SC, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Rio Negrinho - SC que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 131/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto YACHTHOUSE 01 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67613.029563/2014-56, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto YACHTHOUSE 01, situado no Município de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina - SC, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Balneário Camboriú - SC que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 132/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PÁTIO DAS AMÉRICAS e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67617.020029/2014-44, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PÁTIO DAS AMÉRICAS, situado no Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo - SP, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de São José dos Campos - SP que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 133/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto EDIFÍCIO BERRINI 500 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67617.015418/2014-58, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto EDIFÍCIO BERRINI 500, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de São Paulo - SP que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 134/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL SANTA ISABEL e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67614.019704/2014-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL SANTA ISABEL, situado no Município de Salvador, no Estado da Bahia - BA, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Salvador - BA que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por este Plano foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 135/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VARGAS e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67613.002240/2015- 04, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VARGAS, situado no Município de Brusque, no Estado de Santa Catarina - SC, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Brusque - SC que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por estes Planos foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

PORTARIA DECEA Nº 136/DGCEA, DE 20 DE MAIO DE 2015

Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (SNHZ) e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso IV do art. 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 691/GC5, de 17 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 67615.034262/2014-24, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (SNHZ), situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas - AM, que estabelece as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos nele definidas, de acordo com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 "Código Brasileiro de Aeronáutica", e a Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011.

§ 1º Este Plano impõe restrições aos novos objetos ou extensões de objetos, bem como aos objetos existentes no Município de Manaus - AM que estejam localizados dentro dos limites laterais das superfícies limitadoras de obstáculos.

§ 2º As restrições impostas por estes Planos foram determinadas a partir das informações constantes dos Anexos a esta Portaria, cuja veracidade é imputada ao respectivo responsável técnico:

a) Anexo I "Ficha Informativa de Helipontos";

b) Anexo II "Informações Topográficas"; e

c) Anexo III "Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto".

§ 3º Os anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br), com acesso em AGA - Aeródromos.

Art. 2º Ocorrendo superposição de superfícies no PBZPH, ainda que relacionadas com outros planos de zona de proteção, prevalecerá a condição mais restritiva.

Art. 3º As características do PBZPH estão estabelecidas na Ficha Informativa de Helipontos e na Planta do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (Anexos I e III).

Art. 4º Todos os procedimentos inerentes ao Plano aprovado por esta Portaria deverão observar e atender obrigatoriamente aos requisitos da Portaria nº 256/GC5, de 2011, no que se refere às restrições relativas às implantações que possam afetar adversamente a segurança e a regularidade das operações aéreas.

Art. 5º Este Plano tem validade durante o período em que o heliponto estiver inscrito no Cadastro de Aeródromos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, ainda, enquanto as características estabelecidas nos Anexos I e III desta Portaria não sofrerem modificações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DECEA nº 91/DGCEA, de 05 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2014, Seção 1, página 18,

Onde se lê:

Município de CURITIBA, no Estado de PARANÁ - PR.

Leia-se:

Município de BALSA NOVA, no Estado do PARANÁ - PR.

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 16/09/2015

Nº do Processo: 30083/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 1158/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 15/12/2014
Hora: 15:30
Local do Acidente: PÍER DA EMPRESA LOCAR OPERAÇÕES - ILHA DO GOVERNADOR - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: MÁ ESTIVAÇÃO DA CARGA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MARTIN LEME XVII "

Nº do Processo: 30084/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1160/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 23/09/2014
Hora: 14:10
Local do Acidente: CAIS DO TERMINAL DE LIBRA - PORTO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" HELVETIA "

Nº do Processo: 30085/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1280/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 17/12/2014
Hora: 21:00
Local do Acidente: PORTO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" AURIGA CHEFE "

Nº do Processo: 30086/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1281/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 10/10/2014
Hora: 15:30
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ZACOCA III "

Nº do Processo: 30087/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 1288/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 03/01/2015
Hora: 19:15
Local do Acidente: FUNDEADOURO 6A - BAÍA DE GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" STERNA "

Nº do Processo: 30088/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1291/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 11/12/2014
Hora: 12:00
Local do Acidente: PORTO DO AÇÚ - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MAR DEL ENOL "

Nº do Processo: 30089/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1357/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 15/04/2015
Hora: 13:45
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BRAM ATLAS "

Nº do Processo: 30090/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1358/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 04/01/2015
Hora: 16:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RF AMARAL "

Nº do Processo: 30091/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1359/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 06/12/2014
Hora: 12:01
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VITAL BRAZIL "

Nº do Processo: 30092/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1360/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 04/03/2015
Hora: 14:16
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA - ILHA DO GOVERNADOR - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: RUPTURA DE CABOS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LOCAR V "
" LOCAR XXV "

Nº do Processo: 30093/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1361/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 27/12/2014
Hora: 21:43
Local do Acidente: BACIA DE SANTOS - RJ
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SERTÃO "

Nº do Processo: 30094/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0489/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 08/03/2015
Hora: 05:30
Local do Acidente: ENSEADA DO SACO DO CÉU - ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DANY RO III "

Nº do Processo: 30095/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0490/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 06/06/2015
Hora: 17:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DE CATAGUASES - BAÍA DE JACUECANGA - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BREEZE I "

Nº do Processo: 30096/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0228/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 25/02/2015
Hora: 14:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA GUAÍBA - MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TITIZE "

Nº do Processo: 30097/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0249/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 15/02/2015
Hora: 17:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DE JAGUANUM - ITACURUÇÁ - BAÍA DE SEPETIBA - MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NAPOLEÃO I "

Nº do Processo: 30098/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0172/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 18/05/2014
Hora: 17:45
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LOUISIANA "

Nº do Processo: 30099/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0184/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 30/05/2014
Hora: 02:15
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LOUISIANA "
Nº do Processo: 30100/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0617/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 30/09/2014
Hora: 14:35
Local do Acidente: ALTO-MAR APROXIMADAMENTE 100 MN DO PORTO - VITÓRIA - ES
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" N. S. LORETO "
Nº do Processo: 30101/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0635/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 29/12/2014
Hora: 12:00
Local do Acidente: PRAIA DO MORRO - GUARAPARI - ES
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VIOLETA "
Nº do Processo: 30102/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0233/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO SÃO FRANCISCO (C F S F)
Data do Acidente: 29/04/2014
Hora: 18:30
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCISCO - PROXIMIDADES DO POVOADO DA ITAPERA - SENTO SÉ - BA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TRAVESSIA DO MAR VERMELHO "
Nº do Processo: 30103/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0530/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (C P S E)
Data do Acidente: 05/11/2014
Hora: 10:45
Local do Acidente: BARRA DOS COQUEIROS - SERGIPE - SE
Acidente / Fato: DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" COTINGUIBA "
Nº do Processo: 30104/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0542/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 23/05/2015
Hora: 00:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO DO RIO UBATUBA - CHAVAL - CE
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30105/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 012-505/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 29/11/2014
Hora: 19:30
Local do Acidente: BAÍA DE GUAMARÉ - RN
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PALMARES 1 "
Nº do Processo: 30106/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 012-535/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 05/03/2015
Hora: 13:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE CORURIPE - AL
Acidente / Fato: ARRIBADA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PEGASUS "
Nº do Processo: 30107/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-156/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 01/10/2014
Hora: 23:00
Local do Acidente: PORTO DE SANTO ANTÔNIO - PE
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
SEM NOME
Nº do Processo: 30108/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-227/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 24/04/2015
Hora: 09:25
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE PORTOCEL - ARACRUZ - ES x PORTO DE TARRAGONA - ESPANHA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PROVIDANA "
Nº do Processo: 30109/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0533/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS (C P A L)
Data do Acidente: 19/04/2015
Hora:
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCISCO - MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE - SE
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LE BNA 553 "
Nº do Processo: 30110/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-178/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 09/11/2014
Hora: 19:00
Local do Acidente: RIO MOJÚ - CIDADE DE MOJÚ - PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JOHANNES LANGEN "
" ARAGUAIANA I "
" ARAGUAIANA II "
Nº do Processo: 30111/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-179/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 03/11/2014
Hora: 18:00
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ - FURO DO ARROZAL - PA
Acidente / Fato: RUPTURA DE CABOS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANDRE MAGGI "
" HT 04 "
" HT 12 "
" HT 17 "
" HT 20 "
" HT 26 "
" HT 28 "
" HT 29 "
" HT 30 "
" HT 39 "
" HT 41 "
" HT 45 "
" HT 46 "
" HT 47 "
" HT 48 "
" HT 69 "
" HT 70 "
Nº do Processo: 30112/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 201-180/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 17/12/2014
Hora: 10:40
Local do Acidente: BAÍA DE GUAJARÁ - BELÉM - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" J. S. JUNIOR II "
" JOSIMA IX "
" COMTE MARQUES DA COSTA "
Nº do Processo: 30113/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-184/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 26/07/2014
Hora: 03:00
Local do Acidente: RIO PARÁ - VILA DO CONDE - BARCARENA - PA
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" INVENTANA "
Nº do Processo: 30114/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 201-185/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 09/12/2014
Hora: 21:00
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ - PROXIMIDADES DA PRAIA DO PESQUEIRO - SOURE - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" IATE TRINDADE "
Nº do Processo: 30115/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 201-186/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 27/11/2014
Hora: 03:30
Local do Acidente: RIO MERUU-AÇU - MUNICÍPIO DE IGUARAPÉ-MIRI - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
SEM NOME
Nº do Processo: 30116/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-191/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 21/11/2014
Hora: 23:55
Local do Acidente: RIO PARÁ - PROXIMIDADES DA ILHA DO JARARACA - MUANÁ - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BERTOLINI XCVIII "
" BERTOLINI CCXXIII "
" JEAN FILHO LII "
" GIOVANNA XVIII "
" GIOVANNA XIX "
Nº do Processo: 30117/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-192/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 04/12/2014
Hora: 23:00
Local do Acidente: RIO PARÁ - MUANÁ - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SOBRAL "
" HP IV "
" BERTOLINI XXII "
" BERTOLINI CXCI "
Nº do Processo: 30118/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 201-195/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 24/12/2014
Hora: 21:40
Local do Acidente: BAÍA DO MARAJÓ - ILHA BAIXO DO MACAU - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JOÃO GABRIEL "
" TAINA "

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Processo: 30119/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0345/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE SANTARÉM (CFS)
Data do Acidente: 26/10/2014
Hora: 15:15
Local do Acidente: RIO AMAZONAS - COMUNIDADE DE CUEIRAS - MONTE ALEGRE - PA
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CLIVIA "
Nº do Processo: 30120/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0520/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 21/01/2015
Hora: 20:45
Local do Acidente: RIO MATAPI - MUNICÍPIO DE SANTANA - AP
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JACARANDÁ "
Nº do Processo: 30121/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0618/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 22/11/2014
Hora: 21:00
Local do Acidente: RIO DUAS BOCAS - AFUÁ - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
SEM NOME
Nº do Processo: 30122/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0346/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 21/08/2014
Hora: 08:30
Local do Acidente: FUNDEADOURO Nº 4 - BAÍA DE SÃO MARCOS - SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CS CALVINA "
Nº do Processo: 30123/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0612/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 05/12/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUARATUBA - ILHA DAS GARÇAS - PR
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SIDE "
SEM NOME
Nº do Processo: 30124/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0403/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 06/05/2015
Hora: 12:00
Local do Acidente: CANAL DA BARRA DA LAGOA - FLORIANÓPOLIS - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MELQUISEDEQUE "
Nº do Processo: 30125/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0400/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 15/01/2015
Hora: 11:50
Local do Acidente: PRAIA DO TOMÉ - PALHOÇA - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30126/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0487/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAÍ)
Data do Acidente: 15/09/2014
Hora: 12:45
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DONA CATHARINA II "
" JOSE LINDOLFO "

Nº do Processo: 30127/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0609/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAÍ)
Data do Acidente: 07/03/2015
Hora: 10:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA ITACOLOMIS - PIÇARRAS - SC
Acidente / Fato: ALAGAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PARC I "
Nº do Processo: 30128/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0344/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 31/12/2014
Hora: 17:45
Local do Acidente: BAÍA DA BABITONGA - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BELLA BIONDA "
Nº do Processo: 30129/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0345/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 18/12/2014
Hora: 14:10
Local do Acidente: PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BAKU "
Nº do Processo: 30130/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-76/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 29/01/2015
Hora: 13:00
Local do Acidente: PRAIA CENTRAL DE GAROPABA - GAROPABA - SC
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MAII "
Nº do Processo: 30131/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-90/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 08/05/2015
Hora: 04:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ - RS
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SANTO ANTONIO DOS ANJOS IV "
Nº do Processo: 30132/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-105/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 02/05/2015
Hora: 09:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DE ARARAS - PONTA DE ITAPIRUBÁ - LAGUNA - SC
Acidente / Fato: IMPROPRIEDADE DA EMBARCAÇÃO PARA O FIM QUE É UTILIZADA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30133/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-106/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 28/03/2015
Hora: 20:00
Local do Acidente: LAGOA SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS - LAGUNA - SC
Acidente / Fato: QUEDA DE VEÍCULO NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LAGUNA V "
Nº do Processo: 30134/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-283/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 27/08/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: ALTO-MAR APROXIMADAMENTE 200 MN DE RIO GRANDE - RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: SEM CÓDIGO DE NATUREZA DO ACIDENTE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TUNANTE II "
Nº do Processo: 30135/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-292/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 24/10/2014
Hora: 03:30
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS SÃO JOSÉ DO NORTE - RS
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DOM FRANCISCO "
" CORUMBA I "
Nº do Processo: 30136/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-293/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 19/02/2015
Hora: 03:00
Local do Acidente: TERMINAL BIANCHINI - COMPLEXO PORTUÁRIO - RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PROFESSOR DAVID CUNHA "
Nº do Processo: 30137/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0541/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA)
Data do Acidente: 03/07/2012
Hora: 12:00
Local do Acidente: RIO JACUÍ - TRIUNFO - RS
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PINDORAMA "
Nº do Processo: 30138/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0627/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA)
Data do Acidente: 04/02/2015
Hora: 16:00
Local do Acidente: LAGOA DOS PATOS - PROXIMIDADES DA ILHA DA BARBA NEGRA - LAGO GUAÍBA - VIAMÃO - RS
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MARME AZUL JM "
Nº do Processo: 30139/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0259/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO PANTANAL (C F P N)
Data do Acidente: 13/10/2014
Hora: 09:30
Local do Acidente: RIO PARAGUAI - PORTO DE GREGÓRIO CURVO - CORUMBÁ - MS
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BARCAÇA U-76 "
" BLAS E "
" CAVALIER IX "
Nº do Processo: 30140/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0262/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO PANTANAL (C F P N)
Data do Acidente: 04/04/2015
Hora: 16:00
Local do Acidente: RIO PARAGUAI - PROXIMIDADES DO AGUEDUTO DE CORUMBÁ - CORUMBÁ - MS
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DON RAUL I "
" ACBL817 "
Nº do Processo: 30141/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0243/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 17/08/2014
Hora: 18:30
Local do Acidente: RIO ARAGUAIA - PAU D'ARCO-TO
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30142/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0262/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 19/10/2014
Hora: 12:00
Local do Acidente: RIO TOCANTINS - PALMAS - TO
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" INFINITY "
Nº do Processo: 30143/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0267/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 29/08/2014
Hora: 21:00
Local do Acidente: RIO ARAGUAIA - BARREIRA DO CAMPO - SANTANA DO ARAGUAIA - PA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TRAJANO IV "
Nº do Processo: 30144/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-798/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 03/07/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: RIO PURUS - BOCA DO ACRE - AM
Acidente / Fato: ADERNAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" OFICINA NORONHA "
Nº do Processo: 30145/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-818/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 18/07/2014
Hora: 09:00
Local do Acidente: RIO URUCU - COARI - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SÃO SOLDADO "
" DONA RAIMUNDA VII "
Nº do Processo: 30146/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-819/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 03/08/2014
Hora: 19:30
Local do Acidente: RIO NEGRO - PROXIMIDADES DO PONTÃO QUADROS FILHO - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SALMO 25 "
" ANGÉLICA PINTO II "
Nº do Processo: 30147/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-820/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 31/07/2014
Hora: 15:00
Local do Acidente: PORTO DE MANAUS - RIO NEGRO - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" IPIRANGA III "
SEM NOME
Nº do Processo: 30148/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-823/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 20/09/2014
Hora:
Local do Acidente: LAGO DE BALBINA - PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM
Acidente / Fato: ACIDENTE DE MERGULHO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30149/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-892/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 29/09/2014
Hora: 23:20
Local do Acidente: PORTO DO PICOTE - COLÔNIA - ITACOATIARA - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ALMIRANTE FABIANO I "
Nº do Processo: 30150/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-893/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 06/08/2014
Hora: 10:30
Local do Acidente: RIO NEGRO - LAGO DO TARUMÃ-AÇU - MANAUS - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" COMTE. OSCAR "
Nº do Processo: 30151/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-915/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 12/09/2014
Hora: 20:26
Local do Acidente: PORTO DO ENCONTRO DA ÁGUAS - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ADERNAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MESTRE LUIZ "
Nº do Processo: 30152/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-916/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 26/10/2014
Hora:
Local do Acidente: RIO MADEIRA - PARANÁ DO URUÁ - MANICORÉ - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SÃO MIGUEL "
Nº do Processo: 30153/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-917/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 28/07/2014
Hora: 05:00
Local do Acidente: PORTO DA MADEREIRA SOARES - RIO NEGRO - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VEGA III "
" SÃO GALVÃO "
" LUCINILDE SOARES "
Nº do Processo: 30154/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0304/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PORTO VELHO (DEL P VELHO)
Data do Acidente: 07/12/2014
Hora: 00:00
Local do Acidente: RIO MACHADO - MACHADINHO DO OESTE - RO
Acidente / Fato: DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	12	12
MARCELO DAVID GONÇALVES	12	12
FERNANDO ALVES LADEIRAS	12	12
SERGIO BEZERRA DE MATOS	13	13
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	12	12
GERALDO DE ALMEIDA PADILHA	11	11
Total:	72	72

TERMO DE ENCERRAMENTO

CONTÉM A PRESENTE ATA 72 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015
MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 974, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, considerando o que consta do Processo 018253/2014, resolve:

Aplicar à empresa JOSE ALCIDES PASQUALI - ME, CNPJ nº 15.329.231/0001-10, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2014NE804071, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 9.1.3 e 9.1.4 da Ata de Registro de Preços nº 032014/13, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF.

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 643, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013 e a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e, considerando o disposto na Nota Técnica nº 1431/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada no Processo de Supervisão nº 23000.006596/2015-41, resolve:

Art.1º Julgar Improcedente o processo de Supervisão CEBAS nº 23000.006596/2015-41, instaurado pela Portaria nº 105, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014 e manter o certificado da Sociedade Goiana de Cultura, CNPJ nº 01.587.609/0001-71, com sede em Goiânia/GO, pelo período de 01/01/2007 a 31/12/2009, deferido nos autos do processo nº 71010.004062/2006-13, concedido no item 314 da Resolução nº 7, de 3 de fevereiro de 2009, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2009.

Art.2º Cientifique-se a Sociedade Goiana de Cultura, CNPJ: 01.587. 609/0001-71.

Art.3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 644, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1432/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.001727/2010-01, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Núcleo de Apoio de Desenvolvimento Humano, inscrito no CNPJ nº 67.132.746/0001-20, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 22/03/2010 a 21/03/2015.

Art. 2º. Será arquivado o processo de nº 23000.014745/2012-01, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 645, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1433/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.002404/2010-27, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Creche Lygia Amaral Gobbin, inscrita no CNPJ nº 06.089.268/0001-28, com sede em Piracicaba/SP, pelo período de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 646, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1434/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.003881/2010-18, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação Assistencial De Dois Irmãos, inscrito no CNPJ nº 00.069.040/0001-90, com sede em Dois Irmãos/RS, pelo período de 21/12/2010 a 20/12/2015.

Art. 2º A fim de assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade deverá protocolar novo requerimento no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, que antecedem o termo final de validade do certificado, ou seja, até o dia 20/12/2015.

Art. 3º. Será arquivado o processo nº 23000.008815/2013-65, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 647, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1435/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.076659/2010-65, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Centro Espírita Esperança e Fé, inscrito no CNPJ nº 45.312.170/0001-40, com sede em Franca - SP, pelo período de 04/07/2010 a 03/07/2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A fim de assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade deverá protocolar novo requerimento no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta decisão.

Art. 3º Será arquivado o processo nº 23000.019237/2012-10, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 648, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1436/2015-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.001808/2010-01, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o Pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação Nossa Senhora de Lourdes, inscrito no CNPJ nº 14.335.954/0001-60, com sede em Feira de Santana/BA, pelo período de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º. Serão arquivados os processos nº 23000.010582/2012-80 e nº 23000.001139/2015-61, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 737, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, Professor Substituto, para o Centro de Artes, Humanidades e Letras - Campus de Cachoeira (BA), regulado pelo Edital Nº 13/2015, publicado no D.O.U. nº 140, Seção 3, página 72, de 24 de julho de 2015.

Área de Conhecimento: Artes e Patrimônio

Disciplinas: Laboratório de Artemídia I e II; Design de Interface

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

1º Lugar: ALFREDO GÓES VILLAS-BOAS

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.303, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Declara cessada a liquidação extrajudicial da Investnorte Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, com fundamento no art. 19, alínea "c", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, do Regimento Interno, divulgado pela Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, à vista da baixa da empresa na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, conforme certidão expedida em 20 de abril de 2015, e da aprovação das contas finais da liquidante, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que a Investnorte Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Ltda. (CNPJ 09.493.503/0001-10), com sede em Recife (PE), foi submetida pelo Ato Presi nº 1.133, de 22 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2007.

Art. 2º Fica dispensada a Sra. Eva Motta, portadora da carteira de identidade SSP/RS nº 4.004.974.863 e inscrita no CPF nº 089.632.580-68, do encargo de Liquidante.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO Nº 567, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a negociação por companhias abertas de ações de sua própria emissão e derivativos nelas referenciados e altera dispositivos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e da Instrução CVM nº 552, de 9 de outubro de 2014.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 19 de agosto de 2015, com fundamento nos arts. 8º, inciso I, e 22, inciso III, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 30, § 2º, e 244, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

CAPÍTULO I - ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Instrução regula a negociação por companhia aberta de ações de sua própria emissão e, quando expressamente indicado, de derivativos nelas referenciados.

Parágrafo único. As disposições desta Instrução aplicam-se à negociação:

I - de ações de emissão de companhia aberta por suas coligadas e controladas; e

II - pela companhia aberta, suas coligadas e controladas, de bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários referenciados em ações de sua emissão.

Art. 2º Ao negociar ações de sua própria emissão, as companhias abertas somente podem:

I - adquirir ações para permanência em tesouraria ou cancelamento; e

II - alienar as ações adquiridas nos termos do inciso I e mantidas em tesouraria.

CAPÍTULO II - AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAR

Art. 3º A negociação, por companhia aberta, de ações de sua emissão terá sua eficácia condicionada à prévia aprovação pela assembleia geral quando:

I - realizada fora de mercados organizados de valores mobiliários, envolver, ainda que por meio de diversas operações isoladas, mais de 5% (cinco por cento) de espécie ou classe de ações em circulação em menos de 18 (dezoito) meses;

II - for realizada fora de mercados organizados de valores mobiliários e a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, às cotações de mercado;

III - tiver por objetivo alterar ou preservar a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade; ou

IV - a contraparte em negócio realizado fora de mercados organizados de valores mobiliários for parte relacionada à companhia, conforme definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, sem prejuízo do disposto no art. 7º, inciso I.

§ 1º Nos demais casos, a negociação pode ser aprovada pelo conselho de administração.

§ 2º O estatuto social pode vedar a negociação de ações de própria emissão pela companhia aberta, ou, ainda, prever novas hipóteses em que será necessária a prévia aprovação da assembleia geral.

§ 3º Para fins do inciso II do caput, considera-se cotação de mercado a média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) últimos pregões em que as ações tenham sido negociadas, contados retroativamente da data de assinatura do contrato de aquisição ou da alienação das ações pela companhia aberta.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à celebração, por companhia aberta, de contratos derivativos referenciados em ações de sua emissão, hipótese em que as seguintes regras adicionais devem ser observadas:

I - caso o preço de liquidação do contrato derivativo seja conhecido no momento da celebração do contrato, a comparação com as cotações de mercado de que trata o inciso II do caput deve tomar por base tal preço, acrescido ou reduzido de eventuais prêmios e outros valores pagos ou recebidos pela companhia à contraparte do negócio;

II - caso o preço de liquidação do contrato derivativo não seja conhecido no momento da celebração do contrato, a prévia aprovação da assembleia geral só será dispensada se:

a) o contrato limitar o preço de liquidação ao patamar referido no inciso II do caput, em relação à cotação de mercado verificada no momento da celebração ou da liquidação do contrato; ou

b) o contrato previr que os pagamentos efetuados ou recebidos pela companhia sejam apurados com base na variação da cotação da ação entre determinados períodos, devendo a cotação das ações no termo inicial de cada um desses períodos situar-se no patamar referido no inciso II do caput.

Art. 4º A aprovação por parte da assembleia geral a que se refere o art. 3º é dispensada quando se tratar de:

I - alienação ou transferência de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da companhia aberta, suas coligadas ou controladas, decorrente:

a) do exercício de opções de ações no âmbito de plano de outorga de opções de ações; ou

b) de outros modelos de remuneração baseado em ações; e

II - oferta pública de distribuição secundária de ações em tesouraria ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações em tesouraria.

Parágrafo único. O plano de outorga de opções e os modelos de remuneração a que se refere o inciso I do caput deverão:

I - conter os parâmetros de cálculo do preço de exercício das opções de ações ou do cálculo do preço das ações, conforme o caso; e

II - ser aprovados por assembleia geral.

Art. 5º Ao aprovar a negociação, pela companhia, das ações de sua própria emissão ou a realização de operações com instrumentos derivativos referenciados em tais ações, o conselho de administração deve fornecer as informações contidas no Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Caso a eficácia da negociação dependa de prévia aprovação por parte da assembleia geral, ao convocá-la para deliberar sobre tal negociação, o conselho de administração deve indicar as informações contidas no Anexo 20-B da Instrução CVM nº 481, de 7 de dezembro de 2009.

CAPÍTULO III - LIMITAÇÕES

Art. 6º A negociação, por companhia aberta, de ações de sua emissão deve ser liquidada em até 18 (dezoito) meses, contados da aprovação dos negócios pela assembleia geral ou pelo conselho de administração.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos contratos derivativos celebrados pela companhia aberta referenciados em ações de sua emissão.

Art. 7º A aquisição, por companhia aberta, de ações de sua emissão é vedada quando:

I - tiver por objeto ações pertencentes ao acionista controlador;

II - for realizada em mercados organizados de valores mobiliários a preços superiores aos de mercado;

III - estiver em curso o período de oferta pública de aquisição de ações de sua emissão, conforme definição das normas que tratam desse assunto; ou

IV - requerer a utilização de recursos superiores aos disponíveis.

§ 1º Para fins do disposto no inciso IV do caput, consideram-se recursos disponíveis:

I - todas as reservas de lucros ou capital, exceto as reservas:

a) legal;

b) de lucros a realizar;

c) especial de dividendo obrigatório não distribuído; e

d) incentivos fiscais; e

II - o resultado já realizado do exercício social em andamento, segregadas as destinações às reservas mencionadas no inciso I.

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo também se aplica à celebração de contratos derivativos de liquidação física referenciados em ações de própria emissão da companhia.

§ 3º A existência de recursos disponíveis deve ser verificada pela diretoria com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas anteriormente à efetiva transferência, para a companhia, da propriedade das ações de sua emissão.

§ 4º As demonstrações financeiras a que se refere o § 3º devem ser as mais recentes entre as demonstrações anuais, as intermediárias e as refletidas nos formulários de informações trimestrais - ITR.

§ 5º Os administradores só podem aprovar a aquisição de ações ou, quando for o caso, propor sua aprovação pela assembleia geral, se tiverem tomado as diligências necessárias para se assegurar de que:

I - a situação financeira da companhia é compatível com a liquidação da aquisição em seu vencimento sem afetar o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos; e

II - na hipótese da existência de recursos disponíveis ter sido verificada com base em demonstrações contábeis intermediárias ou refletidas nos ITR, não há fatos previsíveis capazes de ensejar alterações significativas no montante de tais recursos ao longo do período restante do exercício social.

Art. 8º As companhias abertas não podem manter em tesouraria ações de sua emissão em quantidade superior a 10% (dez por cento) de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

§ 1º Incluem-se no percentual referido no caput:

I - as ações de emissão da companhia aberta detidas por sociedades coligadas e controladas pela companhia aberta; e

II - as ações de emissão da companhia aberta correspondentes à exposição econômica assumida em razão de contratos derivativos ou de liquidação diferida, celebrados pela própria companhia ou pelas sociedades mencionadas no inciso I.

§ 2º Para os fins do disposto no inciso II do § 1º:

I - a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confiram exposição econômica às ações de emissão da própria companhia não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos; e

II - as ações referenciadas em contratos derivativos devem ser computadas independentemente de tais contratos previrem liquidação financeira ou por meio da entrega de ações.

§ 3º Para os fins desta Instrução, consideram-se:

I - ações em circulação: todas aquelas representativas do capital da companhia menos as detidas direta ou indiretamente pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, e por administradores; e

II - pessoa vinculada: a pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse da pessoa ou entidade a qual se vincula.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica:

I - às ações reembolsadas ou caídas em comisso, nos termos dos arts. 45, § 3º, e 107, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

II - às aquisições realizadas pela companhia no âmbito de oferta pública de aquisição de ações, as quais serão regidas por normas específicas.

Art. 9º A companhia deve alienar ou cancelar ações mantidas em tesouraria sempre que constatar que foi excedido o saldo de recursos disponíveis, conforme apurado em suas últimas demonstrações contábeis divulgadas.

Parágrafo único. A alienação deve ocorrer em até 6 meses a contar da divulgação das demonstrações contábeis que serviram de base para apuração do excesso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO IV - DIREITOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS

Art. 10. As ações mantidas em tesouraria não têm direito a voto nem a proventos em dinheiro de qualquer natureza.

§ 1º O disposto no caput não impede que as ações em tesouraria:

I - façam jus à bonificação em ações; e

II - sejam objeto de grupamentos e desdobramentos.

§ 2º As ações mantidas em tesouraria devem ser desconsideradas no cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos na Lei nº 6.404, de 1976, e na regulamentação do mercado de valores mobiliários.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As limitações à negociação previstas nesta Instrução aplicam-se sem prejuízo das normas da CVM que dispõem sobre:

I - a criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço, manipulação de preço, operações fraudulentas e práticas não equitativas;

II - as vedações e condições para negociação de ações de companhia aberta na pendência de informação relevante não divulgada ao mercado; e

III - ofertas públicas de aquisição e distribuição de valores mobiliários.

Art. 12. Ressalvadas as exigências da Lei nº 6.404, de 1976, em situações excepcionais e devidamente justificadas, a CVM, desde que previamente consultada, pode aprovar a negociação de ações de própria emissão por companhia aberta em condições diferentes das previstas nesta Instrução.

Art. 13. O descumprimento dos arts. 2º a 8º desta Instrução configura infração grave para os efeitos do art. 11, § 3º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Art. 14. O art. 30 da Instrução CVM nº 480, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. .....

.....

XXXVI - comunicação sobre aprovação de negociação, pela companhia aberta, de ações de sua própria emissão, nos termos do Anexo 30-XXXVI, na mesma data da divulgação da ata da reunião do conselho de administração ou em até 7 (sete) dias úteis, o que ocorrer primeiro." (NR)

Art. 15. Fica acrescentado à Instrução CVM nº 480, de 2009, o Anexo 30-XXXVI, conforme modelo previsto no Anexo A desta Instrução.

Art. 16. Os itens 19.2 e 19.3 do Anexo A à Instrução CVM nº 552, de 9 de outubro de 2014, passam a vigorar conforme modelo previsto no Anexo B desta Instrução.

Art. 17. A Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida do art. 20-B:

"Art. 20-B. Sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre a negociação, pela companhia, das ações de sua própria emissão ou a realização de operações com instrumentos derivativos referenciados em tais ações, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 20-B à presente Instrução." (NR)

Art. 18. A Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida do Anexo 20-B, conforme redação do Anexo C desta Instrução.

Art. 19. Ficam revogadas a Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, sua nota explicativa nº 16, de 14 de fevereiro de 1980, a Instrução CVM nº 390, de 8 de julho de 2003, e o item 19.4 do Anexo A à Instrução CVM nº 552, de 9 de outubro de 2014.

Art. 20. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A presente Instrução não se aplica às operações anunciadas antes da data de sua publicação.

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES

ANEXO

"Anexo 30-XXXVI

Negociação de Ações de Própria Emissão

1.Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação;

2.Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria;

3.Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas;

4.Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver;

5.Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações;

6.Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:

a.o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e

b.se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores;

7.Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade;

8.Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009;

9.Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso;

10.Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas;

11.Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver;

12.Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

13.Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos." (NR)

ANEXO B

Itens 19.2 e 19.3 do Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009

19.2. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar[1]:	X
a. quantidade inicial	X
b. quantidade adquirida	X
c. preço médio ponderado de aquisição	X
d. quantidade alienada	X
e. preço médio ponderado de alienação	X
f. quantidade cancelada	X
g. quantidade final	X
h. percentual em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie	X
19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	

ANEXO C

Anexo 20-B

NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO

1.Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação;

2.Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria;

3.Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas;

4.Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver;

5.Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações;

6.Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:

a.o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e

b.se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores;

7.Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade;

8.Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º desta Instrução;

9.Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso;

10.Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas;

11.Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver;

12.Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

13.Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.

[1] Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente

INSTRUÇÃO Nº 568, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e altera dispositivos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 19 de agosto de 2015, com fundamento nos arts. 4º e seus incisos, 8º, incisos I e III, 18, inciso II, alínea "a", e 22, § 1º, incisos I, V e VI, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 30, §2º, 157 e 244, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º Os arts. 11, 12, 13 e 15 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

§ 5º A companhia deverá enviar à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da companhia sejam admitidas à negociação as informações referidas no caput e nos §§ 1º a 3º com relação aos valores mobiliários negociados:

I - por ela própria, suas controladas e coligadas; e

II - pelas demais pessoas referidas neste artigo.

§ 6º As informações deverão ser enviadas no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem alterações das posições detidas, ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas citadas no caput.

§ 7º As informações referidas no caput deverão ser entregues de forma individual e consolidada por órgão ali indicado, sendo que ficarão disponíveis no sistema eletrônico de Informações Periódicas e Eventuais - IPE:

I - as posições individuais da própria companhia, suas coligadas e controladas; e

II - as posições, consolidadas por órgão, detidas pelos membros da administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

§ 8º O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da companhia sejam admitidas à negociação das informações recebidas pela companhia em conformidade com o disposto neste artigo." (NR)

"Art. 12. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizarem negociações relevantes deverão enviar à companhia as seguintes informações:

I - nome e qualificação, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração de que os negócios não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade;

III - número de ações e de outros valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos referenciados em tais ações, sejam de liquidação física ou financeira, explicitando a quantidade, a classe e a espécie das ações referenciadas;

IV - (REVOGADO);

.....

§ 1º Considera-se negociação relevante o negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual a participação direta ou indireta das pessoas referidas no caput ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º, as obrigações previstas no caput e no § 1º se estendem também:

I - à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados; e

II - à celebração de quaisquer instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações de que trata o caput, ainda que sem previsão de liquidação física.

§ 3º Nas hipóteses previstas no § 2º, devem ser observadas as seguintes regras:

I - as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação dos percentuais referidos no § 1º deste artigo;

II - as ações referenciadas por instrumentos financeiros derivativos com previsão de liquidação exclusivamente financeira serão computadas independentemente das ações de que trata o inciso I para fins de verificação dos percentuais referidos no § 1º deste artigo;

III - a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confiram exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos; e

IV - as obrigações previstas no caput deste artigo não se estendem a certificados de operações estruturadas - COE, fundos de índice de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros derivativos nos quais menos de 20% (vinte por cento) de seu retorno seja determinado pelo retorno das ações de emissão da companhia.

§ 4º A comunicação a que se refere o caput será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no § 1º.

§ 5º Nos casos em que a aquisição resulte ou que tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da regulamentação aplicável, o adquirente deve, ainda, promover a divulgação, no mínimo, pelos mesmos canais de comunicação habitualmente adotados pela companhia, nos termos do art. 3º, § 4º, de aviso contendo as informações previstas nos incisos I a VI do caput deste artigo.

§ 6º O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela companhia, à CVM e, se for o caso, às entidades administradoras dos mercados em que as ações da companhia sejam admitidas à negociação." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 13. .....

§ 4º Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no caput no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da companhia, ressalvado o disposto no § 2º do art. 15-A.

.....

§ 6º A vedação prevista no caput não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral, ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em assembleia geral.

§ 7º As vedações previstas no caput e nos §§ 1º a 3º não se aplicam às negociações realizadas pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com os procedimentos previstos no art. 15-A." (NR)

"POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO E PLANO DE INVESTIMENTO

Art. 15. A companhia aberta poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar política de negociação das ações de sua emissão, contendo regras adicionais às previstas na Lei nº 6.404, de 1976, e nesta Instrução.

Parágrafo único. A política de negociação referida no caput poderá abranger os negócios realizados por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária." (NR)

Art. 2º A Instrução CVM nº 358, de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 15-A:

"Art. 15-A. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, poderão formalizar planos individuais de investimento regulando suas negociações com ações de emissão da companhia.

§ 1º Os planos de investimento referidos no caput poderão permitir a negociação de ações de emissão da companhia nos períodos previstos no caput e nos §§ 1º a 3º do art. 13, desde que:

I - sejam formalizados por escrito perante o Diretor de Relações com Investidores antes da realização de quaisquer negociações;

II - estabeleçam, em caráter irrevogável e irretratável, as datas e os valores ou quantidades dos negócios a serem realizados pelos participantes; e

III - prevejam prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio plano, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeitos.

§ 2º Os planos de investimento referidos no caput poderão permitir a negociação de ações de emissão da companhia nos períodos previstos no § 4º do art. 13, desde que, além de observado o disposto no § 1º:

I - a companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; e

II - obriguem seus participantes a reverter à companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão da companhia, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

§ 3º É vedado aos participantes:

I - manter simultaneamente em vigor mais de um plano de investimento; e

II - realizar quaisquer operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo plano de investimento.

§ 4º O conselho de administração deverá verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelos participantes aos planos de investimento por eles formalizados.

§ 5º O uso da prerrogativa prevista neste artigo deverá ser divulgado na política de negociação da companhia." (NR)

Art. 3º O art. 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. .....

.....

§ 3º .....

.....

V - alteração dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou variações em suas posições acionárias que os levem a ultrapassar, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor;

VI - quando qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, direta ou indiretamente, ultrapassar, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor, desde que o emissor tenha ciência de tal alteração;

VII - (REVOGADO).

.....

§ 4º .....

.....

III - alteração dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou variações em suas posições acionárias que os levem a ultrapassar, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de uma mesma espécie ou classe de ações do emissor;

....." (NR)

Art. 4º Ficam revogados o inciso IV do caput do art. 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e o inciso VII do § 3º do art. 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 14.452, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara:

REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
LINK AUDITORES E CONSULTORES
CNPJ: 21.712.373/0001-65

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/2651
TECNOSOLO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto: Apurar eventual responsabilidade dos Diretores Celina Martins Pinheiro dos Santos (início do mandato em 29.08.2014), André Luís Cavalcanti de Moraes Camacho, Marcelo Sénges Carneiro e Katia Mosso Fereira (que também é Conselheira de Administração) e Leonardo Cavalcanti de Moraes Camacho (que foi Conselheiro de Administração até 29.08.2014, data a partir da qual se iniciou seu mandato como Diretor), bem como dos Conselheiros de Administração Marnio Everton Araújo Camacho e Carla Simone Camacho Carneiro (início do mandato em 29.08.2014), pelo descumprimento, por parte dos Diretores, dos artigos 153, 176 e 177, § 3º da lei nº 6.404/76 e os artigos 26 e 29 da Instrução CVM nº 480, de 2009, e, por parte dos Conselheiros de Administração, aos artigos 142, incisos III e V da lei nº 6.404/76.
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para apresentação de Defesas

Acusado s	Advogado
Andre Luis Cavalcanti de Moraes Camacho	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120
Carla Simone Camacho Carneiro	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120
Celina Martins Pinheiro dos Santos	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120
Katia Mosso Ferreira	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120
Leonardo Cavalcanti de Moraes Camacho	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120
Marcelo Sénges Carneiro	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Marnio Everton Araujo Camacho	Tereza Cristina Gavinho OAB/RJ 149.120

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo formulado por Marcelo Sénges Carneiro, nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo novo prazo para apresentação de defesas em 21/10/2015 para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 17 de julho de 2015

Habilitação para exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 175 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
TECNO INDÚSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0022-39	Avenida Monsenhor Aloisio Pinto , n° 300 lojas 043 térreo - Dom Expedito - Sobral - CE., CEP 62.050-255
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0017-71	Avenida Beira Mar 4344, Apto. 1601 Meireles- Fortaleza - Ceará., CEP 60.165-121
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0018-52	Avenida Beira Mar 4344, Apto. 1601 Meireles- Fortaleza - Ceará., CEP 60.165-121
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0027-43	Avenida Beira Mar 4344, Apto. 1601 Meireles- Fortaleza - Ceará., CEP 60.165-121

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 176 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Softer Comércio e Serviços Ltda	71.348.031/0001-86	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1502015, nome: SGI-ECF, versão: 3.0.0.0, código MD-5: 7581C352D5077670C1941E20AC63A425 * SGI_ECF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RG Informática Ltda-ME	10.720.590/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1882015, nome: AUTOCOM SISTEMAS, versão: 1.0, código MD-5: FF5DE50C310280133D9B8501929116C2 *AUTO

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Gestor S.A Tecnologia da Informação	04.861.460/0001-65	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0172015, nome: Gestor, versão: 15.2.0, código MD-5: 27dc4d4236e0dcca830222c95f942e1b *Estoque
Safetech Informática Ltda	05.771.006/0001-86	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0202015, nome: Varejo Digital, versão: 1.0.19, código MD-5: 2ee81ba9e112e31c1255625a9e62abdc *varejo-digital.war

3. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
APRESI PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	00.457.684/0001-55	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0112015, nome: FinestSystem FrenteDeCaixa, versão: 6.2, código MD-5: 6789bfb11a1f6a40e0da6832a9756b84 FrenteDeCaixa

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 177 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FSO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Criar CPS Sistemas Ltda ME.	04.320.125/0001-50	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FSO0062015, nome: CIV-PDV, versão: 12.5.4, código MD-5: F91A934022562ED8DF14ACAC2FEAEDC6

2. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME	10.216.643/0001-20	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0732015, nome: ADAPTA, versão: 06.04.44.00, código MD-5: 6A8CE76C6631D82262ED01632835A75D

3. Universidade Federal de Goias - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
DATAREY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	37.640.083/0001-93	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UFG0072015-R01, nome: REYFARMA PLUS, versão 3.4.8: , código MD-5: 76ddd8818613fd87ca312986b9779dfc *RF32

4. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
IPOJUCA MORAES DA CRUZ ME	02.074.356/0001-03	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1522015, nome: EXPERTS FRENTE DE LOJA PDV, versão: 2.7, código MD-5: ff27c3fc6b6afb2f6a5400587241c7b6 *frentelojapdv

5. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Top System Infonmática Ltda Me	06.369.202/0001-91	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO1932015, nome: TopPDV, versão: 3.0.0.8, código MD-5: 45568B2A079472ED9EB5AC99DAC274C2

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 215ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2015

Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2015, Seção 1, páginas 85/86.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Antonio Carlos 375 - 11º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede do Ministério da Fazenda às 10h.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente, Dra. Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Theresa Christina Cunha Martins. Presente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Carmen Diva Beltrão Monteiro, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Washington Luis Bezerra da Silva e André Leal Faoro.

2.2 - Processos sorteados para o Relator:

RECURSO Nº 5398- Processo SUSEP nº 15414.001545/2009-95 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6747 - Processo SUSEP nº 15414.002258/2012-06 - Recorrente: Azul Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6908 - Processo SUSEP nº 15414.200495/2011-41 - Recorrente: Salvador Lapis Junior; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6909 - Processo SUSEP nº 15414.005652/2011-15- Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6910 - Processo SUSEP nº 15414.000723/2011-85 - Recorrente: MAPFRE Seguros Gerais S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6911 - Processo SUSEP nº 15414.003340/2009-44 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6912 - Processo SUSEP nº 15414.000974/2010-89 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6913 - Processo SUSEP nº 15414.100110/2012-28 - Recorrente: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6914 - Processo SUSEP nº 15414.200111/2003-81 - Recorrente: Clube dos Servidores Municipais de Porto Alegre; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6915 - Processo SUSEP nº 15414.001421/2012-13 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6916 - Processo SUSEP nº 15414.004063/2011-10 - Recorrente: Federal de Seguros S/A- Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6917 - Processo SUSEP nº 15414.100397/2012-96 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6918- Processo SUSEP nº 15414.001730/2012-85 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros- Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6919 - Processo SUSEP nº 15414.100754/2010-54 - Recorrente: Aliança do Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6920 - Processo SUSEP nº15414.200603/2011-86 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6921 - Processo SUSEP nº 15414.200575/2011-05 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6922 - Processo SUSEP nº 15414.200313/2012-13 - Recorrente: APLUB Previdência Privada ;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6923- Processo SUSEP nº 15414.001268/2011-35 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6924 - Processo SUSEP nº 15414.300122/2011-70 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6925 - Processo SUSEP nº15414. 100559/2010-24 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6926 - Processo SUSEP nº 15414.100458/2012-15 - Recorrentes: Haydewaldo Roberto Chaberlain da Costa e BMC Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6928 - Processo SUSEP nº 15414.001329/2012-45 - Recorrente: Auxiliadora Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6929 - Processo SUSEP nº 15414.200083/2008-14 - Recorrente: MAPFRE Vida S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6930 - Processo SUSEP nº 15414.002063/2012-58 - Recorrente: Royal & Sunalliance Seguros Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6931 - Processo SUSEP nº 15414.200422/2012-31 - Recorrente: MBM Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6932 - Processo SUSEP nº 15414.000350/2012-23 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6933- Processo SUSEP nº 15414.100559/2011-13 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6934 - Processo SUSEP nº 15414.000636/2012-17 - Recorrente: ACE Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6935 - Processo SUSEP nº 15414.400025/2010-03 - Recorrente: MAFRE Vida S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6936 - Processo SUSEP nº 15414.001410/2011-44 - Recorrente: Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6937 - Processo SUSEP nº 15414.005247/2011-99 - Recorrente: Royal & Sunalliance Seguros Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6938- Processo SUSEP nº 15414.200514/2011-30 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6939 - Processo SUSEP nº 15414.300036/2012-48 - Recorrente: Allianz Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6940- Processo SUSEP nº 15414.200100/2012- 91 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6941 - Processo SUSEP nº 15414.004658/2010-86 - Recorrente: Sulamérica Seguro de Pessoas e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6942 - Processo SUSEP nº 15414.300082/2009-41 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6943 - Processo SUSEP nº 15414.003699/2011-36 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6944 - Processo SUSEP nº 15414.004411/2011-41 - Apenso: Processo SUSEP nº 15414.004412/2011-95 - Recorrente: Flávio Salles Machado Filho; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6945 - Processo SUSEP nº 15414.002180/2011-31 - Recorrente: Sulamérica Seguro de Pessoas e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6946 - Processo SUSEP nº 15414.100487/2011-04 - Recorrente:Indiana de Seguros S/A ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº6947 - Processo SUSEP nº 15414.000954/2013-51 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6948 - Processo SUSEP nº 15414.001579/2012-85 - Recorrente: Federal de Seguros S/A- Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6949 - Processo SUSEP nº 15414.100140/2012-34 - Recorrente: Federal de Seguros S/A- Em Liquidação Extrajudicial ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6950 - Processo SUSEP nº 15414.300123/2011-14 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6951 - Processo SUSEP nº 15414.300032/2012-60 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial : Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6952 - Processo SUSEP nº 15414. 200096/2012-61 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6954 - Processo SUSEP nº 15414.003285/2014-50 - Recorrente: APLUB - Associação dos Professores Universitários do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6955 - Processo SUSEP nº 15414.200444/2012-09 - Recorrente: APLUB - Associação dos Professores Universitários do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6956 - Processo SUSEP nº 15414.100642/2012-65- Recorrente: Chubb do Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6957 - Processo SUSEP nº 15414.001402/2012-89 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6958 - Processo SUSEP nº 15414.100363/2009-04 - Recorrente: Companhia Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6959 - Processo SUSEP nº 15414.002611/2011-69 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6960 - Processo SUSEP nº 15414.000193/2012-56 - Recorrente: Generali Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6961- Processo SUSEP nº 15414.300095/2011-35 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6962 - Processo SUSEP nº 15414.100506/2012-75 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6963 - Processo SUSEP nº 15414.002031/2012-52 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conselheiro André Leal Faoro.

2.3 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 1899 - Processo SUSEP nº 10.005130/01-83 - Recorrente: Real Previdência e Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Declarada a ocorrência de prescrição intercorrente.

RECURSO Nº 2037 - Processo SUSEP nº 006-00262/00- Recorrente: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Declarada a ocorrência de prescrição intercorrente.

RECURSO Nº 3082 - Processo SUSEP nº 10.000941/00-06- Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Pedido de esclarecimentos apresentado pela SUSEP, tendo em vista as omissões no Acórdão/CRSNSP nº 2245/10 da limitação do valor da multa a 1.000 ORTN's e da exclusão do aumento da pena por reincidência. Omissão reconhecida. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 3174 - Processo SUSEP nº 006-00382/00 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Pedido de esclarecimento apresentado pela SUSEP, tendo em vista que os valores dispostos na alínea "c", do inciso III do artigo 3º da Resolução CNSP nº 17/1981, variam entre 101 e 150 ORTN's. Valor da multa a ser aplicada: o máximo previsto, qual seja, R$ 1.280,85 (Hum mil, duzentos e oitenta cruzeiros e oitenta e cinco centavos). Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 4601 - Processo SUSEP nº 15414.003401/97-79 - Recorrente: Recíproca Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Declarada a ocorrência de prescrição intercorrente.

RECURSO Nº 4610 - Processo SUSEP nº 15414.200015/2004-13 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S/A (atual Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4622 - Processo SUSEP nº 15414.003044/2005-10- Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Declarada a prescrição punitiva da Administração.

RECURSO Nº 4840 - Processo SUSEP nº 15414.200454/2006-98 - Apenso: Recorrente: Sul América Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5008 - Processo SUSEP nº 15414.200016/2004-68 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S/A (atual Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5033 - Processo SUSEP nº 15414.004596/2006-26 - Recorrente: Luterprev Entidade Luterana de Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5265 - Processo Susep nº 15414.200291/2005-92 - Recorrente: Sul América Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5278 - Processo SUSEP nº 15414.004721/2008-60 - Recorrente: Sul América Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5473 - Processo SUSEP nº 15414.200214/2004-21 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S/A (atual Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros). Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5492 - Processo SUSEP nº 15414.200240/2006-11 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S/A (atual Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5590 - Processo SUSEP nº 15414.100507/2005-91 - Recorrente: QBE Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5755 - Processo SUSEP nº 15414.300134/2006-37 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5903 - Processo SUSEP nº 15414.200257/2005-98 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5974 - Processo SUSEP nº 15414.300135/2006-81 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6251 - Processo SUSEP nº 15414.003553/2010-18 - Recorrente: Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6375 - Processo SUSEP nº 15414.001695/2011-13- Recorrente: Nobre Seguradora do Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir as reincidências.

RECURSO Nº 6409 - Processo SUSEP nº 15414.100688/2011-01- Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6525 - Processo SUSEP nº 15414.200447/2011-53 - Recorrente: Aplub Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6529 - Processo SUSEP nº 15414.003768/2011-10- Recorrente: Federal Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6572 - Processo SUSEP nº 15414.200477/2011-60 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6577 - Processo SUSEP nº 15414.002432/2008-26- Recorrente: Previmax Previdência Privada e Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6613 - Processo SUSEP nº 15414.000261/2012-87- Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6624 - Processo SUSEP nº 15414.005566/2011-02 - Recorrente: Kyoei Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6628 - Processo SUSEP nº15414.005212/2011-50 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir a reincidência.

RECURSO Nº 6644- Processo SUSEP n° 15414.100040/2012-16 - Recorrente: Mapfre Seguradora de Crédito à Exportação S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6651- Processo SUSEP nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15414.100030/2012-72 - Recorrente: Vida Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6667- Processo SUSEP nº 15414.001273/2012-29 - Recorrente: Federal Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6800 - Processo SUSEP nº 15414.002586/2009-07 - Recorrente: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6809 - Processo SUSEP nº 15414.003459/2012-12 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6830 - Processo SUSEP nº 15414.003508/2012-17 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6835 - Processo SUSEP nº 15414.001859/2006-45 - Apenso: Processo Susep nº 15414.002842/2006-13; Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6842 - Processo SUSEP nº 15414.200587/2011-21 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6850 - Processo SUSEP nº 15414.003728/2012-41 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

2.4 Assuntos Gerais:

2.4.1 - A pedido do Relator o recurso nº 5639 - Processo SUSEP nº 15414.200459/2006-11 não foi julgado e deverá ser desapensado do recurso nº 4840 - Processo Susep nº 15414.200454/2006-98.

2.4.2 - O recurso nº 5572 - Processo SUSEP nº 15414.200045/2008-53 teve seu julgamento adiado em vista do impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

2.4.3 - A pedido da recorrente, o julgamento do recurso nº 6587 - Processo Susep nº 15414.200578/2011-31 foi adiado em vista da alegação de conexão. Ficou decidido que a recorrente deverá apresentar cópia do processo dito conexo, no prazo de 15 dias.

2.4.4 - Em vista do erro material no nome da recorrente no recurso nº 6594 - Processo SUSEP nº 15414.100399/2011-02, o processo saiu da pauta.

2.4.5 - O Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha solicitou vistas do recurso nº 6832 - Processo SUSEP nº 15414.001139/2009-22 para rever a questão da infração continuada.

2.4.6 - O recurso nº 6856 - Processo SUSEP nº 15414.200321/2012-60 foi retirado de pauta a pedido da recorrente.

2.5 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 215ª (ducentésima décima quinta) Sessão Pública de Julgamento pela Presidente e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária- Executiva do CRSNSP, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pela Senhora Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2015.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO DUARTE
Procurador da Fazenda Nacional

PAULO ANTONIO COSTA DE ALMEIDA PENIDO
Conselheiro

THOMPSON DA GAMA MORET SANTOS
Conselheiro

WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

ATA DA 216ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2015

Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 11 de agosto de 2015, Seção 1, páginas 15/16.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Antonio Carlos 375 - 11º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede do Ministério da Fazenda às 10h.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, Dr. Waldir Quintiliano da Silva, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Theresa Christina Cunha Martins. Presente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

2.1- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Waldir Quintiliano da Silva, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Amanda Marcos Favre, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Washington Luis Bezerra da Silva e André Leal Faoro.

2.2 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 5251 - Processo SUSEP nº 15414.100694/2004-21 - Recorrente: Alpha Plus Corretora de Seguros de Vida e Saúde Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O processo entrou em pauta para esclarecer a graduação da atenuante. Ficou decidido fixar a atenuante em 20% (vinte por cento) do valor da pena aplicada.

RECURSO Nº 5268 - Processo SUSEP nº 15414.000271/2009-17 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5392 - Processo SUSEP nº 15414.002009/2009-15 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5662 - Processo SUSEP nº 15414.200286/2008-01- Recorrente: BVA Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para aplicar a pena de advertência.

RECURSO Nº 5691 - Processo SUSEP nº 15414.200261/2007-18 apenso: Processo SUSEP nº 15414.200222/2006-30 - Recorrente: Associação dos Agentes Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre - AIAMU; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5860 - Processo SUSEP nº 15414.003324/2008-71 - Recorrente: Companhia Internacional de Seguros - Em Liquidação Ordinária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5899 - Processo SUSEP nº 15414.000683/2007-95 - Recorrente: São Paulo Cia. Nacional de Seguros Gerais S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 5984 - Processo SUSEP nº 15414.003604/2008-89 - Recorrente: São Paulo Cia. Nacional de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6011 - Processo SUSEP nº 15414.300070/2007-55 - Recorrente: AVS Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6130 - Processo SUSEP nº 15414.200049/2009-12 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6155 - Processo SUSEP nº 15414.002703/2005-09 - Recorrente: Maxlife Seguradora do Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6239 - Processo SUSEP nº 15414.100646/2010-81 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6294 - Processo SUSEP nº 15414.300076/2010-28 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para conceder atenuante.

RECURSO Nº 6313 - Processo SUSEP nº 15414.004347/2009-83 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6523 - Processo SUSEP nº 15414.200388/2011-13 apensos: Processo SUSEP nº 15414.200383/2011-91, Processo SUSEP nº 15414.200384/2011-35, Processo SUSEP nº 15414.200385/2011-80, Processo SUSEP nº 15414.200386/2011-24, Processo SUSEP nº 15414.200387/2011-79, Processo SUSEP nº 15414.200389/2011-68 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir o aumento de 1/6 da pena.

RECURSO Nº 6575 - Processo SUSEP nº 15414.200364/2011-64 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6594 - Processo SUSEP nº 15414.100399/2011-02 - Recorrente: Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6668 - Processo SUSEP nº 15414.000569/2012-22 - Recorrente: Chubb do Brasil Cia. de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6684 - Processo SUSEP nº 15414.100101/2011-56 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6697 - Processo SUSEP nº 15414.200105/2012-14 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6759 - Processo SUSEP nº 15414.002728/2012-23 - Recorrente: ARX- RE Corretora de Reseguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6767 - Processo SUSEP nº 15414.004020/2010-45 - Recorrente: Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6836 - Processo SUSEP nº 15414.000729/2012-33 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6883 - Processo SUSEP nº 15414.000663/2011-09 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

2.3 Assuntos Gerais:

2.3.1 - Antes do julgamento de mérito do recurso nº 0411 - Processo Susep nº 15414.003240/98-12 foi examinada e reconhecida por unanimidade a admissibilidade do recurso. Após, houve o pedido de vistas do Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido para verificar aspectos de prescrição em face da Súmula Vinculante nº 21 do STJ. O Conselheiro também pediu vistas do recurso nº 4814 - Processo Susep nº 15414.002297/2006-57 com o mesmo objetivo.

2.3.2 - Os recursos números 0660 - Processo SUSEP nº 10.001021/00-15, 4895 - Processo Susep nº 15414.003427/2005-98 e 6510- Processo Susep nº 15414.005663/2011-97 foram retirados de pauta a pedido das recorrentes.

2.3.3 - O Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva pediu vistas dos recursos 5172 - Processo Susep nº 15414.003254/2008-51 e 5545 - Processo Susep nº 15414.100154/2006-18 para avaliar aspectos de prescrição em face da Súmula 21 do STF.

2.3.4 - O recurso nº 5458 - Processo Susep nº 15414.100133/2005-11 foi retirado de pauta pelo Relator.

2.3.5 - A pedido do Presidente os recursos números 5220 - Processo SUSEP nº 15414.100361/2006-64 e 6793 - Processo SUSEP nº 15414.004375/2009-09 não foram a julgamento, mas, futuramente, serão incluídos em pauta temática.

2.3.6 - Em vista do impedimento do Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva o recurso nº 6018 - Processo SUSEP nº 15414.004118/2009-69 teve seu julgamento adiado.

2.3.7 - Os recursos 6311 - Processo SUSEP nº 15414.300013/2010-71 e 6314 - Processo SUSEP nº 15414.001600/2009-47 não foram julgados em decorrência do impedimento do Conselheiro André Leal Faoro.

2.3.8 - A Conselheira Amanda Marcos Favre pediu vistas do recurso nº 6376 - Processo SUSEP nº 15414.002745/2011-80 para verificar a possibilidade da aplicação da infração continuada.

2.3.9 - O recurso 6538 - Processo Susep nº 15414.005489/2011-82 foi julgado na 209ª Sessão do CRSNSP.

2.3.10 - A pedido do Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha o recurso nº recurso nº 6592 - Processo SUSEP nº 15414.001868/2008-06 teve seu julgamento adiado.

2.4 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 216ª (ducentésima décima sexta) Sessão Pública de Julgamento pelo Presidente e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária- Executiva do CRSNSP, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2015.
WALDIR QUINTILIANO DA SILVA
Presidente

JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO DUARTE
Procurador da Fazenda Nacional

PAULO ANTONIO COSTA DE ALMEIDA PENIDO
Conselheiro

AMANDA MARCOS FAVRE
Conselheira

WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

ATA DA 217ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2015

Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 24 de agosto de 2015, Seção 1, páginas 25/26.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Antonio Carlos 375 - 11º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede do Ministério da Fazenda às 10h.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente, Dra. Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Theresa Christina Cunha Martins. Presente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Carmen Diva Beltrão Monteiro, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Washington Luis Bezerra da Silva e Valéria Camacho Martins Schmitke.

2.2 - Processos sorteados para relator:

RECURSO Nº 6964 - Processo SUSEP nº 15414.100476/2012-05 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6965 - Processo SUSEP nº 15414.500004/2011-60 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6966 - Processo SUSEP nº 15414.005759/2011-55 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6967 - Processo SUSEP nº 15414.005896/2011-90 - Recorrente: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6968 - Processo SUSEP nº 15414.100032/2012-61 - Recorrente: Brasil Veículos Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 6969 - Processo SUSEP nº 15414.000721/2011-96 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 6970 - Processo SUSEP nº 15414.004496/2007-81 - Recorrente: Thompson Administradora e corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6971 - Processo SUSEP nº 15414.100642/2010-01 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6972 - Processo SUSEP nº 15414.005823/2011-06 Recorrente: SUCV - União de Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6973 - Processo SUSEP nº 15414.200344/2011-93 - Recorrente: Salvador Lápis Junior; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6977 - Processo SUSEP nº 15414.002923/2008-77 - apenso: Processo SUSEP Nº 15414.004465/2009-91 - Recorrentes: QBE Brasil Seguros S/A; Grêmio Esportivo e Cultural dos Funcionários Públicos de Municipais de Uberlândia - MG, Banco do Brasil S/A e PRONASEG Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6978 - Processo SUSEP nº 15414.002523/2011-67 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 6979 - Processo SUSEP nº 15414.100486/2011-51 - Recorrente: Liberty Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6983 - Processo SUSEP nº 15414.300007/2010-14 - Recorrente: Sabemi Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6984 - Processo SUSEP nº 15414.100402/2010-07 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6985 - Processo SUSEP nº 15414.002632/2011-84 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6986 - Processo SUSEP nº 15414.200315/2012-11 - Recorrente: APLUB Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6987 - Processo SUSEP nº 15414.002617/2012-17 - Recorrente: Menezes Junior Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6988 - Processo SUSEP nº 15414.005126/2012-28 - Recorrente: Aplub Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6989 - Processo SUSEP nº 15414.300078/2011-06 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6990 - Processo SUSEP nº 15414.200518/2011-18 - Recorrente: Salvador Lápis Júnior; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6991 - Processo SUSEP nº 15414.200276/2012-43 - Recorrente: Aplub Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6992 - Processo SUSEP nº 15414.200172/2012-39 - Recorrente: Gente Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva

RECURSO Nº 6993 - Processo SUSEP nº 15414.001961/2009-93 - Recorrente: Delta Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 6994 - Processo SUSEP nº 15414.001662/2013-35 - apenso: Processo SUSEP Nº 15414.000947/2013-59 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6996 - Processo SUSEP nº 15414.004508/2012-34 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6997 - Processo SUSEP nº 15414.200359/2012-32 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 6998 - Processo SUSEP nº 15414.200384/2012-16 - Recorrente: Alfa Previdência e Vida S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6999 - Processo SUSEP nº 15414.003734/2011-17 - Recorrente: Sergio Alfredo Diuana; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

RECURSO Nº 7000 - Processo SUSEP nº 15414.200303/2011-05 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 7001 - Processo SUSEP nº 15414.001701/2009-18 - apenso: Processo SUSEP nº 15414.000962/2009-11 Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 7002 - Processo SUSEP nº 15414.001019/2002-59 - Recorrente: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Amanda Marcos Favre.

RECURSO Nº 7003 - Processo SUSEP nº 15414.000824/2011-56 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

RECURSO Nº 7004 - Processo SUSEP nº 15414.000463/2012-29 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 7008 - Processo SUSEP nº 15414.100677/2010-32 - Recorrente: Itaú Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 7009- Processo SUSEP nº 15414.200177/2012-61- Recorrente: Aplub Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 7010 - Processo SUSEP nº 15414.200071/2012-68 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

2.3 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 4544 - Processo SUSEP nº 10.005521/00-90 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Ausente, justificadamente, a Conselheira Valéria Camacho Martins Schmitke.

RECURSO Nº 4868 - Processo SUSEP nº 15414.200140/2004-23 - Recorrente: Confiança Cia. de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5204 - Processo SUSEP nº 15414.003602/2008-90 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 5305 - Processo SUSEP nº 15414.004164/2008-87 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5468 - Processo SUSEP nº 10.004724/00-31 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios - Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5627 - Processo SUSEP nº 15414.200049/2004-16 - Apenso: Recurso nº 5711 - Processo SUSEP nº 15414.200117/2005-10 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Ausente, justificadamente, a Conselheira Valéria Camacho Martins Schmitke.

RECURSO Nº 5653 - Processo SUSEP nº 15414.300030/2005-41 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5725 - Processo SUSEP nº 15414.004519/2005-95- Recorrente: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido. Declaração de impedimento dos Conselheiros Washington Luis Bezerra da Silva e Valéria Camacho Martins Schmitke.

RECURSO Nº 5838 - Processo SUSEP nº 15414.004682/2007-10 - Recorrente: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido. Ausente, justificadamente, a Conselheira Valéria Camacho Martins Schmitke.

RECURSO Nº 5910 - Processo SUSEP nº 15414.002304/2005-30 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5969 - Processo SUSEP nº 15414.005399/2006-24 - Recorrente: Azul Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6090 - Processo SUSEP nº 15414.003848/2007-81 - Recorrente: Associação de Proteção de Proprietários de Veículos Automotores do Estado de Goiás (APROVAGO); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6159 - Processo SUSEP nº 15414.004074/2006-24 - Apenso: Processo SUSEP nº 15414.004083/2006-15 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Declarada a prescrição da pretensão punitiva da Administração.

RECURSO Nº 6184 - Processo SUSEP nº 15414.200193/2005-25 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6213 - Processo SUSEP nº 15414.004966/2005-44 - Recorrente: Maxlife Seguradora do Brasil S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6215 - Processo SUSEP nº 15414.003033/2009-63 - Recorrente: Aplub Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para ajustar a capitulação e adequar à multa a alínea "a", inciso II do art. 26 da Resolução CNSP nº 60/2001.

RECURSO Nº 6235 - Processo SUSEP nº 15414.005030/2008-83 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido em parte.

RECURSO Nº 6265 - Processo SUSEP nº 15414.200003/2009-01 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6277 - Processo SUSEP nº 15414.300038/2010-75 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6291 - Processo SUSEP nº 15414.200105/2010-52- Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6297 - Processo SUSEP nº 15414.300119/2009-31 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6306 - Processo SUSEP nº 15414.002084/2008-97 - Recorrente: Associação Sul Mineira dos Caminhoneiros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6321 - Processo SUSEP nº 15414.004299/2008-42 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido em parte.

RECURSO Nº 6355 - Processo SUSEP nº 15414.100190/2011-31 - Recorrente: Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para conceder a atenuante prevista no inciso III do art. 53 da Resolução CNSP nº 60/2001.

RECURSO Nº 6366 - Processo SUSEP nº 15414.100657/2009-28 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para conceder a atenuante prevista no inciso III do art. 53 da Resolução CNSP nº 60/2001.

RECURSO Nº 6429 - Processo SUSEP nº 15414.002168/2010-45 - Recorrente: Companhia Internacional de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6486 - Processo SUSEP nº 15414.200489/2011-94 - Recorrente: União de Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6726 - Processo SUSEP nº 15414.100603/2010-04 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso não conhecido. Declaração de impedimento da Conselheira Valéria Camacho Martins Schmitke.

RECURSO Nº 6853 - Processo SUSEP nº 15414.200515/2011-84 - Recorrente: Sabemi Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO Nº 6869 - Processo SUSEP nº 15414.200147/2012-55 - Recorrente: APLUB Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO Nº 6892 - Processo SUSEP nº 15414.003371/2011-10 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recurso conhecido e provido.

2.4 Assuntos Gerais:

2.4.1 - O Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido solicitou vistas do recurso nº 1609 - Processo Susep nº 005-0502/00.

2.4.2 - A pedido da relatora, Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira o recurso nº 5161 - Processo Susep nº 15414.004863/2005-84 foi retirado de pauta.

2.4.3 - O recurso nº 6288 - Processo SUSEP nº 15414.200038/2011-57 baixou em diligência à secretaria executiva a fim de que seja anexada aos autos a decisão deste Conselho referente aos processos Susep números 15414.200031/2011-35, 15414.200037/2011-11 e 15414.100465/2011-35.

2.5 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 217ª (ducentésima décima sétima) Sessão Pública de Julgamento pela Presidente e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária- Executiva do CRSNSP, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pela Senhora Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2015.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO DUARTE
Procurador da Fazenda Nacional

PAULO ANTONIO COSTA DE ALMEIDA PENIDO
Conselheiro

CARMEN DIVA BELTRÃO MONTEIRO
Conselheira

WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

VALÉRIA CAMACHO MARTINS SCHMITKE
Conselheira

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.587, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2015 e a situações especiais ocorridas em 2016 (Dirf 2016) e o Programa Gerador da Dirf 2016 (PGD Dirf 2016).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, XVI e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, nos arts. 16-A, 17, 18 e 19 da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, nos arts. 60 a 83 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, nos arts. 9º a 12 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, nos arts. 3º a 6º, 8º, 30, 33 e 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos arts. 64, 67, 68, 68-A, 69, 72, 85 e 86 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos arts. 11, 28 e 29 a 36 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, nos arts. 4º, 5º, 7º a 9º, 15 e 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 25, 26, 55, 61, 65 e 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, nos arts. 29 a 31, 33 e 34 a 36 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, no art. 10 do Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, no art. 6º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, no art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e na Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º A apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2015 e a situações especiais ocorridas em 2016 (Dirf 2016), e a aprovação e utilização do Programa Gerador da Dirf 2016 (PGD Dirf 2016) serão efetuadas com observância ao disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA DIRF 2016

Art. 2º Estarão obrigadas a apresentar a Dirf 2016 as seguintes pessoas jurídicas e físicas que pagaram ou creditaram rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), ainda que em um único mês do ano-calendário, por si ou como representantes de terceiros:I - estabelecimentos matrizes de pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil, inclusive as imunes ou isentas;

II - pessoas jurídicas de direito público, inclusive os fundos públicos de que trata o art. 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - filiais, sucursais ou representações de pessoas jurídicas com sede no exterior;

IV - empresas individuais;

V - caixas, associações e organizações sindicais de empregados e empregadores;

VI - titulares de serviços notariais e de registro;

VII - condomínios edilícios;

VIII - pessoas físicas;

IX - instituições administradoras ou intermediadoras de fundos ou clubes de investimentos;

X - órgãos gestores de mão de obra do trabalho portuário;

XI - candidatos a cargos eletivos, inclusive vices e suplentes; e

XII - comitês financeiros dos partidos políticos.

§ 1º As Dirf 2016 dos serviços notariais e de registros deverão ser apresentadas:

I - no caso de serviços mantidos diretamente pelo Estado, pela fonte pagadora, mediante o seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e

II - nos demais casos, pelas pessoas físicas de que trata o art. 3º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, mediante os respectivos números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 2º Deverão também apresentar a Dirf 2016 as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País que efetuarem pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que não tenha havido a retenção do imposto, de valores referentes a:

I - aplicações em fundos de investimento de conversão de débitos externos;

II - royalties, serviços técnicos e de assistência técnica;

III - juros e comissões em geral;

IV - juros sobre o capital próprio;

V - aluguel e arrendamento;

VI - aplicações financeiras em fundos ou em entidades de investimento coletivo;

VII - carteiras de valores mobiliários e mercados de renda fixa ou renda variável;

VIII - fretes internacionais;

IX - previdência privada;

X - remuneração de direitos;

XI - obras audiovisuais, cinematográficas e videofônicas;

XII - lucros e dividendos distribuídos;

XIII - cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais;

XIV - rendimentos de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, que tiveram a alíquota do imposto sobre a renda reduzida a zero, relativos a:

a) despesas com pesquisas de mercado, bem como com aluguéis e arrendamentos de estandes e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, no exterior, inclusive promoção e propaganda no âmbito desses eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros, conforme o disposto no inciso III do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e no art. 9º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008;

b) contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior, por órgãos do Poder Executivo Federal, conforme o disposto no inciso III do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, e no art. 9º da Lei nº 11.774, de 2008;

c) comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior, nos termos do inciso II do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997;

d) despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e de emissão de documentos realizadas no exterior, nos termos do inciso XII do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, e do art. 9º da Lei nº 11.774, de 2008;

e) operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (hedge), conforme o disposto no inciso IV do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997;

f) juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais, nos termos do inciso X do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997;

g) juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações, conforme o disposto no inciso XI do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997; e

h) outros rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, com alíquota do imposto sobre a renda reduzida a zero; e

XV - demais rendimentos considerados como rendas e proventos de qualquer natureza, na forma prevista na legislação específica.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se inclusive nos casos de isenção ou alíquota zero.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no caput e nos §§ 2º e 3º, ficam também obrigadas à apresentação da Dirf 2016 as pessoas jurídicas que tenham efetuado retenção, ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a Dirf 2016, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos arts. 30, 33 e 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 5º Na hipótese de pagamentos efetuados pelos órgãos da administração direta, autarquias e fundações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o art. 33 da Lei nº 10.833, de 2003, as retenções, os recolhimentos e o cumprimento das obrigações acessórias deverão ser efetuados com observância do disposto na Instrução Normativa SRF nº 475, de 6 de dezembro de 2004.

Art. 3º Estarão, também, obrigadas a apresentar a Dirf 2016 as seguintes pessoas jurídicas de que tratam as Leis nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, ainda que os rendimentos pagos no ano-calendário não tenham sofrido retenção do imposto:

I - as bases temporárias de negócios no País, instaladas:

a) pela Fédération Internationale de Football Association (Fifa);

b) pela Emissora Fonte da Fifa; e

c) pelos Prestadores de Serviços da Fifa;

II - a Subsidiária Fifa no Brasil;

III - a Emissora Fonte da Fifa domiciliada no Brasil;

IV - o Comitê Organizador Brasileiro Ltda (LOC);

V - o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (RIO 2016); e

VI - as seguintes pessoas jurídicas, estabelecidas no Brasil, caso efetuem a atividade prevista no inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013:

a) o Comité International Olympique (CIO);

b) as empresas vinculadas ao CIO;

c) o Court of Arbitration for Sport (CAS);

d) a World Anti-Doping Agency (WADA);

e) os Comitês Olímpicos Nacionais;

f) as federações desportivas internacionais;

g) as empresas de mídia e transmissores credenciados;

h) os patrocinadores dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016;

i) os prestadores de serviços do CIO; e

j) os prestadores de serviços do RIO 2016.

Art. 4º Sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 2º, deverão ser prestadas informações relativas à retenção do IRRF e das contribuições incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nas Dirf 2016 apresentadas por:

I - órgãos públicos;

II - autarquias e fundações da administração pública federal;

III - empresas públicas;

IV - sociedades de economia mista; e

V - demais entidades de cujo capital social sujeito a voto, a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar a sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA GERADOR DA DIRF 2016

Art. 5º O PGD Dirf 2016, de uso obrigatório pelas fontes pagadoras, pessoas físicas e jurídicas, para preenchimento da Dirf 2016 ou importação de dados, utilizável em equipamentos da linha PC ou compatíveis, será aprovado por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil e disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) em seu sítio na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

§ 1º O programa de que trata o caput deverá ser utilizado para apresentação das declarações relativas ao ano-calendário de 2015, bem como das relativas ao ano-calendário de 2016 nos casos de extinção de pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, e nos casos de pessoas físicas que saírem definitivamente do País e de encerramento de espólio.

§ 2º A utilização do PGD Dirf 2016 gerará arquivo contendo a declaração validada, em condições de transmissão à RFB.

§ 3º Cada arquivo gerado conterá somente uma declaração.

§ 4º O arquivo de texto importado pelo PGD Dirf 2016 que vier a sofrer qualquer tipo de alteração deverá ser novamente submetido ao PGD Dirf 2016.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DA DIRF 2016

Art. 6º A Dirf 2016 deverá ser apresentada por meio do programa Receitanet, disponível no sítio da RFB na Internet no endereço informado no caput do art. 5º.

§ 1º A transmissão da Dirf 2016 será realizada independentemente da quantidade de registros e do tamanho do arquivo.

§ 2º Durante a transmissão dos dados, a Dirf 2016 será submetida a validações que poderão impedir sua apresentação.

§ 3º O recibo de entrega será gravado somente nos casos de validação sem erros.

§ 4º Para transmissão da Dirf 2016 das pessoas jurídicas, exceto para as optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), relativa a fatos geradores ocorridos a partir do ano-calendário de 2009, é obrigatória a assinatura digital da declaração mediante utilização de certificado digital válido, conforme o disposto no art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 969, de 21 de outubro de 2009, inclusive no caso de pessoas jurídicas de direito público.

VEDADA A VENDA DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015091800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º A transmissão da Dirf 2016 com assinatura digital mediante certificado digital válido possibilitará à pessoa jurídica acompanhar o processamento da declaração por intermédio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço informado no caput do art. 5º.

Art. 7º O arquivo transmitido pelo estabelecimento matriz deverá conter as informações consolidadas de todos os estabelecimentos da pessoa jurídica.

Art. 8º A Dirf 2016 será considerada relativa ao ano-calendário anterior, quando apresentada depois de 31 de dezembro do ano subsequente àquele no qual o rendimento tiver sido pago ou creditado.

CAPÍTULO IV

DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA DIRF 2016

Art. 9º A Dirf 2016, relativa ao ano-calendário de 2015, deverá ser apresentada até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, de 29 de fevereiro de 2016.

§ 1º No caso de extinção decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total ocorrida no ano-calendário de 2016, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Dirf 2016 relativa ao ano-calendário de 2016 até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto se o evento ocorrer no mês de janeiro de 2016, caso em que a Dirf 2016 poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março de 2016.

§ 2º Na hipótese de saída definitiva do Brasil ou de encerramento de espólio ocorrido no ano-calendário de 2016, a Dirf 2016 de fonte pagadora pessoa física relativa a esse ano-calendário deverá ser apresentada:

I - no caso de saída definitiva, até:

a) a data da saída em caráter permanente; ou

b) 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, no caso de saída em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, no mesmo prazo previsto no § 1º para apresentação da Dirf 2016 relativa ao ano-calendário de 2016.

CAPÍTULO V

DO PREENCHIMENTO DA DIRF 2016

Art. 10. Os valores referentes a rendimentos tributáveis, isentos ou com alíquotas zero, de declaração obrigatória, bem como os relativos a deduções do imposto sobre a renda ou de contribuições retidos na fonte deverão ser informados em reais e com centavos.

Art. 11. O declarante deverá informar na Dirf 2016 os rendimentos tributáveis ou isentos de declaração obrigatória, pagos ou creditados no País, bem como os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, em seu próprio nome ou na qualidade de representante de terceiros, especificados nas tabelas de códigos de receitas constantes do Anexo I desta Instrução Normativa, inclusive nos casos de isenção e de alíquota zero, com o respectivo imposto sobre a renda ou contribuições retidos na fonte.Art. 12. As pessoas obrigadas a apresentar a Dirf 2016, conforme o disposto nos arts. 2º a 4º, deverão informar todos os beneficiários de rendimentos:

I - que tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda ou de contribuições, ainda que em um único mês do ano-calendário;

II - do trabalho assalariado, quando o valor pago durante o ano-calendário for igual ou superior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos);

III - do trabalho sem vínculo empregatício, de aluguéis e de royalties, acima de R$ 6.000,00 (seis mil reais), pagos durante o ano-calendário, ainda que não tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda;

IV - de previdência privada e de planos de seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), pagos durante o ano-calendário, ainda que não tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda;

V - auferidos por residentes ou domiciliados no exterior, inclusive nos casos de isenção e de alíquota zero, observado o disposto nos §§ 6º e 7º;

VI - de pensão, pagos com isenção do IRRF, quando o beneficiário for portador de fibrose cística (mucoviscidose), tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação ou síndrome da imunodeficiência adquirida, exceto a decorrente de moléstia profissional, regularmente comprovada por laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

VII - de aposentadoria ou reforma, pagos com isenção do IRRF, desde que motivada por acidente em serviço, ou quando o beneficiário for portador de doença relacionada no inciso VI, regularmente comprovada por laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

VIII - de dividendos e lucros, pagos a partir de 1996, e de valores pagos a titular ou sócio de microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguéis, quando o valor total anual pago for igual ou superior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos);

IX - remetidos por pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País para cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais, observado o disposto nos §§ 6º e 7º;

X - decorrentes do pagamento dos benefícios indiretos e reembolso de despesas recebidos por Voluntário da Fifa, da Subsidiária Fifa no Brasil ou do LOC, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, inclusive os rendimentos isentos;

XI - tributáveis referidos no § 2º do art. 8º da Lei nº 12.350, de 2010, pagos ou creditados pelas Subsidiárias Fifa no Brasil, por Emissora Fonte da Fifa domiciliada no Brasil, pelos Prestadores de Serviços da Fifa, de que trata o art. 9º da Lei nº 12.350, de 2010, e pelo LOC, observado o disposto no § 7º;

XII - isentos referidos no caput e no § 1º do art. 10 da Lei nº 12.350, de 2010, pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela Fifa, por Subsidiária Fifa no Brasil, Emissoras Fonte da Fifa e Prestadores de Serviços da Fifa, observado o disposto no § 7º;

XIII - isentos referidos no caput e no § 3º do art. 11 da Lei nº 12.780, de 2013, pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pelo CIO, por empresas vinculadas ao CIO, pelos Comitês Olímpicos Nacionais, pelas federações desportivas internacionais, pela WADA, pelo CAS, por empresas de mídia, transmissores credenciados e pelo RIO 2016, observado o disposto no § 7º; e

XIV - pagos em cumprimento de decisão da Justiça Federal, ainda que dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), de que trata o § 1º do art. 27 da Lei nº 10.833, de 2003, observado o disposto na Instrução Normativa SRF nº 491, de 12 de janeiro de 2005.

§ 1º Em relação aos incisos VI e VII do caput deverá ser observado o seguinte:

I - se, no ano-calendário a que se referir a Dirf 2016, a totalidade dos rendimentos corresponder, exclusivamente, a pagamentos de pensão, aposentadoria ou reforma isentos por moléstia grave, deverão ser informados, obrigatoriamente, os beneficiários dos rendimentos cujo total anual tenha sido igual ou superior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos), incluindo-se o 13º (décimo terceiro) salário;

II - se, no mesmo ano-calendário, tiverem sido pagos ao portador de moléstia grave, além dos rendimentos isentos, rendimentos que sofreram tributação do IRRF, seja em decorrência da data do laudo comprobatório da moléstia, seja em função da natureza do rendimento pago, deverá ser informado na Dirf 2016 o beneficiário com todos os rendimentos pagos ou creditados pela fonte pagadora, independentemente do valor mínimo anual; e

III - o IRRF deverá deixar de ser retido a partir da data que constar no laudo que atesta a moléstia grave.

§ 2º Em relação aos beneficiários incluídos na Dirf 2016, observados os limites estabelecidos neste artigo, deverá ser informada a totalidade dos rendimentos pagos, inclusive aqueles que não tenham sofrido retenção.

§ 3º Em relação aos rendimentos de que trata o inciso II do caput, se o empregado for beneficiário de plano privado de assistência à saúde, na modalidade coletivo empresarial, contratado pela fonte pagadora, deverão ser informados os totais anuais correspondentes à participação financeira do empregado no pagamento do plano de saúde, discriminando as parcelas correspondentes ao beneficiário titular e as correspondentes a cada dependente.

§ 4º Fica dispensada a informação de rendimentos correspondentes a juros pagos ou creditados, individualizadamente, a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido da pessoa jurídica, relativos ao código de receita 5706, cujo IRRF, no ano-calendário, tenha sido igual ou inferior a R$ 10,00 (dez reais).

§ 5º Fica dispensada a informação de beneficiário de prêmios em dinheiro a que se refere o art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, cujo valor seja inferior ao limite de isenção da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme estabelecido no art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

§ 6º Fica dispensada a inclusão dos rendimentos a que se referem os incisos V e IX do caput cujo valor total anual tenha sido inferior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos) bem como do respectivo IRRF.

§ 7º Os limites de que trata este artigo não se aplicam aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pelas entidades referidas no art. 3º.

Art. 13. Deverão ser informados na Dirf 2016 os rendimentos tributáveis em relação aos quais tenha havido depósito judicial do imposto sobre a renda ou de contribuições ou que, mediante concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), não tenha havido retenção na fonte dos referidos tributos.

Parágrafo único. Os rendimentos sujeitos a ajuste na declaração de ajuste anual, pagos a beneficiário pessoa física, deverão ser informados discriminadamente.

Art. 14. A Dirf 2016 deverá conter as seguintes informações relativas aos beneficiários pessoas físicas domiciliadas no País:

I - nome;

II - número de inscrição no CPF;

III - relativamente aos rendimentos tributáveis:

a) os valores dos rendimentos pagos durante o ano-calendário, discriminados por mês de pagamento e por código de receita, que tenham sofrido retenção do IRRF, e os valores que não tenham sofrido retenção, desde que nas condições e limites constantes nos incisos II, III e VIII do caput, no inciso I do § 1º e nos §§ 4º e 5º do art. 12;

b) os valores das deduções, que deverão ser informados separadamente conforme se refiram a previdência oficial, previdência complementar e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), dependentes ou pensão alimentícia;

c) o respectivo valor do IRRF; e

d) no caso de pagamento de rendimentos de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Dirf 2016 deverá conter, ainda, a informação da quantidade de meses, correspondente ao valor pago, utilizada para a apuração do IRRF;

IV - relativamente às informações de pagamentos a plano privado de assistência à saúde, modalidade coletivo empresarial, contratado pela fonte pagadora em benefício de seus empregados:

a) número de inscrição no CNPJ da operadora do plano privado de assistência à saúde;

b) nome e número de inscrição no CPF do beneficiário titular e dos respectivos dependentes, ou, no caso de dependente menor de 16 (dezesseis) anos em 31 de dezembro do ano-calendário a que se refere a Dirf 2016, o nome e a data de nascimento do menor;

c) total anual correspondente à participação do empregado no pagamento do plano de saúde, identificando a parcela correspondente ao beneficiário titular e a correspondente a cada dependente;

V - relativamente aos rendimentos pagos que não tenham sofrido retenção do IRRF ou tenham sofrido retenção sem o correspondente recolhimento, em virtude de depósito judicial do imposto ou concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, nos termos do art. 151 do CTN:

a) os valores dos rendimentos pagos durante o ano-calendário, discriminados por mês de pagamento e por código de receita, mesmo que a retenção do IRRF não tenha sido efetuada;

b) os respectivos valores das deduções, discriminados conforme a alínea "b" do inciso III;

c) o valor do IRRF que tenha deixado de ser retido; e

d) o valor do IRRF que tenha sido depositado judicialmente;

VI - relativamente à compensação de IRRF com imposto retido no próprio ano-calendário ou em anos anteriores, em cumprimento de decisão judicial, deverá ser informado:

a) no campo "Imposto Retido" do quadro "Rendimentos Tributáveis", nos meses da compensação, o valor da retenção mensal diminuído do valor compensado;

b) nos campos "Imposto do Ano-Calendário" e "Imposto de Anos Anteriores" do quadro "Compensação por Decisão Judicial", nos meses da compensação, o valor compensado do IRRF correspondente ao ano-calendário ou a anos anteriores; e

c) no campo referente ao mês cujo valor do imposto retido foi utilizado para compensação, o valor efetivamente retido diminuído do valor compensado;

VII - relativamente aos rendimentos isentos e não tributáveis:

a) a parcela isenta de aposentadoria para maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, inclusive a correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário;

b) o valor de diárias e ajuda de custo;

c) os valores dos rendimentos pagos e das deduções com previdência oficial e pensão alimentícia, que deverão ser informados separadamente, conforme sejam pensão, aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou acidente em serviço;

d) os valores de lucros e dividendos pagos ou creditados a partir de 1996, observado o limite estabelecido no inciso VIII do caput do art. 12;

e) os valores dos rendimentos pagos ou creditados a titular ou sócio de microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguéis, observado o limite estabelecido no inciso VIII do caput do art. 12;

f) os valores das indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de Plano de Demissão Voluntária (PDV), desde que o total anual pago desses rendimentos seja igual ou superior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos);

g) os valores do abono pecuniário;

h) os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados a cobertura de gastos pessoais no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais;

i) os valores das bolsas de estudo pagos ou creditados aos médicos-residentes, nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981;

j) os valores dos benefícios indiretos e o reembolso de despesas recebidos por Voluntário da Fifa, da Subsidiária Fifa no Brasil ou do LOC, de que trata o art. 11 da Lei nº 12.350, de 2010, até o valor de 5 (cinco) salários-mínimos por mês;

k) para os beneficiários que se aposentarem a partir de 1º de janeiro de 2013, os valores pagos ou creditados por entidade de previdência complementar (fonte pagadora) desobrigados da retenção do imposto na fonte relativamente à complementação de aposentadoria recebida de entidade de previdência complementar, inclusive a relativa ao abono anual pago a título de 13º (décimo terceiro) salário,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

no limite que corresponda aos valores das contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.343, de 5 de abril de 2013; e

l) outros rendimentos do trabalho, isentos ou não tributáveis, desde que o total anual pago desses rendimentos seja igual ou superior a R$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos).

§ 1º Deverá ser informada a soma dos valores pagos em cada mês, independentemente de tratar-se de pagamento integral em parcela única, de antecipações ou de saldo de rendimentos, e o respectivo imposto retido.

§ 2º No caso de trabalho assalariado, as deduções correspondem aos valores relativos a:

I - dependentes;

II - contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - contribuições para entidades de previdência privada domiciliadas no Brasil e para o Fapi, cujo ônus tenha sido do beneficiário, destinadas a assegurar benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social e das contribuições para as entidades de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e

IV - pensão alimentícia paga em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública relativa a separação ou divórcio consensual.

§ 3º A remuneração correspondente a férias, deduzida dos abonos legais, os quais deverão ser informados como rendimentos isentos, deverá ser somada às informações do mês em que tenha sido efetivamente paga, procedendo-se da mesma forma em relação à respectiva retenção do IRRF e às deduções.

§ 4º Relativamente ao 13º (décimo terceiro) salário, deverão ser informados o valor total pago durante o ano-calendário, os valores das deduções utilizadas para reduzir a base de cálculo dessa gratificação e o respectivo IRRF.

§ 5º Deverá ser informado como rendimento tributável:

I - 10% (dez por cento) do rendimento decorrente do transporte de carga e de serviços com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados;

II - 60% (sessenta por cento) do rendimento decorrente do transporte de passageiros;

III - o valor pago a título de aluguel, diminuído dos seguintes encargos, desde que o ônus tenha sido exclusivamente do locador, e o recolhimento tenha sido efetuado pelo locatário:

a) impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o bem que tenha produzido o rendimento;

b) aluguel pago pela locação de imóvel sublocado;

c) despesas pagas para cobrança ou recebimento do rendimento; e

d) despesas de condomínio;

IV - a parte dos proventos de aposentadoria, pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma que exceda o limite da 1ª (primeira) faixa da tabela progressiva mensal vigente à época do pagamento em cada mês, pagos, a partir do mês em que o beneficiário tenha completado 65 (sessenta e cinco) anos, pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada; e

V - 25% (vinte e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado percebidos, em moeda estrangeira, por residente no Brasil, no caso de ausentes no exterior a serviço do País, em autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais pela cotação do dólar dos Estados Unidos da América fixada para compra pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento, e divulgada pela RFB.

§ 6º Na hipótese prevista no inciso V do § 5º, as deduções deverão ser convertidas em dólares dos Estados Unidos da América, pelo valor fixado, para a data do pagamento, pela autoridade monetária do país no qual as despesas foram realizadas e, em seguida, em reais, pela cotação do dólar dos Estados Unidos da América fixada para venda pelo Bacen, para o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena do mês anterior ao do pagamento, e divulgada pela RFB.

§ 7º No caso de pagamento de valores em cumprimento de decisão judicial de que trata o art. 16-A da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, além do IRRF, a Dirf 2016 deverá conter informação sobre o valor da retenção da contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS).

§ 8º No caso de pagamento de participação nos lucros ou resultados (PLR) deverão ser informados o valor total pago durante o ano-calendário, os valores das deduções utilizadas para reduzir a base de cálculo dessa participação e o respectivo IRRF.

Art. 15. A Dirf 2016 deverá conter as seguintes informações relativas aos beneficiários pessoas jurídicas domiciliadas no País:

I - o nome empresarial;

II - o número de inscrição no CNPJ;

III - os valores dos rendimentos tributáveis pagos ou creditados no ano-calendário, discriminados por mês de pagamento ou crédito e por código de receita, que:

a) tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda ou de contribuições, na fonte, ainda que o correspondente recolhimento não tenha sido efetuado, inclusive por decisão judicial; e

b) não tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda ou de contribuições, na fonte, em virtude de decisão judicial; e

IV - o respectivo valor do imposto sobre a renda ou de contribuições retidos na fonte.

Art. 16. Os rendimentos e o respectivo IRRF deverão ser informados na Dirf 2016:

I - da pessoa jurídica que tenha pagado a outras pessoas jurídicas importâncias a título de comissões e corretagens relativas a:

a) colocação ou negociação de títulos de renda fixa;

b) operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

c) distribuição de valores mobiliários emitidos, no caso de pessoa jurídica que atue como agente da companhia emissora;

d) operações de câmbio;

e) vendas de passagens, excursões ou viagens;

f) administração de cartões de crédito;

g) prestação de serviços de distribuição de refeições pelo sistema de refeições-convênio; e

h) prestação de serviços de administração de convênios; e

II - do anunciante que tenha pagado a agências de propaganda importâncias relativas à prestação de serviços de propaganda e publicidade.

Parágrafo único. O Microempreendedor Individual (MEI) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenha efetuado pagamentos sujeitos ao IRRF exclusivamente em decorrência do disposto na alínea "f" do inciso I do caput, ficará dispensado de apresentar a Dirf 2016, desde que sua receita bruta no ano-calendário anterior não exceda R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 17. As pessoas jurídicas que tenham recebido as importâncias de que trata o art. 16 deverão fornecer às pessoas jurídicas que as tenham pagado, até 31 de janeiro do ano subsequente àquele a que se referir a Dirf 2016, documento comprobatório com indicação do valor das importâncias recebidas e do respectivo imposto sobre a renda recolhido, relativos ao ano-calendário anterior.

Art. 18. Na hipótese prevista no inciso IX do caput do art. 2º, a Dirf 2016 a ser apresentada pela instituição administradora ou intermediadora deverá conter as informações segregadas por fundos ou clubes de investimentos, e discriminar cada beneficiário, os respectivos rendimentos pagos ou creditados e o IRRF.

Art. 19. O rendimento tributável de aplicações financeiras informado na Dirf 2016 deverá corresponder ao valor que tenha servido de base de cálculo do IRRF.

Art. 20. O declarante que tiver retido imposto ou contribuições a maior de seus beneficiários em determinado mês e o tenha compensado nos meses subsequentes, de acordo com a legislação em vigor, deverá informar:

I - no mês da referida retenção, o valor retido; e

II - nos meses da compensação, o valor devido do imposto ou contribuições, na fonte, diminuído do valor compensado.

Art. 21. O declarante que tiver retido imposto ou contribuições a maior e que tenha devolvido a parcela excedente aos beneficiários deverá informar, no mês em que tenha ocorrido a retenção a maior, o valor retido diminuído da diferença devolvida.

Art. 22. Na hipótese prevista no § 2º do art. 2º, a Dirf 2016 deverá conter as seguintes informações sobre os beneficiários residentes e domiciliados no exterior:

I - Número de Identificação Fiscal (NIF) fornecido pelo órgão de administração tributária no exterior;

II - indicador de pessoa física ou jurídica;

III - número de inscrição no CPF ou no CNPJ, quando houver;

IV - nome da pessoa física ou nome empresarial da pessoa jurídica beneficiária do rendimento;

V - endereço completo (rua, avenida, número, complemento, bairro, cidade, região administrativa, estado, província etc);

VI - país de residência fiscal;

VII - natureza da relação entre a fonte pagadora no País e o beneficiário no exterior, conforme Tabela constante do Anexo II desta Instrução Normativa;

VIII - relativamente aos rendimentos:

a) código de receita;

b) data de pagamento, remessa, crédito, emprego ou entrega;

c) rendimentos brutos pagos, remetidos, creditados, empregados ou entregues durante o ano-calendário, discriminados por data e por código de receita, observado o limite estabelecido no § 6º do art. 12;

d) imposto retido, quando for o caso;

e) natureza dos rendimentos, conforme Tabela constante do Anexo II desta Instrução Normativa, prevista nos Acordos de Dupla Tributação (ADT) com os países previstos na Tabela de Códigos dos Países constante do Anexo III desta Instrução Normativa; e

f) forma de tributação, conforme a Tabela constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O NIF será dispensado nos casos em que o país do beneficiário residente ou domiciliado no exterior não o exija ou nos casos em que, de acordo com as regras do órgão de administração tributária no exterior, o beneficiário do rendimento, remessa, pagamento, crédito, ou outras receitas, estiver dispensado desse número.

Art. 23. No caso de fusão, incorporação ou cisão:

I - as empresas fusionadas, incorporadas ou extintas por cisão total deverão prestar informações relativas aos seus beneficiários, de 1º de janeiro até a data do evento, sob os seus correspondentes números de inscrição no CNPJ;

II - as empresas resultantes da fusão, da cisão parcial, bem como as novas empresas que resultarem da cisão total deverão prestar as informações relativas aos seus beneficiários, a partir da data do evento, sob os seus números de inscrição no CNPJ; e

III - a pessoa jurídica incorporadora e a remanescente da cisão parcial deverão prestar informações relativas aos seus beneficiários, tanto anteriores como posteriores à incorporação e cisão parcial, para todo o ano-calendário, sob os seus respectivos números de inscrição no CNPJ.

CAPÍTULO VI

DA RETIFICAÇÃO DA DIRF 2016

Art. 24. Para alterar a Dirf 2016 apresentada anteriormente, deverá ser apresentada Dirf 2016 retificadora, por meio do sítio da RFB na Internet, no endereço informado no caput do art. 5º.

§ 1º A Dirf 2016 retificadora deverá conter todas as informações anteriormente declaradas, alteradas ou não, exceto aquelas que se pretenda excluir, bem como as informações a serem adicionadas, se for o caso.

§ 2º A Dirf 2016 retificadora de instituições administradoras ou intermediadoras de fundos ou clubes de investimentos deverá conter as informações relativas aos fundos ou clubes de investimento anteriormente declaradas, ajustadas com as exclusões ou com a adição de novas informações, conforme o caso.

§ 3º A Dirf 2016 retificadora substituirá integralmente as informações apresentadas na declaração anterior.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSAMENTO DA DIRF 2016

Art. 25. Depois de sua apresentação, a Dirf 2016 será classificada em 1 (uma) das seguintes situações:

I - "Em Processamento", indicando que foi apresentada e que o processamento ainda está sendo realizado;

II - "Aceita", indicando que o processamento foi encerrado com sucesso;

III - "Rejeitada", indicando que durante o processamento foram detectados erros e que deverá ser retificada;

IV - "Retificada", indicando que foi substituída integralmente por outra; ou

V - "Cancelada", indicando que foi cancelada, encerrando todos os seus efeitos legais.

Art. 26. A RFB disponibilizará informação referente às situações de processamento de que trata o art. 25, mediante consulta em seu sítio na Internet, no endereço informado no caput do art. 5º, com o uso do número do recibo de entrega da declaração.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 27. O declarante ficará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente, conforme disposto na Instrução Normativa SRF nº 197, de 10 de setembro de 2002, nos casos de:

I - falta de apresentação da Dirf 2016 no prazo fixado ou a sua apresentação depois do prazo; ou

II - apresentação da Dirf 2016 com incorreções ou omissões.

§ 1º No caso de órgãos públicos da administração direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as penalidades a que se refere o caput serão lançadas em nome do respectivo ente da Federação a que pertençam.

§ 2º No caso de autarquias e fundações públicas federais, estaduais, distritais ou municipais, que se constituam em unidades gestoras de orçamento, as penalidades a que se refere o caput serão lançadas em nome da respectiva autarquia ou fundação.

CAPÍTULO IX

DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

Art. 28. Os declarantes deverão manter todos os documentos contábeis e fiscais relacionados com o imposto sobre a renda ou contribuições retidos na fonte, bem como as informações relativas a beneficiários sem retenção de imposto sobre a renda ou de contribuições, na fonte, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da apresentação da Dirf 2016 à RFB.

§ 1º Os registros e controles de todas as operações, constantes na documentação comprobatória a que se refere este artigo, deverão ser separados por estabelecimento.

§ 2º A documentação de que trata este artigo deverá ser apresentada quando solicitada pela autoridade fiscalizadora.

§ 3º Não se aplica o disposto no caput em relação às informações de beneficiário de prêmios em dinheiro a que se refere o art. 14 da Lei nº 4.506, de 1964, cujo valor seja inferior a R$ 1.787,77 (um mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos) nos meses de janeiro a março de 2015 e a R$1.903,98 (um mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), a partir do mês de abril de 2015.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Para apresentação da Dirf 2016, ficam aprovadas:

I - a Tabela de Códigos de Receitas (Anexo I);

II - as Tabelas Relativas a Rendimento de Beneficiário no Exterior (Anexo II); e

III - a Tabela de Códigos dos Países (Anexo III).

Art. 30. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) editará as normas complementares a esta Instrução Normativa, em especial, as relativas ao leiaute, aos recibos de entrega e às regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos do PGD Dirf 2016.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

TABELA DE CÓDIGOS DE RECEITAS
1) BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
0561	Trabalho Assalariado no País e Ausentes no Exterior a Serviço do País Pagamento de salário, inclusive adiantamento de salário a qualquer título, indenização sujeita à tributação, ordenado, vencimento, soldo, pró-labore, remuneração indireta, retirada, vantagem, subsídio, comissão, corretagem, benefício (remuneração mensal ou prestação única) da previdência social, remuneração de conselheiro fiscal e de administração, diretor e administrador de pessoa jurídica, titular de empresa individual, gratificação e participação dos dirigentes no lucro e demais remunerações decorrentes de vínculo empregatício, recebidos por pessoa física residente no Brasil. Rendimentos efetivamente pagos a sócio ou titular de pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a título de pró-labore, aluguel e serviço prestado. Rendimentos recebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência complementar. Pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a título de incentivo à adesão a programas de demissão voluntária (PDV). Pagamentos de rendimentos de trabalho assalariado, em moeda estrangeira, a pessoas físicas residentes no Brasil, ausentes no exterior a serviço do País, por autarquias ou repartições do Governo Brasileiro, situadas no exterior.
0588	Trabalho sem Vínculo Empregatício Importâncias pagas por pessoa jurídica à pessoa física, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais e remunerações por quaisquer outros serviços prestados, sem vínculo empregatício, inclusive as relativas a empreitadas de obras exclusivamente de trabalho, as decorrentes de fretes e carretos em geral e as pagas pelo órgão gestor de mão de obra do trabalho portuário aos trabalhadores portuários avulsos.
1889	Rendimentos Acumulados - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 Rendimentos recebidos acumuladamente, inclusive aqueles oriundos de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento: - a partir de 11 de março de 2015, quando submetidos à incidência do imposto sobre a renda com base na tabela progressiva, inclusive os rendimentos pagos pelas entidades de previdência complementar; - desde 28 de julho de 2010, se provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho.
3533	Proventos de Aposentadoria, Reserva, Reforma ou Pensão Pagos pela Previdência Pública Pagamento de proventos de aposentadoria, reserva ou reforma e de pensão civil ou militar pago por previdência da União, estados, DF ou municípios (regime geral ou do servidor público).
3562	Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) Pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) objeto de negociação entre a empresa e seus empregados.
3223	Resgate de Previdência Complementar - Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante pela Tributação Exclusiva Resgates totais ou parciais pagos por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, relativos a planos de benefícios de caráter previdenciário estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, e resgates totais ou parciais de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) em decorrência de desligamento dos respectivos planos quando não há opção pela tributação exclusiva de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004.
3540	Benefício de Previdência Complementar - Não Optante pela Tributação Exclusiva Pagamento de benefício relativo a plano de caráter previdenciário estruturados nas modalidades benefício definido, contribuição definida ou contribuição variável por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, ou de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), quando não há opção pela tributação exclusiva de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004.
3556	Resgate de Previdência Complementar - Modalidade Benefício Definido - Não Optante pela Tributação Exclusiva Pagamento de resgate de valores acumulados relativos a planos de caráter previdenciário estruturados na modalidade de benefício definido, quando não há opção pela tributação exclusiva de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004.
5565	Benefício de Previdência Complementar - Optante pela Tributação Exclusiva Pagamento de valores a título de benefícios, aos participantes ou assistidos, optantes pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004, relativos a: a) planos de caráter previdenciário, por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável; b) Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); e c) planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
3579	Resgate de Previdência Complementar - Optante pela Tributação Exclusiva Pagamento de valores a título de resgates de valores acumulados, aos participantes ou assistidos, optantes pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004, relativos a: a) planos de caráter previdenciário, por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável; b) Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); e c) planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
3208	Aluguéis, Royalties e Juros Pagos a Pessoa Física Rendimentos mensais de aluguéis ou royalties, tais como: Aforamento; locação ou sublocação; arrendamento ou subarrendamento; direito de uso ou passagem de terrenos, de aproveitamento de águas, de exploração de películas cinematográficas, de outros bens móveis, de conjuntos industriais, invenções; direitos autorais (quando não percebidos pelo autor ou criador da obra); direitos de colher ou extrair recursos vegetais, pesquisar e extrair recursos minerais; juros de mora e quaisquer outras compensações pelo atraso no pagamento de royalties; o produto da alienação de marcas de indústria e comércio, patentes de invenção e processo ou fórmulas de fabricação; importâncias pagas por terceiros por conta do locador do bem ou do cedente dos direitos (juros, comissões etc.); importâncias pagas ao locador ou cedente do direito, pelo contrato celebrado (luvas, prêmios etc.); benfeitorias e quaisquer melhoramentos realizados no bem locado; despesas para conservação dos direitos cedidos (quando compensadas pelo uso do bem ou direito); Considera-se pagamento a entrega de recursos, mesmo mediante depósito em instituição financeira em favor do beneficiário, ou efetuado através de imobiliária, sendo irrelevante que esta deixe de prestar contas ao locador quando do recebimento do rendimento. Juros pagos à pessoa física decorrente da alienação a prazo de bens ou direitos.
6904	Indenizações por Danos Morais Importâncias pagas a título de indenizações por danos morais, decorrentes de sentença judicial.
6891	Benefício ou Resgate de Seguro de Vida com Cláusula de Cobertura por Sobrevivência - Não Optante pela Tributação Exclusiva Importâncias pagas a pessoa física a titulo de benefícios ou resgates relativos a planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, quando não há opção pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 21 de dezembro de 2004.
8053	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Física Rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, decorrentes de alienação, liquidação (total ou parcial), resgate, cessão ou repactuação do título ou aplicação. Rendimentos auferidos pela entrega de recursos à pessoa jurídica, sob qualquer forma e a qualquer título, independentemente de ser ou não a fonte pagadora instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Rendimentos predeterminados obtidos em operações conjugadas realizadas: nos mercados de opções de compra e venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box); no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários; e no mercado de balcão. Rendimentos obtidos nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Rendimentos periódicos produzidos por título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados. Rendimentos auferidos nas operações de mútuo de recursos financeiros entre pessoa física e pessoa jurídica e entre pessoas jurídicas, inclusive controladoras, controladas, coligadas e interligadas. Rendimentos obtidos nas operações de mútuo e de compra vinculada à revenda tendo por objeto ouro, ativo financeiro; Rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança e sobre juros produzidos por letras hipotecárias.

2) BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1708	Remuneração de Serviços Profissionais Prestados por Pessoa Jurídica (art. 52 da Lei nº 7.450, de 1985) Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas civis ou mercantis pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional. OBSERVAÇÃO: Nos casos de: a) comissões, corretagens ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais, consulte o código 8045; b) serviços de propaganda e publicidade, consulte código o 8045; c) prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e por locação de mão de obra, consulte linha seguinte; d) pagamentos efetuados em cumprimento de decisão da Justiça do Trabalho, consulte o código 5936. Os serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas sujeitam-se também a retenção das contribuições sociais a que se refere a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2002, arts. 30 a 32, 35 e 36 e Instrução Normativa SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004 (consulte os códigos 5952, 5987, 5960 e 5979).
1708	Remuneração de Serviços de Limpeza, Conservação, Segurança e Locação de Mão de obra Prestados por Pessoa Jurídica (art. 3º do DL nº 2.462, de 1988) Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, exceto reformas e obras assemelhadas; segurança e vigilância; e por locação de mão de obra de empregados da locadora colocados a serviço da locatária, em local por esta determinado.
3280	Remuneração de Serviços Pessoais Prestados por Associados de Cooperativas de Trabalho (art. 45 da Lei nº 8.541, de 1992) Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a cooperativas de trabalho, associações de profissionais ou assemelhadas, relativas a serviços pessoais que lhes forem prestados por associados destas ou colocados à disposição.
3426	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, Exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Jurídica Rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, decorrentes de alienação, liquidação (total ou parcial), resgate, cessão ou repactuação do título ou aplicação. Rendimentos auferidos pela entrega de recursos à pessoa jurídica, sob qualquer forma e a qualquer título, independentemente de ser ou não a fonte pagadora instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Rendimentos predeterminados obtidos em operações conjugadas realizadas: nos mercados de opções de compra e venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box); no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão. Rendimentos obtidos nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Rendimentos periódicos produzidos por título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados. Rendimentos auferidos nas operações de mútuo de recursos financeiros entre pessoa física e pessoa jurídica e entre pessoas jurídicas, inclusive controladoras, controladas, coligadas e interligadas. Rendimentos auferidos em operações de adiantamento sobre contratos de câmbio de exportação, não sacado (trava de câmbio), bem como operações com export notes, com debêntures, com depósitos voluntários para garantia de instância e com depósitos judiciais ou administrativos, quando seu levantamento se der em favor do depositante. Rendimentos obtidos nas operações de mútuo e de compra vinculada à revenda tendo por objeto ouro, ativo financeiro. Rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança e sobre juros produzidos por letras hipotecárias.
3746	Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Cofins Os pagamentos referentes à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, exceto pneumáticos, quando efetuados por pessoa jurídica fabricante: I - de peças, componentes ou conjuntos destinados aos produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; II - de produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.
3770	Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte do PIS/Pasep Os pagamentos referentes à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, exceto pneumáticos, quando efetuados por pessoa jurídica fabricante: I - de peças, componentes ou conjuntos destinados aos produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; II - de produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.
5944	Pagamentos de Pessoa Jurídica a Pessoa Jurídica por Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos e Administração de Contas a Pagar e a Receber Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a título de prestação de serviços a outras pessoas jurídicas que explorem as atividades de prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, e administração de contas a pagar e a receber.
5952	Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e de locação de mão de obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela prestação de serviços profissionais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5960	Retenção de Cofins sobre Pagamentos Efetuados por Pessoas Jurídicas de Direito Privado Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços indicados no código 5952, quando a beneficiária não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e/ou a Contribuição para o PIS/Pasep por força de decisão judicial ou por ser isenta.
5979	Retenção de PIS/Pasep sobre Pagamentos efetuados por Pessoas Jurídicas de Direito Privado Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços indicados no código 5952, quando a beneficiária não recolher a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e/ou a CSLL por força de decisão judicial ou por ser isenta.
5987	Retenção de CSLL sobre Pagamentos Efetuados por Pessoas Jurídicas de Direito Privado Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços indicados no código 5952, quando a beneficiária não recolher a Cofins e/ou o PIS/Pasep por força de decisão judicial ou por ser isenta.
4085	Retenção de CSLL, Cofins e PIS/Pasep sobre pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações dos Estados, Distrito Federal e Municípios Pagamentos efetuados às pessoas jurídicas de direito privado por órgãos, autarquias e fundações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, nos termos do art. 33 da Lei nº 10.833, de 2003.
4397	Retenção de CSLL sobre pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações dos Estados, Distrito Federal e Municípios Pagamentos efetuados às pessoas jurídicas de direito privado por órgãos, autarquias e fundações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, nos termos do art. 33 da Lei nº 10.833, de 2003, quando a beneficiária não recolher Cofins e/ou PIS/Pasep por força de decisão judicial ou por ser isenta.
4407	Retenção de Cofins sobre pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações dos Estados, Distrito Federal e Municípios Pagamentos efetuados às pessoas jurídicas de direito privado por órgãos, autarquias e fundações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, nos termos do art. 33 da Lei nº 10.833, de 2003, quando a beneficiária não recolher CSLL e/ou PIS/Pasep por força de decisão judicial ou por ser isenta.
4409	Retenção de PIS/Pasep sobre pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações dos Estados, Distrito Federal e Municípios Pagamentos efetuados às pessoas jurídicas de direito privado por órgãos, autarquias e fundações dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, nos termos do art. 33 da Lei nº 10.833, de 2003, quando a beneficiária não recolher Cofins e/ou CSLL por força de decisão judicial ou por ser isenta.
8045	Comissões e Corretagens Pagas a Pessoa Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985) Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas a título de comissões, corretagens, ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais. OBSERVAÇÃO: É vedado às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional exercer atividades de representação comercial ou mediação na realização de negócios civis e comerciais.
8045	Serviços de Propaganda Prestados por Pessoa Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985) Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de propaganda e publicidade.

3) BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
0916	Prêmios e Sorteios em Geral, Títulos de Capitalização, Prêmios de Proprietários e Criadores de Cavalos de Corrida e Prêmios em Bens e Serviços. Prêmios distribuídos, sob a forma de bens e serviços, mediante concursos e sorteios de qualquer espécie, exceto a distribuição realizada por meio de vale-brinde. Lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, inclusive as instantâneas e as de finalidade assistencial ou exploradas pelo Estado, concursos desportivos, compreendidos os de turfe, sorteios de qualquer espécie, exceto os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas, bem como os prêmios em concursos de prognósticos desportivos, qualquer que seja o valor do rateio atribuído a cada ganhador. Prêmios pagos aos proprietários e criadores de cavalos de corrida. Benefícios líquidos resultantes da amortização antecipada, mediante sorteio, dos títulos de capitalização e os benefícios atribuídos aos portadores de títulos de capitalização nos lucros da empresa emitente.
8673	Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Bens e Serviços Prêmios distribuídos, sob a forma de bens e serviços, mediante sorteios de jogos de bingo permanente ou eventual.
0924	Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e demais Rendimentos de Capital Rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e pelo Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines). Juros não especificados pagos a pessoa física. Demais rendimentos de capital auferidos por pessoa física ou jurídica.
3277	Rendimentos de Partes Beneficiárias ou de Fundador Interesses ou quaisquer outros rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador.
5204	Juros e Indenizações por Lucros Cessantes Importâncias pagas a título de juros e indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial.
5232	Fundos de Investimento Imobiliário Rendimentos auferidos pela carteira dos Fundos de Investimento Imobiliário. Rendimentos distribuídos pelo Fundo aos seus cotistas. Rendimento auferido pelo cotista no resgate de cotas na liquidação do Fundo.
5273	Operações de SWAP Rendimentos auferidos em operações de swap, inclusive nas operações de cobertura (hedge), realizadas por meio de swap.
5706	Juros sobre o Capital Próprio Juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido da pessoa jurídica e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
5928	Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988. Rendimentos pagos em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, exceto, no caso de beneficiário pessoa física, os rendimentos recebidos acumuladamente, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, no ano-calendário de 2015 (consulte o código 1889 e "Esclarecimentos Adicionais"): - decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; - os provenientes do trabalho; e - a partir de 11 de março de 2015, os demais rendimentos submetidos à incidência do imposto sobre a renda com base na tabela progressiva.
5936	Rendimentos decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988. Rendimentos em cumprimento de decisão ou acordo homologado pela justiça trabalhista, inclusive atualização monetária e juros e pagamento de remuneração pela prestação de serviços no curso do processo judicial, quando: a) não sejam pagos acumuladamente; ou b) pagos acumuladamente e sejam relativos ao ano-calendário de 2015.
1895	Rendimentos decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988. Rendimentos pagos ou creditados em cumprimento de decisão da Justiça Estadual e do Distrito Federal, exceto, no caso de beneficiário pessoa física, os rendimentos recebidos acumuladamente, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, no ano-calendário de 2015 (consulte o código 1889 e "Esclarecimentos Adicionais"): - decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; - os provenientes do trabalho; e - a partir de 11 de março de 2015, os demais rendimentos submetidos à incidência do imposto sobre a renda com base na tabela progressiva.
6800	Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento. Rendimentos produzidos por aplicações em fundos de investimento e em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
6813	Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações Rendimentos produzidos por aplicações em fundos de investimento em ações e em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em ações. Rendimentos produzidos por aplicações em Fundos Mútuos de Privatização com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
8468	Operações Day Trade Rendimentos auferidos em operações day trade realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas. Observação: Ocorre a retenção nas operações descritas, quando realizadas por investidor residente ou domiciliado no País ou por investidor residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996.
9385	Multas e Vantagens Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica correspondentes a multas e qualquer outra vantagem, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, excetuadas as importâncias pagas ou creditadas em conformidade com a legislação trabalhista e aquelas destinadas a reparar danos patrimoniais.
5557	Mercado de Renda Variável Operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, exceto day trade. Operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários negociados no mercado à vista. Operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa. OBSERVAÇÃO: Ocorre a retenção nas operações descritas, quando realizadas por investidor residente ou domiciliado no País ou por investidor residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a uma alíquota máxima inferior a 20%.
5029	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Atuvos Financeiros Ganho de capital decorrente da integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros. ATENÇÃO: Não se aplica a retenção na fonte de que trata este item aos contribuintes: - Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, hipótese em que o ganho de capital será computado no lucro real; - Pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, hipótese em que o ganho de capital comporá o lucro presumido ou ao lucro arbitrado.

4) BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DE RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
0422	Royalties e Pagamento de Assistência Técnica
0490	Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento de Conversão de Débitos externos
0481	Juros e Comissões em Geral
9453	Juros Sobre o Capital Próprio
9478	Aluguel e Arrendamento
5286	Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo, Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários, Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável
0473	Rendas e Proventos de Qualquer Natureza
9412	Fretes Internacionais
0610	Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Carga, Auferidos por Transportador Autônomo Pessoa Física, Residente na República do Paraguai, considerado como Sociedade Unipessoal nesse País
9466	Benefício ou Resgate de Previdência Complementar e Fapi
9427	Remuneração de Direitos
5192	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5) BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA - Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996

CÓDIGO	NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO
6147	Alimentação; Energia elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012; Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatológia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica de que trata o art. 31 e parágrafo único da IN RFB nº 1.234, de 2012; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; Mercadorias e bens em geral.
6175	Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, exceto as relacionadas no código 8850.
6188	Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, de valores mobiliários e de câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; Seguro Saúde.
6190	Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza; Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; Demais serviços
8739	Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da AgriculturaFamiliar (Pronaf).
8767	Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; Estaleiros navais brasileiros nas atividades de Construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997; Produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB nº 1.234, de 2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB nº 1.234, de 2012; Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k"do inciso I do art. 5º da IN RFB nº 1.234, de 2012; Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB nº1.234, de 2012.
8850	Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.
8863	Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.
9060	Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB nº1.234, de 2012; Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou do distribuidor, de que trata o art. 20 da IN RFB nº1.234, de 2012; Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB nº 1.234, de 2012

Obs.: No caso de pessoa jurídica ou de receitas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, do imposto de renda ou de uma ou mais contribuições, a retenção dar-se-á mediante a aplicação das alíquotas específicas, correspondente ao imposto de renda ou às contribuições não alcançadas pela isenção, não incidência ou pela alíquota zero. Hipótese em que o recolhimento será efetuado mediante a utilização dos códigos próprios, quais sejam:
a) 6243 - no caso de Cofins;
b) 6228 - no caso de CSLL;
c) 6256 - no caso de IRPJ; e
d) 6230 - no caso de Contribuição para o PIS/Pasep.

ANEXO II

TABELAS RELATIVAS A RENDIMENTO DE BENEFICIÁRIO NO EXTERIOR

1) Informações sobre os tipos de rendimentos

Código	Descrição
100	Rendas de propriedade imobiliária
110	Rendas do transporte internacional
120	Lucros e dividendos distribuídos
130	Juros
140	Royalties, serviços técnicos e de assistência técnica
150	Ganhos de Capital
160	Rendas do trabalho sem vínculo empregatício
170	Renda do trabalho com vínculo empregatício
180	Remuneração de administradores
190	Rendas de artistas e de esportistas
200	Pensões
210	Pagamentos governamentais
220	Rendas de professores e pesquisadores
230	Rendas de estudantes e aprendizes
240	Rendimentos de empregados ou contratados - COPA
250	Prêmios de árbitros, jogadores de futebol e outros membros das delegações - COPA
260	Pagamentos a pessoas físicas não residentes no Brasil, empregados ou contratados, árbitros, juízes e pessoas físicas prestadores de serviços de cronômetro e placar e de prêmios para competidores - OLIMPIADAS.
270	Seguros e Resseguros
300	Outras rendas

2) Informações sobre a forma de tributação

Código	Descrição
10	Retenção do IRRF - alíquota padrão.
11	Retenção do IRRF - alíquota da tabela progressiva.
12	Retenção do IRRF - alíquota diferenciada (países com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado).
13	Retenção do IRRF - alíquota limitada conforme cláusula em convênio.
30	Retenção do IRRF - outras hipóteses.
40	Não retenção do IRRF - isenção estabelecida em convênio.
41	Não retenção do IRRF - isenção prevista em lei interna
42	Não retenção do IRRF - alíquota Zero prevista em lei interna
43	Não retenção do IRRF - pagamento antecipado do imposto
44	Não retenção do IRRF - medida Judicial
50	Não retenção do IRRF - outras hipóteses

3) Informações sobre os beneficiários dos rendimentos

Código	Descrição
500	A fonte pagadora é matriz da beneficiária no exterior.
510	A fonte pagadora é filial, sucursal ou agência de beneficiária no exterior.
520	A fonte pagadora é controlada ou coligada da beneficiária no exterior, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
530	A fonte pagadora é controladora ou coligada da beneficiária no exterior, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976.
540	A fonte pagadora e a beneficiária no exterior estão sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos 10% do capital de cada uma, pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica.
550	A fonte pagadora e a beneficiária no exterior têm participação societária no capital de uma terceira pessoa jurídica, cuja soma as caracterize como controladoras ou coligadas na forma dos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976.
560	A fonte pagadora ou a beneficiária no exterior mantenha contrato de exclusividade como agente, como distribuidor ou como concessionário nas operações com bens, serviços e direitos.
570	A fonte pagadora e a beneficiária mantêm acordo de atuação conjunta.
900	Não há relação entre a fonte pagadora e a beneficiária no exterior.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

TABELA DE CÓDIGOS DOS PAÍSES

CÓDIGO	PAÍS
13	Afeganistão
17	Albânia, República da
23	Alemanha
31	Burkina Faso
37	Andorra
40	Angola
41	Anguilla
43	Antigua E Barbuda
47	Antilhas Holandesas
53	Arábia Saudita
59	Argélia
63	Argentina
64	Armênia, República da
65	Aruba
69	Austrália
72	Austria
73	Azerbaijão, República do
77	Bahamas, Ilhas
80	Bahrein, Ilhas
81	Bangladesh
83	Barbados
85	Belarus, República da
87	Bélgica
88	Belize
90	Bermudas
93	Mianmar (Birmânia)
97	Bolívia
98	Bosnia-Herzegovina (República da)
101	Botsuana
108	Brunei
111	Bulgária, República da
115	Burundi
119	Butão
127	Cabo Verde, República de
137	Cayman, Ilhas
141	Camboja
145	Camarões
149	Canadá
150	Jersey, Ilha do Canal
151	Canárias, Ilhas
153	Cazaquistao, República do
154	Catar
158	Chile
160	China, República Popular
161	Formosa (Taiwan)
163	Chipre
165	Cocos-Keeling, Ilhas
169	Colômbia
173	Comores, Ilhas
177	Congo
183	Cook, Ilhas
187	Coréia, Rep.Pop.Democrática
190	Coréia, República da
193	Costa do Marfim
195	Croácia, República da
196	Costa Rica
198	Coveite
199	Cuba
229	Benin
232	Dinamarca
235	Dominica, Ilha
239	Equador
240	Egito
243	Eritreia
244	Emirados Árabes Unidos
245	Espanha
246	Eslovênia, República da
247	Eslovaca, República
249	Estados Unidos
251	Estônia, República da
253	Etiópia
255	Falkland (Ilhas Malvinas)
259	Feroe, Ilhas
267	Filipinas
271	Finlândia
275	França
281	Gabão
285	Gambia
289	Gana
291	Geórgia, República da
293	Gibraltar
297	Granada
301	Grécia
305	Groenlândia
309	Guadalupe
313	Guam
317	Guatemala
325	Guiana Francesa
329	Guiné
331	Guiné-Equatorial
334	Guiné-Bissau
337	Guiana
341	Haiti
345	Honduras
351	Hong Kong
355	Hungria, República da
357	Iemen
359	Man, Ilha de
361	India
365	Indonésia
369	Iraque
372	Irã, República Islâmica do
375	Irlanda
379	Islândia
383	Israel
386	Itália
391	Jamaica
396	Johnston, Ilhas
399	Japão
403	Jordânia
411	Kiribati
420	Laos, Rep.Pop.Democr.do
423	Lebuan, Ilhas
426	Lesoto
427	Letônia, República da
431	Líbano
434	Libéria
438	Líbia
440	Liechtenstein
442	Lituânia, República da
445	Luxemburgo
447	Macau
449	Macedônia, Ant.Rep.Iugoslava
450	Madagascar
452	Madeira, Ilha da
455	Malásia
458	Malavi
461	Maldivas
464	Mali
467	Malta
472	Marianas do Norte
474	Marrocos
476	Marshall, Ilhas
477	Martinica
485	Maurício
488	Mauritânia
490	Midway, Ilhas
493	México
494	Moldavia, República da
495	Mônaco
497	Mongólia
498	Montenegro
499	Micronésia
501	Montserrat, Ilhas
505	Moçambique
507	Namíbia
508	Nauru
511	Christmas,Ilhas (Navidad)
517	Nepal
521	Nicarágua
525	Niger
528	Nigéria
531	Niue, Ilha
535	Norfolk, Ilha
538	Noruega
542	Nova Caledônia
545	Papua Nova Guiné
548	Nova Zelândia
551	Vanuatu
556	Omã
566	Pacífico, Ilhas do (possessão dos EUA)
573	Países Baixos (Holanda)
575	Palau
576	Paquistão
580	Panamá
586	Paraguai
589	Peru
593	Pitcairn, Ilha De
599	Polinésia Francesa
603	Polônia, República da
607	Portugal
611	Porto Rico
623	Quênia
625	Quirguiz, República da
628	Reino Unido
640	República Centro-Africana
647	República Dominicana
660	Reunião, Ilha
665	Zimbabue
670	Romênia
675	Ruanda
676	Rússia, Federação da
677	Salomão, Ilhas
678	Saint Kitts e Nevis
685	Saara Ocidental
687	El Salvador
690	Samoa
691	Samoa Americana
695	São Cristovão e Neves, Ilhas
697	San Marino
700	São Pedro e Miquelon
705	São Vicente e Granadinas
710	Santa Helena
715	Santa Lúcia
720	São Tomé e Príncipe, Ilhas
728	Senegal
731	Seychelles
735	Serra Leoa
737	Servia
741	Cingapura
744	Síria, República Árabe da
748	Somália
750	Sri Lanka
754	Suazilândia
756	África do Sul
759	Sudão
764	Suécia
767	Suíça
770	Suriname
772	Tadjiquistão, República do
776	Tailândia
780	Tanzania, Rep. Unida da
782	Território Britânico no Oceano Índico
783	Djibuti
788	Chade
791	Tcheca, República
795	Timor Leste
800	Togo
805	Toquelau, Ilhas
810	Tonga
815	Trinidad e Tobago
820	Tunísia
823	Turcas e Caicos, Ilhas
824	Turcomenistão, República do
827	Turquia
828	Tuvalu
831	Ucrânia
833	Uganda
845	Uruguai
847	Uzbequistão, República do
848	Vaticano, Est. da Cidade do
850	Venezuela
858	Vietnã
863	Virgens, Ilhas (Britânicas)
866	Virgens, Ilhas (E.U.A.)
870	Fiji
873	Wake, Ilha
875	Wallis e Futuna, Ilhas
888	Congo, República Democrática do
890	Zâmbia
998	Delegação Especial da Palestina

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0001-97.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 12448.72761/2015-95, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0001-97, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Winston Classic	3.1) R$ 5,75 / vintena	4.1) 58.500
2.2) Winston Blue	3.2) R$ 5,75 / vintena	4.2) 74.000
5) Cigarro	King Size 84 mm	
6) Embalagem	Rígida (Box)	
7) Valor Taxa art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil Rio de Janeiro I	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0002-78.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10300.000081/0915-04, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0002-78, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Winston Classic	3.1) R$ 5,75 / vintena	4.1) 177.000
2.2) Winston Blue	3.2) R$ 5,75 / vintena	4.2) 138.000
5) Cigarro	King Size 84 mm	
6) Embalagem	Rígida (Box)	
7) Valor Taxa art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil Rio de Janeiro I	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0003-59.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.721654/2015-67, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JT Internacional do Brasil Ltda, CNPJ 03.922.088/0003-59, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Winston Classic	3.1) R$ 5,75 / vintena	4.1) 58.500
2.2) Winston Blue	3.2) R$ 5,75 / vintena	4.2) 74.000
5) Cigarro	King Size 84 mm	
6) Embalagem	Rígida (Box)	
7) Valor Taxa art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721882/2015-56, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de origem	Cuba
2) Marca comercial	Plaza Gold KS
3) Cigarro	King Size 83 mm
4) Embalagem	Maço
5) Preço de venda a varejo	R$ 6,25 / vintena
6) Quantidade autorizada de vintenas	1.080.000
7) Valor taxa art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos selos de controle	R$ 0,01 / vintena - Selo vermelho
8) Unidade da RFB para aquisição dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721967/2015-34, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de origem	Romênia
2) Marca comercial	DUNHILL OF LONDON FINE CUT
3) Cigarro	Fine Cut 94 mm
4) Embalagem	Box
5) Preço de venda a varejo	R$ 8,75 / vintena
6) Quantidade autorizada de vintenas	2.160.000
7) Valor taxa art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos selos de controle	R$ 0,01 / vintena - Selo vermelho
8) Unidade da RFB para aquisição dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 431, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721685/2015-12 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 328I 3A51, ano 2012, cor preta, chassi WBA3A5109DF233946, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/0823813-4, de 07/05/2012, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Embaixada do Estado da Palestina no Brasil, CNPJ: 05.361.544/0001-00, para a Sra. Maria da Conceição Maia Awwad, CPF: 221.020.601-44.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art.302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado no inciso I, do §1º, da lei 9.430/96 e no alínea "a" do inciso II, do art. 27 e §2º do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº. 1.470, de 30 de maio de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 10166.722.725/2015-16, declara:

Art. 1º BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de nº 08.881.973/0001-99, em nome de EDVALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA - ME, por inexistência de fato, conforme consta no processo de nº 10166.722.725/2015-16.

ROSÂNGELA DIAS GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Chefe do SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.722836/2015-41, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada ROSINEIDE DIAS DOS SANTOS 62440497134, CNPJ nº 16.767.676/0001-45, desde a data 28/08/2012;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Chefe do SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.721799/2015-53, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada BERNADETE DE SOUSA 47465085349, CNPJ nº 12.680.577/0001-70, desde a data 18/10/2010;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Chefe do SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.721799/2015-53, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada WENDELL JACINTO PEREIRA 03063001171, CNPJ nº 14.641.321/0001-80, desde a data 20/11/2011;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Chefe do SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.724632/2015-44, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada LUCINEIDE DE SOUSA BRITO 82923922115, CNPJ nº 13.445.249/0001-52, desde a data 31/03/2011;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Chefe do SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.725199/2015-64, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada DIEMES ADRIANO FERNANDES 993558332-53, CNPJ nº 12.070.950/0001-71, desde a data 11/06/2010;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA PORÃ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA PORÃ/MS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009; e atendendo às informações prestadas pelo(s) documento(s) protocolado(s) nº PROTOCOLO/IRF/PPA/MS Nº 1138/2015 pertencente(s) ao(s) dossiê(s) 10090.000574/0915-21, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º - Autorizados os procedimentos diferenciados aplicados à admissão temporária na hipótese prevista no inciso I, do caput do art. 2º da Instrução Normativa RFB 1361/13, quando o local da primeira entrada dos bens no País for o município de Ponta Porã/MS, nos termos do art. 48 Instrução Normativa RFB 1361, de 21 de Maio de 2013, enfatizando-se que o órgão solicitante, Federação de Motociclismo de Mato Grosso do Sul, CNPJ 15.529.050/0001-38 , ficará responsável pelo cumprimento das exigências e formalidades estabelecidas na Instrução Normativa citada.

Piloto	Dados do Veículo	Data do Evento	Local do Evento
Agenor Blans Rodrigues	Moto: KX 250F Chassi: JKAKXMZC2FA025424	19/09/2015 e 20/09/2015	Amambai/MS
	Moto: KX 250F Chassi: JKAKXMZC3FA026100		
	Moto: KX 450F Chassi: JKAKXGFCOEA024695		

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO RODRIGUES DE BRITO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de2003.

A CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/2ªRF nº 599 de 02 de setembro de 2015, publicada no DOU de 08 de setembro de 2015 e Portaria DRF/MCA nº 26 de 13 de junho de 2014, publicada no DOU de 17/06/2014 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica A C GONÇALVES - ME, CNPJ 14.537.336/0001-00, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Macapá/AP, no endereço: Rua Eliezer Levy, 1350 - Centro - CEP 68900.083 - Macapá-AP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE CAMACHO TELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata os arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da competência delegada pelo art. 302-IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 1.098/2013, na Portaria RFB 1.069/2008, nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212/2010 (Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI), no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 866/2008, considerando a solicitação de enquadramento de bebidas Do sujeito passivo COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE BEBIDA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 15.597.751/0001-04, e considerando tudo o que consta do e-Dossiê nº 10100.000191/0715-61, declara:

Art. 1º. Os produto relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata o art. 209 do Decreto nº 7.212/2010, será classificado conforme Tabela abaixo.

Art. 2º. O deferimento do pedido de enquadramento ou reenquadramento não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.464/2014, conforme disposto no inciso II do §3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866/2008.

Art. 3º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HERBERT CAVALCANTE VASCONCÉLOS

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
15.597.751/0001-04	NORDESTINA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	F
15.597.751/0001-04	NORDESTINA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	C
15.597.751/0001-04	NORDESTINA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
15.597.751/0001-04	NORDESTINA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	C
15.597.751/0001-04	NORDESTINA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
15.597.751/0001-04	NORDOFF	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
15.597.751/0001-04	NORDOFF	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF LEMON	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF RASPBERRY	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF COCONUT	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF PINEAPPLE	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF BANANA MIX	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H
15.597.751/0001-04	NORDOFF PASSIONFRUIT	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	H

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAURO DE FREITAS

PORTARIA Nº 57, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Estabelece procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas (PJ) relativos ao agendamento de atendimento de serviços no CAC da DRF-Lauro de Freitas (BA) e na ARF-Alagoinhas (BA).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAURO DE FREITAS (BA), no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado por meio da Portaria do Ministério da Fazenda n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no parágrafo 1º, inciso II, e no parágrafo 2º do artigo 1º da Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º As pessoas jurídicas deverão agendar, obrigatoriamente, mediante acesso ao sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>, o atendimento de serviços no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas e na Agência da Receita Federal do Brasil em Alagoinhas (BA), ressalvados os casos considerados urgentes e situações excepcionais.

Parágrafo único. Os serviços disponibilizados pela internet, no sítio da RFB, não serão objeto de atendimento presencial, ressalvadas as situações excepcionais, a critério da unidade de atendimento.

Art. 2º A disponibilidade de vagas para agendamento levará em consideração a capacidade operacional de atendimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

GLADISTOM MATOS SILVA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5017, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Em razão das disposições nas Notas PGFN/CASTF nº 174 e PGFN/CRJ nº 604, ambas de 2015, e no Ato Declaratório Interpretativo nº 5/2015 e, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade do art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212, de 1991, proferida pelo STF em sede de julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, nos termos do art. 543-B do CPC, a contribuição patronal a cargo da tomadora de serviços prestados por cooperado com intermediação de cooperativa de trabalho não é mais exigível pela RFB. No entanto, a contribuição do cooperado, como contribuinte individual, deverá ser retida e recolhida pela cooperativa no montante de 20% da remuneração recebida por ele.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 152, DE 2015

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, inciso IV e §§ 4º, 5º e 7º; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF nº174, de 2015; Nota PGFN/CRJ nº 604, de 2015; RE 595.838; ADI RFB nº5, de 2015; ADE Codac nº 14, de 2015.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 574, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Transfere, temporariamente, competências entre subunidades no âmbito das Delegacias da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares e Juiz de Fora.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª RF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 300 e art. 314, §1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando a disponibilidade dos dados cadastrais e fiscais de forma eletrônica, a flexibilização propiciada pelo uso do e-processo e a transmissão digitalizada dos documentos no âmbito da RFB, resolve:

Art. 1º Ficam transferidas da Agência da Receita Federal do Brasil em Muriaé, subordinada ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, para a Agência da Receita Federal do Brasil em Manhuaçu, subordinada ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares, as competências constantes do artigo 231 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, relativamente aos contribuintes das jurisdições dos municípios de Carangola, Divino, Faria Lemos, Fervedouro, Pedra Dourada, São Francisco do Glória e Tombos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até 31 de dezembro de 2016.

FLÁVIO ANTONIO SOUZA ABREU

PORTARIA Nº 575, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Transfere, temporariamente, competências entre subunidades no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª RF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 300 e art. 314, §1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando a disponibilidade dos dados cadastrais e fiscais de forma eletrônica, a flexibilização propiciada pelo uso do e-processo e a transmissão digitalizada dos documentos no âmbito da RFB, resolve:

Art. 1º Ficam transferidas da Agência da Receita Federal do Brasil em Muriaé para a Agência da Receita Federal do Brasil em Cataguases, ambas subordinadas ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, as competências constantes do artigo 231 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, relativamente aos contribuintes da jurisdição do município de Rosário de Limeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até 31 de dezembro de 2016.

FLÁVIO ANTONIO SOUZA ABREU

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 10010.009996/0815-42, declara:

Art. 1º Inscrita no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 06101/206, a empresa JECEABA AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA -ME, CNPJ Nº 16.421.974/0001-89, estabelecida na Rua Antônio Ribeiro Souza, nº 660, Cx.Rural, Fazenda Bela Vista, Zona Rural, Jeceaba, MG; na atividade de PRODUTOR de bebidas classificadas na TIPI na posição NCM sob o código 22.08; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF nº 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO TIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 10010.009996/0815-42, declara:

Art. 1º Inscrita no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 06101/207, a empresa JECEABA AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA -ME, CNPJ Nº 16.421.974/0001-89, estabelecida na Rua Antônio Ribeiro Souza, nº 660, Cx.Rural, Fazenda Bela Vista, Zona Rural, Jeceaba, MG; na atividade de ENGARRAFADOR de bebidas classificadas na TIPI na posição NCM sob o código 22.08; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF nº 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO TIAGO SANTIAGO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a empresa que menciona a prorrogar o prazo da habilitação do regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO.

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso de suas atribuições e, considerando-se o parágrafo 3° do art. 8° e art. 9° da Instrução Normativa RFB n° 1.415, de 4 de dezembro de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10711.731108/2013-16 e do dossiê digital de atendimento n° 10010.016085/0715-17, declara:

Art.1º - Fica a empresa Cowan Petróleo e Gás S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.560.890/0001-06, autorizada a prorrogar o prazo da habilitação do regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, que anteriormente foi habilitada conforme Ato Declaratório Executivo n° 3, de 16 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2014, até o termo final consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa.

Art.2°- No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto 6.759/2009 e a multa prevista no art. 72, I, da Lei 10.833/2003, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art.3º - Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

ANEXO ÚNICO

EXTRATO CONCESSÃO ANP / BLOCO / IDENTIFICAÇÃO	44/2013, ES-T-496, ES-T-496_R11
CONTRATO DE CONCESSÃO ANP	48610.005457/2013-81
TERMO FINAL - EXPLORAÇÃO / PRODUÇÃO	31 de dezembro de 2020

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Declara Inaptidão da Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos por ela emitidos

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o Disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º -Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 09.437.404/0001-11, em nome da empresa CAMPEZINA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP, nos termos dos artigos 34, inciso III, 37, inciso II e 39, inciso I e §3º, da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e observando o que consta do Processo Administrativo nº 16004.720103/2015-84.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, nos termos do artigo 43 da Instrução Normativa RFB Nº 1470, de 30 de maio de 2014.

Artigo 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LOPES DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Declara Nula a Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o Disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando também o Despacho Decisório Sacat nº 10820/448/2015, declara:

Art. 1º -Nula a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 02.982.334/0001-33, em nome da empresa NOROESTE PAULISTA REPRESENTAÇÕES S/C LTDA-ME, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento, na forma disciplinada no artigo 33, inciso I e artigo 47 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e observando o que consta do Processo Administrativo nº 10820.720471/2015-22.

Artigo 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito desde o ato de abertura da empresa, ou seja, 12/02/1999.

ALEXANDRE LOPES DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Concede inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 17 de maio de 2012, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto na Lei no 11.945/09, com os procedimentos disciplinados pela IN SRF 976/09, com as alterações efetuadas pela IN SRF 1.011/10, pela IN SRF 1.048/10 e IN SRF 1.153/11, declara:

Art. 1° Fica inscrito no Registro Especial de que trata a Instrução Normativa SRF nº 976/09, o contribuinte aqui relacionado para o desenvolvimento das atividades específicas abaixo discriminadas:

Nome Empresarial: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA
CNPJ: 43.999.630/0001-24
Processo: 10830.723556/2014-62
Endereço: Rodovia Vinhedo -Viracopos, Km 77 - s/n Distrito Industrial - Vinhedo - SP - CEP 13280-000

Atividade: FABRICANTE DE PAPEL (FP)
Nº do Registro Especial: FP8104/0002

Atividade: IMPORTADOR (IP)
Nº do Registro Especial: IP8104/00213

Art. 2° As presentes autorizações poderão ser cassadas a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria, em especial a ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 7º da IN SRF 976/09.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA SCAFI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Declara Inapta a Pessoa Jurídica Não Localizada

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 203, de 14 de Maio de 2012 e com fundamento no inciso I e no § 3º do art. 39 da IN RFB 1470, de 30 de maio de 2014 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 10010.017525/0715-45 , declara:

Art. 1o INAPTA a pessoa jurídica a seguir identificada, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a partir desta data, em conseqüência da não localização da empresa.

Nome: SROMH COMERCIAL EXPARTADORA E IMPORTADORA

CNPJ: 50.707.800/0001-40

Motivo: Não confirmação do recebimento de duas correspodências enviadas , comprovado pela devolução dos avisos de recebimento (AR) dos correios.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. . Assinado Digitalmente.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mili-litros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
12.808.338/0001-53	TODAERVA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
12.808.338/0001-53	FORNOV CRISTAL	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
15.632.577/0001-93	D'GUSTA BANANINHA	De 181ml até 375ml	2208.90.00	M
15.632.577/0001-93	D'GUSTA BANANINHA	Até 180ml	2208.90.00	C
15.632.577/0001-93	D'GUSTA CANELINHA	De 181ml até 375ml	2208.90.00	M
15.632.577/0001-93	D'GUSTA CANELINHA	Até 180ml	2208.90.00	C
15.632.577/0001-93	D'GUSTA COQUINHO	De 181ml até 375ml	2208.90.00	M
15.632.577/0001-93	D'GUSTA COQUINHO	Até 180ml	2208.90.00	C
15.632.577/0001-93	D'GUSTA CARVALHO	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
15.632.577/0001-93	D'GUSTA CARVALHO	Até 180ml	2208.40.00	B
15.632.577/0001-93	D'GUSTA PRATA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
15.632.577/0001-93	D'GUSTA PRATA	Até 180ml	2208.40.00	B
15.632.577/0001-93	D'GUSTA RESERVA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
15.632.577/0001-93	D'GUSTA RESERVA	Até 180ml	2208.40.00	B
44.826.246/0001-92	LEONOFF ICE / MARACUJA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
44.826.246/0001-92	LEONOFF ICE / GUARANA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
44.826.246/0001-92	LEONOFF ICE / KIWI	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
44.826.246/0001-92	LEONOFF ICE / FRUTAS VERMELHAS	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
44.826.246/0001-92	WOLNOSC	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	O
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO	Até 180ml	2208.40.00	D
49.629.777/0001-09	3 FAZENDAS	De 376ml até 670ml	2208.40.00	I
49.629.777/0001-09	3 FAZENDAS (Recipiente retornável)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	G
49.629.777/0001-09	3 FAZENDAS	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	J
49.629.777/0001-09	TATUZINHO (Recipiente retornável)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
49.629.777/0001-09	TATUZINHO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	J
49.629.777/0001-09	TATUZINHO	De 376ml até 670ml	2208.40.00	I
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO (Recipiente retornável)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	F
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO	De 376ml até 670ml	2208.40.00	I
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO GOLD (Recipiente re-tornável)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	I
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO GOLD	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	M
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO DIAMOND	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO DIAMOND GIFT	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO GLASS TRADICIO-NAL	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	O
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO GLASS GOLD	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	P
49.629.777/0001-09	FIRST K	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
49.629.777/0001-09	VODKA KAMARADA	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
49.629.777/0001-09	VELHO BARREIRO LIMÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
54.111.752/0001-59	FORMAN NOBRE	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN CANELA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	FORMAN CACAU	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	FORMAN MENTA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEVISKY	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
54.111.752/0001-59	FORMAN COQUINHO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEV FRUTAS AMARELAS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEV KIWI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEV MAÇÃ VERDE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	WARE.HOUSE	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
54.111.752/0001-59	MUTEMA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
54.111.752/0001-59	FORMAN AMENDOIM	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
54.111.752/0001-59	FORMAN PÉROLA BRANCA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
54.111.752/0001-59	FORMAN CANELA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN CACAU	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN MENTA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	KIEV FRUTAS VERMELHAS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEV MARACUJÁ	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
54.111.752/0001-59	KIEV	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	BIRITA 13	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
54.111.752/0001-59	BIRITA 13	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	I
54.111.752/0001-59	BIRITA 13 (Recipiente retornável)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
54.111.752/0001-59	MUTEMA	Até 180ml	2208.90.00	B
54.111.752/0001-59	MUTEMA	De 181ml até 375ml	2208.90.00	H
54.111.752/0001-59	MUTEMA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
54.111.752/0001-59	TATUADA	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
54.111.752/0001-59	JURUFORMAN	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
54.111.752/0001-59	FORMAN COQUINHO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN PÉROLA BRANCA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	WHISK CLARKE	De 671ml até 1000ml	2208.30.20	O
54.111.752/0001-59	LICOR DE CACAU CREME	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	RUM LEVE	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	L
54.111.752/0001-59	LICOR DE CANELA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	LICOR DE MENTA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	FOGO FORMAN	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	BATIDA DE LIMÃO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	AGUARDENTE COMPOSTA COM CARVA-LHO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	J
54.111.752/0001-59	FORMAN GENGIBRE	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FERNET AMARGO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	AMARGO BITTER	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	KIEV	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
54.111.752/0001-59	FORMAN SOAMENDOIM	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	JURUFORMAN	De 376ml até 670ml	2208.90.00	I
54.111.752/0001-59	JURUFORMAN	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
54.111.752/0001-59	FORMAN COQUINHO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN COQUINHO	De 376ml até 670ml	2208.90.00	G
54.111.752/0001-59	FORMAN PEROLA BRANCA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN DO NORTE	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
54.111.752/0001-59	FORMAN DO NORTE	De 376ml até 670ml	2205.10.00	E
54.111.752/0001-59	LICOR DE CACAU CREME	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	LICOR DE CANELA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	LICOR DE MENTA	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	LICOR DE COENTRO FINO	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L
54.111.752/0001-59	BATIDA DE LIMAO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORMAN GENGIBRE	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FERNET AMARGO	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	AMARGO BITTER	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORTINI	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
54.111.752/0001-59	FORMAN SOAMENDOIM	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K
54.111.752/0001-59	FORTINI BIANCO	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
54.111.752/0001-59	AGUARDENTE DE CANA FORMAN	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
72.459.878/0001-09	DRINKS2GO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	F

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/Sorocaba nº 74, de 10 de julho de 2013, publicada no DOU de 12 de julho de 2013, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisoria nº 303 de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º e 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica CERÂMICA ITU LTDA, CNPJ: 50.221.035/0001-29, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do §3º, incisos I e II do §4º e §6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido através de vista do e-processo, no CAC/DRF/SOR (Centro de Atendimento ao Contribuinte), no endereço especificado abaixo e no mesmo prazo previsto no artigo 3º, porém o atendimento deverá ser agendado no site da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, na Rua Profº Dirceu Ferreira da Silva, nº 111 - Bº Alto da Boa Vista - Sorocaba/SP - Cep: 18.013-565.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON AUGUSTO ROSOT

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Declara a nulidade do ato cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por vício no ato cadastral

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e considerando a solicitação e Despacho Decisório constantes no processo administrativo nº 13976.720109/2015-76, declara:

Art. 1º A nulidade do ato cadastral da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) na qualidade de microempreendedor individual de Paulo Roberto Muhlbauer 51374722987, CNPJ nº 14.709.023/0001-84, por vício no ato cadastral, conforme disposto no inciso II do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, com data retroativa ao termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo (data de sua inscrição).

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

Declara anulada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no Artigo 33, inciso II e parágrafo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta do processo 10930.721313/2015-42, declara:

Art. 1° - Anulada a inscrição de Nº 22.690.018/0001-03 da pessoa jurídica denominada LUCIA FLAVIA CORTEZ DOS SANTOS 06506361980 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 439, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e em conformidade com os arts. 3º e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, com o art. 9º da Portaria Ministerial MF/MEC nº 376, de 18 de setembro de 2014 e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001 e da Portaria SE/MF nº 102, de 8 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 4.521 (quatro mil, quinhentos e vinte e um) Certificados Financeiros do Tesouro, série B, subsérie 1 - CFT-B1, no valor de R$ 5.802.296,61 (cinco milhões, oitocentos e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos), no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 19/8/2015	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2015	1º/1/2030	1.283,41	4.521	5.802.196,61

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 510, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 34.598.639 (trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e nove) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 110.726.543,32 (cento e dez milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1/9/2015	QUANTIDADE	VALOR (R$)
HCFTEE0135	1º/1/2005	3,200315	1.027	3.286,72
HCFTEE0136	1º/1/2006	3,200315	157.708	504.715,27
HCFTEE0138	1º/1/2008	3,200315	94.110	301.181,64
HCFTEE0139	1º/1/2009	3,200315	336.239	1.076.070,71
HCFTEE0140	1º/1/2010	3,200315	257.257	823.303,43
HCFTEE0141	1º/1/2011	3,200315	257.559	824.269,93
HCFTEE0142	1º/1/2012	3,200315	289.428	926.260,76
HCFTEE0143	1º/1/2013	3,200315	65.470	209.524,62
HCFTEE0144	1º/1/2014	3,200315	79.980	255.961,19
HCFTEE0145	1º/1/2015	3,200315	33.059.861	105.801.969,05
TOTAL			34.598.639	110.726.543,32

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 512, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso II da referida Portaria e observado o art. 18º do referido dispositivo;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 17.09.2015;

III - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - data da liquidação financeira: 18.09.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas);

IX - quantidade para o público: até 500.000 de títulos, cujo(s) vencimento(s) está(ão) listado(s) abaixo;

X - características da compra:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2023	1.000,00	10,00	Até 500.000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	1.000,00	10,00	Até 500.000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 513, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 17.09.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 18.09.2015;

V - data da liquidação financeira: 18.09.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Oferta	Adquirente
LTN	100000	01.10.2016	1.000,00	4.000.000	Público
LTN	100000	01.10.2017	1.000,00	1.500.000	Público
LTN	100000	01.07.2019	1.000,00	1.000.000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo:

I - data da operação especial: 18.09.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da operação especial: 19.09.2015;V - a aquisição será pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta portaria, posicionado para a data mencionada no inciso IV deste artigo;VI - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Oferta especial
LTN	100000	01.10.2016	1.000,00	800.000
LTN	100000	01.10.2017	1.000,00	300.000
LTN	100000	01.07.2019	1.000,00	200.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 4º A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 18 da Portaria nº 74, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 18, § 1º, da Portaria nº 74, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 514, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 17.09.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 18.09.2015;

V - data da liquidação financeira: 18.09.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2021	1.000,00	10,00	150.000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	1.000,00	10,00	150.000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo:

I - data da operação especial: 18.09.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da operação especial: 19.09.2015;V - a aquisição será pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta portaria, posicionado para a data mencionada no inciso IV deste artigo;VI - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-F	950199	01.01.2021	1.000,00	10,00	30.000
NTN-F	950199	01.01.2025	1.000,00	10,00	30.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 3º A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 18 da Portaria nº 74, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 18, § 1º, da Portaria nº 74, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES

PORTARIA N° 244, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n° 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.002450/2015-37, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ n° 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de abril de 2015:

I - Aumento do capital social em R$ 2.000.000,00, elevando-o para R$ 26.258.518,00, dividido em 26.258.518 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração da cláusula 5ª e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

PORTARIA Nº 245, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n° 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep n° 15414.001774/2015-58, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AUSTRAL SEGURADORA S.A., CNPJ n° 11.521.976/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de agosto de 2015:

I - Mudança do endereço da sede para Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 3º andar, Leblon, Rio de Janeiro - RJ; e

II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.499, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Piauí.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; na Portaria nº 3.383/MJ, de 24 de outubro de 2013; no Convênio de Cooperação Federativa nº 022/2012, publicado no D.O.U. nº 9, de 14 de janeiro de 2013; e

Considerando a manifestação do Governador do Estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias, contida no Ofício nº 281/GG, de 27 de agosto de 2015, quanto à necessidade de prorrogar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, com o propósito de dar continuidade à Operação Jenipapo/PI, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em caráter episódico e planejado, a partir do vencimento da Portaria nº 703, de 22 de junho de 2015, e por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para exercer ações de polícia ostensiva, tendo como escopo o enfrentamento de Crimes Violentos Letais Intencionais e Crimes Violentos contra o Patrimônio em observância aos índices criminais fornecidos pelo Estado.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico nos termos do Convênio de Cooperação firmado entre as partes, bem como a permissão de acesso aos sistemas de informações, inteligência, disque-denúncia e ocorrências, no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.500, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça para o quinquênio 2015-2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça para o quinquênio 2015-2019, em consonância com os dispositivos do Plano Plurianual e com as Diretrizes Estratégicas do Ministério da Justiça - MJ.

Art. 2º A identidade estratégica do MJ alicerça-se nos seguintes componentes:

I - Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito;

II - Visão: O Ministério da Justiça é reconhecido pela sociedade como protagonista no alcance de níveis adequados na defesa da cidadania, na proteção de direitos e na implantação de uma política integrada de segurança pública;

III - Atributos de valor para a sociedade: proteção e segurança da sociedade; garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas; redução do impacto social das drogas; defesa da concorrência e do consumidor; preservação e difusão da memória nacional e desenvolvimento da democracia; e participação e suporte à tomada de decisão no governo federal;

IV - Objetivos estratégicos.

Art. 3º Integram o Planejamento Estratégico do MJ como documentos essenciais:

I - Cadeia de Valor;

II - Mapa Estratégico, com respectivos indicadores e metas;

III - Carteira de Projetos Estratégicos.

Art. 4º O Planejamento Estratégico, os projetos e demais iniciativas dele decorrentes e seus resultados serão sistematicamente monitorados e avaliados, com o fim de identificar e viabilizar ajustes e ações corretivas que levem ao atingimento dos objetivos estabelecidos.

Parágrafo único. O Planejamento Estratégico poderá ser revisto anualmente ou por ocasião de alterações na estrutura do Ministério que impliquem modificações em suas competências.

Art. 5º A Secretaria Executiva do MJ responderá pela coordenação das ações afetas à consecução e ao monitoramento do Planejamento Estratégico, ficando delegada competência ao Secretário-Executivo para expedir portarias necessárias à operacionalização do Planejamento Estratégico.

Art. 6º A íntegra do Planejamento Estratégico será disponibilizada nas páginas do MJ, na intranet e na internet, endereço http://www.justica.gov.br.

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pelo Secretário-Executivo do MJ.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.501, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE JALES - A.A.C.A.J., com sede na cidade de Jales, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 65.713.612/0001-77 (Processo MJ nº 08071.036995/2014-29).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.502, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o Grêmio Artístico e Cultural Edmundo de Macedo Soares e Silva - GACEMSS, com sede na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 32.504.193/0001-04 (Processo MJ nº 08071.029488/2014-39).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.503, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SERRA NEGRA, com sede na cidade de Serra Negra, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 71.262.703/0001-36 (Processo MJ nº 08071.030812/2014-61).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.504, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CASA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE APARECIDA, com sede na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 65.042.814/0001-34 (Processo MJ nº 08071.011851/2014-60).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.505, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da Associação Grupo de Estímulo a Vida - GREV, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 67.363.812/0001-72 (Processo MJ nº 08071.035351/2014-13).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.506, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o LAR "UMA NOVA ESPERANÇA", com sede na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ sob o nº 12.535.685/0001-50 (Processo MJ nº 08071.036659/2014-86).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961; e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.507, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO CASA ÁGAPE, com sede na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 04.599.274/0001-08 (Processo MJ nº 08071.001771/2015-87).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.508, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO CENTRO DE PROMOÇÃO SANTA FÉ - ACPMEN SANTA FÉ, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 01.605.571/0001-12 (Processo MJ nº 08071.003465/2015-85).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.509, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, aplicável às pessoas jurídicas estrangeiras de direito privado sem fins econômicos, e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 2.064, de 10 dezembro de 2007, na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144, de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08071.003554/2015-21, no qual a entidade comprovou o interesse em cancelar seu registro como Organização Estrangeira em funcionamento no Brasil, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a autorização da Fundação CEPA - CENTRO DE ESTUDOS E PLANIFICAÇÃO DO AMBIENTE, Organização Estrangeira de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em La Plata, Província de Buenos Aires, República Argentina, para atuar no Brasil.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.510, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, resolve:

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras; e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144, de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que dispõe a Portaria SNJ nº 252, de 27 de dezembro de 2012;

Considerando ainda o Processo Administrativo nº 08071.002421/2015-38, bem como o objetivo de "ajudar as crianças em geral, através de atividades como: coordenação da adoção internacional, assistência social, cooperação internacional, educação, nutrição, patrocínios, etc.; assistência e treinamento para as mulheres a fim de melhorar a sua condição através de planejamento familiar, cuidados da criança, educação e orientação trabalhista, etc.";

Art. 1º. Autorizar a ASOCIACIÓN FAMILIAS DE COLORES, Organização Estrangeira com sede em Calle/ Pablo Sarasate, 2, Portal 4, Bajo A, Pinto - Madrid (Espanha) - Espanha, a atuar no Brasil.

Art. 2º. A Organização Estrangeira deverá apresentar ao Ministério da Justiça, no período de 1º abril a 30 de junho, relatório circunstanciado dos serviços e atividades prestados à coletividade no ano anterior, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 3º. As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.511, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

Declarar que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ALTAIR LAURINDO REIS, filho de Manoel Osterno Laurindo e de Deane Reis Laurindo, nascido em 18 de junho de 1966, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, e residente na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.002333/2015-81);

ANÉSIO VIEIRA DE PAULA, filho de João Pereira de Paula e de Jezuina Vieira de Paula, nascido em 24 de fevereiro de 1961, na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás, e residente na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 08018.003558/2015-54)

ANTONIO CARLOS SANCHES TORRES, filho de Antonio Sanches Torres e de Antonia Natal Sanches, nascido em 26 de janeiro de 1965, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Campo Limpo Paulista, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003842/2015-21);

ARILDO GALVÃO JUNIOR, filho de Arildo Galvão e de Santa de Souza Galvão, nascido em 12 de setembro de 1965, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, e residente na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003818/2015-91);

BENÍCIO LIMA DOS SANTOS, filho de Anestor Jacinto dos Santos e de Maria da Conceição Lima dos Santos, nascido em 17 de janeiro de 1962, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de Juiz de Fora, Estado Minas Gerais (Processo nº 08018.004222/2015-17);

CARLOS GARCIA DE SOUZA, filho de José Carlos Vidal de Souza e de Maria Rosária Garcia de Souza, nascido em 1 de novembro de 1962, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004547/2015-91);

CARLOS RENATO GUIMARÃES, filho de Ary Guimarães Lopes e de Ivone Valéria de Jesus Lopes, nascido em 1 de abril de 1958, na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais, e residente na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003078/2015-93);

DANIEL DE OLIVEIRA, filho de Paschoalino de Oliveira e de Natalina Silva de Oliveira, nascido em 24 de abril de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003601/2015-81);

DANIEL SAURINE DA CUNHA, filho de José Faria da Cunha e de Maria Saurine Cunha, nascido em 11 de agosto de 1966, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003483/2015-10);

DOMINGO MARTINEZ FILHO, filho de Domingo Martinez e de Rosalina Fusco Martinez, nascido em 20 de março de 1953, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Guararema, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.002493/2015-17);

EDUARDO LOPES DE CARVALHO, filho de João Pereira de Carvalho e de Olga Lopes de Carvalho, nascido em 8 de janeiro de 1966, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.002345/2015-94);

ISRAEL CRUZ ALMEIDA, filho de Eutimio Muniz de Almeida e de Maria da Cruz Almeida, nascido em 30 de julho de 1967, na cidade de Itapetinga, Estado da Bahia, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003220/2015-01);

JESUZ ALVAIR ALVES DA CRUZ, filho de João Zeferino da Cruz e de Santa Julia Alvez da Cruz, nascido em 5 de janeiro de 1962, na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.004740/2015-22);

JOAN MARTINS SAMPAIO, filho de João Otavio Sampaio e de Alina Martins Sampaio, nascido em 8 de fevereiro de 1966, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.003030/2015-64);

JOSÉ ALBINO DE SOUZA, filho de Rivaldavio Albino de Souza e de Elza Hortolani de Souza, nascido em 22 de outubro de 1960, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.003261/2015-78);

JOSÉ BARBOSA DE CASTRO, filho de Júlio Barbosa de Castro e de Jesulina Teixeira de Castro, nascido em 15 de janeiro de 1955, na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Bauru, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003058/2015-12);

LOILTON AGNALDO SANTOS, filho de Luiz Honorato Santos e de Laura da Penha Barbosa Santos, nascido em 11 de maio de 1958, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Poá, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.002382/2015-01);

LUÍS ANDRÉ ALVES COELHO, filho de José Benedito Coelho e de Adélia Alves Coelho, nascido em 21 de janeiro de 1966, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e residente na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.002346/2015-39);

MARCIO LOPES, filho de Elder Domingos Lopes e de Neiva Vitória Lopes, nascido em 13 de dezembro de 1958, na cidade de Uberlândia, Estado Minas Gerais, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003951/2015-48);

MARCOS JOSÉ KOCH CONCEIÇÃO, filho de Osamar Cândido Conceição e de Heldomar Koch Conceição, nascido em 12 de maio de 1961, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, e residente na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo (Processo nº 08018.003903/2015-50);

MARCOS RODRIGUES BATISTA, filho de Alberto Rodrigues Batista e de Teresinha Alexandre Batista, nascido em 6 de agosto de 1964, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.002494/2015-53);

MARCOS SIMIÃO BEZERRA, filho de Mario Simião Bezerra e de Francisca Vieira Bezerra, nascido em 17 de dezembro de 1965, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.004739/2015-06);

NORMANDO SOARES DE ALMEIDA, filho de Normando de Almeida e de Ivonne Apparecida Soares de Almeida, nascido em 29 de janeiro de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.003077/2015-49);

RICARDO PAULO DA SILVA, filho de Raimundo Paulo da Silva e de Maria Aparecida de Jesus Silva, nascido em 6 de maio de 1966, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e residente na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso (Processo nº 08018.004607/2015-76);

RUBENS EMILIO DOS SANTOS JUNIOR, filho de Rubens Emilio dos Santos e de Maria Volpe Dos Santos, nascido em 19 de janeiro de 1961, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, e residente na cidade de Maringá, Estado do Paraná (Processo nº 08018.003809/2015-09);

VALDIR ALBORGUETI, filho de Luiz Alborgueti e de Aparecida Beltramello, nascido em 22 de fevereiro de 1961, na cidade de Floraí, Estado do Paraná, e residente na cidade de Santo André, Estado São Paulo (Processo nº 08001.003216/2015-13);

VALDIR ANDRADE PORCINO, filho de João Porcino Filho e de Albertina de Andrade Porcino, nascido em 22 de fevereiro de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003067/2015-11); e

VALTER ANTONIO BRANCO TEIXEIRA, filho de Francisco Lopes Teixeira e de Maria Aparecida Branco Teixeira, nascido em 30 de novembro de 1963, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004500/2015-28).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 17 de setembro de 2015

Nº 1.134 - Ref.: Apartado Restrito nº 08700.010716/2014-43, relacionado ao Processo Administrativo nº 08012.003321/2004-71. Representante: SDE ex-officio. Representados: Alpha Therapeutic Corporation; Baxter AG; Baxter Export Corporation; Baxter Hospitalar Ltda.; Bio Products Laboratory; Biotest Pharma GmbH; Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.; Elias Esperidião Abboadalla; Fundação do Sangue; Grifols Brasil Ltda.; Immuno Produtos Biológicos e Químicos Ltda.; Instituto Sierovaccinogeno Italiano S.p.A.; Itacá Laboratórios Ltda.; Jaisler Jabour de Alvarenga; Laboratoire Français du Fractionnement et Des Biotechnologies; Lourenço Rommel Ponte Peixoto; Marcos Pedrilson Produtos Hospitalares Ltda.; Marcelo Pupkin Pitta; Meizler Comércio Internacional S.A.; Octapharma AG; Octapharma Brasil S.A.; Probitas Pharma S.A.; The American National Red Cross; United Medical Ltda.; ZLB Behring GmbH (atual denominação da Aventis Behring GmbH, anteriormente denominada Centeon GmbH); ZLB Behring LLC (atual denominação da Aventis Behring LLC, anteriormente denominada Centeon LLC); CSL Behring Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (atual denominação da Aventis Behring Ltda., anteriormente denominada Centeon Farmacêutica Ltda.). Advogados: Francisco Ribeiro Todorov; Túlio Freitas de Egito Coelho; Maria Luisa dos Santos Brascher; Leonardo Peres da Rocha e Silva; Fernando de Oliveira Marques; José Carlos Tórtima; Fernanda Lara Tórtima; Marcio Gestteira Palma; Thiago Brügger Bouza; Fábio Floriano Melo Martins; Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto; Patrícia Avigni; Marcos Joaquim Gonçalves Alves; Paula Simonetti Junqueira de Andrade Amaral Salles; Regis Fernandes de Oliveira; Maria Elisabeth de Menezes Corigliano; Rogério de Menezes Corigliano; Blas Gomm Filho; Silvia Arruda Gomm; Sheila Macedo; Ana Luisa Absy; José Luiz Pires de Oliveira Dias; Alberto Guimarães Aguirre Zurcher; Hélio Pinto Ribeiro Filho; José Eduardo Rangel de Alckmin; José Augusto Rangel de Alckmin; Rodrigo Otávio Barbosa de Alencastro; Marcos Jorge Caldas Pereira; Tadeu Rabelo Pereira; Ana Luisa Rabelo Pereira; Eduardo de Barros Pereira; Theodoro Carvalho de Freitas; Sueli de Freitas Veríssimo Vieira; Cyro Goldstein Troper; José Henrique Wanderley Filho; Miécio Oscar Uchoa Cavalcanti Filho; Antônio Henrique Cavalcanti Wanderley; Francisco José Barbosa Nobre; Airton de Alcântara Maciel; Luigi Bonizzato; Aristides Junqueira Alvarenga; Luciana Moura Alvarenga Simioni; Pedro Raphael Campos Fonseca; Juliana Moura Alvarenga; Jacques Pripas; Tercio Sampaio Ferraz Junior; Fábio Francisco Beraldi; Marcio de Carvalho Silveira Bueno; Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra; Cláudio Nagalli Guedes de Camargo; André Alencar Porto; João Marcos Amaral; Syllas Tozzini; Daniel Oliveira Andreoli, José Augusto Caleiro Regazzini; Ana Paula Medeiros Costa; Priscila Rodrigues Brandt; Maria Gabriela André Lins; Carter Gonçalves Batista; Jonathas Tolentino Soares de Figueiredo; Kayo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

José Miranda Leite Araruna; Mauro Grinberg; Camila Chagas Paoletti; Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros; Fabio Alessandro Malatesta dos Santos; Beatriz Malerva Cravo; Sonia Maria Giannini Marques Döbler; Graziella Ângela Tinari Dell'Osa; Flávia Chiquito dos Santos; Helena Ferreira Nunes; Alexandre Domingues Serafim; Luís Gustavo Haddad; Elaine Perez e outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de alegações em 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do Cade (RI-Cade), a ser contado em dobro, nos termos do art. 63, IV, do RI-Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

Nº 1.136 - Processo Administrativo nº 08700.002632/2015-17. Representante: Cade ex-officio. Representados: Carlos Edwiges Junqueira Fagundes, Neida Gomes Fagundes, José Magalhães Landin Neto, Ivonete de Oliveira Magalhães, Maitê Dias de Magalhães, Rafael Bernardo Taniguche Andrade Araújo de Magalhães, Vera Lúcia Silva Santos, Marciano de Almeida Filho, Gésika Rodrigues de Almeida, Gabriel Marcos Rodrigues de Almeida, Rosivaldo Pinto Lopes, Ronaldo Faria, Hildete Machado Freitas, Carlos Verre Neto, Marco Antônio Freitas Ribeiro, Larissa de Oliveira Freitas Ribeiro, A. A. A Nortear - O Marco da Sinalização. Advogados: Maria de Lourdes Araújo de Almeida, Walnigno Silva Perez, João Daniel Jacobina e Lucas Faillace Castelo Branco. Acolho a Nota Técnica nº 79/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, pela intimação dos Representados acerca da notificação por edital de A.A.A. Nortear - O Marco da Sinalização, bem como de que: (i) a notificação por edital reger-se-á pelas regras previstas nos arts. 57, 59 e 149 do RICADE, art. 70, §2º da Lei nº 12.529 e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do art. 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de defesa será comum de 30 (trinta) dias, contado em dobro, nos termos do art. 191 do CPC, a partir do fim do prazo de validade do edital, de 30 (trinta) dias, sendo que este último prazo é contado a partir da primeira publicação do edital de citação do Representado A.A.A. Nortear - O Marco da Sinalização em jornal de grande circulação nacional. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo para Imposição de Sanções Administrativas por Infrações à Ordem Econômica. Ao Setor Processual, para providenciar: (i) a afixação do edital no Setor Processual do Cade, desta data até findo o prazo da defesa; (ii) a juntada do anúncio referente à afixação aos autos e de exemplar de cada publicação de edital. Intimo, ainda, o Representado Rosivaldo Pinto Lopes a regularizar sua representação processual com a apresentação da procuração de constituição de advogado.

Nº 1.140 - Ato de Concentração nº 08700.008681/2015-63. Requerentes: Antofagasta Minerals S.A. e Barrick Gold Corporation. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Leonor Cordovil e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.141 - Ato de Concentração nº 08700.008757/2015-51. Requerentes: Genzyme Corporation e AstraZeneca UK Limited. Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Barbara Rosenberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.145, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3360 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VOTORANTIN INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS S/A, CNPJ nº 03.407.049/0001-51 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.391, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3634 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa CLUBE DE CAMPO ALVORADA , CNPJ nº 10.578.169/0001-87, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50 (cinquenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.397, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3586 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDINS MADRI, CNPJ nº 04.732.651/0001-27 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.551, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3857 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 06.029.385/0002-87, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.575, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3342 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DECIMUS VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.923.339/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1950/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.608, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3437 - DPF/AQA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA MARINGÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 43.951.227/0001-25 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou provado que a estrangeira está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08354.005416/2010-04 - ANNA ALEKSANDROVNA EFREMOVA

Considerando a manifestação da Policia Federal e a documentação médica apresentada pelo requerente, que comprova a situação de força maior relatada, DEFIRO o pedido de permanência Luigi Tavazza,

Processo Nº 08200.025042/2013-31 - LUIGI TAVAZZA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 24/07/2014 , Seção 1, pág. 404, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.002734/2012-62 - KAMILA EWA DEBA

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08280.020070/2013-10 - MIGUEL GERARDO GOLDENBERG

Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do País.

Processo Nº 08458.007563/2013-95 - MICHAEL JAMES NANNINGA

INDEFIRO o presente processo, tendo em vista o não atendimento do prazo previsto no Art. 5º do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009.

Processo Nº 08705.003947/2013-70 - JOSE DORADO OLMOS

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em Reunião familiar , tendo em vista que o (a) requerente não preenche os requisitos previstos na Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08514.003633/2013-14 - MARCELO DASNEVES VIEIRA

INDEFIRO o seguinte processo tendo em vista o fim da união estável.

Processo Nº 08505.059009/2013-81 - ELIZAVETA MALKOCICH

INDEFIRO o presente pedido face ao não atendimento do disposto nos termos previstos no Art. 7º do Acordo Operacional entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 16/03/2006.

Processo Nº 08495.003348/2014-50 - LARISSA NEY BARROSO CELESTINO

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de temporário em permanente - Acordo Bilateral entre Brasil e Uruguai, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08441.001194/2014-97 - JOSE LUIS SACIAS RODRIGUEZ

INDEFIRO o presente processo, tendo em vista o não atendimento do prazo previsto no Art. 5º do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009.

Processo Nº 08230.016946/2014-08 - CARLOS ALBERTO REYES MEDINA

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de temporário em permanente - Acordo Bilateral entre Brasil e Argentina, tendo em vista, a falta de cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08461.005697/2014-01 - PATRICIA KARIN GONZALEZ

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro(a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato e de direito .abaixo relacionados

Processo Nº 08336.005214/2014-04 - ADELA SOTO GOMEZ

Processo Nº 08260.002580/2012-62 - MIGUEL ANGEL TRINIDAD MENDEZ

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o(s) pedido(s) abaixo relacionados tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) não foram localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.121305/2012-27 - MICHAEL JOHN HALL

Processo Nº 08296.001790/2013-15 - AMARO DO CARMO MACHADO RESENDE

Processo Nº 08375.001539/2014-43 - JESSE JAMES MARTIN e ARMITZI JAZMIN HERNANDEZ ACEVES

Processo Nº 08354.008761/2013-34 - VIRGILIO GALAN SANCHEZ

Processo Nº 08505.083858/2013-55 - CHRISTOPHER CHIKEZIE ENECHUKWUILOKA

Processo Nº 08505.137804/2014-06 - HENRY DE MOYA CLARK

Processo Nº 08505.054042/2008-57 - CHARLES OLAREUIAJU AKINBOBQVE

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista os requerentes terem permanecido fora do território nacional por período superior ao permitido pela legislação vigente.

Processo Nº 08505.015141/2014-61 - RICARDO TENREIRO ESTIVEIRA DE ATAIDE e ELIZABETH HELEN AITKEN

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionados tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08295.013404/2013-30 - GLORIA BIA JULIETA

Processo Nº 08354.007747/2013-13 - DAVID BARRIUSO VELASCO

Processo Nº 08240.006230/2013-94 - GARY GEORGE CORBETT

Processo Nº 08102.005292/2012-82 - MARTINA VORBECK GUERRA

Processo Nº 08260.005733/2012-23 - GENNARO CIRO RASPAVOLO

Processo Nº 08337.000860/2012-03 - PAULO JORGE REVES SERRANO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08351.010016/2013-85 - JOSE FRANCISCO NOBRE RAMIRES MARÇAL
Processo Nº 08494.000639/2012-34 - BRUNO DARIO ROSSI YOKOTA
Processo Nº 08495.003481/2012-44 - HENRIK LOLK PRAESIUS
Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.040700/2014-52 - OLAV SKRELAND até 03/01/2016.
Processo Nº 08000.042037/2014-21 - YIMING ZHOU até 27/03/2016.
Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.
Processo Nº 08000.041151/2014-33 - MIGUEL ANTONIO TAVARES DELGADO

MULLER LUIZ BORGES

DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País , abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.007636/2015-89 - ASHLYN ANNE FARNES, até 27/05/2016
Processo Nº 08000.007670/2015-53 - SPENCER CHRISTOPHER BIGELOW, até 27/06/2016
Processo Nº 08000.007672/2015-42 - DENZEL JAZZ BELBIN, até 22/04/2016
Processo Nº 08000.007675/2015-86 - COLE ALAN BITNOFF, até 30/04/2016
Processo Nº 08000.010252/2015-43 - DALLEN MC PHIE HAMMOND, até 15/05/2016
Processo Nº 08000.010254/2015-32 - ANDREW WADE HALL, até 14/05/2016
Processo Nº 08000.010257/2015-76 - EDWARD JAMES JONES, até 14/05/2016
Processo Nº 08000.010259/2015-65 - MICHAEL JAMES BUSSIERE, até 07/05/2016
Processo Nº 08000.010260/2015-90 - JANITO DA VEIGA ROSA, até 28/05/2016
Processo Nº 08000.010261/2015-34 - TREVOR ALEX CHRISTENSEN, até 06/05/2016
Processo Nº 08000.010264/2015-78 - NOLAN HARKER GIBB, até 14/05/2016
Processo Nº 08000.010267/2015-10 - ISAIAS MIGUEL MARQUES DE SOUSA BARROS SEMEDO, até 28/05/2016
Processo Nº 08000.010273/2015-69 - DENNIS MARCIEL BARBOSA VICENTE LOPES, até 01/05/2016
Processo Nº 08000.010276/2015-01 - KEITH RYAN PHELPS, até 06/05/2016
Processo Nº 08000.010283/2015-02 - IVANIA CECILIA DA SILVA DA FONSECA, até 28/05/2016
Processo Nº 08000.010290/2015-04 - PARKER ALAN AYER, até 01/05/2016
Processo Nº 08000.010310/2015-39 - JAMES RUSSEL GALE, até 14/05/2016

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País , visto temporário item V, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho abaixo relacionados.
Processo Nº 08000.014497/2014-69 - LAWERANCE JALI ANAK LAJANG
Processo Nº 08000.017665/2014-78 - I KOMANG ARIWAN TEGEH KORI
Processo Nº 08000.022978/2014-48 - ROLAND DAILEG RAMIL
Processo Nº 08000.025095/2014-90 - AZLAN BIN HARUN
Processo Nº 08000.025099/2014-78 - LUIS SANTOS NICOLAS
Processo Nº 08000.025298/2014-86 - JACKSONTU ANAK PILES
Processo Nº 08000.026624/2014-72 - MD MIZANUR RAHMAN
Processo Nº 08000.026709/2014-51 - NIKITA KONDRAKOV
Processo Nº 08000.026794/2014-57 - FRANCESCO DONVITO
Processo Nº 08000.027707/2014-89 - IOANNIS FRAGKOS
Processo Nº 08000.027799/2014-05 - ALEX PATANI MARTIN
Processo Nº 08000.027801/2014-38 - ARTUR PRYSYAZHNY
Processo Nº 08000.027807/2014-13 - VALENTYN SUKHOV
Processo Nº 08000.027920/2014-91 - SANDY TRAJICO ARAGON
Processo Nº 08000.027934/2014-12 - THRASYVOULOS KASSIMIS
Processo Nº 08000.027951/2014-41 - KITTISAK JEANGLOY
Processo Nº 08000.028645/2014-22 - JILL DABU MARIANO
Processo Nº 08000.028646/2014-77 - ROLANDO PANES DAGUM
Processo Nº 08000.028704/2014-62 - ROBERT EDWARD COVE
Processo Nº 08000.028705/2014-15 - ALLAN MENDOZA MANAHAN
Processo Nº 08000.029164/2014-34 - MICHAEL JOSEF GRUBER
Processo Nº 08000.022496/2014-98 - OLEG KOROTETS
Processo Nº 08000.025479/2014-11 - ATHANASIOS BADRAS

LEONARDO SILVA TORRES
P/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 125, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: RATCHET & CLANK (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): SONY COMPUTER ENTERTAINMENT AMERICA
Distribuidor(es): SCEA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Ação/Aventura/Tiro em Terceira Pessa
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001014/2015-68
Requerente: IAN JONES / SONY COMPUTER ENTERTAINMENT OF AMERICA

Título: TALES FROM THE BRODERLANDS (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): TELLTALE
Distribuidor(es): ECOGAMES DO BRASIL
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/PlayStation Vita/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001016/2015-57
Requerente: IDG CONSULTING

Título: GAME OF THRONES (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): TELLTALE GAMES
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Não Informado
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001018/2015-46
Requerente: MOACYR AVELINO ALVES JUNIOR

Título: MINECRAFT - STORY MODE (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): TELLTALE GAMES
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Ação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001019/2015-91
Requerente: MOACYR AVELINO ALVES JUNIOR

Título: STREET FIGHTER V (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PSN) / BOA COMPRA (VALVE/STEAM)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Luta
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.001027/2015-37
Requerente: CAPCOM USA, INC.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3/2015/DIDES, de 12 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 14 de agosto de 2015, Seção 1, página 40, ONDE SE LÊ: "Portaria n° 3", LEIA-SE: "Portaria n° 4".

DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.499200/2012-45	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Incluir beneficiário sem comprovação de elegibilidade e vínculo associativo com a pessoa jurídica (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 9º,§ 4º e art. 32 da RN 195/09)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.841615/2011-45	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Estabelecer disposição contratual que prevê postergação do início de vigência do plano coletivo por adesão (Art12,V da Lei 9656/98)	Anulação do AI56.772/Arquivamento
33902.234485/2014-32	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir a cobertura para consulta (Art.12, I da Lei 9.656/98)	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
33902.291726/2012-89	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de garantir a cobertura para procedimentos cirúrgicos solicitados(Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.831964/2014-00	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Estabelecer disposição contratual que prevê postergação do início de vigência do plano coletivo por adesão (Art12,V da Lei 9656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.364282/2014-70	CAMIM-CLINICA MÉDICA LTDA	319872.	35.908.607/0001-59	Deixar de garantir a cobertura exigida em lei nos casos de urgência e emergência (Art.35-C da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 55.204/Arquivamento
33902.801596/2011-14	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Rescindir unilateralmente e de forma imotivada o contrato coletivo firmado (Art.25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.259845/2014-17	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir a cobertura obrigatória, para procedimentos solicitados em caráter de emergência (Art.35-C, I da Lei 9.656/98)	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.081215/2013-31	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Aplicar reajuste por faixa etária, sem que haja previsão contratual dos percentuais a serem aplicados (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.004820/2014-70	QUALICORP ADM. DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Estabelecer dispositivo contratual que posterga o início de vigência do plano coletivo por adesão (Art12,V da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.023157/2015-93	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Ao aplicar reajuste, extrapolando a previsão contratual que não dispõe sobre as faixas etárias e os percentuais a serem aplicados (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.345466/2014-31	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Impedir a participação de consumidor, em plano de assistência à saúde, por ocasião de portabilidade especial de carências (Art.25 da Lei 9.656/98/ c/c art. 7º da RN 186/09)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.013008/2014-35	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir a cobertura para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.148880/2014-01	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de garantir a cobertura para sessões de fisioterapia solicitadas (Art.25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.616, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 20 de julho de 2015, publicado no DOU de 21 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no art. 11 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 12/2012, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU nº 36, Seção 1, pág. 24, de 22 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), os laboratórios abaixo relacionados:

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Nº do Processo de hab ilitação na REBLAS
REBLAS 099	Water Lab Análises Ambientais	Rua Guilherme, 127, Jordanópolis	São Bernardo do Campo/SP	67.287.326.0001-12	25351.694303/2014-81
REBLAS 100	CAEP - Centro Avançado de Estudos e Pesquisas LTDA	Rua José Geraldo Cerebino Christófaro, 245	Campinas/SP	07.339.867/0001-15	25351.355950/2015-03
REBLAS 101	DALL Soluções Analíticas e Empresariais LTDA-EPP	Rua Holanda, 1560 - Boa Vista	Curitiba/PR	14.015.102/0001-95	25351.417810/2015-32
REBLAS 102	Instituto Nacional de Análises e Pesquisas LTDA	Capitão Mário Toledo de Camargo, 1646 - Vila Pires	Santo André/SP	04.248.764/0001-51	25351.486272/2015-87
REBLAS 103	Fundação Paulista de Tecnologia e Educação - FPTE	Avenida Nicolau Zarvos, 1925	Lins/SP	51.665.727/0001-29	25351.427422/2014-02
REBLAS 104	Laboratório Beckhauser e Barros LTDA EPP	Rua Pará, 50	Blumenau/SC	81.322.141/0001-22	25351.552561/2014-11
REBLAS 105	Guzen & Guzen LTDA	Rua Salvador, 29	Ouro Verde do Oeste/PR	09.944.196/0001-47	25351.422158/2015-54
REBLAS 106	Proagua Consultoria Ambiental Ltda	Hortêncio Mendonça Ribeiro, 1444 - Prolongamento Jardim Lima	Franca/SP	11.402.521/0001-91	25351.471410/2015-41

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados para os laboratórios descritos na tabela do art. 1º serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA (www.anvisa.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 254, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Em conformidade com a deliberação da Diretoria Colegiada desta Agência através do Circuito Deliberativo CD_DN 259/2015, realizado em 4 de setembro de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI e no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, não conhecer dos recursos a seguir especificados, por intempestividade, determinando a extinção dos recursos sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida, conforme relação anexa.

Empresa: ZOETIS INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ: 43.588.045/0001-31
Processo nº: 25351.643373/2014-56
Expediente do recurso nº 367078/15-3
Parecer nº 210/2015 - COREF/SUCOM
Empresa: FORMIL QUÍMICA LTDA
CNPJ: 43.994.268/0001-07
Processo nº: 25351.639323/2014-71
Expediente do recurso nº 0082100/15-4
Parecer nº 209/2015 - COREF/SUCOM

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 255, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 58 do Regimento Interno, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada nas reuniões realizadas em 24/06/2015 e 27/08/2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: Inpharma Laboratórios Ltda.
Medicamento: Neo-Zinctrace (sulfato de zinco heptahidratado)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351747959/2010-63
Expediente nº: 476341/11-6
Assunto: Indeferimento de petição de Registro do Medicamento específico
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 136/2014 - Corec/Sumed.

2.
Empresa: Johnson & Johnson Industrial Ltda.
Medicamento: Nicorette® (nicotina)
Forma farmacêutica: Adesivo transdérmico
Processo nº: 25351.266267/2007-93
Expediente nº: 1004692/11-5
Assunto: Indeferimento de Petição de Inclusão de Nova Concentração Farmacêutica
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 005/2015 - Corec/Sumed.

3.
Empresa: Infan Indústria Química Farmacêutica Nacional S/A
Medicamento: Adprex (Hypericum perforatum)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25000.021641/99-04
Expediente nº: 601229/11-9
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro do Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 006/2015 - Corec/Sumed.

4.
Empresa: Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: Dexpantenol
Forma Farmacêutica: Pomada dermatológica
Processo nº: 25351.013059/2011-09
Expediente nº: 600338/11-9
Assunto: Indeferimento de petição de Registro do medicamento específico
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao recurso e retornar à área técnica para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 025/2015 - Corec/Sumed.

5.
Empresa: Catrifarma Importações e Exportações Ltda
Medicamento: ácido fusídico
Forma Farmacêutica: Creme dermatológico
Processo nº: 25351.605525/2008-42
Expediente nº: 0354018/12-9
Assunto: Indeferimento de petição de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 049/2015 - Corec/Sumed.

6.
Empresa: Divina Distribuidora de Vitaminas Naturais Sundown Rexall do Brasil Ltda CNPJ:
Medicamento: Sun Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina)
Forma Farmacêutica: Comprimido simples
Processo nº: 25351.553862/2009-25
Expediente nº: 794916/11-2
Assunto: Indeferimento de petição de Registro do Medicamento Específico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 039/2015 - Corec/Sumed.

7.
Empresa: Beker Produtos Fármaco Hospitalares Ltda
Insumo Farmacêutico Ativo: Ciprofloxacino
Processo nº: 25351.234278/2014-63
Expediente nº: 0269762/15-9
Assunto: Indeferimento da petição de Concessão de Registro do Insumo Farmacêutico Ativo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 064/2015 - Corec/Sumed.

ARESTO Nº 256, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 24 de junho, de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: OTTOBONI COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
CNPJ n.: 01.073.371/0001-66
Proc. Adm. Fiscal nº: 25351.127130/2007-14
Expediente do Recurso: 748450/07-0

ARESTO Nº 257, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ao disposto no inciso VII, art. 7º, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: ALFONSO P. HILBIG & CIA. LTDA

25751.282477/2006-35 - AIS:375418/06-9 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: ARCOR DO BRASIL LTDA

25759.190623/2009-09 - AIS:247142/09-6 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: BAYER S.A.

25759.024382/2008-91 - AIS:030872/08-2 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

25759.454208/2009-43 - AIS:588650/09-3 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIF MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

25761.000027/2006-15 - AIS:379362/06-1 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

25759.215408/2010-11 - AIS:283583/10-5 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA.

25741.000039/2004-16 - AIS:107849/04-6 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA.

25741.079068/2006-72 - AIS:103846/06-0 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.099979/2006-27 - AIS:132276/06-1 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: ESSEMAGA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA

25759.736496/2009-33 - AIS:907663/09-8 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: FORMIL QUIMICA LTDA

25759.169660/2006-76 - AIS:226679/06-2 - GGPAF/ANVISA

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: GRADAR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

25351.467617/2005-75 - AIS:563037/05-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 34.000,00 (TRINTA E QUATRO MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR. DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO AMBRIEX S/A

25759.194006/2008-62 - AIS:245587/08-1 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.164329/2008-21 - AIS:208395/08-7 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.011920/2007-04 - AIS:014945/07-4 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.042908/2004-91 - AIS:110232/04-0 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A

25759.215209/2009-44 - AIS:277272/09-8 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: MALLINCKRODT DO BRASIL LTDA

25759.155013/2007-68 - AIS:196804/07-1 - GGPAF/ANVISA

25759.150866/2007-11 - AIS:191612/07-2 - GGPAF/ANVISA

25759.150738/2007-60 - AIS:191449/07-9 - GGPAF/ANVISA

25759.150817/2007-71 - AIS:191556/07-8 - GGPAF/ANVISA

25759.150844/2007-43 - AIS:191588/07-6 - GGPAF/ANVISA

25759.150784/2007-69 - AIS:191516/07-9 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 002/2015, REALIZADA NO DIA 22/01/2015.

AUTUADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

25743.580050/2007-80 - AIS:724162/07-3 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: NATURA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA

25759.310943/2009-01 - AIS:399094/09-0 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.

25759.103900/2006-70 - AIS:137676/06-4 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: QUALITEX ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

25764.508792/2007-30 - AIS:640746/07-3 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: REM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

25759.229294/2007-01 - AIS:292583/07-4 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: SUPERINTENDENCIA DO PORTO DO RIO GRANDE

25751.827664/2008-97 - AIS:034046/08-4 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: VALDEQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

25759.107008/2007-49 - AIS:136534/07-7 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: VERACEL CELULOSE S.A.

25742.518310/2006-27 - AIS:694333/06-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25759.171038/2007-17 - AIS:217026/07-4 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). DECISÃO, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 003/2015, REALIZADA NO DIA 05/02/2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 258, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência por meio do Circuito Deliberativo - CD 255/2015 realizada em 02 de setembro de 2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Artfio Comercio de Materiais Hospitalares Ltda

CNPJ: 83.345.405/0001-99
Processo nº.: 25351.373242/2013-21
Expediente: 0042791/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Artfio Comercio de Materiais Hospitalares Ltda

CNPJ: 83.345.405/0001-99
Processo nº.: 25351.372909/2013-18
Expediente n.º: 0042768/14-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Artfio Comercio de Materiais Hospitalares Ltda

CNPJ: 83.345.405/0001-99
Processo nº.: 25351.372633/2013-79
Expediente nº: 0042788/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Brasil Art & Cores Industria Comercio Importação e Exportação Ltda - EPP

CNPJ: 11.953.255/0001-95
Processo nº.: 25351.663048/2013-24
Expediente n.º: 0063427/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrente: Brasil Art & Cores Industria Comercio Importação e Exportação Ltda - EPP
CNPJ: 11.953.255/0001-95
Processo nº.: 25351.662995/2013-10
Expediente n.º: 0063421/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Brasil Art & Cores Industria Comercio Importação e Exportação Ltda - EPP
CNPJ: 11.953.255/0001-95
Processo nº.: 25351.663024/2013-84
Expediente n.º: 0063461/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Brasil Art & Cores Industria Comercio Importação e Exportação Ltda - EPP
CNPJ: 11.953.255/0001-95
Processo nº.: 25351.663013/2013-33
Expediente n.º: 0063416/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Ciex Do Brasil Industria e Comercio de Produtos Cirurgicos Ltda
CNPJ: 93.480.192/0001-61
Processo nº.: 25351.595373/2013-60
Expediente n.º: 0051480/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Chemsystem Quimica Preventiva Ltda
CNPJ: 80.816.143/0001-05
Processo nº.: 25351.768362/2008-76
Expediente n.º: 0804809/14-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Dortler do Brasil Produtos Ortopédicos Ltda
CNPJ: 07.913.533/0001-03
Processo nº.: 25351.026671/2015-15
Expediente n.º: 0197052/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Dortler do Brasil Produtos Ortopédicos Ltda
CNPJ: 07.913.533/0001-03
Processo nº.: 25351.757936/2014-95
Expediente n.º: 0197148/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Dortler do Brasil Produtos Ortopédicos Ltda
CNPJ: 07.913.533/0001-03
Processo nº.: 25351.026622/2015-55
Expediente n.º: 0197131/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: Lamedid Comercial e Servicos Ltda
CNPJ: 46.568.655/0001-61
Processo nº.: 25351.186136/2014-01
Expediente n.º: 0474141/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

Recorrente: MP - Comércio de Materiais Hospitalares Ltda
CNPJ: 07.499.258/0001-23
Processo nº.: 25351.620449/2013-20
Expediente n.º: 0085722/14-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da Corca/Suali.

ARESTO Nº 259, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, art. 7º, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: A NATUREZA FLORA DO BRASIL IND. E COM. DE PRODUTOS LTDA. PROCESSO: 25351.101546/2008-93 - AIS: 131793/08-8 - GGIMP1/ANVISA.

Revisão de ofício da penalidade de multa minorando seu valor para R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.

PROCESSO: 25351.137983/2005-01 - AIS: 163422/05-4 - GPROP/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência, mantendo a proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: ALLERGAN-LOK PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

PROCESSO: 25759.099636/2006-62 - AIS: 131832/06-2 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: ALLERGAN-LOK PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

PROCESSO; 25759.290968/2004-18 - AIS: 410286/04-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: AMAZON ERVAS LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA.

PROCESSO: 25351.003049/2005-88 - AIS: 003788/05-5 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.

PROCESSO: 25759.156468/2008-81 - AIS: 198750/08-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 004/2015, prolatada em 26/02/2015.

AUTUADO: CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA.

PROCESSO: 25759.007142/2010-40 - AIS: 009361/10-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: COMERCIAL E IMPORTADORA M.M.D. LTDA.

PROCESSO: 25759.124628/2004-08 - AIS: 213645/04-7 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: COMERCIAL NACIONAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

PROCESSO: 25759.409952/2007-38 - AIS: 529172/07-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP.

PROCESSO: 25751.301861/2007-25 - AIS: 389262/07-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.

PROCESSO: 25759.715598/2010-71 - AIS: 116179/10-2 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.

PROCESSO: 25760.419942/2008-52 - AIS:551193/08-3 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMS S/A.

PROCESSO; 25759.194213/2009-41 - AIS: 251357/09-9 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMS S/A.

PROCESSO; 25759.194183/2009-60 - AIS: 251325/09-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMS S/A.

PROCESSO: 25759.236570/2010-13 - AIS: 311271/10-3 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EMS S/A.

PROCESSO: 25759.210553/2009-02 - AIS: 271504/09-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: FUNDAÇÃO PADRE ALBINO.

PROCESSO: 25759.454198/2007-91 - AIS: 581057/07-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de advertência, além de Multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: NATURE'S PLUS FARMACÊUTICA LTDA (GERMED FARMACEUTICA LTDA).

PROCESSO: 25351.450838/2005-12 - AIS: 541798/05-8 - GGPRO/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para o valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 004/2015, prolatada em 26/02/2015.

AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A.

PROCESSO: 25745.011087/2009-03 - AIS: 013730/09-8 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: HYPERMARCAS S/A.

PROCESSO: 25351.267523/2010-81 - AIS: 351486/10-2 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.065238/2003-08 - AIS: 243562/03-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.055234/2003-11 - AIS: 203426/03-3 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.054908/2003-52 - AIS: 202017/03-3 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.512878/2006-55 - AIS: 687157/06-7 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.012017/2007-52 - AIS: 015058/07-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

PROCESSO: 25759.012058/2007-49 - AIS: 015114/07-9 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: KARNE E KEIJO COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA.

PROCESSO: 25757.009362/2004-86 - AIS: 025474/04-6 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: KLEY HERTZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PROCESSO: 25351.866072/2008-42 - AIS: 497927/08-3 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), e a proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: LAN CHILE S/A.

PROCESSO: 25752.093945/2006-99 - AIS: 124185/06-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA.

PROCESSO: 25351.647737/2007-16 - AIS: 805326/07-0 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), e a proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: MEDQUIMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

PROCESSO: 25351.440649/2008-76 - AIS: 581670/08-0 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 004/2015, prolatada em 26/02/2015.

AUTUADO: MICROEM PRODUTOS MÉDICOS LTDA.

PROCESSO: 25351.267432/2007-24 - AIS: 343112/07-6 - GGPRO/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para o valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), mantendo a proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

PROCESSO: 25351.441574/2008-41 - AIS: 582483/08-4 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.

PROCESSO: 25759.726357/2008-22 - AIS: 932744/08-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 004/2015, prolatada em 26/02/2015.

AUTUADO: RODRIMAR S/A TRANSPORTES EQUIP. INDUSTRIAIS E ARMAZENS GERAIS

PROCESSO: 25759.448045/2007-12 - AIS: 574481/07-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: SAB TRADING COMPANY S/A (SAB COMPANY COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A).

PROCESSO; 25759.072864/2003-42 - AIS: 268135/03-8 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: SANTANA S/A DROGARIA FARMÁCIAS.

PROCESSO: 25351.299563/2005-17 - AIS: 355031/05-1 - GGPRO/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para o valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), mantendo a proibição da propaganda irregular. Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A.

PROCESSO; 25751.350498/2007-71 - AIS: 452991/07-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: IVOCLAR VIVADENT LTDA.

PROCESSO: 25759.138203/2009-89 - AIS: 179011/09-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A.

PROCESSO: 25759.407597/2007-62 - AIS: 526167/07-8 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 260, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, art. 7º, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: A ANGELONI CIA LTDA.

PROCESSO: 25351.267532/2007-51 - AIS: 343230/07-1 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de proibição da propaganda irregular. Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública, ROP 004/2015, prolatada em 26/02/2015.

AUTUADO: ÁUREA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

PROCESSO: 25741.243653/2007-13 - AIS: 311541/07-1 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Circuito Deliberativo - CD 079/2015, prolatada em 25/02/2015.

AUTUADO: BAYER S.A.

PROCESSO: 25759.521628/2007-97 - AIS: 655588/07-8 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública, ROP 019/2014 de 23/10/2014, ratificada em Circuito Deliberativo - CD 083/2015, em 04/03/2015.

AUTUADO: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.

PROCESSO: 25759.090786/2009-12 - AIS: 114415/09-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública, ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP. PRO-SÍNTESE LTDA.

PROCESSO: 25759.294180/2009-84 - AIS: 377335/09-3 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública, ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.

PROCESSO: 25767.613957/2012-79 - AIS: 0882365/12-1 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Circuito Deliberativo - CD 075/2015, prolatada em 23/02/2015.

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.

PROCESSO: 25767.616732/2012-82 - AIS: 0886338/12-5 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Circuito Deliberativo - CD 075/2015, prolatada em 23/02/2015.

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.

PROCESSO: 25767.592223/2012-95 - AIS: 0852075/12-5 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Circuito Deliberativo - CD 075/2015, prolatada em 23/02/2015.

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.

PROCESSO: 25767.616448/2012-35 - AIS: 0885922/12-1 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Circuito Deliberativo - CD 075/2015, prolatada em 23/02/2015.

AUTUADO: CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 4ª REGIÃO.

PROCESSO: 25351.114257/2007-73 - AIS: 145884/07-1 - GGPRO/ANVISA.

Negar provimento ao recurso, entretanto altera a penalidade de multa para advertência, mantendo a proibição da propaganda irregular. Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2014, prolatada em 23/10/2014.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.

PROCESSO: 25351.265466/2011-60 - AIS: 369371/11-6 - GGPAF/ANVISA.

PROCESSO: 25351.279605/2011-38 - AIS: 388728/11-6 - GGPAF/ANVISA.

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, entretanto minora a penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para a R$12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 002/2015, prolatada em 22/01/2015.

AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA.

PROCESSO: 25759.219658/2009-41 - AIS: 282765/09-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.

PROCESSO: 25759.715520/2009-73 - AIS: 382293/09-1 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: KTK INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. (K. TAKOAKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA).

PROCESSO: 25759.067026/2003-57 - AIS: 250917/03-2 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: IZAQUEL MARTINS ROSA ME (MARTEC MED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA - ME).

PROCESSO: 25351.267552/2007-21 - AIS: 343255/07-6 - GGPRO/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para o valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além da proibição da propaganda irregular. Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 020/2014, prolatada em 20/11/2014.

AUTUADO: SEAVIATION SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA.

PROCESSO: 25759.133194/2007-71 - AIS: 169323/07-9 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA.

PROCESSO: 25751.574264/2007-18 - AIS: 716330/07-4 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A.

PROCESSO: 25744.470495/2007-42 - AIS: 600041/07-0 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A.

PROCESSO: 25759.136094/2008-88 - AIS: 173523/08-3 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: MANUEL MESSIAS DE ALMEIDA.

PROCESSO: 25351.129975/2008-25 - AIS: 165752/08-6 - GFIMP/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto, entretanto altera a penalidade de multa inicialmente aplicada, minorando-a para o valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2014, prolatada em 23/10/2014.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 261, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, art. 7º, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: ABSM LANCHES LTDA - EPP.

PROCESSO: 25743.135269/2007-28 - AIS: 172061/07-9 - GGPAF/ANVISA.

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil de reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

AUTUADO: DLW INDÚSTRIA e COMÉRCIO LTDA.

PROCESSO: 25351.172389/2005-58 - AIS: 203728/05-9 - GGPRO/ANVISA.

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para penalidade de multa no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), além de proibição de propaganda. Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTUADO: FLEURY S/A.
PROCESSO: 25759.005939/2009-12 - AIS: 007427/09-6 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: NATURE'S PLUS FARMACÊUTICA LTDA (GERMED FARMACÊUTICA LTDA).
PROCESSO: 25759.219614/2009-68 - AIS: 282715/09-8 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
PROCESSO: 25759.145757/2008-55 - AIS: 185613/08-8 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
PROCESSO: 25759.232456/2005-18 - AIS: 275797/05-4 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: LAN PERU
PROCESSO: 25759.074121/2007-31 - AIS: 094817/07-9 - GGPAF/ANVISA
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: LAN PERU.
PROCESSO: 25759.084424/2007-61 - AIS: 107752/07-0 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: LAN PERU.
PROCESSO: 25759.092865/2007-37 - AIS: 118788/07-1 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: MABLAS COMERCIAL LTDA - EPP.
PROCESSO: 25759.875221/2008-33 - AIS: 478498/08-7 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A.
PROCESSO: 25759.483856/2007-51 - AIS: 615431/07-0 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: VALDEQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
PROCESSO: 25759.382175/2006-96 - AIS: 511553/06-1 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA (WYETH-WHITEHALL LTDA).
PROCESSO: 25759.327540/2007-81 - AIS: 423129/07-5 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.
AUTUADO: RIGELTEC LENTES DE CONTATO LTDA.
PROCESSO: 25759.447922/2007-20 - AIS: 574327/07-3 - GGPAF/ANVISA.
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015, prolatada em 05/02/2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

DESPACHO DA COORDENADORA
Em 17 de setembro de 2015

Nº 125 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso I, do art. 170, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.122617/2010-31 - AIS:163436/10-4 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: AGROPECUÁRIA ITAIPAVA LTDA ME
25351.450269/2011-03 - AIS:629432/11-4 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: BARBARA L. P. VIANA ME
25351.524951/2010-00 - AIS:690593/10-5 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: BAYER S.A.
25351.409283/2010-89 - AIS:534504/10-9 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: BOAFARMA LTDA.
25351.426059/2010-21 - AIS:556677/10-1 - GGIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.156272/2010-48 - AIS:207776/10-1 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.422811/2010-34 - AIS:552117/10-3 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: COMIM USINAGEM, MANUTENÇÃO E FABRICAÇÃO DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA ME
25351.409566/2010-56 - AIS:534903/10-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: DANONE LTDA
25351.413652/2010-29 - AIS:540289/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: DROGARIA SAN MARTINS LTDA
25351.420821/2010-26 - AIS:549597/10-1 - GGIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: E. G. EVERTON VALE- EPP
25351.405576/2010-43 - AIS:529657/10-9 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EMS S/A
25351.519634/2010-20 - AIS:683524/10-4 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA,
AUTUADO: FARMACIA MADEIRA LTDA ME
25351.246982/2010-99 - AIS:324852/10-6 - GGIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: G. COELHO SOUSA
25351.409793/2010-18 - AIS:535190/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
25351.469784/2010-07 - AIS:616361/10-1 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: INDÚSTRIA FARMACÊUTICA CATEDRAL LTDA
25351.244547/2010-40 - AIS:321697/10-7 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: J. L. C. PAPELARIA LTDA ME
25351.483552/2010-29 - AIS:635360/10-6 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: JOSÉ CLAUDIO COSTA ME
25351.387539/2010-01 - AIS:505952/10-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: L. MENDONÇA BARBOSA
25351.283701/2011-22 - AIS:394355/11-1 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
25351.570731/2010-76 - AIS:752454/10-4 - GGIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: M. DE L. ARRAIS ME
25351.388740/2010-91 - AIS:507510/10-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: MARLENE GONÇALVES DA SILVA FREITAS
25351.466882/2010-55 - AIS:612260/10-4 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: MARY HILL PERFUMES LTDA
25351.469687/2010-57 - AIS:616239/10-8 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: MAURO CESAR EMILIO DOS SANTOS
25351.807774/2010-30 - AIS:944743/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
25351.435422/2010-39 - AIS:569930/10-4 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: MIDWAY INTERNATIONAL LABS LTDA
25351.022799/2011-24 - AIS:032507/11-4 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: NADIJACY LIMA DE SOUZA VIEIRA
25351.805570/2010-16 - AIS:822128/10-6 - GGALI/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: NATIVE INDÚSTRIA LTDA - EPP
25351.424234/2010-09 - AIS:554109/10-3 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: NATUCLIN COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E MANUFATURADOS LTDA
25351.424171/2010-88 - AIS:554015/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: NOBILE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO LTDA
25351.422444/2010-39 - AIS:551611/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: PERSSIMED INTERNACIONAL COMPANY LTDA. ME
25351.383412/2010-00 - AIS:500568/10-0 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: PETROLINA MEDICAMENTOS LTDA
25351.806407/2010-63 - AIS:953591/10-8 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: PINATO COMERCIAL LTDA - ME
25351.482870/2010-31 - AIS:634435/10-6 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.
25351.631052/2010-12 - AIS:832775/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA,
AUTUADO: SANDRA MARIA DA SILVA FARMÁCIA
25351.807550/2010-71 - AIS:944480/10-7 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: SINERGIKA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
25351.204468/2010-38 - AIS:270384/10-0 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR
AUTUADO: S.M. FERREIRA COSMÉTICOS
25351.524634/2010-13 - AIS:690125/10-5 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: SUNFLOWER INDÚSTRIA E LABORATÓRIO FITOTERÁPICO ME
25351.469757/2010-22 - AIS:616329/10-7 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: TIBERIO BATISTA FILHO GOMES ME
25351.388792/2010-39 - AIS:507573/10-4 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: TOSTES & ALVES SIQUEIRA LTDA - EPP
25351.455591/2010-27 - AIS:597064/10-4 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

MARY LUCE BARBOSA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.615, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015; tendo em vista o disposto no inciso I e §1º do Art. 6º Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 02 de junho de 2014, e suas alterações, considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RE n. 2074, de 17 de julho de 2015, publicada no DOU n. 136 de 20 de julho de 2015, seção 1, página 67.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 886, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 11, nos §2º e §3º do art. 45 e no parágrafo único do art. 46 da Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº140, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.426/SAS/MS, de 12 de dezembro de 2014, que prorroga, em caráter excepcional, os prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 11, nos §2º e §3º do art. 45 e no parágrafo único do art. 46 da Portaria SAS nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que tratam dos prazos para habilitação dos serviços na alta complexidade em oncologia; e

Considerando a solicitação feita pelo CONASS (Conselho Nacional do Secretário de Saúde) e CONASEMS (Conselho Nacional do Secretário Municipais de Saúde) na reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) no dia 27 de agosto de 2015 para prorrogação do prazo da Portaria nº 1.426, de 12 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica alterado, para 29 de fevereiro de 2016, os prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 11, nos §2º e §3º do art. 45 e no parágrafo único do art. 46 da Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS

Art. 2º Os Estados que estiverem com os planos de atenção ao câncer em fase de conclusão poderão enviar ao MS, após o cumprimento dos trâmites legais estabelecidos na Portaria nº 140/SAS/MS de 27 de fevereiro de 2014;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 887, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Habilita a AME de Jundiaí em regime de Hospital Dia.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS:

Art. 1º Fica habilitada a unidade de saúde abaixo no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em 07 leitos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001.

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
SP	Jundiaí	6992560	46.374.500/0221-63	AME de Jundiaí	Estadual

Art. 2º Fica instruído que a habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 888, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Habilita a Policlínica Piquet Carneiro em regime de Hospital Dia.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS:

Art. 1º Fica habilitada a unidade de saúde abaixo no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em 04 leitos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria nº. 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001.

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
RJ	Rio de Janeiro	2269392	33.540.014/0001-57	Policlínica Piquet Carneiro	Municipal

Art. 2º Fica instruído que a habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 889, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Inclui membros em equipes de transplante.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 934/SAS/MS, de 24 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 25 de setembro de 2014, Seção 1, página 74, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 BA 05
II - membro: Harlem Carvalho de Oliveira, oftalmologista, CRM 14753.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 663/SAS/MS, de 1º de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 4 de agosto de 2014, Seção 1, página 83, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 10 SC 03
II - membro: Rafael Elias Silvano, oftalmologista, CRM 12938.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 890, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM: 24.08
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 01 15 PR 05
II - denominação: Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rócio;
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00;
IV - CNES: 0013846;
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, Nº 599, Bairro: São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM/PÂNCREAS: 24.05
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 31 15 PR 06
II - denominação: Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rócio;
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00;
IV - CNES: 0013846;
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, Nº 599, Bairro: São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PÂNCREAS: 24.04
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 32 15 PR 07
II - denominação: Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rócio;
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00;
IV - CNES: 0013846;
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, Nº 599, Bairro: São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

I - Nº do SNT: 2 32 15 PR 08
II - denominação: Hospital Universitário Evangélico de Curitiba;
III - CNPJ: 76.575.604/0002-09;
IV - CNES: 0015245;
V - endereço: Alameda Augusto Stellfeld, Nº 1.908, Bairro: Bigorrilho, Curitiba/PR, CEP: 80.730-150.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 03 13 SP 10
II - denominação: Hospital do Rim e Hipertensão;
III - CNPJ: 52.803.319/0001-59;
IV - CNES: 2089785;
V - endereço: Rua Borges Lagoa, Nº 960, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-002.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 05 SP 18
II - denominação: Hospital Unimed de Limeira;
III - CNPJ: 50.480.953/0002-53;
IV - CNES: 2024632;
V - endereço: Rua Alferes Franco, Nº 419, Bairro: Centro, Limeira/SP, CEP: 13.480-050.

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 72
II - denominação: IOP - Instituto Oftalmológico de Piracicaba;
III - CNPJ: 96.508.940/0001-65;
IV - CNES: 2049406;
V - endereço: Rua Luiz Razera, Nº 450, Bairro: Jardim Elite, Piracicaba/SP, CEP: 13.417-530.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 13 SP 12
II - denominação: Hospital dos Fornecedores de Cana de Piracicaba;
III - CNPJ: 54.384.631/0002-61;
IV - CNES: 2087057;
V - endereço: Avenida Barão de Valença, Nº 716, Bairro: Vila Rezende, Piracicaba/SP, CEP: 13.405-233.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 15 PR 02 II - responsável técnico: Fabíola Pedron Peres da Costa, nefrologista, CRM 19082; III - membro: Fábio Porto Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 19570; IV - membro: Fábio Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 20009; V - membro: Bruno de Figueiredo Pimpão, urologista, CRM 22657; VI - membro: Luís Gustavo Buselato, nefrologista, CRM 17662.

I - Nº do SNT 1 01 15 PR 03 II - responsável técnico: Anibal Wood Branco, urologista, CRM 16710; III - membro: Henrique Contieri Neto, urologista, CRM 12041; IV - membro: Paulo Eduardo Dietrich Jaworski, urologista, CRM 23663; V - membro: Murilo Minoru Murata, cirurgião geral, CRM 23816; VI - membro: João Otávio Ribas Zahdi, nefrologista, CRM 25390; VII - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista, CRM 11472.

Art. 8º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 15 SP 28 II - responsável técnico: Luiz Savério Plastino Júnior, oftalmologista, CRM 88293.

I - Nº do SNT 1 11 15 SP 29 II - responsável técnico: Marta Beatriz Corsi de Filippi Sartori, oftalmologista, CRM 46205.

Art. 9º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipes de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 15 RJ 30 II - responsável técnico: Osamu de Sandes Kimura, ortopedista e traumatologista, CRM 52865508.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 31 15 PR 04 II - responsável técnico: Eduardo José Brommelstroet Ramos, cirurgião geral, CRM 16956; III - membro: Maurus Vinícius Stier Serpe, urologista, CRM 9902; IV - membro: Henrique Contieri Neto, urologista, CRM 12041; V - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista, CRM 11472; VI - membro: Silvia Regina Hokazono, nefrologista, CRM 14106; VII - membro: Mirnaluci Paulino Ribeiro Gama, endocrinologista, CRM 3228; III - membro: Claudio Luciano Franck, anestesiologista, CRM 14353.

Art. 11 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas às equipes de saúde a seguir identificadas:

PÂNCREAS: 24.04

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 32 15 PR 05 II - responsável técnico: Fábio Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 20009; III - membro: Fábio Porto Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 19570; IV - membro: Fabíola Pedron Peres da Costa, nefrologista, CRM 19082; V - membro: Bruno de Figueiredo Pimpão, urologista, CRM 22657; VI - membro: Leda Regina Cavalin Nicollelli, endocrinologista, CRM 19914; VII - membro: Ricardo Augusto Bergold, anestesiologista, CRM 21366.

I - Nº do SNT 1 32 15 PR 06 II - responsável técnico: Eduardo José Brommelstroet Ramos, cirurgião geral, CRM 16956; III - membro: Maurus Vinícius Stier Serpe, urologista, CRM 9902; IV - membro: Henrique Contieri Neto, urologista, CRM 12041; V - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista, CRM 11472; VI - membro: Silvia Regina Hokazono, nefrologista, CRM 14106; VII - membro: Mirnaluci Paulino Ribeiro Gama, endocrinologista, CRM 3228; III - membro: Claudio Luciano Franck, anestesiologista, CRM 14353.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 06 SP 26 II - responsável técnico: Francisco Komatsu, oftalmologista, CRM 13887.

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 67 II - responsável técnico: Liliane Tortelli, oftalmologista, CRM 041549.

Art. 13 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 891, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Concede renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CLASSIFICAÇÃO NÍVEL A: 24.26

RIO GRANDE DO NORTE

I - denominação: Natal Hospital Center; II - CNPJ: 02.109.397/0001-80; III - CNES: 2656930; IV - endereço: Avenida Afonso Pena, N° 754, Bairro: Tirol, Natal/RN, CEP: 59.020-100.

Art. 2º As renovações de classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no art. 2º e no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 892, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Remaneja recursos financeiros destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Estado do Pará.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.034/GM/MS, de 22 de julho de 2015, que redefine a estratégia para ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o exercício de 2015; e

Considerando a Resolução CIB/PA nº 100, de 25 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento dos recursos financeiros destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Estado do Pará, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos financeiros constante desta Portaria não acarretará em impacto financeiro para o Ministério da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

ANEXO

UF	IBGE	Município/Estado	Total
PA	150000	GESTAO ESTADUAL PARÁ	(6.194.214,92)
PA	150080	ANANINDEUA	1.309.415,54
PA	150130	BARCARENA	164.480,92
PA	150140	BELÉM	1.093.197,92
PA	150175	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	7.566,52
PA	150240	CASTANHAL	772.544,45
PA	150277	CURIONÓPOLIS	30.822,26
PA	150293	DOM ELISEU	79.585,04
PA	150295	ELDORADO DOS CARAJÁS	470.360,04
PA	150350	IRITUIA	403.353,72
PA	150380	JACUNDÁ	201.578,12
PA	150490	MUANÁ	103.235,90
PA	150543	OURILÂNDIA DO NORTE	136.477,71
PA	150613	REDENÇÃO	53.572,92
PA	150616	RIO MARIA	91.884,26
PA	150680	SANTARÉM	9.117,87
PA	150760	SÃO MIGUEL DO GUAMA	7.734,07
PA	150808	TUCUMÃ	113.645,72
PA	150810	TUCURUÍ	(300.000,00)
PA	150812	ULIANÓPOLIS	1.385.425,75
PA	150840	XINGUARA	60.216,19
Total			0,00

PORTARIA Nº 893, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Transfere recursos do limite financeiro da média e alta complexidade - MAC, do Município de Cacoal/RO para o limite financeiro MAC do Estado de Rondônia.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Resolução CIB/RO nº 038, de 25 de junho de 2015, que aprova a transferência de recursos do limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC, do Município de Cacoal/RO para o limite financeiro MAC do Estado de Rondônia, referente a transferência do Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência, resolve:

Art. 1º Ficam transferidos recursos do limite financeiro da média e alta complexidade - MAC, do Município de Cacoal/RO para o limite financeiro MAC do Estado de Rondônia, no montante mensal de R$ 313.552,49 (trezentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), conforme descrito a seguir:

CÓDIGO	MUNICÍPIO	VALOR ANUAL
110004	Gestão Municipal de Cacoal/RO	(313.552,49)
110000	Gestão Estadual de Rondônia	313.552,49

Art. 2º O remanejamento do recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto orçamentário e financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde de Rondônia, dos recursos de que tratam esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de julho/2015.

LUMENA ALMEIDA DE CASTRO FURTADO

PORTARIA Nº 894, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Associação Hospitalar e Maternidade Cônsul Carlos Renaux, com sede em Brusque (SC) e torna sem efeito a Portaria nº 310/SAS/MS, de 11 de abril de 2014.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando os artigos 2º, 51 e 52, da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 107/2015-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186443/2011-71/MS, que concluiu que, na fase recursal, foram atendidos os requisitos da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação de percentual em ações de gratuidade, da Associação Hospitalar e Maternidade Cônsul Carlos Renaux, CNPJ nº 01.132.165/0001-80, com sede em com sede em Brusque (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de março de 2012 a 22 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 310/SAS/MS, de 11 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 71 de 14 de abril de 2014.

LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 895, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Julga improcedente a Representação Administrativa em desfavor da Fundação da Universidade Federal do Paraná, para o período de 27/05/1998 a 17/08/2000, pela Decadência Administrativa, referente a Renovação do CEBAS, publicada por meio da Resolução CNAS nº 101/1999 e prejudicada, em face da impossibilidade da análise contábil para apuração do percentual em serviços de saúde, do período de 18/08/2000 a 31/12/2000, a Representação Administrativa em desfavor da Fundação da Universidade Federal do Paraná, com sede em Curitiba (PR).

A Secretária da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as disposições da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, sua regulamentação e demais legislações aplicáveis;

Considerando a Representação Administrativa apresentada pela Delegacia em Curitiba da Secretaria da Receita Previdenciária, de 06 de julho de 2005;

Considerando a Lei nº 9.784/1998 e o Parecer Jurídico nº 552/2013-EHSN/CODLEGIS/COGEJUR-MS/CGU/AGU; e

Considerando o Parecer Técnico n° 368/2015-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, exarado no processo administrativo n° 25000.130516/2011-70/MS, resolve:

Art. 1º Fica julgada improcedente a Representação Administrativa em desfavor da Fundação da Universidade Federal do Paraná, CNPJ n° 78.350.188/0001-95, para o período de 27/05/1998 a 17/08/2000, pela Decadência Administrativa, referente a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social(CEBAS), com validade de 27/05/1998 a 26/05/2001, processo CNAS nº 44006.001732/1998-57, publicada por meio da Resolução CNAS nº 101 de 28 de abril de 1999, Diário Oficial da União em 29/04/1999.

Art. 2º Julga prejudicada a Representação Administrativa, em face da impossibilidade da análise contábil para apuração do percentual mínimo de 20(vinte por cento), aplicados em serviços gratuitos de saúde, do período de 18/08/2000 a 31/12/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria, publicada no Diário Oficial da União nº 178, de 17 de setembro de 2015, Seção 1, página 38,

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº 883, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

LEIA-SE:

PORTARIA Nº 883, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde do ombitasvir, veruprevir, ritonavir e dasabuvir para o tratamento da hepatite C crônica, apresentada pela AbbVie Farmacêutica Ltda nos autos do processo MS/SIPAR n.º 25000.059655/2015-18. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADRIANO MASSUDA

CONSULTA PÚBLICA Nº 27, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde do agente imunomodulador (Impact®) para uso no pré-operatório de cirurgias oncológicas gastrointestinais eletivas de grande porte, apresentada pela Nestlé Brasil Ltda nos autos do processo MS/SIPAR n.º 25000.219523/2014-62. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições sobre o tema. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADRIANO MASSUDA

PORTARIA Nº 44, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Torna pública a decisão de incorporar no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS procedimentos de Vigilância Sanitária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Prótese e Materiais Especiais do SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam incorporados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS os seguintes procedimentos de Vigilância Sanitária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Prótese e Materiais Especiais do SUS:

- Cadastro de indústrias de insumos farmacêuticos;
- Cadastro de indústrias de produtos para saúde;
- Inspeção sanitária de indústrias de insumos farmacêuticos;
- Inspeção sanitária de indústrias de produtos para saúde;
- Implementação de procedimentos harmonizados em nível tripartite relacionados à inspeção em estabelecimentos fabricantes de medicamentos;
- Implementação de procedimentos harmonizados em nível tripartite relacionados a insumos farmacêuticos;
- Implementação de procedimentos harmonizados em nível tripartite relacionados a produtos para saúde;
- Envio de relatórios de inspeção de estabelecimentos fabricantes de medicamentos à Anvisa;
- Envio de relatórios de inspeção de estabelecimentos fabricantes de insumos farmacêuticos à Anvisa;
- Envio de relatórios de inspeção de estabelecimentos fabricantes de produtos para a saúde à Anvisa;
- Auditorias internas realizadas no departamento responsável pelas atividades de inspeção de estabelecimentos fabricantes de medicamentos;
- Auditorias internas realizadas no departamento responsável pelas atividades de inspeção de estabelecimentos fabricantes de insumos farmacêuticos;
- Auditorias internas realizadas no departamento responsável pelas atividades de inspeção de estabelecimentos fabricantes de produtos para saúde.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre a tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/decisoes-sobre-incorporacoes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO MASSUDA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 491, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Torna insubsistente a seleção do Programa PAC 2 Mobilidade Médias Cidades de proposta de implantação do empreendimento "Corredor de Ônibus Guarará", em Santo André/SP.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003,

considerando a Portaria nº 109, de 05 de março de 2013, que divulgou resultado do processo de seleção do PAC 2 Mobilidade Médias Cidades no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, e;

considerando a ocorrência de desistência formalizada pela Prefeitura Municipal de Santo André/SP da contratação da operação de crédito para o empreendimento "Corredor de Ônibus Guarará", resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a seleção da proposta "Corredor de Ônibus Guarará", número de carta-consulta 002212.02.85/2012-98 e termo de habilitação nº DM-002212-1, em função da não continuidade no Programa PAC 2 Mobilidade Médias Cidades, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, para fins de realocação dos recursos do programa.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 550, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Solicitação em caráter experimental conforme Resolução do CONTRAN n.º 348/10, que estabelece o procedimento e os requisitos para apreciação dos equipamentos de trânsito e de sinalização não previstos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando das competências que lhe conferem os incisos I e XI do art. 12 da Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando que a Cartilha do Ciclista reúne informações sobre Legislação, sinalização e segurança, num esforço para que as bicicletas possam circular em harmonia com pedestres, carros, motocicletas, ônibus, metrôs e caminhões; e

Considerando o que consta do processo nº 80000.025382/2015-16, resolve:

Art. 1º A sinalização horizontal, executada de acordo com as normas do CONTRAN, poderá ser complementada pela nova sinalização horizontal definida por um pictograma da bicicleta em vermelho com fundo circular branco, conforme figura anexa;

Art. 2º A sinalização horizontal, executada de acordo com as normas do CONTRAN, poderá ser complementada pela nova sinalização horizontal bolsão com segunda linha de retenção constituindo de área de espera exclusiva para motocicletas e bicicletas junto à aproximação semafórica, conforme figura anexa;

Art. 3º - A Sinalização horizontal executada de acordo com as normas do CONTRAN poderá ser complementada pela nova sinalização horizontal, pictograma de motocicletas, conforme figura anexa;

Art. 4º A sinalização vertical de regulamentação, executada de acordo com as normas do CONTRAN, poderá ser complementada pela nova sinalização de regulamentação definida por um pictograma do pedestre acima do pictograma da bicicleta com a orla circular interna vermelha com fundo branco conforme figura anexa;

Art. 5º - A Sinalização vertical educativa executada de acordo com as normas do CONTRAN poderá ser complementada pela nova sinalização educativa definida com mensagem de área de espera e com novo pictograma de motocicletas e pictograma de bicicleta com fundo branco e pictogramas na cor preta;

Art. 6º Os anexos desta Resolução encontram-se no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 551, DE 17 DE SETEMBRO 2015

Disciplina o uso do cinto de segurança em veículos de uso bélico.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711 de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando o disposto no art. 105, § 1º do CTB;

Considerando o que consta do processo administrativo nº 80000.005985/2014-11, resolve:

Art. 1º Tornar facultativa a utilização do cinto de segurança, nos veículos de uso bélico, nas situações de preparo e emprego das Forças Armadas e no cumprimento de suas missões institucionais.

§1º As situações de preparo compreendem, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999.

§2º As situações de emprego das Forças Armadas compreendem as atividades de defesa da Pátria, da garantia dos poderes

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999.

Art. 2º Revogar a alínea "d", do inciso IV, do art. 2º, da Resolução CONTRAN nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 279, de 28 de maio de 2008.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017, data a partir da qual ficará revogada a Resolução CONTRAN nº 279, de 2008.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 552, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Fixa os requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme Decreto n° 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT); e

Considerando o disposto no art. 102 e no seu parágrafo único, do CTB;

Considerando o disposto no art. 30 da Convenção sobre Trânsito Viário, promulgada pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981, da qual o Brasil é signatário;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os requisitos de segurança no transporte de cargas em veículos rodoviários de carga;

Considerando o que consta no Processo 80000.005239/2014-19, resolve:

Art. 1º Esta Resolução fixa os requisitos mínimos de segurança para o transporte de cargas em veículos de carga.

Parágrafo único. As disposições contidas nesta Resolução aplicam-se também aos veículos registrados como especiais ou mistos utilizados no transporte de cargas.

Art. 2º Só poderão transitar nas vias terrestres do território nacional abertas à circulação, transportando cargas, veículos que atendam aos requisitos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam ao transporte de cargas que tenham regulamentação específica ou aquele realizado em veículo dedicado a transportar determinado tipo de carga, o qual possua sistemas específicos de contenção, como por exemplo, as cargas indivisíveis.

Art. 3º Todas as cargas transportadas, conforme seu tipo, devem estar devidamente amarradas, ancoradas e acondicionadas no compartimento de carga ou superfície de carregamento do veículo, de modo a prevenir movimentos relativos durante todas as condições de operação esperadas no transcorrer da viagem, como: manobras bruscas, solavancos, curvas, frenagens ou desacelerações repentinas.

Art. 4º Devem ser utilizados dispositivos de amarração, como cintas têxteis, correntes ou cabos de aço, com resistência total à ruptura por tração de, no mínimo, 2 (duas) vezes o peso da carga, bem como dispositivos adicionais como: barras de contenção, trilhos, malhas, redes, calços, mantas de atrito, separadores, bloqueadores, protetores, etc., além de pontos de amarração adequados e em número suficiente.

§ 1º Os dispositivos de amarração devem estar em bom estado e serem dotados de mecanismo de tensionamento, quando aplicável, que possa ser verificado e reapertado manual ou automaticamente durante o trajeto.

§ 2º É responsabilidade do condutor verificar periodicamente durante o percurso o tensionamento dos dispositivos de fixação, e reapertá-los quando necessário.

§ 3º Fica proibida a utilização de cordas como dispositivo de amarração de carga, sendo permitido o seu uso exclusivamente para fixação da lona de cobertura, quando exigível.

§ 4º Fica proibida a utilização de dispositivos de amarração em pontos constituídos em madeira ou, mesmo sendo metálicos, estejam fixados na parte de madeira da carroceria, exceto no caso previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Na inexistência de pontos de amarração adequados, ou em número suficiente, fica permitida a fixação dos dispositivos de amarração no próprio chassi do veículo.

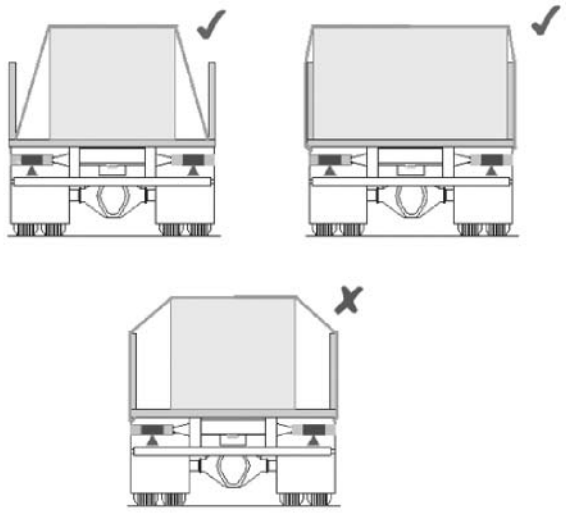
Art. 5º Os veículos do tipo prancha ou carroceria aberta, transportando equipamento(s), máquina(s), veículo(s) ou qualquer outro tipo de carga fracionada, deverão amarrar cada unidade de carga com correntes, cintas têxteis, cabos de aço ou combinação entre esses tipos, ancorados nos pontos de amarração da estrutura metálica da carroceria e/ou do próprio chassi, em pelo menos 4 (quatro) terminais de amarração.

Art. 6º Nos veículos do tipo carroceria aberta, com guardas laterais rebatíveis, no caso de haver espaço entre a carga e as guardas laterais, os dispositivos de amarração devem ser tensionados pelo lado interno das guardas laterais (Figura1).

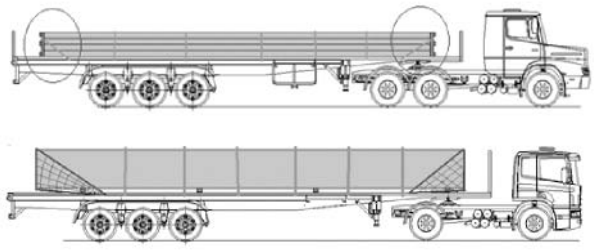
§ 1º Fica proibida a passagem dos dispositivos pelo lado externo das guardas laterais.

§ 2º Excetuam-se os casos em que a carga ocupa todo o espaço interno da carroceria, estando apoiada ou próxima das guardas laterais ou dos seus fueiros, impedindo a passagem dos dispositivos de amarração por dentro das guardas. Neste caso, os dispositivos de amarração podem passar pelo lado externo das guardas.

§ 3º Os pontos de amarração não podem estar fixados exclusivamente no piso de madeira, e sim fixados na parte metálica da carroceria ou no próprio chassi.

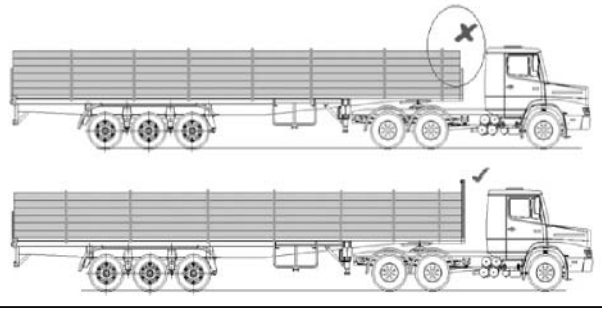


Art. 7º Para as cargas que não ocuparem toda a carroceria no sentido longitudinal, restando espaços vazios nos painéis traseiro e frontal, devem ser previstos pelo transportador, além dos dispositivos de amarração, outros dispositivos diagonais que impeçam os movimentos para frente e para trás da carga.



Art. 8º No veículo cujo painel frontal seja utilizado como batente dianteiro, o painel frontal deve ter resistência suficiente para absorver os esforços previstos nas rodovias e adequados ao tipo de carga a que se destinam.

Parágrafo único. Neste caso, fica proibida a circulação de veículos cuja carga ultrapasse a altura do painel frontal e exista a possibilidade de deslizamento longitudinal da parte da carga que está acima do painel frontal.



Art. 9º Nos veículos do tipo baú lonado (tipo "sider"), as lonas laterais não podem ser consideradas como estrutura de contenção da carga, devendo existir pontos de amarração em número suficiente.

Art. 10. Nos veículos com carroceria inteiramente fechada (furgão carga geral, baú isotérmico, baú frigorífico, etc.), as paredes podem ser consideradas como estrutura de contenção, sendo opcional a existência de pontos de amarração internos.

Art. 11 Os veículos abrangidos por esta resolução, fabricados ou encarroçados a partir de 1º de janeiro de 2017, deverão possuir dispositivos de amarração de acordo com as especificações do Anexo, além de observar os demais requisitos mencionados nesta Resolução.

Art. 12 Os veículos fabricados ou encarroçados até 31 de dezembro de 2016 deverão cumprir os requisitos mencionados nesta Resolução, a partir de 1º de janeiro de 2018, facultando sua antecipação.

Art. 13 O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará, conforme o caso, na aplicação das seguintes sanções previstas no CTB:

a) Art. 169: quando transitar com os dispositivos de fixação sem estar devidamente tensionados;

b) Art. 230, inciso IX: quando for constatada falta dos dispositivos obrigatórios de fixação, fabricados para amarração de cargas, ou mecanismo de tensionamento (quando aplicável); quando portar os dispositivos obrigatórios de fixação, em mau estado de conservação; quando utilizar cordas como dispositivo de amarração de carga, em substituição aos dispositivos de fixação previstos nesta Resolução;

c) Art. 230, inciso X: quando utilizar a passagem dos dispositivos de fixação pelo lado externo das guardas laterais nos veículos do tipo carroceria aberta, com guardas laterais rebatíveis; quando utilizar os dispositivos de fixação com os pontos de ancoragem não fixados nas travessas da estrutura da carroceria, ou com os pontos de ancoragem em desacordo com os requisitos do Anexo I;

d) Art. 235: quando transportar carga ultrapassando a altura do painel frontal, existindo a possibilidade de deslizamento longitudinal da parte da carga que está acima do painel frontal;

e) Art. 237: quando for constatada a ausência da placa ou adesivo de identificação contendo o Nome e CNPJ do fabricante dos dispositivos, prevista no item 5 do Anexo I.

Art. 14 Os anexos desta Resolução encontram-se no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES-REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 553, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Altera a Resolução CONTRAN nº 510, de 27 de novembro de 2014, de forma a suspender seu ANEXO I.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o artigo 12, inciso X da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme decreto nº 4.711 de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.018845/2012-32 RESOLVE:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

'Art. 1º Suspender os efeitos do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 510, de 27 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES-REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 554, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o art. 4º da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN nº 487, de 07 de maio de 2014 e nº 546, de 19 de agosto de 2015.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas o artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro-CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a adequação redacional da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 80000.039735/2013-95; resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 04, de 1998, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN Nº 487, de 07 de maio de 2014 e nº 546, de 19 de agosto de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º ...

I - do pátio da fábrica, da indústria encarroçadora ou concessionária e do Posto Alfandegário, ao órgão de trânsito do município de destino, nos quinze dias consecutivos à data do carimbo de saída do veículo, constante da nota fiscal ou documento alfandegário correspondente;

II - do pátio da fábrica, da indústria encarroçadora ou concessionária, ao local onde vai ser embarcado como carga, por qualquer meio de transporte;

III - do local de descarga às concessionárias ou indústrias encarroçadora;

IV - de um a outro estabelecimento da mesma montadora, encarroçadora ou concessionária ou pessoa jurídica interligada.

§ 1º No caso de veículo novo comprado diretamente pelo comprador por meio eletrônico, o prazo de que trata o inciso I será contado a partir da data de efetiva entrega do veículo ao proprietário.

§ 2º No caso do veículo novo doado por órgãos ou entidades governamentais, o município de destino de que trata o inciso I será o constante no instrumento de doação, cuja cópia deverá acompanhar o veículo durante o trajeto.

§ 3º Equiparam-se às indústrias encarroçadoras as empresas responsáveis pela instalação de equipamentos destinados a transformação de veículos em ambulâncias, veículos policiais e demais veículos de emergência.

§ 4º No caso do § 3º deverá ser aposto carimbo no verso da nota fiscal de compra, com a data da saída do veículo, pela empresa responsável pela adaptação ou transformação.

§ 5º No caso dos Estados da Região Norte do País, o prazo de que trata o inciso I será de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 6º Para os veículos recém-produzidos, beneficiados por regime tributário especial e para os quais ainda não foram emitidas as notas fiscais de faturamento, fica permitido o transporte somente do pátio interno das montadoras e fabricantes para os pátios externos das montadoras e fabricantes ou das empresas responsáveis pelo transporte dos veículos, em um raio máximo de 10 (dez) quilômetros, desacompanhados de nota fiscal, desde que acompanhados da relação de produção onde conste a numeração do chassi".

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN nº 487, de 07 de maio de 2014 e nº 546, de 19 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 555, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o registro e licenciamento de ciclomotores e ciclo-elétricos no Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro- CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando a edição da Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015, que estabelece a necessidade do registro dos veículos do tipo ciclomotor pelos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando os Artigos 97, 120 e o Anexo do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, que dispõem sobre a circulação, especificidades, definições, registro e licenciamento dos veículos em circulação em vias públicas;

Considerando as Resoluções do CONTRAN nº 14, de 06 de fevereiro de 1998, nº 24, de 21 de maio de 1998 e nº 282, de 26 de junho de 2008, que tratam respectivamente dos equipamentos obrigatórios, dos critérios de identificação dos veículos e dos critérios para a regularização da numeração de motores;

Considerando o que consta no processo nº 80000.023525/2015-47, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o registro e licenciamento de ciclomotores e ciclo-elétricos no Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.

Art. 2º Para o registro e licenciamento de ciclomotores e ciclo-elétricos junto aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, serão exigidos:

I - Pessoa física deverá apresentar:

a)Nota Fiscal do veículo, ou a Declaração de Procedência prevista no Anexo I desta Resolução com firma devidamente reconhecida em cartório,

b)Original e cópia autenticada do Documento de Identificação e do comprovante do CPF do proprietário do veículo;

II - Pessoa jurídica deverá apresentar:

a)Nota Fiscal do veículo, ou a Declaração de Procedência prevista no Anexo II desta Resolução devidamente assinado pelo(s) representante(s) legal(s) da empresa e com firma devidamente reconhecida em cartório,

b)Cópia autenticada do Contrato Social ou do Estatuto Social da empresa e do comprovante do CNPJ;

III - Nos casos de representação por Procurador, apresentar adicionalmente aos documentos listados nos incisos anteriores:

a)Procuração original com fins específicos e com reconhecimento de firma do outorgante (proprietário do veículo);

b)Cópia autenticada do documento de identificação e do CPF do outorgante;

c)Original e cópia autenticada do documento de identificação, do CPF e do comprovante de residência do outorgado (procurador);

IV - Demais documentos especificados nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º, ao caso aplicável.

Art. 3º Para os ciclomotores e ciclo-elétricos fabricados a partir de 31 de julho de 2015, será exigido, para o registro e licenciamento junto aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal:

I - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT;

II - Código específico de marca/modelo/versão,

III - Realização de pré-cadastro pelo fabricante, órgão alfandegário ou importador.

Art. 4º Para os ciclomotores e ciclo-elétricos fabricados antes de 31 de julho de 2015 e que já possuam código específico de marca/modelo/versão, será exigido, para o registro e licenciamento junto aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal:

I - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT;

II - Código de marca/modelo/versão específico,

III - Realização de pré-cadastro pelo fabricante, importador ou órgão alfandegário.

Art. 5º Para os ciclomotores e ciclo-elétricos fabricados antes de 31 de julho de 2015 e que não possuam código específico de marca/modelo/versão, será exigido, para o registro e licenciamento junto aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal:

I- Laudo de vistoria, emitido no SISCSV, conforme previsto na Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, constando o número de motor (se aplicável) e o número de Identificação Veicular (VIN) gravado conforme procedimento estabelecido no Anexo III desta Resolução e comprovando o atendimento dos itens de segurança obrigatórios definidos na Resolução CONTRAN nº 14, de 06 de fevereiro de 1998, na Resolução CONTRAN nº 315, de 08 de maio de 2009, e nos demais regulamentos de trânsito.

§ 1º Os Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão registrar e licenciar os ciclomotores e ciclo-elétricos de que trata o caput deste artigo, utilizando o código específico de marca/modelo/versão 040400, referente à designação CICLOMOTOR/L13154.

§2º Para fins de registro e licenciamento no sistema RENAVAM, os veículos referidos no caput deste artigo, independentemente do país de fabricação, serão considerados, excepcionalmente, de procedência nacional.

§3º Os proprietários dos veículos de que trata o caput deste artigo terão um prazo de dois anos para a inclusão desses veículos junto ao RENAVAM, findo o qual ficarão impedidos de proceder o registro e o licenciamento.

Art. 6º O Número de Identificação Veicular (VIN) deverá ser gravado conforme critério de identificação estabelecido na Resolução CONTRAN nº 24, de 21 de maio de 1998 e na forma estabelecida no Anexo III desta Resolução.

Parágrafo único. Compete aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal fornecer o número VIN seguindo o padrão estabelecido no Anexo III desta Resolução e autorizar a sua gravação por empresas por eles credenciadas para os veículos previstos no art. 5º desta Resolução.

Art. 7º O número do motor dos ciclomotores e ciclo-elétricos deverá estar em conformidade com o estabelecido na Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

Art. 8º Compete aos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal realizar o cadastro completo do veículo no RENAVAM.

Art. 9º Os anexos desta Resolução encontram-se no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 556, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Torna facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711 de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando o disposto

Considerando o que consta do processo administrativo nº 80000.000521/2015-52 resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Art. 1º Esta norma torna facultativo o uso do extintor de incêndio, para automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada, do tipo e capacidade constantes da tabela 2 do Anexo desta Resolução, instalado na parte dianteira do habitáculo do veículo, ao alcance do condutor.

§ 1º Os proprietários dos veículos descritos no caput poderão optar pelo uso do extintor de incêndio.

2º Os fabricantes e importadores dos veículos descritos nos caput deverão disponibilizar local adequado para a instalação do suporte para o extintor de incêndio, na forma da legislação vigente.

§ 3º Os proprietários de veículos que optarem por utilizar o extintor de incêndio deverão seguir as normas dispostas nesta Resolução.

§4º É obrigatório o uso do extintor de incêndio para caminhão, caminhão-trator, micro-ônibus, ônibus, veículos destinados ao transporte de produtos inflamáveis, líquidos, gasosos e para todo veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros.

Art. 2º Alterar o art. 7º da Resolução CONTRAN nº 157, de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os extintores de incêndio deverão atender às seguintes exigências:

I - nos veículos automotores previstos no item 1 da tabela 2 do ANEXO, deverão ter a durabilidade mínima e a validade do teste hidrostático de cinco anos da data de fabricação, e ao fim deste prazo o extintor será obrigatoriamente substituído por um novo; (redação dada pela Resolução nº 223/07)

II. nos veículos automotores previstos nos itens 2 e 3 da tabela 2 do Anexo, deverão ter durabilidade mínima de três anos e validade do teste hidrostático de cinco anos da data de fabricação."

Art. 3º Alterar a redação do § 2º e acrescentar o § 3º ao art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º ...

(...)

§ 2º A partir de 1º de outubro de 2015, os veículos automotores obrigados a utilizar o extintor de incêndio só poderão circular equipados com extintores de incêndio com carga de pó ABC.

§ 3º A partir de 1º de outubro de 2015, os proprietários de automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada, que optarem pela utilização do extintor de incêndio, deverão utilizar extintores de incêndio com carga de pó ABC."

Art. 4º Alterar o art. 9º da Resolução CONTRAN nº 157, de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. As autoridades de trânsito ou seus agentes deverão fiscalizar os extintores de incêndio, nos veículos em que seu uso é obrigatório, verificando os seguintes itens:

(...)"

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o item 20, do inciso I, do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 14, de 1998.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

GUILHERME MORAES REGO
Ministério da Justiça

HIMÁRIO BRANDÃO TRINAS
Ministério da Defesa

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ FERNANDO FAUTH
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2015

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e quinze, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, reuniu-se, no Gabinete do DENATRAN - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da defesa, das Cidades, dos Transportes, da Educação, da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a Presidência do Senhor Alberto Angerami, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 140ª Reunião Ordinária de 2015. 2) Estiveram presentes nesta reunião para auxiliar na apresentação dos Processos: Izabela Rizzoti Souza Lima, Coordenadora Geral Substituta do Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF; Milton Walter Frantz, Coordenador e Juliana Lopes Nunes, Coordenadora Substituta da Coordenação Geral de Infra Estrutura de Trânsito - CGIT, Maria Cristina Alcântara Andrade Hoffmann, Coordenadora Geral da Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT; Carlos Magno da Silva Oliveira, Coordenador da Coordenação Geral de Planejamento Operacional - CGPO; Ronaldo Camargo, Daniel Candido, Luiz Massao Kita e Ailton Brasiliense Pires, Assessores do DENATRAN e Marilene Santos da Silva, Assistente do DENATRAN, e ainda como convidado o senhor, Sergio Martins de Oliveira, membro da Câmara Temática de Assuntos Veiculares. 2) Processo nº 80000.008095/2015-33; Interessado: DENATRAN; Manifestação da possibilidade de justificar faltas nas Câmaras Temáticas. A Coordenadora Substituta da CGIJF apresentou a matéria. Sendo aprovada a manifestação do DENATRAN, consubstanciada na Nota Técnica nº 459/2015/CGIJF/DENATRAN, para que as faltas justificadas pelos membros das Câmaras Temáticas, em situações excepcionais, que forem motivadas pela falta de verbas dos órgãos ou entidades que representam, poderão ser abonadas pelo Coordenador da respectiva Câmara Temática. Foi feita a sugestão para o uso de teleconferência nas reuniões. A proposta será estudada pelo Denatran. 3) Apresentação da Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro. A Coordenadora Substituta da CGIJF fez leitura dos artigos que precisarão de regulamentação do CONTRAN, in formando que foram publicadas 02 portarias, a de nº 101/2015- Alterar o Anexo IV - Tabela de Enquadramentos da Portaria DENATRAN nº 59, de 25 de outubro de 2007, para acrescentar código de infração específico para a conduta prevista no art. 184, III, do CTB e a nº 112/2015 - Altera a Portaria DENATRAN nº 16, de 21 de setembro de 2004. 4) Processo nº; 80000.009566/2015-21; Interessado: Triciclos Free Way; Assunto: Dispositivo Grelha Para Motocicleta. O Conselho decidiu com base nos pareceres das Câmaras Temáticas de Habilitação e Esforço Leal contrário ao pleito. 5) Processo nº 80000.033995/2014-38; Interessado: Evandro Damico Alves; Assunto: Descarga Lançada Para Baixa. O Conselho decidiu com base na Nota constante do Processo da Câmara Temática de Assuntos Veiculares que o assunto já está regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 452/2013. 6) 80000.014853/2014-71; Interessado: Byd do Brasil Ltda./SP; Assunto: Procedimento Para Avaliação Estrutural de Carroçarias. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Assuntos Veiculares contrário ao pleito. 7) Interessado: 80000.010547/2014-66; Interessado: Câmara Municipal de Peabiru/PR; Assunto: Encaminha em Anexo, Cópia do Requerimento NR. 005/2014, que trata da Exigência do Curso de Condutor de Ambulância. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Esforço Legal, que o candidato deve comprovar treinamento especializado e reciclagem em curso específico. 8) Processo: 80000.035170/2014-58; Interessado: Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito/DF; Assunto: Consulta Resolução 425/CONTRAN - Capacitação de Médicos e Psicólogos. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente contrário ao pleito da AND. 9) Processo: 80000.028873/2012-68; Interessado: Rogerio Gomes/SP; Assunto: Solicita a Alteração do CTB, no que diz respeito à Normatização de Transportes de Passageiros. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Assuntos Veiculares contrário ao pleito. 10) Processo nº 80020.009096/2013-03; Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul; Assunto: Solicita Estudos no Sentido de Regulamentar a Obrigatoriedade do Uso de Dispositivos de Segurança Suplementar que Indique Criança ou Animais Domésticos Esquecidos no Interior do Veículo. O Conselho decidiu contrário ao pleito. 11) Processo nº 80000.009032/2015-02; Interessado: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; Assunto: Alteração do Artigo 132 do Código de Trânsito Brasileiro. A Câmara Temática de Esforço Legal concluiu que o assunto é matéria de alteração de lei, não sendo de competência do CONTRAN. 12) Processo: 80000.038283/2012-43; Interessado: Associação Brasileira de Campismo; Assunto: Encaminha Proposta para Alteração da Resolução n° 346/2010. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Assuntos Veiculares pelo indeferimento do pleito. 13) Processo nº 80000.005194/2014-82; Interessado: Anildo Fabio de Araújo; Assunto: Distância Mínima Entre os Instrumentos Fotoelétricos de Controle de Velocidade. O Conselho decidiu com base na nota técnica da Câmara Temática de Engenharia da Via, que o assunto encontra-se contemplado na Resolução 396/2011. 14) Processo nº 80000.005951/2015-07; Interessado: Assessoria Parlamentar do Ministério das Cidades; Assunto: Projeto de Lei N° 538/2015, Que Acrescenta Parágrafo ao Artigo 88 da Lei N° 9.503, de 23 de setembro de 2007, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - Autor: Deputado William Woo. O Conselho decidiu que o assunto está contemplado na Resolução 396/2011. 15) Processo nº 80000.032581/2014-91; Interessado: Evandro Damico Alves; Assunto: Sugestão de Implantação de Faixas de Pedestre. O Conselho decidiu contrário ao pleito pelas razões expostas no parecer. 16) Processo nº 80000.035614/2014-55; Interessado: Câmara Municipal de Salvador; Assunto: Encaminha Indicação N° 4.893/2014 que indica ao Conselho Nacional de Trânsito, a Inclusão de Sinalização de trânsito para animais domésticos. O Conselho decidiu contrario ao pleito pelas razões expostas no parecer. 17) Processo nº 80000.014747/2015-79; Interessado: Lucas Santos; Assunto: Dúvidas Sobre Lombada Bidirecional. O Conselho decidiu contrario ao pleito pelas razões expostas no parecer. 18) Processo nº 80000.011964/2015-15; Interessado: Celso José Ferreira; Assunto: Consulta ao Artigo 54 e 244, VII do CTB. O Conselho decidiu contrario ao pleito pelas razões expostas no parecer. 19) Processo nº: 80000.003499/2015-31; Interessado: Companhia de Engenharia de Tráfego; Assunto: Pintura de Faixas de Travessia na Diagonal de Cruzamento Sobre Fundo Azul. O Conselho decidiu contrario ao pleito pelas razões expostas no parecer. 20) Processo nº: 80000.034926/2013-61; Interessado; Ministério da Justiça - DPRF; Assunto; Novas sinalizações. O Conselho decidiu contrario o tipo de marcação constante do Processo pode ser utilizado em caráter experimental conforme previsto na Resolução CONTRAN nº 348/2010. 21) Processo nº 80000.040657/2014-52 Interessado: Prefeitura Municipal de Barueri/SP; Assunto: Consulta acerca da Lei 5.970 de 11/12/73. O Conselho decidiu que em caso de acidente de trânsito a autoridade ou agente policial que primeiro chegar ao local do acidente, possuem competência para adoção de providencias necessárias para preservação da segurança pública. 22) O Presidente convida o representante do Ministério da Defesa a participar da reunião da Câmara Temática de Esforço Legal nos dias 28 e 29 Set, em Santos - SP, para discutir o tema "Termo Veículo de uso Bélico" dentro do Código de Trânsito Brasileiro. III - ORDEM DO DIA: 1) Processo: 80000.030245/2012-42; Interessado: DENTRAN; Interessado: Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal - ABRATI. Após exposição do representante da Câmara Temática de Assuntos Veiculares que participou do Grupo Técnico que estudou o assunto, o Conselho decidiu aprovar, com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 544/2015, cuja ementa é: "Estabelece a classificação de danos em veículos decorrentes de acidentes e os procedimentos para regularização ou baixa dos veículos". 2) Processo: 80000.020885/2015-25; Interessado: DENTRAN; Assunto: Declara revogada a Resolução nº 675/1986- Dispõe sobre requisitos aplicáveis aos materiais de revestimento interno do habitáculo de veículos e dá outras providências. Após exposição da coordenadora da Câmara Temática de Esforço Legal que estudou o assunto o Conselho decidiu aprovar, com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 545/2015, cuja ementa é: " Declara revogada a Resolução CONTRAN nº 675, de 1986". 3) Processo: 80000.039.735/2013-95; Interessado: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores; Assunto: Minuta que altera a Resolução 04/1998 - que dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento. Após exposição do Coordenador da CGIT e também coordenador da Câmara Temática de Assuntos Veiculares que estudou o assunto, o Conselho decidiu aprovar, com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 546/2015, cuja ementa é: "Inclui o parágrafo único na Resolução CONTRAN n° 4, de 1998, que dispõe sobre o trânsito de veículos novos, nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento. 4) Processo: 80000.013.530/2014-61; Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Assunto: Regulamentação da Padronização do Procedimento Administrativo para identificação do Infrator pela Infração de Peso por Eixo. Após as explicações do tema apresentado pelo Conselheiro representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Conselho decidiu aprovar, com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 547/2015, cuja ementa é: Dispõe sobre a padronização do procedimento administrativo para identificação do infrator responsável pela infração de excesso peso e dimensões de veículos e dá outras providências. 5) Processo: 80001.007082/2009-99 e 80001.002552/2008-47; Interessado: Associação Brasileira de Motociclistas - ABRAM; Assunto: Sistema de iluminação e retrovisores para motos. Após exposição do representante da Câmara Temática de Assuntos Veiculares participante do Grupo Técnico, que estudou o assunto, o Conselho decidiu aprovar, com alterações, duas Resoluções, a primeira recebeu o nº 548/2015, cuja ementa é "Dispõe sobre os requisitos dos sistemas de iluminação e de sinalização para motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos" e a segunda Resolução que recebeu o nº 549/2015, cuja ementa é "Dispõe sobre os requisitos técnicos dos espelhos retrovisores destinados para motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos". V- JULGAMENTOS DE RECURSOS: 1) Processo: 08.666.018.278/2012-63; Interessado: Robson Santos da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SR-PRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1251/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 2) Processo 08.656.014.926/2011-41; Interessado: Kenia Rubia Correa Araujo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1109/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 3) Processo: 08.658.007.217/2013-51; Interessado: Edson Ricardo de Paula; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1110/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 4) Processo: 08.658.008.237/2013-49; Interessado: Rafael Souza da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SR-PRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1111/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 5) Processo: 08.658.013.745/2010-04; Interessado: Marcia Andrade de Ananias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1112/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 6) Processo: 08.662.002.359/2014-43; Interessado: Jonas Ferreira Rocha Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1113/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 7) Processo: 08.658.000.656/2014-13; Interessado: Lusitania Lopes Soares; Assun-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

to: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1114/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 8) Processo: 08.658.011.858/2013-18; Interessado: Rui Milbradt Me; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1115/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 9) Processo: 08.666.006.755/2011-67; Interessado: Paulo Sérgio Ezpezim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1116/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 10) Processo: 08.666.014.201/2011-33; Interessado: Alexandre Antonio Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1117/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 11) Processo: 08.666.012.135/2011-67; Interessado: Gilson Schneider; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1118/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 12) Processo: 08.660.006.516/2011-67; Interessado: Roberto Aguilhera Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1119/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 13) Processo: 08.653.001.229/2014-01; Interessado: Jose Romilton Belizario Nogueira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1120/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 14) Processo: 08.656.008.134/2011-37; Interessado: Clayton Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1121/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 15) Processo: 08.653.006.507/2013-27; Interessado: Manoel Rufino da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1122/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 16) Processo: 08.653.002.843/2014-81; Interessado: Luiz Guilherme Eliano Pinto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1123/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 17) Processo: 08.653.000.218/2014-03; Interessado: José Wamberto de Miranda Henriques; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1124/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 18) Processo: 08.653.006.514/2013-29; Interessado: Francisco Angelo Araujo de Francesco de Angelo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1125/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 19) Processo: 08.656.003.740/2011-66; Interessado: Fernando Jose Cardoso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1126/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 20) Processo: 08.653.002.787/2014-85; Interessado: Stenio Oliveira de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1127/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 21) Processo: 08.652.000.402/2014-55; Interessado: Jose Nazareno Oliveira Tavares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1128/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 22) Processo: 08.655.007.417/2012-52; Interessado: Maria Clara Moreira Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF/BA; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1129/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 23) Processo: 08.663.000.129/2013-59; Interessado: Francisco Jeovane Bernardo de França; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1130/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 24) Processo: 08.664.000.412/2014-51; Interessado: Marlon Ventura Nobre; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF/RN; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1131/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 25) Processo: 08.658.018.396/2013-51; Interessado: Simão Caldart; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1132/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 26) Processo: 08.660.004.129/2012-77; Interessado: Glaicon Fontana Piovesan; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1133/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 27) Processo: 08.653.005.926/2013-41; Interessado: Francisco Washington Araújo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1134/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 28) Processo: 08.666.002.726/2011-26; Interessado: Khellen Khul Della Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1135/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 29) Processo: 08.660.013.970/2011-74; Interessado: Ivan Kruse; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1136/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 30) Processo: 08.660.023.875/2009-64; Interessado: João Onesio Dutra Rodrigues; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1137/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 31) Processo: 08.660.006.592/2009-58; Interessado: Magno Meira Erlo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1138/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 32) Processo: 08.660.015.972/2009-83; Interessado: Daniel Barbosa de Amorim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1139/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 33) Processo: 08.662.003.625/2013-74; Interessado: Pamella Ramos dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1140/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 34) Processo: 08.666.002.829/2012-77; Interessado: Willian Sergio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1141/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 35) Processo: 08.660.014.625/2010-88; Interessado: Adão Benedito Benevides Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1142/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 36) Processo: 08.660.007.158/2012-91; Interessado: Renato Michael Uequed David; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1143/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 37) Processo: 08.660.007.321/2012-24; Interessado: Carlos Alberto da Silveira Brizolara; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1144/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 38) Processo: 08.660.014.623/2010-88; Interessado: Adão Benedito Benevides Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1145/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 39) Processo: 08.659.011.810/2006-62; Interessado: José Carlos Ongaro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1146/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 40) Processo: 08.653.000.809/2014-72; Interessado: Telma Maria Rabelo Gondim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1147/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 41) Processo: 08.659.007.702/2006-95; Interessado: Carlos Ribeiro de Andrade; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1148/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 42) Processo: 08.663.000.034/2014-16; Interessado: TC Transporte de Máquinas e Perfuração de Poços Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1149/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 43) Processo: 08.658.018.485/2013-06; Interessado: Eduardo Brasileiro Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1150/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 44) Processo: 08.666.007.503/2011-55; Interessado: Elvino Benachio; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1151/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 45) Processo: 08.660.008.396/2012-13; Interessado: Cleiton Junior Marafon; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1152/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 46) Processo: 08.654.002.975/2012-31 Interessado: Jorge Andre Dantas Luna; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1153/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 47) Processo: 08.660.016.894/2011-59; Interessado: Jarbas Francisco de Andrade; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1154/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 48) Processo: 08.658.023.787/2013-98; Interessado: Douglas Francisco da Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1155/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 49) Processo: 08.660.022.199/2011-26; Interessado: Carlos Teixeira Dal Bosco; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1156/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 50) Processo: 08.660.003.885/2012-89; Interessado: Juliano Zamberlan Coradini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1157/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 51) Processo: 08.660.009.927/2011-12; Interessado: Leandro Pires Pinto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1158/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

52) Processo: 08.660.009.612/2008-61; Interessado: Wilmar Wulff; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1159/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 53) Processo: 08.660.000.567/2012-66; Interessado: Antoninho Menti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1160/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 54) Processo: 08.660.008.566/2010-06; Interessado: Claudia Maria Dornelles de Oliveira Pena; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1161/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 55) Processo: 08.666.021.497/2013-19; Interessado: Iraci Augustinho Erbano; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1162/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 56) Processo: 08.666.007.332/2013-26; Interessado: Handres Fink Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1163/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 57) Processo: 08.654.002.636/2012-55; Interessado: Marcio Andre Gonçalves Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1164/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 58) Processo: 08.658.003.874/2014-18; Interessado: Pedro Fiusa Rodrigues da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1165/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 59) Processo: 08.654.005.977/2011-00; Interessado: Almir Cavalcante de Barros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 14ª SRPRF/PB; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1166/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 60) Processo: 08.671.000.967/2012-42; Interessado: Edmilson de Alencar Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 21ª SRPRF/RO-AC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1167/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 61) Processo: 08.654.000.816/2012-01; Interessado: Bartolomeu Neves Cordeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1168/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 62) Processo: 08.657.021.284/2010-45; Interessado: Waldemar Tavares Machado Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1169/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 63) Processo: 08.664.001.298/2014-87; Interessado: Lucimar de Moura Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF/RN; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1170/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 64) Processo: 08.658.008.932/2013-19; Interessado: Gilberto Carvalho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1171/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 65) Processo: 08.658.021.150/2012-86; Interessado: Natec Engenharia e Comércio Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1172/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 66) Processo: 08.658.021.012/2012-05; Interessado: Lucia Terezinha Mangini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1173/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 67) Processo: 08.658.017.187/2013-91; Interessado: Trans Gobbi Transportes Rodoviários Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1174/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 68) Processo: 08.658.005.477/2013-91; Interessado: Anderson Cardoso de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1175/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 69) Processo: 08.660.007.073/2011-21; Interessado: Daiane Monteiro Mariano; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1176/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 70) Processo: 08.660.003.440/2010-37; Interessado: Rodinei Tavares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1177/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 71) Processo: 08.660.007.916/2010-17; Interessado: João Carlos Inocêncio; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1178/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 72) Processo: 08.652.006.415/2013-57; Interessado: Firmo Jose Pinheiro Paixão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1179/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 73) Processo: 08.666.023.504/;2013-17; Interessado: Flavio Luiz Fritzen; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1180/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 74) Processo: 08.658.015.594/2013-63; Interessado: Jose Adair Barbosa Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1181/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 75)

Processo: 08.656.004.616/2011-18; Interessado: Rodrigo Trezza Borges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1182/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 76) Processo: 08.656.004.206/2011-77; Interessado: Rosicleia Aparecida Lopes de Farias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1183/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 77) Processo: 08.656.004.799/2011-71; Interessado: Joao Peris Babos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1184/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 78) Processo: 08.656.004.174/2011-18; Interessado: Andre Luis Rabelo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1185/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 79) Processo: 08.660.020.019/2009-57; Interessado: Luan Luz Boff; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1186/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 80) Processo: 08.656.007.235/2010-18; Interessado: José Flaviano Moreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1187/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 81) Processo: 08.662.000.373/2012-41; Interessado: Andre de Brito Guimaraes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1188/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 82) Processo: 08.668.002.832/2009-75; Interessado: Valdeires Maximo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 17ª SRPRF/PI; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1189/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 83) Processo: 08.666.014.681/2013-02; Interessado: Jair da Silva Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1190/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 85) Processo: 08.666.014.679/2013-25; Interessado: Rosecleide Gomes da Cruz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1191/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 86) Processo: 08.666.005.042/2013-48; Interessado: Mariano Izidoro Jantara; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1192/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 87) Processo: 08.666.014.901/2011-28; Interessado: Thomas Antony Schwartz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1193/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 88) Processo: 08.654.002.038/2012-86; Interessado: Josué Mergulhão de Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1194/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 89) Processo: 08.654.002.521/2012-61; Interessado: Flavio Manoel do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1195/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 90) Processo: 08.656.003.815/2011-17; Interessado: Jadir Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1196/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 91) Processo: 08.654.002.068/2012-92; Interessado: Joao Batista do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1197/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 92) Processo: 08.666.011.549/2011-79; Interessado: Thalvanne Raimundo Rotta; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1198/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 93) Processo: 08.658.017.230/2013-18; Interessado: Rota Sul Transportes de Cargas Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1199/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 94) Processo: 08.653.001.230/2014-27; Interessado: Joao Elvis de Oliveira Tavares; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1200/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 95) Processo: 08.666.003.114/2012-31; Interessado: Israel Berns; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1201/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 96) Processo: 08.660.005.782/2011-72; Interessado: Itacir Padilha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1202/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 97) Processo: 08.660.000.661/2010-53; Interessado: Delvo Pinto de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nº 1203/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 98) Processo: 08.658.007.131/2012-47; Interessado: Frank Luiz Sanchez; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1204/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 99) Processo: 08.659.030.236/2005-61; Interessado: Mauricio de Menezes Leye; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF/PR; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1205/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 100) Processo: 08.660.010.929/2012-27; Interessado: Jose Luiz de Sousa Marques; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1206/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 101) Processo: 08.660.014.624/2010-22; Interessado: Adão Benedito Benevides Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1207/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 102) Processo: 08.660.022.916/2011-10; Interessado: Luiz Sergio do Amaral Godinho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1208/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 103) Processo: 08.666.009.933/2010-21; Interessado: Volnei Felicio Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1209/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 104) Processo: 08.664.004.061/2013-77; Interessado: Fernanda dos Santos Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF/RN; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1210/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 105) Processo: 08.660.010.423/2009-12; Interessado: Wilmar Gondani Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1211/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 106) Processo: 08.656.004.414/2011-76; Interessado: Alisson Rodrigues Cunha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1212/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 107) Processo: 50.617.000.776/2009-04; Interessado: Pedro Altoe; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 17ª UNIT/ES; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1213/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 108) Processo: 50.617.000.361/2010-66; 50.617.004.924/2007-90; Interessado: Luiz Maria Helmer; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 17ª UNIT/ES; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1214/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 109) Processo: 08.656.011.984/2011-12; Interessado: Fagner

Pereira Borges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1215/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 110) Processo: 08.653.006.269/2013-50; Interessado: Jose Edson Pessoa Evangelista; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1216/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 111) Processo: 08.669.005.652/2013-11; Interessado: Alan Magri Fernandes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF/MS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer CONTRAN nº 1217/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 112) Processo: 08.666.018.010/2012-21; Interessado: Francielle Heloise Fedalto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1218/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 113) Processo: 08.666.018.021/2013-92; Interessado: Volnei Preste Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1219/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 114) Processo: 08.666.024.446/2013-31; Interessado: Fernando Borges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1220/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 114) Processo: 08.656.010.866/2011-97; Interessado: João Correia Porto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1221/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 115) Processo: 08.662.004.571/2013-64; Interessado: Vanderlei Santos de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1222/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 116) Processo: 08.656.001.002/2012-65; Interessado: Jose Irineu Delgado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1223/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 117) Processo: 08.666.014.441/2012-19; Interessado: Adalberto

Carlos Lehmkuhl; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1224/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 118) Processo: 08.652.002.110/2009-90; Interessado: Geelson Costa Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 19ª SRPRF/PA; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1225/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 119) Processo: 08.653.002.970/2014-81; Interessado: Gerardo Pontes Martins; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF/CE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1226/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 120) Processo: 08.654.004.619/2012-52; Interessado: Josué Batista dos Reis; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1227/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 121) Processo: 08.654.005.404/2011-78; Interessado: Gilvan Ferreira da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF/PE; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1228/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 122) Processo: 08.658.016.890/2013-81; Interessado: Pedro Paulo Santos Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1229/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 123) Processo: 08.666.004.580/2013-15; Interessado: Claudiomar Pazin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1230/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 124) Processo: 08.666.017.613/2012-14; Interessado: Aluisio Simas da Fontoura; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1231/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 125) Processo: 08.668.004.177/2008-17; Interessado: Maria do Mont Serrat Cardoso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 17ª SRPRF/PI; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1232/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 126) Processo: 08.666.010.130/2012-81; Interessado: Evandro Ladeira Bezerra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1233/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 127) Processo: 08.666.007.358/2013-74; Interessado: Maria Ernestina Bitencourt; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1234/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 128) Processo: 08.666.015.770/2013-68; Interessado: Ricardo Luiz de Lazzari; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1235/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 129) Processo: 08.666.010.103/2013-99; Interessado: Roseli Olenik; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1236/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 130) Processo: 08.662.008.163/2013-81; Interessado: Carlos Silva David; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/GO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1237/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 131) Processo: 08.667.002.506/2010-10; Interessado: Cia São Geraldo de Viação; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1238/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 132) Processo: 08.657.012.644/2010-18; Interessado: Luiz Claudio Correa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF/RJ; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1239/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 133) Processo: 08.660.002.448/2010-86; Interessado: Regis de Lima Sexa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1240/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 134) Processo: 08.660.018.082/2010-67; Interessado: Antonio Leandro Topper; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1241/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 135) Processo: 08.660.000.240/2010-22; Interessado: Aroldo João Schimitt; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF/RS; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1242/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 136) Processo: 08.655.002.392/2009-03; Interessado: Raimundo Albertino Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF/BA; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1243/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 137) Processo: 08.658.001.707/2009-67; Interessado: Luiz Carlos Ferreira dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF/SP; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1244/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 138) Processos: 08.675.001.085/2010-01; 08.675.000.355/2010-58; Interessado: Emanuel Renan Cunha Coelho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF/DF; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1245/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 139) Processo: 08.656.007.271/2010-73; Interessado: Renato Lopes Mariz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1246/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 140) Processo: 08.666.006.957/2010-28; Interessado: Neuri Luciano Navari; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF/SC; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1247/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 141) Processo: 08.656.017.096/2011-11; Interessado: Paulo Jose de Campos Jardim; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de Infrações - JARI da 4ª SRPRF/MG; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1248/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 142) Processo: 08.674.001.671/2010-57; Interessado: Lucimario Pereira da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF/TO; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1249/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 143) Processo: 08.667.001.793/2010-32; Interessado: Ricardo Machado Perrone; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF/ES; Relator: José Maria Rodrigues de Souza - Ministério da Educação. Após a apresentação do Parecer CONTRAN nº 1250/2015, o mesmo foi aprovado à unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade.. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes

RICARDO SHINZATO
Ministério da Defesa

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
Ministério das Cidades

MARTA MARIA ALVES DA SILVA
Ministério da Saúde

MARCELO VINAUD PRADO
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.803, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 94, §3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002471/2003-70, resolve:

Art. 1º Determinar a transferência direta da concessão outorgada à L & C Rádio Emissoras Ltda., por meio do Decreto n.º 80.723, de 10 de novembro de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Roque, estado de São Paulo, à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão, executante dos serviços de radiodifusão sons e imagens, no município de Campo Grande/MS, sonora em onda média, no município de Mauá/SP, sonora em onda tropical, no município de Londrina/PR e sonora em frequência modulada, no município de Atibaia/SP;

Art. 2º O quadro diretivo da Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão, após a operação realizada, ficará assim constituído:

NOME	CARGO
Aloizio Antonio de Oliveira	Diretor Presidente
Nilso Antonio Cignachi	Diretor Vice-presidente
Roberto Alves Marangon	Diretor Tesoureiro
Fernando Antonio Figueiredo	Diretor de Produção
Frei José Raphael Júnior	Diretor de Programação
Marisa Cristina Vieira	Diretora Secretária

Art. 3º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga de que trata o Decreto n.º 80.723, de 10 de novembro de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 1977, a execução do serviço será mantida em caráter precário.

Art. 4ºA execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 401/2015-CD - Processo nº 53500.002366/2015-33
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: EMPASOFT LTDA. - ME (CNPJ/MF nº 03.404.680/0001-05)
EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. INADIMPLÊNCIA. PAGAMENTO INTEMPESTIVO. PREÇO PÚBLICO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO DE CADUCIDADE POR ADVERTÊNCIA. POSSIBILIDADE PARA CASOS DE PAGAMENTO DO DÉBITO ANTES DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. 1. A Empresa foi autorizada a explorar o SCM, mas não efetuou o pagamento da terceira parcela do Preço Público pelo direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações (PPDESS), nem o pagamento das Taxas de Fiscalização de Funcionamento (TFF), dos exercícios de 2013 e 2014. 2. O não pagamento da TFF no prazo de 60 dias, após a notificação do débito pela Anatel, determinará a caducidade da autorização e a perda do direito de uso da radiofrequência associada. 3. A aplicação da caducidade da outorga, todavia, afigura-se medida passível de reavaliação à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que regem nosso ordenamento, constitucional e legal, com vistas à avaliação da sanção mais adequada às peculiaridades de cada caso concreto. 4. O adimplemento do débito até o exaurimento da via administrativa do procedimento instaurado para sua apuração possibilita à autoridade a substituição da sanção de caducidade por outra menos gravosa, seja advertência ou multa, sempre com base nos parâmetros fixados na Lei Geral de Telecomunicações e no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. 5. Sanção de advertência, em substituição à caducidade, para a entidade que quitou seus débitos antes do exaurimento da via administrativa, ainda que em atraso.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 143/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela EMPASOFT LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 03.404.680/0001-05, para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de reformar o Ato nº 2.376, de 8 de abril de 2015, para afastar a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia e aplicar, em substituição, a sanção de advertência.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 402/2015-CD - Processo nº 53500.000119/2011-79

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: CLARO S/A (CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47)

EMENTA: PADO. SCO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO AO PGMQ - TELEVISÃO POR ASSINATURA. RESOLUÇÃO Nº 411, DE 14 DE JULHO DE 2005. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. REGULARIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS. PELO IMPROVIMENTO. 1. A Recorrente invoca a ilegalidade contida na base de cálculo da sanção de multa por adotar a Receita Operacional Líquida (ROL) referente ao ano de aplicação da sanção. Não procede. Aderente ao disposto no § 1º do art. 179 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. 2. Não se constata lesão aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Observado o rito e os prazos do Regimento Interno da Anatel. 3. Alega que a ausência de um regulamento que preveja a forma de coleta dos indicadores dificulta a compreensão dos conceitos desses indicadores. Argumento infundado. Manual dos Indicadores de Qualidade dos Serviços de TV por Assinatura no Anexo I do PGMQ - TV. 4. Quanto ao mérito, a Recorrente não apresenta fatos novos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Materialidade das infrações constatada e sanções regulares. 5. Recurso Administrativo conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 144/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 7.275/2014-COQL/SCO, de 30 de dezembro de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 404/2015-CD - Processo nº 53572.000837/2011-00

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: MARCOS FRANCO MARTINS BRINGEL (CPF/MF nº 363.789.503-00)

EMENTA: PADO. SFI. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE RADIOFREQUÊNCIA. USO DE EQUIPAMENTOS NÃO CERTIFICADOS. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 146/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por MARCOS FRANCO MARTINS BRINGEL, CPF/MF nº 363.789.503-00, em face do Despacho Decisório nº 1.040, de 15 de fevereiro de 2013, que não conheceu do Recurso Administrativo anteriormente apresentado, por pressuposto processual da tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da última decisão expedida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 405/2015-CD - Processo nº 53516.004671/2011-67
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: RÁDIO FM ESPERANÇA LTDA. (CNPJ/MF nº 79.145.157/0001-65)
EMENTA: ADO. SFI. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. IRREGULARIDADES TÉCNICAS. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 147/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por RÁDIO FM ESPERANÇA LTDA., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mandaguaçu-PR, em face de decisão proferida pela Superintendência de Fiscalização (SFI), consubstanciada no Despacho nº 5.341, de 5 de novembro de 2013, posteriormente modificado, em sede de juízo de retratação, pelo Despacho nº 5.470, de 8 de julho de 2015, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da última decisão expedida.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 406/2015-CD - Processo nº 53500.016037/2011-46
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: CLARO S/A (CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47)
EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO. HOME PASSED. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE. PEDIDO NÃO CONHECIDO. 1. Constatado o fato de que a Interessada não realizou o cabeamento no prazo devido, o Conselho Diretor aplicou a sanção de multa em substituição à caducidade. 2. A legitimidade processual não está devidamente comprovada nos autos. 3. Pedido não conhecido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 148/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, não conhecer do Pedido de Reconsideração, devido à ausência do pressuposto processual objetivo de legitimidade, mantendo-se, integralmente, os termos da decisão recorrida.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 407/2015-CD - Processo nº 53500.009781/2010-11
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: CLARO S/A (CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47)
EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO DE TV A CABO. DESCUMPRIMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (HOME PASSED). REGULARIDADE DO SANCIONAMENTO. PELO IMPROVIMENTO. 1. A Recorrente invoca a ilegalidade contida na base de cálculo da sanção de multa por adotar a Receita Operacional Líquida (ROL) referente ao ano de aplicação da sanção. Não procede. Aderente ao disposto no § 1º do art. 179 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. 2. O descumprimento do cronograma de implantação do sistema (home passed) enseja a aplicação da sanção de caducidade, a qual, nos termos de julgados reiterados do Conselho Diretor, foi convertida em sanção de multa, a partir do exame da razoabilidade da medida no caso concreto. 3. Quanto ao mérito, a Recorrente não apresenta fatos novos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Materialidade das infrações constatada e das sanções regulares. 4. A aplicação de multa como grave irregularidade enquadram-se dentro das hipóteses previstas no art. 9º, § 3º, III e V, do RASA. Atingimento de número significativo de usuários e impedimento injustificado a que o usuário efetivo ou potencial utilizasse o serviço. 5. Pedido de Reconsideração conhecido e improvido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 149/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado em face do Acordão nº 120/2015-CD, de 9 de abril de 2015, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 408/2015-CD - Processo nº 53500.027286/2014-18
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: TV SP2 COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 04.115.925/0001-39)
EMENTA: ADAPTAÇÃO DE CONCESSÃO. SERVIÇO DE TV A CABO. REGIME REGULATÓRIO DO SeAC. CONDIÇÕES ATENDIDAS. ADAPTAÇÃO APROVADA. 1. A empresa TV SP2 COMUNICAÇÕES LTDA. solicitou a adaptação da outorga do Serviço de TV a Cabo que detém na cidade de Leme-SP para o regime regulatório do SeAC. 2. A Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação atestou que a documentação apresentada encontra-se de acordo com o exigido na regulamentação, não existindo óbices à adaptação requerida. 3. Adaptação aprovada.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 151/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão: a) adaptar a concessão outorgada por meio do Ato nº 6.951/2000 para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, mediante o pagamento de preço público fixado em R$ 9.000,00 (nove mil reais), com efeitos a partir de 17 de março de 2015; e, b) condicionar a expedição do Ato de Adaptação à apresentação/atualização de todas as certidões comprobatórias da regularidade fiscal da Requerente, em conformidade com o inciso IV do art. 1º do Anexo II do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 409/2015-CD - Processo nº 53500.001763/2014-15
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 784, de 10 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: TELEVIGO - TELEVISÃO A CABO LTDA. - EPP (CNPJ/MF nº 04.098.738/0001-94)
EMENTA: REQUERIMENTO DE ADAPTAÇÃO DE OUTORGA. TV A CABO. SeAC. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS. 1. A Recorrente atendeu a todos os requisitos necessários para a realização da adaptação de outorga do Serviço de TV a Cabo nos municípios de Marechal Cândido Rondon-PR e Pato Branco-PR para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. 2. Deferimento do requerimento e da proposta de expedição de Ato de adaptação de outorga para o SeAC.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 152/2015-GCIF, de 4 de setembro de 2015, integrante deste acórdão: a) adaptar outorgas de Concessão do Serviço de TV a Cabo detidas por TELEVIGO - TELEVISÃO A CABO LTDA. - EPP, CNPJ/MF nº 04.098.738/0001-94, por meio do Ato nº 15.896, de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2001, tendo como a Área de Prestação do Serviço (APS) o município de Marechal Cândido Rondon-PR, e do Ato nº 15.897, de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2001, tendo como a Área de Prestação do Serviço (APS) o município de Pato Branco-PR, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC; b) fixar o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) como preço público referente a cada uma das adaptações de que tratam a alínea "a" do presente acórdão, isoladamente; c) expedir Atos de Adaptação de que tratam a alínea "a", nos moldes das minutas anexas à referida análise; d) constar dos Termos de Autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado a ser celebrado com a TELEVIGO - TELEVISÃO A CABO LTDA. - EPP, CNPJ/MF nº 04.098.738/0001-94, em decorrência apenas das adaptações das outorgas de Concessão do Serviço de TV a Cabo, que a sua assinatura implica concordância com as exigências que sejam técnica e economicamente viáveis para a satisfação das necessidades da comunidade, inclusive no que se refere à modernização do sistema; e, e) intimar as Interessadas da decisão tomada por este órgão colegiado.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 415/2015-CD - Processo nº 53500.016749/2015-99
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.352, de 14 de setembro de 2015. Recorrente/Interessado: JONATAN PIMENTEL DE CAMARGO (CPF/MF nº 292.797.498-54)
EMENTA: RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. E-SIC. NÃO CONHECIMENTO. 1. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC destina-se ao atendimento de pedidos de informação realizados pela sociedade junto aos diversos órgãos da Administração Pública. 2. As informações demandadas já foram enviadas ao Interessado anteriormente. 3. Recurso não conhecido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 160/2015-GCIF, de 14 de setembro de 2015, integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo de 2ª instância interposto por JONATAN PIMENTEL DE CAMARGO no curso do Pedido de Informação nº 53850.001234/2015-14, registrado por meio do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC).
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.627, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Processos n. 53500.015778/2013 e 53500.013842/2013. Prorroga o prazo de vigência da autorização do direito de uso das radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal outorgadas à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à respectiva área de prestação, coincidente com as áreas de abrangência e subfaixas abaixo discriminadas:

Área de Abrangência	Faixa de Radiofrequência
Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	1710,0 a 1725,0 MHz / 1805,0 a 1820,0 MHz
Estado do Rio de Janeiro	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
	1.730 a 1.732,5 MHz / 1.825 a 1.827,5 MHz
Todos os municípios de Minas Gerais, excetuados os do setor 3 do PGO	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
Araporã, Araújo, Campina Verde, Campo Florido,Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinhos, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas,Córrego Danta, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Frutal, Guarinhatã, Ibiraci,Igaratinga, Iguatama, Indianópolis, Ipiaçú,	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
Itapagipe, Ituiutaba,Iturama, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Limeira D'Oeste,Luz, Maravilhas, Moema, Monte Alegre de Minas, Monte Santo de Minas, Nova Ponte, Nova Serrana, Papagaios, Pará de Minas, Patos de Minas, Pedrinópolis, Pequi, Perdigão, Pirajuba, Pitangui, Planura,Prata, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Juliana, Santa Vitória,São Francisco de Sales, São José da Varginha, Tupaciguara, Uberaba,Uberlândia, União de Minas e Vazante, do Estado de Minas Gerais	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
Estado da Bahia	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
Estado de Pernambuco	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
Estado do Ceará	1.725 a 1.727,5 MHz / 1.820 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730 MHz / 1.822,5 a 1.825 MHz
Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.	910 a 912,5 MHz / 955 a 957,5 MHz
Estados do Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Roraima	1.725,0 a 1.727,5 MHz / 1.820,0 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730,0 MHz / 1.822,5 a 1.825,0 MHz
Estado do Espírito Santo	1.725,0 a 1.727,5 MHz / 1.820,0 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730,0 / 1.822,5 a 1.825,0
	1.730,0 a 1.732,5 MHz / 1.825,0 a 1.827,5 MHz
Estado da Bahia	1.775,0 a 1.777,5 MHz / 1.870,0 a 1.872,5 MHz
Estado de Sergipe	1.725,0 a 1.727,5 MHz / 1.820,0 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730,0 MHz / 1.822,5 a 1.825,0 MHz
	1.775,0 a 1.777,5 MHz / 1.870,0 a 1.872,5 MHz
Estados de Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte	1.725,0 a 1.727,5 MHz / 1.820,0 a 1.822,5 MHz
	1.727,5 a 1.730,0 MHz / 1.822,5 a 1.825,0 MHz

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 5.587, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Processo nº 53500.005178/2014. Art. 1º ANUIR previamente com o pedido de autorização para alteração do endereço sede da empresa MIGTEL Telecomunicações Ltda., CNPJ/MF n.º 18.512.241/0001-85, para a Avenida das Nações Unidas, nº. 13.797, 9º andar, Conjunto B, Bloco 2, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, São Paulo/SP;

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.598. Processo nº 53000.057867/2011 - FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTV - Chapecó/SC - Canal 20+ - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

Nº 5.599. Processo nº 53000.045631/2009 - REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA - FM - Blumenau/SC - Canal 240 - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

Nº 5.600. Processo nº 53520.002851/2015 - FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Joinville/SC - Canal 56 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

Nº 5.601. Processo nº 53820.000627/1996 - TV O ESTADO LTDA - RTV - Canoinhas/SC - Canal 02 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

Nº 5.602. Processo nº 53520.000502/2015 - RÁDIO TIMBÓ LTDA - FM - Rio dos Cedros/SC - Canal 238 - Autoriza novas características técnicas.

Nº 5.607. Processo nº 53000.055178/2005 - RÁDIO MENINA TROPICAL FM LTDA - FM - Blumenau/SC - Canal 248 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Expede autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 5.701 - RADIO LASER LTDA, CNPJ nº 46.992.731/0001-61.

Nº 5.702 - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CECÍLIA, CNPJ nº 58.251.711/0001-19.
Expede autorização para exploração do serviço do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 5.703 - BARIRI RADIO CLUBE LTDA - ME, CNPJ nº 46.210.340/0001-48.

Nº 5.704 - TELEVISAO SOROCABA LTDA, CNPJ nº 53.653.945/0001-79.
Prorroga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa:

Nº - 5.706 - EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S/A, CNPJ nº 46.242.004/0001-87.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 5.708, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Processo nº 53504.016540 /2014 - SANTA BARBARA RADIODIFUSÃO LTDA - FM - Ilhabela /SP - canal 258 - Consolida características técnicas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS

O GERENTE DA GERÊNCIA REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29.04.2013, aplica sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), por descumprimento do(s) regulamento(s) próprio(s) do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
53528.006668/2011	Rádio Alto Uruguai Ltda.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 3.2.4 do RTFM.	Três Passos/RS	Multa no valor de R$ 2.448,00	3.426	02/05/2012
53528.002453/2013	Associação Comunitária de Radiodifusão de Esteio	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Esteio/RS	Multa no valor de R$ 4.726,80.	4.834	17/09/2014
53528.001513/2013	Carla Gorbing - Me.	Serviço Especial de Supervisão e Controle/Terceiros	Art. 131 c/c art. 163 da LGT.	Imbé/RS	Multa no valor de R$ 1.658,32.	4.872	19/09/2014
53528.005773/2012	Associação de Desenvolvimento Comunitário	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER; item 19.3.2 "b" da Norma n.° 01/2011; art. 5° do Decreto nº 2.615/1998; e art. 18 do RLEC.	Nova Hartz/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 2.301,38.	6.145	11/11/2014
53528.001015/2014	Associação de Desenvolvimento Comunitário	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER; item 18.2 da Norma n.° 01/2011; e art. 18 do RLEC.	Nova Hartz/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 783,75.	6.251	17/11/2014
53528.001665/2014	Associação Lourenciana dos Pequenos Agricultores	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	São Lourenço do Sul/RS	Multa no valor de R$ 5.262,57.	6.586	28/11/2014
53528.005774/2012	Jovenil Vargas	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT c/c art. 55, V, "b" do RCHPT.	Nova Hartz/RS	Multa no valor de R$ 1.440,00	6.743	04/12/2014
53528.005775/2012	Jovenil Vargas	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT c/c art. 55, V, "b" do RCHPT.	Nova Hartz/RS	Multa no valor de R$ 1.657,82.	6.763	05/12/2014
53528.002522/2013	Rádio Tramandaí Ltda.	Radiodifusão Sonora em Onda Média	Art. 38, II, do Regulamento de Fiscalização.	Tramandaí/RS	Multa no valor de R$ 31.500,00.	433	27/01/2015.

JOÃO JACOB BETTONI

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
53528.002918/2014	Associação Radiodifusora Verdes Campos	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8° c/c art. 53 do RUER; e art. 5º do Decreto n.º 2.615/1998.	Ernestina/RS	Advertência e multa no valor de R$ 1.246,88	3591	18/05/2014
53528.005327/2014	Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER e ao item 19.3.2 "b" da Norma n.º 01/2011.	Gravataí/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 611,68.	4658	17/06/2014
53528.005902/2014	Associação Comunitária de Radiodifusão Marés do Sul FM	Radiodifusão Comunitária	Art. 18 do RLEC.	Capão da Canoa/RS	Multa no valor de R$ 605,63.	1884	23/03/2015
53528.005747/2014	Rádio Miriam Ltda. - Me.	Auxiliar de Radiodifusão- Transmissão de Programa	Art. 163 da LGT.	Farroupilha/RS	Multa no valor de R$ 677,75.	4663	17/04/2015
53528.006993/2013	Rádio e TV Portovisão Ltda.	Retransmissão de TV	Itens 7.3 e 9.3.5 do RTTV.	Santa Rosa/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 8.122,50.	2839	24/04/2015
53528.005584/2014	Estação Plaza Rádio FM Ltda. - Me.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Ijuí/RS	Multa no valor de R$ 5.740,98.	2852	24/04/2015
53528.005771/2014	Associação Comunitário Amigos da Campina	Radiodifusão Comunitária	Art. 163 da LGT.	São Leopoldo/RS	Multa no Valor de R$ 1.076,43.	2846	24/04/2015
53528.003920/2014	Conecta Internet Comércio e Serviços Ltda. - Me.	Comunicação Multimídia	Art. 163 da LGT.	São Francisco de Paula/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 7.634,23.	2877	27/04/2015
53528.001342/2014	Município de Erebango	Retransmissão de TV	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER.	Erebango/RS	Multa no valor de R$ 3.562,50.	2982	28/04/2015
53528.001092/2014	Rede Lagoa de Comunicações Ltda.- Me.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER, c/c art. 5º da Resolução n.º 571/2011; e art. 18 do RLEC.	São Lourenço do Sul/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 3.123,75.	2984	28/04/2015
53528.001443/2014	Jean Carlo Neu	Serviço Especial de Supervisão e Controle/Terceiros	Art. 131 c/c art. 163 da LGT.	Agudo/RS	Multa no valor de R$ 497,72.	2980	28/04/2015
53528.001093/2014	Rádio Arco-Íris FM Ltda.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 6.4.1 do RTFM.	Santa Vitória do Palmar/RS	Multa no valor de R$ 2.835,00.	2983	28/04/2015
53528.005504/2014	Assoc. Comunitária Beneficiente Cultural Encantadense	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER, c/c art. 5º da Resolução n.º 571/2011.	Encantado/RS	Sanção de Advertência	3423	13/05/2015
53528.001825/2014	Assoc. Comum. de Radio Difusão da Terra dos Gêmeos - Cândido Godoi	Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Transmissão de Programas	Art. 163 da LGT.	Cândido Godoi/RS	Multa no valor de R$ 677,75.	3694	20/05/2015
53528.005046/2014	Associação de Agentes Vida e Saúde de Ciríaco	Auxiliar de Radiod.- Transmissão de Programas	Art. 163 da LGT.	Ciríaco/RS	Multa no valor de R$ 789,38.	3663	20/05/2015
53528.003566/2014	João Renato Fialho de Belo	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Candiota/RS	Multa no valor de R$ 2.416,00.	3743	21/05/2015
53528.003215/2014	Associação Comunitário Amigos da Campina	Radiodifusão Comunitária	Art. 163, II, da LGT.	São Leopoldo/RS	Multa no valor de R$ 1.016,63	4.182	01/06/2015
53528.005048/2014	Sociedade Rádio Santa Felicidade - Me.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER; e itens 5.2.1.1, 5.3.1 e 7.2.1 "c" e "n" do RTFM.	São Domingos do Sul/RS	Multa no valor de R$ 8.550,00.	4.168	01/06/2015
53528.005899/2014	Companhia Riograndense de Saneamento CORSAN	Limitado Privado	Art. 163 da LGT.	São Cristo/RS	Multa no valor de R$ 718,63.	4.170	01/06/2015
53528.005775/2015	Ivanor Rech	Radioamador	Art. 131 c/c art. 163 da LGT.	Flores da Cunha/RS	Multa no valor de R$ 440,00.	4.169	01/06/2015
53528.005084/2014	Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. - Me.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 6.4.1do ROMOT; itens 7.2.1 "b" e "c" do RTFM; e art. 18 do RLEC.	Ciríaco/RS	Multa no valor de R$ 11.115,00.	4520	15/06/2015
53528.003496/2014	Radio Taxi Livramento Ltda. - Me.	Serviço de Radiotáxi Especializado	Arts 162 e 163 da LGT.	Santana do Livramento/RS	Multa no valor de R$ 996,27.	4521	15/06/2015
53528.001836/2012	Rádio Companheira FM Ltda.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Machadinho/RS	Multa no valor de R$ 4.544,94.	4750	19/06/2015
53528.004737/2012	Rádio Arco-Íris FM Ltda.	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Rio Pardo/RS	Multa no valor de R$ 4.544,94.	4751	19/06/2015
53528.006428/2012	Município de Lajeado	Retransmissão de TV	Art. 163 LGT.	Lajeado/RS	Multa no valor de R$ 3.189,43.	4755	19/06/2015
53528.006431/2012	Município de Lajeado	Retransmissão de TV	Art. 163 LGT.	Lajeado/RS	Multa no valor de R$ 3.189,43.	4756	19/06/2015
53528.005774/2014	Fábio da Luz Zarembski	Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT c/c art. 10 do RSCM.	Novo Hamburgo/RS	Multa no valor de R$3.053,69.	2836	24/06/2015
53528.003989/2014	Assoc. Cult. de Divulgação Comum. do Bairro Salgado Filho e Região Norte de Santa Maria	Radiodifusão Comunitária	Art. 38, II, do Regulamento de Fiscalização.	Santa Maria/RS	Multa no valor de R$ 7.125,00.	5301	02/07/2015
53528.002465/2014	Elton Campanelli Ramos	Radiodiomador	Art. 38, VI, do Regulamento de Fiscalização e art. 55, V, "b" do RCHPT.	Gravataí/RS	Multa no valor de R$ 4.600,00.	5449	07/07/2015
53528.005501/2012	Associação Comunitária Radio Monte Castelo FM	Radiodifusão Comunitária	Art. 28,I e IV do anexo à Resolução n.° 441/2006.	Mariano Moro/RS	Multa no valor de R$ 7.267,50.	5516	08/07/2015
53528.005795/2013	Milton Teuner	Radioamador	Art. 38, II, do Regulamento de Fiscalização.	Porto Alegre/RS	Multa no valor de R$ 4.400,00.	5551	09/07/2015
53528.005498/2012	Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social	Radiodifusão Comunitária	Art. 38, II, do Regulamento de Fiscalização.	Alpestre/RS	Multa no valor de R$ 7.410,00.	5557	09/07/2015
53528.003007/2014	Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras	Auxiliar Radiod. - Reportagem Externa	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT.	Ibiraiaras/RS	Multa no valor de R$ 965,12.	5869	20/07/2015
53528.001562/2015	Maria de Fátima Rodrigues Parodi	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Bagé/RS	Multa no valor de R$ 2.392,08.	6.446	05/08/2015

LGT - Lei Geral de Telecomunicações, instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
Decreto n.º 2.615/1998 - aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária;
Resolução n.º 571/2011, de 28 de setembro de 2011, que aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel;
ROMOT - Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Onda Média e Onda Tropical 120 metros, aprovado pela Resolução nº 116, de 25 de março de 1999;
RSCM - Regulamento de Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 614, de 28 de maio de 2013;

RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequências entre 9kHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução n° 303, de 02 de julho de 2002;
RTFM - Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão em FM, aprovado pela Resolução n.º 67, de doze de novembro de 1998;
RTTV - Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e Retransmissão de TV, aprovado pela Resolução nº 284, de 7 de dezembro de 2001;
RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofreqüências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001;

RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.° 242, de 30 de novembro de 2000;
Resolução n.° 441/2006, de 12 de julho de 2006, que aprovou o Regulamento de Fiscalização;
Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução n.° 596, de 9 de agosto de 2012;
Norma n.° 01A/80, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações, n.° 218, de 23 de setembro de 1980;
Norma n.° 01/2011, aprovada pela Portaria n.º 462, de 14 de outubro de 2011, do Ministério das Comunicações - Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O GERENTE SUBSTITUTO DA GERÊNCIA REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29.04.2013, aplica sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), por descumprimento do(s) regulamento(s) próprio(s) do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
533528.005047/2014	Associação de Agentes Vida e Saúde de Ciríaco	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER; item 19.3.2 "a" da Norma n.° 01/2011; e art. 5° do Decreto nº 2.615/1998.	Ciríaco/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 1.211,25.	898	12/02/2015.
53528.003294/2013	Associação Pró Arte Cultura Comunitária Caçapava	Radiodifusão Comunitária	Art. 26, §8º, c/c art. 53 do RUER, c/c art. 5º da Resolução n.º 571/2011; art. 18 do RLEC; e item 19.3.2 "b" da Norma n.° 01/2011.	Caçapava do Sul/RS	Advertência e Multa no valor de R$ 1.539,00.	953	13/02/2015.

Decreto nº 2.615/1998 - aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária;
RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequências entre 9kHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução n° 303, de 02 de julho de 2002;
RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofreqüências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001;
Resolução n.º 571/2011, de 28 de setembro de 2011, que aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel;
Norma n.° 01/2011, aprovada pela Portaria n.º 462, de 14 de outubro de 2011, do Ministério das Comunicações - Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

SIDNEY OCHMAN

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Nº 5.316 Processo nº 53500.010891/2015. Expede autorização à ULTRA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/ME nº 21.816.015/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.317 Processo nº 53500.010891/2015. Expede autorização à ULTRA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/MF no 21.816.015/0001-00, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 5.318 Processo nº 53500.010891/2015. Expede autorização à ULTRA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/MF n° 21.816.015/0001-00, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.374, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Processo n° 535000200062013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à UAUBR - PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA - ME, CNPJ nº 03.282.512/0001-86, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 10 de Dezembro de 2028, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Nº 5.428 Processo nº 53500.003388/2015. Expede autorização à ANDRADE & LANDIM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF n° 10.856.456/0001-01, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO

Nº 5.429 Processo nº 53500.003388/2015. Expede autorização à ANDRADE & LANDIM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF no 10.856.456/0001-01, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 5.431 Processo nº 53500.023387/2014. Expede autorização à M T I SOLUTIONS LTDA - ME, CNPJ/MF n.° 18.542.135/0001-44, para explorar o Serviço Limitado Especializado, tendo como finalidade a locação de equipamentos portáteis de radiocomunicação, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e tendo como área de prestação do serviço São Paulo/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.462 Processo nº 53500.025056/2014. Expede autorização à MAXIS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.694.566/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 5.463 Processo nº 53500.025056/2014. Expede autorização à MAXIS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF no 19.694.566/0001-99, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 5.464 Processo nº 53500.025056/2014. Expede autorização à MAXIS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF n° 19.694.566/0001-99, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

Nº 5.483 Processo nº 53500.029011/2014. Expede autorização à NETCOM COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.422.859/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.522 Processo nº 53500.003968/2015. Expede autorização à C.T.V COLOMBO LTDA, CNPJ/MF no 09.408.974/0001-83, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 5.524 Processo nº 53500.011292/2015. Expede autorização à JOHANES KLER FELEMA COMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 21.421.352/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.526 Processo nº 53500.030239/2014. Expede autorização à SPEEDFAST TELECON LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.343.664/0001-65, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.527 Processo nº 53500.022575/2014. Expede autorização à REVIVER TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 01.661.977/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.546 Processo nº 53500.027274/2014. Expede autorização à HALLEN INSTALACOES DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 01.307.399/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.550 Processo nº 53500.029617/2014. Expede autorização à F1NET COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ/MF nº 18.001.296/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.572 Processo nº 53500.026530/2014. Expede autorização à RURALNET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.676.611/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.677, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Processo n° 535000100022014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à RONTEL LTDA, CNPJ nº 01.695.898/0001-22, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 30 de Junho de 2029, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.690, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DOS AUTISTAS DO PIAUÍ - AMA-PI a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.015317/2015-61.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.697, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 16, de 09 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 10 de julho de 2015. RESOLVE:

Art. 1º Proceder, no Plano Básico de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, as alterações indicadas nos Anexos deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR ELÍSIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

ANEXO I

Exclusão de canais do PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe
MG	Amparo do Serra	209	C
MG	Araújos	209	C
MG	Bela Vista de Minas	209	C
MG	Biquinhas	210	C
MG	Cajuri	281	C
MG	Caparaó	209	C
MG	Carmo de Minas	216	C
MG	Cristiano Otoni	224	C
MG	Delfim Moreira	203	C

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	Desterro do Melo	293	C
MG	Guaxupé	297	C
MG	Ibertioga	224	C
MG	Inhapim	209	B2
MG	Itaverava	217	C
MG	Japaraíba	211	C
MG	Moema	210	C
MG	Pequeri	278	C
MG	Piraúba	230	C
MG	Pouso Alto	218	C
MG	Rio Pomba	281	C
MG	Santana de Cataguases	218	C
MG	São José da Barra	210	C
MG	São Sebastião do Oeste	270	C
MG	Tocantins	217	C
MG	Virgínia	217	C
MS	Paranaíba	263	C
MS	Três Lagoas	220	C
PR	Jaguapitã	207	C
PR	Jataizinho	220	C
PR	Ribeirão Claro	242	C
RJ	Carmo	230	C
SP	Alambari	242	C
SP	Alto Alegre	217	C
SP	Américo de Campos	215	C
SP	Araçatuba	297	C
SP	Ariranha	238	C
SP	Bady Bassitt	215	C
SP	Bálsamo	290	C
SP	Bento de Abreu	217	C
SP	Boa Esperança do Sul	273	C
SP	Bocaina	238	C
SP	Bofete	238	C
SP	Borborema	267	C
SP	Buritama	289	C
SP	Cabrália Paulista	212	C
SP	Cafelândia	268	C
SP	Cunha	282	B1
SP	Fernão	238	C
SP	Floreal	226	C
SP	Glicério	234	C
SP	Guaratinguetá	206	B1
SP	Guaratinguetá	222	C
SP	Iacanga	211	C
SP	Ibirarema	207	C
SP	Icém	219	C
SP	Itaju	242	C
SP	Itapuí	212	C
SP	Jaborandi	228	C
SP	Lavínia	206	C
SP	Lavrinhas	236	C
SP	Lençóis Paulista	281	C
SP	Luiziânia	220	C
SP	Lutécia	209	C
SP	Mendonça	234	C
SP	Munhoz de Melo	220	C
SP	Nhandeara	203	C
SP	Oscar Bressane	220	C
SP	Paraíso	212	C
SP	Parapuã	226	C
SP	Parisi	234	C
SP	Pindorama	297	C
SP	Pontalina	215	C
SP	Potirendaba	277	C
SP	Pracinha	221	C
SP	Quintana	207	C
SP	Redenção da Serra	266	C
SP	Sabino	212	C
SP	Santa Maria da Serra	273	C
SP	São Francisco	217	C
SP	São Joaquim da Barra	295	C
SP	Tabapuã	267	C
SP	Taiúva	277	C
SP	Terra Roxa	219	C
SP	Timburi	219	C
SP	Tupi Paulista	217	C
SP	Turiúba	220	C
SP	Turmalina	220	C

ANEXO II

Inclusão de canais no PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe	Observação
MG	Cataguases	230	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S2306; 42W4146
MG	Congonhas	217	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2803; 43W5408
MG	Divinópolis	272	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Divinópolis	281	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Lagoa da Prata	210	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0122; 45W3233
MG	Passa Quatro	236	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2434; 44W5558
MG	Ponte Nova	209	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S2445; 42W5418
MG	Santa Cruz de Minas	224	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S0711; 44W1324
MG	São Lourenço	216	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S0700; 45W0300
MG	Ubá	218	C	
MG	Ubá	281	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0729; 42W5629
MG	Viçosa	293	B1	Coordenadas pré-fixadas: 20S4558; 42W5242
SP	Adamantina	220	A2	
SP	Adamantina	223	B1	
SP	Agudos	238	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2809; 48W5915
SP	Altinópolis	266	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S0132; 47W2226
SP	Andradina	267	B1	
SP	Andradina	295	B1	
SP	Aparecida	282	A1	Coordenadas pré-fixadas: 22S5051; 45W1314
SP	Apiaí	223	C	
SP	Auriflama	241	C	
SP	Avaré	296	C	
SP	Barretos	228	B2	
SP	Barretos	277	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S3233; 48W3327
SP	Bastos	278	C	
SP	Bilac	226	B2	
SP	Brotas	273	C	
SP	Buritama	203	C	
SP	Cachoeira Paulista	206	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S3947; 45W0011
SP	Capão Bonito	233	C	
SP	Caraguatatuba	266	B1	
SP	Cardoso	274	B2	
SP	Catanduva	238	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W5822
SP	Catanduva	267	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W5822
SP	Cruzeiro	203	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S3436; 44W5722
SP	Dracena	248	C	
SP	Dracena	259	C	
SP	Guaíra	284	C	
SP	Guararapes	206	C	
SP	Guaratinguetá	210	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Guaratinguetá	220	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Ibitinga	212	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S4508; 48W4744
SP	Itapeva	219	B1	
SP	Ituverava	241	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2032; 47W4857
SP	José Bonifácio	297	A4	
SP	Lins	269	B2	
SP	Lorena	223	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S4351; 45W0729
SP	Lucélia	250	C	
SP	Miguelópolis	287	C	
SP	Mirandópolis	217	B1	
SP	Mirassol	215	B1	
SP	Monte Aprazível	289	B1	
SP	Monte Azul Paulista	219	B2	
SP	Morro Agudo	275	C	
SP	Novo Horizonte	293	B2	
SP	Paraguaçu Paulista	207	A4	
SP	Paraibuna	250	C	
SP	Pederneiras	281	C	
SP	Penápolis	202	B2	
SP	Penápolis	261	B2	
SP	Pereira Barreto	277	B1	
SP	Piraju	242	A2	
SP	Piraju	293	B1	
SP	Pompéia	254	C	
SP	Presidente Epitácio	216	C	
SP	Promissão	248	C	
SP	Rancharia	299	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S1322; 50W5416
SP	Registro	218	C	
SP	Santa Fé do Sul	263	B2	
SP	Santo Anastácio	268	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S5800; 51W3900
SP	São Joaquim da Barra	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S3453; 47W5117
SP	São José do Rio Pardo	297	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S4152; 46W5303
SP	São Manuel	204	C	
SP	Tambaú	296	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S4300; 47W1700
SP	Tanabi	293	C	
SP	Taquarituba	251	C	
SP	Teodoro Sampaio	249	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S3157; 52W1003
SP	Tupã	234	C	
SP	Tupã	262	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S5553; 50W3057
SP	Tupi Paulista	230	C	
SP	Ubatuba	276	A3	
SP	Valparaíso	233	C	
SP	Viradouro	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S5223; 48W1749

ATO Nº 5.698, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO VAQUINHA SOCIAL a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.015460/2015-52.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.095 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 19/09/2015 a 20/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 50.099 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Três Lagoas/MS, no período de 12/09/2015 a 13/09/2015.
Nº 50100 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jaguariúna/SP, no período de 18/09/2015 a 26/09/2015.

Nº 50.101 Autorizar GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA, CNPJ Nº 00.811.990/0001-48 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.102 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.103 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 18/09/2015 a 27/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.282, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.010036/2009-12, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria MC nº 322, de 07 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.984, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.051542/2012-59, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAXIAS DO SUL/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 3.771, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53900.007594/2014-14, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TVCI - TV Comunicações Interativas Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua pro-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

gramação, que passará a ser a TV Serra Azul Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Mateus Leme, estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

PORTARIA Nº 3.782, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.019401/2015-41, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Fertel - Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Naviraí, estado de Mato Grosso do Sul, utilizando o canal 4- (quatro decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Ponta Porã Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 552, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV, do Anexo I, do Decreto nº 7.304, de 22.9.2010, e

Considerando a necessidade de aprimorar a cooperação internacional conduzida entre o Brasil, governos estrangeiros e organismos internacionais, à luz da evolução das demandas e das oportunidades que se apresentam às vertentes e modalidades da cooperação internacional brasileira; e

Considerando que a coordenação entre diferentes vertentes e modalidades de cooperação internacional do Brasil proporciona maior eficiência no uso de recursos orçamentários alocados à referida atividade e potencializa seu impacto, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o mecanismo de coordenação entre as vertentes e as modalidades de cooperação internacional do Brasil sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, por meio de Grupo de Trabalho integrado por representantes das unidades relacionadas no Art. 2º da presente Portaria e presidido pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação.

Parágrafo Único. O Grupo de Trabalho reunir-se-á por convocação do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação ou do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Art. 2º Atribuir à Secretaria-Geral das Relações Exteriores (doravante "Secretaria-Geral") as funções de:

I - aprovar os planos de trabalho anuais e as correspondentes propostas orçamentárias das unidades do Ministério das Relações Exteriores com responsabilidades em matéria de cooperação internacional, a seguir identificadas:

a) Instituto Rio Branco;
b) Departamento da África;
c) Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços;
d) Departamento Cultural;
e) Departamento de Energia;
f) Departamento de Mecanismos Inter-regionais;
g) Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos;
h) Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais;
i) Agência Brasileira de Cooperação;
j) Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome; e
k) Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva.

II - acompanhar a execução orçamentária dos planos de trabalho das unidades do Ministério das Relações Exteriores com responsabilidades em matéria de cooperação internacional.

Parágrafo Único. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças deverá ser consultada na preparação do componente orçamentário das propostas de planos de trabalho.

Art. 3º A aprovação, pela Secretaria-Geral, dos planos de trabalho anuais das unidades indicadas no Art. 2º da presente Portaria será precedida de consulta às seguintes Subsecretarias-Gerais do Ministério das Relações Exteriores, além daquela a que se subordina a unidade específica:

a) Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe;
b) Subsecretaria-Geral Política I;
c) Subsecretaria-Geral Política II;
d) Subsecretaria-Geral Política III;
e) Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial;
f) Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros; e
g) Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Para a elaboração de seus respectivos planos de trabalho anuais, as unidades indicadas no Art. 2º da presente Portaria deverão coordenar-se com outras unidades pertinentes do Ministério das Relações Exteriores, incluindo Postos no exterior, bem como com seus parceiros de cooperação internos e externos.

Parágrafo Único. As propostas de planos de trabalho anuais elaboradas pelas unidades indicadas no Art. 2º da presente Portaria deverão incluir, quando pertinente, propostas de ações conjuntas com outras unidades do Ministério das Relações Exteriores responsáveis por vertentes e modalidades distintas de cooperação internacional.

Art. 5º Para favorecer a coordenação de ações conjuntas e as consultas indicadas no Art. 4º da presente Portaria, a Agência Brasileira de Cooperação presidirá anualmente reunião de coordenação entre as unidades indicadas no Art. 2º, à qual aportarão, como insumo, uma primeira versão de seus respectivos planos de trabalho anuais, previamente a sua submissão à Secretaria-Geral.

Parágrafo Único. A partir de convocação da Agência Brasileira de Cooperação, as unidades do Ministério das Relações Exteriores indicadas no Art. 2º da presente Portaria deverão reunir-se semestralmente para intercâmbio de informações sobre a execução de seus respectivos planos de trabalho.

Art. 6º Na hipótese de que possibilidades adicionais de coordenação e convergência entre ações de distintas vertentes e modalidades de cooperação internacional surjam durante a execução dos planos de trabalho, as unidades indicadas no Art. 2º da presente Portaria deverão informar a respeito a Secretaria-Geral e as demais unidades pertinentes do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a que sejam providenciados ajustes simultâneos em suas respectivas programações.

Art. 7º O Grupo de Trabalho estabelecido no Art. 1º da presente Portaria poderá ser convocado pela Secretaria-Geral para cumprir as seguintes tarefas:

a) Realizar a necessária interlocução com outras entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em matéria de cooperação internacional;

b) Assessorar a Secretaria-Geral na preparação de missões oficiais do Brasil ao exterior ou do exterior ao Brasil, em temas afetos à cooperação internacional.

Art. 8º O Grupo de Trabalho estabelecido no Art. 1º da presente Portaria ficará encarregado de revisar e aperfeiçoar a proposta de Projeto de Lei sobre Cooperação Internacional a ser apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como de apoiar a negociação desse Projeto no âmbito do Poder Executivo e sua tramitação no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VIEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.440 - Processo: 48500.003542/2015-14. Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à ampliação da Subestação Santa Maria 3 230 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.441. Processo: 48500.002533/2015-14. Interessada: Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem do trecho inicial da Linha de Transmissão 230 kV São Miguel - João Câmara II. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.447. Processo nº 48500.006953/2006-91. Interessado: Canhadão Produção de Energia Elétrica Ltda. Objeto: Autorizar a empresa interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.516.658/0001-74, a implantar e explorar a PCH Canhadão, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.032511-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica (PIE), com 10.000 kW de potência instalada, localizada no rio Covó, na sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Mangueirinha, no estado do Paraná. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.448. Processo nº 48500.000030/2001-57. Interessado: Usina Itajobi Ltda - Açúcar e Álcool Objeto: Autorizar a empresa interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 43.533.819/0001-27, a implantar e explorar a UTE Destil, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.028045-3.01, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica - AP, com 8.949 kW de potência instalada, localizada no município de Marapoama, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 5.449. Processo nº 48500.002521/2015-81. Interessado: Ipiranga Agroindustrial S.A. Objeto: Autorizar a empresa interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 47.544.176/0002-59, a implantar e explorar a UTE Ipiranga Mococa, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.027392-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 7.000 kW de potência instalada, localizada no município de Mococa, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Homologatória n. 1.927, de 4 de agosto de 2015, publicada no D.O. n. 149, de 6 de agosto de 2015, Seção 1, página 51, constante do Processo n. 48500.002050/2015-10, retificar os valores da tabela 10 do Anexo, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.445, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015, publicada no DOU de 16/09/2015 - Seção: 1, Volume: 152, Número: 177, Página: 45, onde se lê " Prazo de outorga: Trinta anos"; leia se "Prazo de outorga: Trinta e Cinco anos". Restando retificado, também, o que consta na integra da resolução disponível em www.aneel.gol.br/biblioteca.

DESPACHO DO GERENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 3.256 - O GERENTE EXECUTIVO SUBSTITUTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES - SEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 3.688, de 1º de setembro de 2015 e Portaria ANEEL nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, nos termos da Portaria MME nº 218, de 15 de maio de 2015 e da Portaria MME nº 123, de 17 de abril de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002243/2015-62, decide: (i) revogar o Despacho nº 2.272, de 24 de agosto de 2015; (ii) publicar no Anexo I deste Despacho, a relação das empresas que atendem aos requisitos de habilitação técnica, necessários à participação nos Lotes B, D, e E do Leilão nº 12/2015 - ANEEL, destinado à contratação de concessões de usinas hidrelétricas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência; (iii) informar que as empresas titulares de, ao menos, uma usina hidrelétrica em operação comercial, na modalidade do tipo I, II ou III, por tempo não inferior a cinco anos, poderão participar nos Lotes A e C do aludido certame; (iv) informar que as empresas estrangeiras que desejarem participar do Leilão nº 12/2015 - ANEEL deverão enviar no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação deste Despacho, declaração de que atendem aos pré-requisitos de habilitação técnica contidos nas Portarias MME nº 123/2013 e nº 218/2015, e indicação do(s) lote(s) para o(s) qual(is) deseje obter o e-Data Room; (v) informar que as empresas estrangeiras que formalizarem o interesse em participar, deverão entregar até o dia 16 de outubro de 2015, documento com tradução juramentada e autenticado nos termos do Edital deste Leilão, de entidade ou órgão com competências análogas às da ANEEL e/ou ONS de seu país, declarando que a interessada atende aos pré-requisitos descritos no inciso anterior, bem como a descrição técnica da usina hidrelétrica que opera há pelo menos cinco anos; (vi) instar as empresas pré-habilitadas tecnicamente e as empresas estrangeiras que declararam interesse em participar do Leilão nº 12/2015 - ANEEL, nos termos deste Despacho, e que estejam interessadas em realizar visita técnica às usinas hidrelétricas a serem licitadas, a atender solicitação de visita técnica, impreterivelmente até o dia 24 de setembro de 2015, por meio do endereço eletrônico master.cel@aneel.gov.br, indicando os empreendimentos que desejam visitar.

MÁRZIO RICARDO GONÇALVES DE MOURA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Empresas Aptas a Participarem nos Lote B, Lote D e Lote E

	#Empresas	Titularidade
1	AES Tietê S.A.	Direta
2	Alcoa Alumínio S.A.	Direta
3	Aliança Geração de energia S.A.	Direta
4	BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Direta
5	CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	Direta
6	CEEE-GT-Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	Direta
7	CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Direta
8	CESC - Companhia Energética Santa Clara	Direta
9	CESP - Companhia Energética de São Paulo	Direta
10	CHESF-Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	Direta
11	Copel Geração e Transmissão S.A.	Direta
12	Corumbá Concessões S.A.	Direta
13	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.	Direta
14	ELETRONORTE-Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	Direta
15	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	Direta
16	ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	Direta
17	Enerpeixe S.A.	Direta
18	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Direta
19	InterCement Brasil S.A.	Direta
20	Serra do Facão Energia S.A.	Direta
21	Tijoá Participações e Investimentos S.A	Direta
22	Tractebel Energia S.A.	Direta
23	Vale S.A.	Direta
24	Votorantim Cimentos N.NE S.A.	Direta
25	Votorantim Cimentos S.A.	Direta
26	Votorantim Metais Zinco S.A.	Direta
27	Queiroz Galvão Energia S.A.	Indireta
28	Caue Austria Holding GMBH	Indireta
29	Alcoa Inversiones Espana S.A.	Indireta
30	Votorantim Industrial S.A.	Indireta
31	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Indireta
32	DUKE Energy International, Brasil Ltda.	Indireta
33	VM Holding S.A.	Indireta
34	GDF-SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.	Indireta
35	EDP Energias do Brasil S.A.	Indireta
36	Companhia Brasiliana de Energia	Indireta
37	CPFL Geração de Energia S.A.	Indireta
38	VALEPAR	Indireta

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2015

Nº 3.242. Processo nº: 48500.004076/2010-80. Interessada: Deal Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: alterar a razão social da empresa Seal Trade Comercio e Serviços Ltda., CNPJ/MF 10.671.322/0001-16, autorizada como agente comercializador por meio do Despacho nº 2.200, de 2 de agosto de 2010, que passará a ser denominada Deal Comercializadora de Energia Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 3.253. Processo nº 48500.001517/2014-15. Interessado: CMPC Celulose Riograndense Ltda. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 18 de setembro de 2015. Usina: UTE CMPC. Unidade Geradora: UG4 de 92.487 kW. Localização: Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 3.250 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da usina termelétrica Norte Fluminense 4, no valor de 249,90 R$/MWh (duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na citada usina a partir de 1º de setembro de 2015.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 3.254. Processo nº 48500.004246/2015-31. Interessados: Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES (compradora) e Rio Grande Energia S/A - RGE (vendedora). Decisão: registrar, sob nº 8.026/2015 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica e seu respectivo Primeiro Termo Aditivo. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 1.373 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 5º da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.009639/2010-89, considerando:

-as informações e o projeto apresentados pela empresa Oiltanking Terminais Ltda. à ANP, referentes a construção de uma Plataforma Rodoviária, denominada PR 03, composta por 01 (uma) Ilha com 01 (uma) Baia para carga e descarga de caminhões-tanque no seu Terminal Aquaviário localizado no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo;

-a solicitação feita pela empresa Oiltanking Terminais Ltda., por intermédio da correspondências datadas de 10 de agosto e 10 de setembro de 2015 para a obtenção de Autorização de Construção da referida Plataforma Rodoviária, resolve:

1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentados pela empresa Oiltanking Terminais Ltda. à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Oiltanking Terminais Ltda. continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

1- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo n° 48610.009639/2010-89 da Oiltanking Terminais Ltda. a solicitação da Autorização para a construção de uma Plataforma Rodoviária, denominada PR 03, composta por 01 (uma) Ilha com 01 (uma) Baia para carga e descarga de caminhões-tanque no seu Terminal Aquaviário localizado no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, acompanhada dos documentos necessários para o atendimento da Portaria ANP n° 170, de 26.11.1998 e Resolução ANP n° 30 de 26.10.2006.

2- DESCRIÇÃO DO SISTEMA

A nova Plataforma Rodoviária será composta de 01 (uma) Ilha com 01 (uma) Baia, podendo atender um veículo por vez. A plataforma será construída em estrutura metálica, coberta por telhas metálicas, tendo altura de 8,62 (oito metros e sessenta e dois centímetros), com pilares em perfis metálicos, apoiados sobre bases de concreto.

Será instalado sistema de aterramento dos veículos, com sinalização visual (lâmpada cor verde/vermelho) bem como sistema de bloqueio automático de descarregamento para o caso de falha do sistema de aterramento. Haverá uma passarela com escadas laterais para acesso dos operadores. Referida passarela contará com 02 (duas) pontes articuladas para acesso dos operadores à parte superior dos tanques dos caminhões.

O piso da Plataforma Rodoviária será em concreto impermeabilizado, sendo a referida Platafora rodeada por dique e canaletas em forma de "U", estas em aço carbono, que direcionarão eventuais produtos derramados para a caixa separadora água/óleo e, se necessário, para o devido tratamento.

Para prevenção e combate a incêndio a Plataforma Rodoviária contará com canhões monitores e extintores.

O carregamento dos veículos será tipo "top loading", contando com um braço de carregamento articulado e filtros. Serão utilizadas as bombas já existentes no Terminal, não havendo a necessidade de implantação de novas bombas para carregamento.

Para descarregamento de veículos na Plataforma PR-03 serão instaladas 04 (quatro) bombas (conjuntos motor/bomba), com motores elétricos à prova de explosão de 60 HP e capacidade de vazão de 120 m3/h, sendo que 01 (uma) será realocada da estrutura da Plataforma PR 01 para a Plataforma PR 03. Os conjuntos motor/bomba serão instalados na Plataforma PR 03, em piso impermeabilizado e estrutura para contenção de eventual vazamento de produto. Os produtos descarregados serão direcionados para os tanques de armazenagem via Casa de Manobras.

As tubulações que ligarão a nova Plataforma Rodoviária às Casas de Bombas serão em aço carbono, pigáveis, isto é, com canhões de recebimento e lançamento de "pigs", válvulas pigáveis. As tubulações estarão apoiadas sobre dormentes com "inserts" nas tubovias próximas aos pisos ou sobre vigas metálicas em "pipe-racks "quando em nível de travessia de ruas internas e/ou áreas já construídas. Os suportes de tubulação serão típicos e projetados em aço estrutural ASTM A-36 para apoio simples, apoio com guia e ou ancoragem.

A Plataforma Rodoviária, tubulações e demais equipamentos serão aterrados utilizando a malha de aterramento do Terminal.

3- MEIO AMBIENTE

A construção da nova Plataforma Rodoviária (PR 3), está autorizada pelo IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo, por meio do o Ofício nº 3086/15/IEMA/GCA/CAIA, datado de 03 de julho de 2.015.

4- NORMAS

O projeto, construção e montagem levam em consideração as normas brasileiras e internacionais relativas a cada serviço, sendo que as principais são as seguintes:

- •NBR 17505 - Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis;
- •NBR 15280 - 1 Projeto de Dutos;
- •NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- •NBR 5418 - Instalações Elétricas em Ambientes com Líquidos, Gases e Vapores Inflamáveis - Procedimentos;
- •NBR 5419 - Proteção das Estruturas contra Descargas Atmosféricas;
- •NBR 14039 - Instalações Elétricas de Alta Tensão;
- •NBR 13571 - Haste de Aterramento Aço-Cobreada e Acessórios;
- •NBR 9441 - Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;
- •ANSI- B16.1 - "Acessórios de Tubulações";
- •ANSI-B31 - "American National Standard Code for Pressure Piping";
- •ANSI-B31.1 - "Power Piping";
- •ANSI-B31.3 - "Petroleum Refinery Piping";
- •ANSI-B31.4 - "Liquid Petroleum Transportation Piping System";
- •NFPA-30 - "Flammable and Combustible Liquids Code";
- •NPFA-69 - "Standard on Explosion Prevention Systems";
- •NFPA- 20 - "Centrifugal Fire Pumps";

5- CRONOGRAMA

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Projeto	Ago/2015	Ago/2015
2	Obras, instalações e montagens	Set/2015	Dez/2015
3	Equipamentos	Nov/2015	Nov/2015
4	Materiais	Nov/2015	Nov/2015
5	Licenças	Dez/2015	Dez/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 931, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.008291/2015-17, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa EGS BRASIL - SOLUÇÕES EM GEOCIÊNCIAS MARINHAS LTDA, CNPJ 05.793.928/0001-94 com sede à Rua Joana Folegatti 127, Olaria, Vila Velha, ES, CEP 29123-650, autorizada a realizar levantamento geofísico de magnetometria e batimetria multifeixe na bacia sedimentar de Santos, ao longo do percurso definido pelas coordenadas geográficas dos vértices abaixo:

Vértice	Longitude	Latitude
1	-43:29:32,000	-23:02:05,000
2	-43:30:35,530	-23:10:52,000
3	-43:30:41,932	-23:11:27,283
4	-43:30:55,453	-23:12:05,786
5	-43:31:19,417	-23:12:45,059
6	-43:32:00,407	-23:13:27,689
7	-43:34:18,128	-23:15:17,290
8	-45:28:01,203	-24:20:06,374
9	-45:29:24,130	-24:20:49,487
10	-45:30:54,665	-24:21:23,469
11	-45:33:03,156	-24:21:36,318
12	-46:13:29,257	-24:24:02,306
13	-46:15:37,330	-24:23:57,078
14	-46:16:42,933	-24:23:45,078
15	-46:17:24,181	-24:23:25,816
16	-46:18:05,005	-24:23:01,702
17	-46:29:56,141	-24:08:55,310
18	-46:30:18,783	-24:08:12,246

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19	-46:30:36,300	-24:07:02,180
20	-46:30:51,202	-24:05:36,816
21	-46:31:04,118	-24:04:33,307
22	-46:31:27,840	-24:03:03,000

Datum: Sirgas2000

Art.2º Fica a empresa EGS BRASIL - SOLUÇÕES EM GEOCIÊNCIAS MARINHAS LTDA compromissada a enviar à ANP:

I - Notificação de Início de Aquisição de Dados;

II - Relatório Mensal de Aquisição até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Aquisição de Dados;

IV - Relatório Final de Aquisição/Processamento e entrega dos dados e os documentos referentes ao levantamento, no prazo de 60 dias contados da data da Notificação Final de aquisição dos Dados;

V - Cópias autenticadas de todas as autorizações, licenças ou dispensa de licença ambiental se legalmente exigíveis por órgãos federais, estaduais e municipais para regular a execução dos trabalhos antes da efetiva operação de aquisição dos dados.

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III estão disponibilizados na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no Protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_técnicos@anp.gov.br.

Art. 3º Fica determinado que todos os documentos entregues pela EGS BRASIL - SOLUÇÕES EM GEOCIÊNCIAS MARINHAS LTDA deverão ser identificados com o código «ENS-0408». Os dados dos levantamentos deverão ser entregues à ANP na sistemática: dados de magnetometria vinculados ao programa 0408_MAG_FB_SANTOS; dados de batimetria ao programa 0408_BAT_FB_SANTOS. Para coleta de amostras do fundo oceânico, um arquivo dos pontos de amostragem deverá ser entregue à ANP, caracterizando a tipologia e os resultados das análises realizadas;

I - Arquivos de dados magnetométricos e batimétricos obedecerão à conformidade do Padrão ANP2B, conforme abaixo:

a)Os de arquivos que constituem os registros de dados poderão ser entregues em DVD e também serão aceitos em fita cartucho compatível com "Drive" IBM 3592 de 500 GB.

II - Relatório Final de Aquisição / Processamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados, no prazo máximo de 60 dias contados da data da conclusão das atividades de aquisição e processamento e interpretação dos dados;

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft".

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf ».

Art.4º Fica a EGS BRASIL - SOLUÇÕES EM GEOCIÊNCIAS MARINHAS LTDA informada que deverá observar na internet, endereço http://www.anp.gov.br/petro/petroleo.asp, formulários e padrões vigentes em que os dados e informações serão entregues a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

Art.5º Esta autorização limita-se à execução das atividades descritas no Art.1º e no Art.3º acima.

Art. 6º O prazo de vigência da Autorização será pelo período de 03 (três) meses.

Art.7º A empresa fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP uma cópia do produto gerado pelo processamento, bem como todos os dados e informações gerados ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no Art. 19, inciso VII da Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011.

Art.8º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 1.374 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012 e tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.012845/2014-08, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica transferida a titularidade da Autorização ANP nº 581 de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2012, da empresa SANTA CRUZ S.A, CNPJ n° 43.948.488/0001-96, para a empresa SÃO MARTINHO S.A, CNPJ n° 51.466.860/0050-34, relativa à planta produtora de etanol localizada na Fazenda Santa Cruz, S/N, Zona Rural - CEP 14820-000, Americo Brasiliense - SP.

Art. 2º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO N° 929, DE 17 DE SETEMBRO 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004940/2015-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.561.464/0003-00, da empresa Triângulo Distribuidora de Petróleo Ltda., situada na Avenida Estocolmo, nº 1438 - Sala 13, Bairro Cascata , Município Paulínia/SP. CEP: 13.140-000, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO N° 930, DE 17 DE SETEMBRO 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004940/2015-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.561.464/0005-63, da empresa Triângulo Distribuidora de Petróleo Ltda., situada na Rua Moreno, nº 296, Bairro Jardim Santo Afonso, Município Guarulhos/SP. CEP: 07.215-140, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 932, 17, DE SETEMBRO DE 2015.

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.012551/2009-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, CNPJ n.º 19.791.896/0088-53, habilitada na ANP como distribuidora de gás liqüefeito de petróleo, autorizada a construir a ampliação (vasos de pressão nº 07 e nº 08) das instalações de armazenamento e distribuição de GLP, a granel e envasado, autorizadas a operar conforme Autorização ANP nº 626, DOU 13/10/2010, localizadas na Rodovia BR 116, km 704,5 - Vila Suiça - Município de Jequié - BA - CEP: 45200-000.

A capacidade total de armazenamento destas instalações, incluindo a ampliação (vasos de pressão nº 07 e nº 08) será de 1.020,76 m3.

VASO DE PRESSÃO Nº	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m^3)
07	3,54	14,35	120,00
08	3,54	14,35	120,00

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de setembro de 2015

Nº 1.371 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PE0231013	ABI COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA - ME	22.023.429/0001-37	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.009222/2015-21
GLP/SP0231014	ALBERTO RICARDO GASPARINI 21470539888	23.009.876/0001-02	ARACATUBA	SP	48610.009201/2015-13
GLP/SP0231015	CINTIA DE ALMEIDA MARTINS	22.867.934/0001-68	SAO CARLOS	SP	48610.009244/2015-91
GLP/AL0231016	COMERCIAL M L EIRELI - ME	22.602.524/0001-95	MACEIO	AL	48610.007873/2015-86
GLP/SP0231017	DOACIR ZARPELÃO 05833385857	22.219.227/0001-65	MIRASSOL	SP	48610.009120/2015-13
GLP/SP0231018	EDUARDO E MELO COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	21.397.584/0001-50	BIRITIBA-MIRIM	SP	48610.009189/2015-39
GLP/MG0231019	ELISABETH DOS SANTOS AMERICO 96864257649	22.119.941/0001-81	BETIM	MG	48610.009213/2015-30
GLP/RN0231020	EMANUELA CARDOSO FONTES DE LIMA 06885032417	20.805.919/0001-60	MARCELINO VIEIRA	RN	48610.009214/2015-84
GLP/PI0231021	E.R.MARTINS GÁS - ME	21.845.419/0001-14	TERESINA	PI	48610.009204/2015-49
GLP/MT0231022	FERNANDES& DA COSTA LTDA - ME	22.707.792/0001-71	VARZEA GRANDE	MT	48610.009223/2015-75
GLP/RJ0231023	FERREIRA PASSALINI LTDA - ME	21.735.483/0001-42	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.007773/2015-50
GLP/PI0231024	G. V. DE CASTRO & CIA LTDA - ME	22.728.776/0001-65	MIGUEL ALVES	PI	48610.009122/2015-02
GLP/PR0231025	HELENA HUCALO 84739622904	21.148.790/0001-27	CANDIDO DE ABREU	PR	48610.009203/2015-02
GLP/SC0231026	HELKER NAPOLI - ME	11.118.797/0001-42	TIMBE DO SUL	SC	48610.007253/2015-47
GLP/PB0231027	JOSE EDIVALDO CABRAL - ME	02.554.073/0002-31	AREIAL	PB	48610.009202/2015-50
GLP/SP0231028	JOSÉ MILTON DUARTE COSTA	21.264.311/0001-38	ITUVERAVA	SP	48610.009123/2015-49
GLP/MS0231029	JOSIAS MARTINS DA SILVA ME	21.986.079/0001-41	CAMPO GRANDE	MS	48610.009119/2015-81
GLP/MT0231030	KALLYT ELIZA BRITO DE SOUZA ME	21.216.706/0001-65	RIBEIRAO CASCALHEIRA	MT	48610.009193/2015-05
GLP/PR0231031	LOIRI DE OLIVEIRA BERTE	20.260.177/0001-34	CASCAVEL	PR	48610.009192/2015-52

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/PR0231032	LUIZ ANTONIO FRAGOSO 85337072900	18.880.899/0001-40	MARINGA	PR	48610.004538/2015-26
GLP/CE0231033	MARIA DE FATIMA SOARES DE MENEZES ME	12.252.870/0004-80	MARACANAU	CE	48610.009191/2015-16
GLP/RJ0231034	M.R. COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - EPP	19.072.262/0001-90	NOVA IGUACU	RJ	48610.009205/2015-93
GLP/RR0231035	R.F. DA SILVA - ME	22.634.464/0001-92	BONFIM	RR	48610.009200/2015-61
GLP/PR0231036	S.E. COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	22.844.832/0001-27	UMUARAMA	PR	48610.009229/2015-42
GLP/GO0231037	SUPERMERCADO SOARES E GODOI LTDA - ME	21.809.963/0001-00	SAO LUIS DE MONTES BELOS	GO	48610.009211/2015-41
GLP/PE0231038	TARCISIO BRENDO GONÇALVES DE SOUZA 08504645444	17.614.701/0001-13	JATAUBA	PE	48610.008046/2015-18
GLP/CE0231039	VIP GÁS COMERCIAL LTDA.	09.019.074/0002-25	IGUATU	CE	48610.009227/2015-53

Nº 1.372 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRPE0171978	A & P COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	22.400.344/0001-20	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.005987/2015-91
PR/PR0171985	ANGELO MACHADO DO NASCIMENTO E CIA LTDA - ME	84.829.696/0001-53	GUAMIRANGA	PR	48610.009121/2015-50
PR/BA0167795	AUREVIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTE LTDA - ME	15.328.857/0002-93	RIACHAO DAS NEVES	BA	48610.012130/2014-47
PR/RJ0171394	AUTO POSTO CARDOSO GOMES LTDA - EPP	19.562.638/0001-44	SAO GONCALO	RJ	48610.007306/2015-20
PR/MT0171970	AUTO POSTO CASCAVEL EIRELI - EPP.	19.416.774/0001-26	UNIAO DO SUL	MT	48610.009242/2015-00
PR/MT0171968	AUTO POSTO CRISTALINO DO NORTE LTDA - ME.	19.298.915/0001-53	NOVO MUNDO	MT	48610.009067/2015-42
PR/MG0171965	AUTO POSTO FREI INOCENCIO LTDA.	23.017.628/0001-03	FREI INOCENCIO	MG	48610.009241/2015-57
PR/MG0171934	AUTO POSTO RECANTO DO YPES LTDA	19.728.727/0001-18	CAMANDUCAIA	MG	48610.008897/2015-52
PR/MG0171666	AUTO POSTO SANTA MARIA LTDA	05.968.228/0001-93	POUSO ALEGRE	MG	48610.008636/2015-32
PR/RS0171987	BRITIM COMBUSTIVEIS EIRELI-EPP	22.484.857/0001-67	CANOAS	RS	48610.009064/2015-17
PR/BA0168357	DORIVALDO OVIDIO DOS SANTOS - ME	21.156.817/0001-23	JUAZEIRO	BA	48610.013479/2014-04
PR/GO0171980	ELIAM SILVA MOREIRA - ME.	21.115.679/0001-34	NIQUELANDIA	GO	48610.009247/2015-24
PR/AM0158663	FF COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA ME	63.670.657/0002-67	MANAUS	AM	48610.006617/2014-91
PR/BA0171425	GR - REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.136.094/0001-81	SALVADOR	BA	48610.007453/2015-08
PR/MS0171619	NILTON ANTONIO PIRES JUNIOR	33.767.716/0007-63	TRES LAGOAS	MS	48610.008258/2015-97
PRMT0171979	PETROLUZ VARZEAGRANDENSE AUTO POSTO LTDA	03.680.976/0001-40	VARZEA GRANDE	MT	48610.009256/2015-15
PR/MA0171969	PINHEIRO & AYRES LTDA.	12.659.061/0002-25	FORTUNA	MA	48610.009094/2015-15
PRBA0171995	PIRANGY COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETRO-LEO LTDA - EPP	04.060.277/0002-41	MILAGRES	BA	48610.009255/2015-71
PR/ES0171992	POSTO DE COMBUSTIVEL TODOS OS SANTOS LTDA - ME	17.889.632/0001-50	VILA PAVAO	ES	48610.009126/2015-82
PR/RJ0171966	POSTO GUARATIBA LTDA	14.554.644/0001-36	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.009250/2015-48
PR/PA0171986	POSTO ITEX LTDA - EPP	21.995.320/0001-07	BELEM	PA	48610.009088/2015-68
PR/PI0171507	POSTO MATEUS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	04.818.827/0002-49	JAICOS	PI	48610.007880/2015-88
PR/MG0171996	POSTO PETROMAIS LTDA.- EPP.	10.568.309/0002-17	ARAPORA	MG	48610.009272/2015-16
PR/GO0167827	RONDON DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	04.360.047/0001-17	GOIANIA	GO	48610.012450/2014-05
PR/AL0168775	SILVA E SILVA COMBUSTIVEL LTDA - ME.	11.588.397/0001-09	TEOTONIO VILELA	AL	48610.000133/2015-19
PR/ES0171977	VILA VELHA COMERCIO BDE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	20.774.901/0001-48	VILA VELHA	ES	48610.009248/2015-79

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 17 de setembro de 2015

Nº 1.369 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:
1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.
2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	639/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE BIOMARCADORES DE CONTAMINAÇÃO AQUÁTICA E IMUNOQUÍMICA
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CNPJ/MF	83.899.526/0001-82
Processo ANP	48610.006699/2015-54
Localização	Florianópolis - SC
Linhas de Pesquisa	Biomarcadores de Contaminação Aquática
	Ecotoxicogenômica aplicada à indústria do petróleo

Nº 1.370 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:
Art. 1ºCREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.
Art. 2ºCabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	640/2015
Unidade de Pesquisa	NUCMAT
Instituição Credenciada	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
CNPJ/MF	92.959.006/0008-85
Processo ANP	48610.004287/2015-80
Localização	São Leopoldo - RS
Linhas de Pesquisa	Análise de ciclo de vida de rotas para reciclagem de biomassas
	Uso de materiais lignocelulósicos para produção de biocombustíveis
	Desenvolvimento de coprodutos
	Caracterização química, estrutural e térmica de materiais
	Alternativas para o aproveitamento de biomassa para geração de energia
	Digestão anaeróbia de resíduos
	Estudo de células combustíveis
	Desenvolvimento em integridade estrutural, soldagem e caracterização de materiais
	Estudo e desenvolvimento de nanomateriais
	Desenvolvimento de materiais sustentáveis
	Tecnologia para obtenção de materiais
	Avaliação e gerenciamento dos impactos ambientais das atividades da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis
	Desempenho em SMS
	Aplicação do programa e conceito de produção mais limpa em sistemas produtivo
	Modelagem e prevenção de impactos ambientais
	Monitoramento de Áreas Impactadas por atividades da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis
	Remediação e recuperação de áreas contaminadas e impactadas

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 149/2015 - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
840.174/2004-MAX MINERAÇÃO LTDA
860.550/2004-RS MIDAS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
801.351/1978-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Prazo:A contar de 22/03/2015 com termino em 22/03/2018
815.547/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- Prazo:A contar de 24/06/2015 com termino em 01/03/2016
815.551/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- Prazo:A contar de 24/06/2015 com termino em 01/03/2016
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
801.351/1978-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
890.162/1987-SDD MINERAÇÃO LTDA ME
826.201/1994-MINERADORA DE ÁGUAS RAINHA LTDA
Nega aprovação do novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(417)
820.853/1995-FONTE VENUS OLIMPICA AGUA MINERAL LTDA ME
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
801.351/1978-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-MINERIOS DE ZINCO E CHUMBO
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
860.905/1999-TARCAL TRANSPORTES E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(443)
815.538/1995-EJC GAMBORJI MINERAÇÃO LTDA- Início:15/04/2015-Término:15/04/2017
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
810.024/1978-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Início:15/07/1998-Término:15/07/2018
815.009/1985-BOM JESUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- Início:28/04/2014-Término:28/04/2019
826.065/1990-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Início:07/04/2010-Término:12/08/2016
826.249/1994-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Início:07/04/2010-Término:12/08/2016
826.350/2000-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Início:07/04/2010-Término:12/08/2016
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
890.613/1998-CAPURI MINERAÇÃO S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 52/2005- Cessionário:TCG TRANSPORTADORA DE CARGAS EM GERAL S.A- CNPJ 43.403.856/0001-10
878.031/2006-INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA- PORTARIA DE LAVRA Nº 106/2012- Cessionário:TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA-CNPJ 04.390.556/0001-92
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
000.365/1963-AURA-MINERAÇÃO AURIFERA ANICUNS LTDA-OF. N°135/2015
810.279/1981-COQUE CATARINENSE LTDA.-OF. N°136/2015
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
800.056/1985-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ- Portaria N°164- DOU de 21/06/2000
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.094/1986-VETOR PLÁSTICOS LTDA-PEDRAS GRANDES/SC, URUSSANGA/SC - Guia n° 56/2015-36.000TONELADAS-ARGILA- Validade:23/04/2018
816.181/1995-TERRAPLENAGEM GOLL LTDA-ITAPOÁ/SC - Guia n° 55/2015-100.000TONELADAS-SAIBRO- Validade:01 ANO
Nega provimento ao recurso interposto(2075)
815.474/2007-TERRAPLANAGEM ARQUEZA LTDA

RELAÇÃO Nº 150/2015 - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
872.135/2014-MARIO JOSUE DE CARVALHO TRINDADE JUNIOR ME-ALVARÁ N°9731/2015-Destacado do DNPM 870.540/2007-ALVARÁ N°5228/2007-Vencimento em 4/9/2016
860.581/2015-TRIANGULO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LIMITADA-ALVARÁ N°9732/2015-Destacado do DNPM 861.449/2012-ALVARÁ N°8542/2014-Vencimento em 25/9/2017
878.055/2015-JARDIM'S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°9733/2015-Destacado do DNPM 878.118/2013-ALVARÁ N°840/2014-Vencimento em 29/1/2016
890.218/2015-AFP SAQUAREMA TRANSPORTE E COMERCIO DE AREIA LTDA-ALVARÁ N°9734/2015-Destacado do DNPM 890.523/2014-ALVARÁ N°2392/2015-Vencimento em 15/4/2016

RELAÇÃO Nº 151/2015 - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
850.536/1988-MINERAÇÃO BACAJA LTDA-Nos termos da manifestação do senhor Procurador-Chefe da PF/DNPM, quanto ao Parecer nº 09/2015/FM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DEFIRO PARCIALMENTE o requerimento de fls. 229-245, formulado pelo titular; e, DETERMINO A RETIFICAÇÃO das averbações referidas nos autos, para substituir os vocábulos "empreendedores" por "contratantes" e "alienação" por "oneração".
851.030/2005-VALE S A-Nos termos do DESPACHO Nº 1068/2015/AMGS/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que aprovou a NOTA Nº 791/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta Decisão, SUSPENDO o curso dos processos nºs 851.030/2005 e 851.625/1992.
Nega provimento ao recurso interposto(187)
830.231/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
896.703/2002-EVERALDO LUIZ DE FREITAS
890.512/2006-PARAÍSO EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME
864.473/2007-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA
864.818/2008-CLEIDSON RODRIGUES REIS
833.023/2010-DALL JUNIOR MINERACAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
830.252/2011-ITA PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
840.998/2011-CARLOS CEZAR VICENTE DE SOUZA MENDES
850.568/2011-AVB MINERAÇÃO LTDA.
864.746/2011-ADÃO UMPIERRE BARRETO
864.747/2011-ADÃO UMPIERRE BARRETO
Despacho publicado(256)
851.191/1981-VALE S A-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe, quanto ao PARECER nº 331/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, MANTENHO a decisão que negou provimento ao pedido de reconsideração do despacho que indeferiu o requerimento de renovação do prazo de alvará, publicado no D.O.U de 25/03/2013.
851.625/1992-RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A. - DOCEGEO-Nos termos do DESPACHO Nº 1068/2015/AMGS/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que aprovou a NOTA Nº 791/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta Decisão, SUSPENDO o curso dos processos nºs 851.030/2005 e 851.625/1992.
830.666/2005-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES-Nos termos do DESPACHO Nº 97/2015-CFPM/DIFIS e do DESPACHO Nº 774/2015-DIFIS, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, MANTENHO a decisão do Superintendente do DNPM/MG que indeferiu o pedido de prorrogação do alvará de pesquisa publicado no D.O.U. de 16 de julho de 2014.
830.422/2011-DILCEU DIAS DA ROCHA-Nos termos do PARECER nº 112/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, aprovado pelo Senhor Procurador-Chefe, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NÃO CONHEÇO do recurso de fls. 38/45 interposto pelo Interessado, por ser intempestivo, e, MATENHO a decisão publicada no D.O.U em 17 de junho de 2013, que declarou a nulidade do alvará de pesquisa por não pagamento da Taxa Anual por Hectare; NEGO SEGUIMENTO ao recurso dirigido à Presidente da República de fls. 46/53, ante seu total descabimento
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
861.788/2007-AYRTON MARTINS DE RESENDE
Não conhece o recurso interposto(1837)
831.663/2001-Interposto porCARLINDO RIBEIRO BATISTA
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
814.863/1974-ANTONIO GERALDO CORDEIRO FRAGOSO-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe, quanto à NOTA nº 524/2015/MHMM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NÃO CONHEÇO do recurso de fls. 860/869 interposto pelo Interessado, por ser intempestivo, e, ANULO DE OFÍCIO o despacho de fls. 849/850, que considerou indevidamente extemporâneo o pedido de reconsideração/recurso de fls. 739/744.
820.063/2007-MINERADORA CURUMIM LTDA- EPP-Acolhendo proposta da Diretoria de Gestão de Titulos Minerários, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo interessado e TORNO SEM EFEITO indeferimento do pedido de prorrogação do prazo para cumprimento da exigência.
Fase de Concessão de Lavra
Da provimento ao recurso interposto(478)
014.924/1936-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.
Despacho publicado(508)
803.628/1977-IMERYS DO BRASIL COMÉRCIO DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-Nos termos da NOTA nº 455/2015/FM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, aprovado pelo Senhor Procurador-Chefe da PF/DNPM, e considerando os relatórios de vistoria de fls. 335, 409, datados respectivamente em 24/11/1995 e 19/05/2009, bem como o Parecer nº 008/2013 de fls. 529/535 e Parecer nº 027/2015 de fls. 803/808, que informa não haver justificativa técnica plausível para abertura de processo de caducidade da concessão de lavra, INDEFIRO o pedido de instauração do processo de caducidade.
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
850.280/2005-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-ARGILA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.058/2015-NIVALDO COELHO-Registro de Licença N°01/2015 de 20/04/2015-Vencimento em 20/04/2025
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
844.141/2012-FABIANA JUCÁ DOS SANTOS
Fase de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(754)
868.225/2010-ISAURA MATIAS RODRIGUES DA COSTA
Nega provimento ao recurso interposto(757)
844.140/2012-FABIANA JUCÁ DOS SANTOS
Não conhece o recurso interposto(1837)
850.219/2011-Interposto porPEDRO E VIANA LTDA
850.220/2011-Interposto porPEDRO E VIANA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Despacho publicado(1136)
867.218/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao DESPACHO Nº 174/2014/PROGE/DNPM e a NOTA Nº 49/2014/FM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo, encaminho a Vossa Senhoria para ciência da manifestação jurídica e providências a seu cargo.
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
831.921/2000- Recurso interposto por POLISUL GRANITOS

RELAÇÃO Nº 152/2015 - DF

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
846.013/2001-VON ROLL DO BRASIL LTDA- Arrendatário:GILMARIO PEREIRA DE ARAUJO - ME- CNPJ 14.692.105/0001-63 - Termino do arrendamento: 10/04/2020
846.284/2002-MPL MINERAÇÃO PEDRA LAVRADA LTDA- Arrendatário:BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- CNPJ 08.811.119/0001-56 - Termino do arrendamento: 08/05/2027
896.408/2002-GRANITOS FLOR DO NORTE LTDA- Arrendatário:MHB MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA- CNPJ 04.291.481/0001-92 - Termino do arrendamento: 27/04/2045
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
820.133/2002-J. C. FELIPPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E MINERADORA LTDA- PORTARIA DE LAVRA Nº 621/2002- Cessionário:BFB PARTICIPAÇÕES S.A- CNPJ 14.545.301/0001-05
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
860.914/1984-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 018/2002 - Bloqueado em 17/03/2014
861.703/1984-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.- PORTARIA DE LAVRA Nº 033/2002 - Bloqueado em 17/03/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
896.415/1995-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA- ALVARÁ Nº 9.392/2000 - Bloqueado em 17/06/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
896.745/1995-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA- ALVARÁ Nº11.946/2000 - Bloqueado em 17/06/2013
896.163/2000-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA- ALVARÁ Nº 20.005/2000 - Bloqueado em 17/06/2013

RELAÇÃO Nº 153/2015 - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
826.397/2011-CERAMICA NALEPA LTDA-ALVARÁ N° 5.229 Publicado DOU de 18/09/2012- Onde se lê:"... numa área de 257,83 ha...", Leia-se:"... numa área de 191,55 ha...".
833.953/2011-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-ALVARÁ N° 6.195 Publicado DOU de 01/11/2012- Onde se lê:"... numa área de 910,2 ha...", Leia-se:"... numa área de 130,84 ha...".
800.956/2012-JOSE ISAIAS DE LIMA-ALVARÁ N° 10.131 Publicado DOU de 10/10/2013- Onde se lê:"... numa área de 518,22 ha...", Leia-se: numa área de 494,5 ha...".
803.258/2014-ELISVAN DA SILVA OLIVEIRA-ALVARÁ N° 10.492 Publicado DOU de 14/11/2014- Onde se lê:"... numa área de 897,96 ha...", Leia-se:"... numa área de 822,46 ha...".
878.018/2014-CERÂMICA ROGI LTDA-ALVARÁ N° 8.953 Publicado DOU de 26/09/2014- Onde se lê:"... numa área de 247,48 ha...", Leia-se: numa área de 241,41 ha...".
890.784/2014-VALE DO PAITITI LTDA ME-ALVARÁ N° 11.429 Publicado DOU de 11/12/2014- Onde se lê:"... numa área de 14,26 ha...", Leia-se:"... numa área de 10,74 ha...".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 154/2015 - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
826.506/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°9735/2015-Destacado do DNPM 826.753/2011-ALVARÁ N°5243/2012-Vencimento em 18/9/2015

RELAÇÃO Nº 155/2015 - DF

Ref. DNPM nº 880.702/1994 - 886.283/2006 - 886.377/2007
Acolhendo proposta da DGTM e tendo em vista o Parecer Técnico da Coordenadoria de Gestão de Estudo de Áreas/DGTM, NEGO anuência prévia aos atos de averbação da transferência parcial dos direitos minerários pleiteada, às fls. 389/391 pelas empresas TURQUESA GEOLOGIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA (cedente) e MMM MINAS MINERAÇÃO MADEIRAS e ENGENHARIA LTDA.(cessionária) - Processo DNPM nº 880.702/1994. .(194)
Em consequência, determino o ARQUIVAMENTO definitivo dos requerimentos de pesquisa dos processos cessionários DNPM nºs 886.283/2006 e 886.377/2007, considerando que estes requerimentos, em momento algum, oneraram a área objetivada- (155)

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 61/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
880.115/2013-ADRIANO WEBER- OF. N° 0349
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
880.314/2013-CERAMICA RENASCER LTDA EPP-OF. N°0345
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.006/2015-FORÇA IMOBILIARIA LTDA-Registro de Licença N°10/2015 de 10/09/2015-Vencimento em 06/10/2015
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
880.079/2015-ORIENA YAMANE FONTENELLE
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
880.075/2012-INDUSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA PADROEIRA LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.346/2011-PEDREIRA SAMAUMA LTDA EPP- Registro de Licença N°:052/2011 - Vencimento em 29/05/2017
880.207/2013-RAIMUNDO NONATO GOMES- Registro de Licença N°:22/2014 - Vencimento em 09/07/2016
880.211/2013-NAZARÉ DA SILVA ZACARIAS- Registro de Licença N°:02/2014 - Vencimento em 27/07/2016

RELAÇÃO Nº 67/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.433/2010-ELIANE DOS SANTOS BELFORT,-AI N°173/2015
880.489/2011-ANTONIO RODOLFO DE ALBUQUERQUE BRAGA-AI N°169/2015
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
880.128/2007-RAQUEL CORREIA DA SILVA - AI N°132/2015
880.423/2007-ANTONIO CELSO DA SILVA GIOIA - AI N°147/2015
880.263/2008-BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA - AI N°152/2015
880.370/2008-ODAIR CORDEIRO DE OLIVEIRA - AI N°334/2014
880.079/2009-VICTOR HUGO SOUSA - AI N°130/2015
880.120/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA - AI N°149/2015
880.121/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA - AI N°150/2015
880.443/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA - AI N°148/2015
880.366/2011-JWS COMÉRCIO DE AREIA LTDA - AI N°134/2015

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 318/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
846.078/2005-CLARIANT S.A.-Torno sem efeito o indeferimento do pedido de prorrogação, publicado no DOU de 05/08/2015
846.079/2005-CLARIANT S.A.-Torno sem efeito o indeferimento do pedido de prorrogação, publicado no DOU de 05/08/2015.

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DA DIRETORA

Torna sem efeito a RELAÇÃO nº 34/2015 - PB, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de setembro de 2015, Seção 1, página 50, por ter sido publicada no Diário Oficial da União, em 15 de setembro de 2015, Seção 1, página 46.

VANDA LIMA DE ANDRADE
Substituta

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 488, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 20, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o inciso XV, do art. 110, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, e

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente dos Quilombos da Marambaia, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviços n° 27/2014 INCRA/SR-(07) G;

Considerando os termos da Ata de 17 de abril de 2015, da Reunião Extraordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-07 no Estado do Rio de Janeiro que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-07/RJ nº. 54180.000945/2006-83, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Marambaia, a área de 52,9939 ha, situada na Ilha da Marambaia, Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, dividida em seis segmentos cujas características, limites e confrontações constam dos memoriais descritivos anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA
ÁREA 01 - PESCARIA VELHA
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 42,2014 há
Perímetro(m): 6.002,05 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.449.074,790 m e E 603.424,580 m, situado no limite com terras da União - Marinha do Brasil, deste, segue com azimute de 115°49'00,25" e distância de 7,39 m, confrontando neste trecho com terras da União- Marinha do Brasil - , até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.449.071,572 m e E 603.431,232 m; deste, segue com azimute de 47°44'02,01" e distância de 1,62 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil União - Marinha do Brasil , até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.449.072,663 m e E 603.432,433 m; deste, segue com azimute de 116°47'29,72" e distância de 0,73 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0004, de coordenadas N 7.449.072,335 m e E 603.433,082 m; deste, segue com azimute de 209°22'26,54" e distância de 4,81 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0005, de coordenadas N 7.449.068,148 m e E 603.430,725 m; deste, segue com azimute de 207°11'46,52" e distância de 4,79 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0006, de coordenadas N 7.449.063,884 m e E 603.428,534 m; deste, segue com azimute de 204°47'35,35" e distância de 3,48 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0007, de coordenadas N 7.449.060,727 m e E 603.427,076 m; deste, segue com azimute de 202°35'12,79" e distância de 4,12 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0008, de coordenadas N 7.449.056,927 m e E 603.425,495 m; deste, segue com azimute de 199°39'49,43" e distância de 5,87 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0009, de coordenadas N 7.449.051,398 m e E 603.423,520 m; deste, segue com azimute de 195°51'54,48" e distância de 6,86 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0010, de coordenadas N 7.449.044,802 m e E 603.421,645 m; deste, segue com azimute de 190°53'55,94" e distância de 9,12 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0011, de coordenadas N 7.449.035,845 m e E 603.419,920 m; deste, segue com azimute de 185°42'03,44" e distância de 6,69 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0012, de coordenadas N 7.449.029,190 m e E 603.419,256 m; deste, segue com azimute de 181°25'09,78" e distância de 5,55 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0013, de coordenadas N 7.449.023,646 m e E 603.419,119 m; deste, segue com azimute de 176°16'21,05" e distância de 8,22 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0014, de coordenadas N 7.449.015,441 m e E 603.419,653 m; deste, segue com azimute de 170°47'45,41" e distância de 3,99 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0015, de coordenadas N 7.449.011,507 m e E 603.420,291 m; deste, segue com azimute de 163°05'13,87" e distância de 5,09 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0016, de coordenadas N 7.449.006,641 m e E 603.421,770 m; deste, segue com azimute de 154°07'15,50" e distância de 8,56 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0017, de coordenadas N 7.448.998,942 m e E 603.425,505 m; deste, segue com azimute de 166°35'49,60" e distância de 6,16 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0018, de coordenadas N 7.448.992,947 m e E 603.426,934 m; deste, segue com azimute de 180°04'45,40" e distância de 12,23 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0019, de coordenadas N 7.448.980,721 m e E 603.426,917 m; deste, segue com azimute de 176°57'23,67" e distância de 9,86 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0020, de coordenadas N 7.448.970,879 m e E 603.427,440 m; deste, segue com azimute de 166°44'49,02" e distância de 6,26 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0021, de coordenadas N 7.448.964,785 m e E 603.428,875 m; deste, segue com azimute de 158°41'52,54" e distância de 7,39 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0022, de coordenadas N 7.448.957,897 m e E 603.431,561 m; deste, segue com azimute de 148°34'46,63" e distância de 12,57 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0023, de coordenadas N 7.448.947,168 m e E 603.438,115 m; deste, segue com azimute de 139°18'29,05" e distância de 8,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0024, de coordenadas N 7.448.940,615 m e E 603.443,751 m; deste, segue com azimute de 132°24'17,65" e distância de 8,85 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0025, de coordenadas N 7.448.934,649 m e E 603.450,283 m; deste, segue com azimute de 126°15'43,16" e distância de 7,37 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0026, de coordenadas N 7.448.930,291 m e E 603.456,224 m; deste, segue com azimute de 120°04'30,36" e distância de 10,78 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0027, de coordenadas N 7.448.924,890 m e E 603.465,550 m; deste, segue com azimute de 113°34'05,71" e distância de 12,80 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0028, de coordenadas N 7.448.919,773 m e E 603.477,281 m; deste, segue com azimute de 108°49'29,50" e distância de 11,55 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0029, de coordenadas N 7.448.916,046 m e E 603.488,212 m; deste, segue com azimute de 106°26'02,81" e distância de 8,06 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0030, de coordenadas N 7.448.913,766 m e E 603.495,942 m; deste, segue com azimute de 105°21'02,14" e distância de 10,44 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0031, de coordenadas N 7.448.911,002 m e E 603.506,013 m; deste, segue com azimute de 102°44'17,44" e distância de 7,40 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0032, de coordenadas N 7.448.909,370 m e E 603.513,230 m; deste, segue com azimute de 115°02'06,61" e distância de 9,02 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0033, de coordenadas N 7.448.905,553 m e E 603.521,403 m; deste, segue com azimute de 136°37'44,67" e distância de 11,51 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0034, de coordenadas N 7.448.897,183 m e E 603.529,309 m; deste, segue com azimute de 150°43'12,33" e distância de 11,82 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0035, de coordenadas N 7.448.886,875 m e E 603.535,090 m; deste, segue com azimute de 155°12'41,60" e distância de 11,79 m, confrontando

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0036, de coordenadas N 7.448.876,174 m e E 603.540,032 m; deste, segue com azimute de 151°29'42,40" e distância de 28,95 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0037, de coordenadas N 7.448.850,733 m e E 603.553,847 m; deste, segue com azimute de 238°37'25,12" e distância de 16,21 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0038, de coordenadas N 7.448.842,295 m e E 603.540,010 m; deste, segue com azimute de 189°16'56,41" e distância de 55,42 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0039, de coordenadas N 7.448.787,596 m e E 603.531,070 m; deste, segue com azimute de 186°00'41,01" e distância de 7,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0040, de coordenadas N 7.448.779,999 m e E 603.530,270 m; deste, segue com azimute de 228°43'00,32" e distância de 16,01 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0041, de coordenadas N 7.448.769,433 m e E 603.518,237 m; deste, segue com azimute de 261°48'39,89" e distância de 19,05 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0042, de coordenadas N 7.448.766,719 m e E 603.499,380 m; deste, segue com azimute de 280°06'37,47" e distância de 19,52 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0043, de coordenadas N 7.448.770,146 m e E 603.480,160 m; deste, segue com azimute de 278°09'20,38" e distância de 36,33 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0044, de coordenadas N 7.448.775,301 m e E 603.444,196 m; deste, segue com azimute de 246°20'26,79" e distância de 15,04 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0045, de coordenadas N 7.448.769,266 m e E 603.430,422 m; deste, segue com azimute de 226°59'41,60" e distância de 16,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0046, de coordenadas N 7.448.757,918 m e E 603.418,255 m; deste, segue com azimute de 213°47'14,65" e distância de 37,03 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0047, de coordenadas N 7.448.727,139 m e E 603.397,660 m; deste, segue com azimute de 211°16'50,97" e distância de 32,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0048, de coordenadas N 7.448.699,034 m e E 603.380,585 m; deste, segue com azimute de 225°06'01,90" e distância de 29,79 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0049, de coordenadas N 7.448.678,007 m e E 603.359,484 m; deste, segue com azimute de 248°02'30,06" e distância de 26,56 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0050, de coordenadas N 7.448.668,075 m e E 603.334,850 m; deste, segue com azimute de 256°32'16,28" e distância de 40,70 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0051, de coordenadas N 7.448.658,601 m e E 603.295,273 m; deste, segue com azimute de 249°13'51,52" e distância de 19,40 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0052, de coordenadas N 7.448.651,720 m e E 603.277,130 m; deste, segue com azimute de 234°13'23,20" e distância de 18,81 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0053, de coordenadas N 7.448.640,721 m e E 603.261,866 m; deste, segue com azimute de 214°22'49,28" e distância de 32,15 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0054, de coordenadas N 7.448.614,191 m e E 603.243,714 m; deste, segue com azimute de 214°51'51,69" e distância de 15,85 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0055, de coordenadas N 7.448.601,186 m e E 603.234,653 m; deste, segue com azimute de 229°31'58,35" e distância de 14,72 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0056, de coordenadas N 7.448.591,633 m e E 603.223,455 m; deste, segue com azimute de 248°49'44,63" e distância de 36,53 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0057, de coordenadas N 7.448.578,439 m e E 603.189,388 m; deste, segue com azimute de 226°56'16,38" e distância de 16,51 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0058, de coordenadas N 7.448.567,166 m e E 603.177,325 m; deste, segue com azimute de 239°02'44,27" e distância de 13,65 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0059, de coordenadas N 7.448.560,148 m e E 603.165,624 m; deste, segue com azimute de 295°40'57,03" e distância de 29,00 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0060, de coordenadas N 7.448.572,716 m e E 603.139,488 m; deste, segue com azimute de 280°51'55,71" e distância de 9,53 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0061, de coordenadas N 7.448.574,513 m e E 603.130,125 m; deste, segue com azimute de 257°18'13,28" e distância de 9,22 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0062, de coordenadas N 7.448.572,487 m e E 603.121,132 m; deste, segue com azimute de 232°19'49,18" e distância de 21,06 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0063, de coordenadas N 7.448.559,617 m e E 603.104,461 m; deste, segue com azimute de 212°07'32,09" e distância de 50,14 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0064, de coordenadas N 7.448.517,153 m e E 603.077,797 m; deste, segue com azimute de 209°17'39,23" e distância de 51,44 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0065, de coordenadas N 7.448.472,291 m e E 603.052,628 m; deste, segue com azimute de 217°17'31,37" e distância de 18,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0066, de coordenadas N 7.448.457,462 m e E 603.041,335 m; deste, segue com azimute de 203°10'50,34" e distância de 13,98 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0067, de coordenadas N 7.448.444,613 m e E 603.035,833 m; deste, segue com azimute de 219°34'11,82" e distância de 11,77 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0068, de coordenadas N 7.448.435,539 m e E 603.028,334 m; deste, segue com azimute de 277°37'51,75" e distância de 16,11 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0069, de coordenadas N 7.448.437,678 m e E 603.012,368 m; deste, segue com azimute de 316°06'31,51" e distância de 17,19 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0070, de coordenadas N 7.448.450,064 m e E 603.000,452 m; deste, segue com azimute de 4°07'53,11" e distância de 15,10 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0071, de coordenadas N 7.448.465,121 m e E 603.001,540 m; deste, segue com azimute de 4°17'06,97" e distância de 32,41 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0072, de coordenadas N 7.448.497,443 m e E 603.003,962 m; deste, segue com azimute de 3°59'35,25" e distância de 36,11 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0073, de coordenadas N 7.448.533,467 m e E 603.006,477 m; deste, segue com azimute de 4°07'52,73" e distância de 14,43 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0074, de coordenadas N 7.448.547,856 m e E 603.007,516 m; deste, segue com azimute de 330°31'20,49" e distância de 5,02 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0075, de coordenadas N 7.448.552,224 m e E 603.005,047 m; deste, segue com azimute de 308°44'51,96" e distância de 11,24 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0076, de coordenadas N 7.448.559,258 m e E 602.996,282 m; deste, segue com azimute de 288°07'46,50" e distância de 11,67 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0077, de coordenadas N 7.448.562,888 m e E 602.985,196 m; deste, segue com azimute de 284°05'34,09" e distância de 25,88 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0078, de coordenadas N 7.448.569,190 m e E 602.960,095 m; deste, segue com azimute de 297°54'17,91" e distância de 20,80 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0079, de coordenadas N 7.448.578,925 m e E 602.941,712 m; deste, segue com azimute de 282°51'16,42" e distância de 16,58 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0080, de coordenadas N 7.448.582,613 m e E 602.925,549 m; deste, segue com azimute de 226°36'56,20" e distância de 24,66 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0081, de coordenadas N 7.448.565,677 m e E 602.907,629 m; deste, segue com azimute de 217°16'51,12" e distância de 50,54 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0082, de coordenadas N 7.448.525,461 m e E 602.877,014 m; deste, segue com azimute de 208°20'22,83" e distância de 53,42 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0083, de coordenadas N 7.448.478,439 m e E 602.851,653 m; deste, segue com azimute de 206°46'01,89" e distância de 42,05 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0084, de coordenadas N 7.448.440,894 m e E 602.832,715 m; deste, segue com azimute de 200°18'18,99" e distância de 41,36 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0085, de coordenadas N 7.448.402,106 m e E 602.818,363 m; deste, segue com azimute de 191°51'25,42" e distância de 48,19 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0086, de coordenadas N 7.448.354,943 m e E 602.808,461 m; deste, segue com azimute de 203°45'14,99" e distância de 43,27 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0087, de coordenadas N 7.448.315,343 m e E 602.791,033 m; deste, segue com azimute de 217°20'04,42" e distância de 43,65 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0088, de coordenadas N 7.448.280,639 m e E 602.764,562 m; deste, segue com azimute de 211°46'27,29" e distância de 33,67 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0089, de coordenadas N 7.448.252,016 m e E 602.746,833 m; deste, segue com azimute de 216°29'33,96" e distância de 101,03 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0090, de coordenadas N 7.448.170,792 m e E 602.686,747 m; deste, segue com azimute de 209°22'25,68" e distância de 58,71 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0091, de coordenadas N 7.448.119,627 m e E 602.657,947 m; deste, segue com azimute de 200°58'51,11" e distância de 58,84 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0092, de coordenadas N 7.448.064,688 m e E 602.636,879 m; deste, segue com azimute de 194°22'16,98" e distância de 71,20 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0093, de coordenadas N 7.447.995,715 m e E 602.619,207 m; deste, segue com azimute de 224°42'42,34" e distância de 0,10 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0094, de coordenadas N 7.447.995,647 m e E 602.619,139 m; deste, segue com azimute de 235°33'46,74" e distância de 32,15 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0095, de coordenadas N 7.447.977,466 m e E 602.592,624 m; deste, segue com azimute de 230°01'44,07" e distância de 65,62 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0096, de coordenadas N 7.447.935,313 m e E 602.542,336 m; deste, segue com azimute de 221°27'27,90" e distância de 34,98 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0097, de coordenadas N 7.447.909,097 m e E 602.519,177 m; deste, segue com azimute de 212°52'52,31" e distância de 32,29 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0098, de coordenadas N 7.447.881,979 m e E 602.501,646 m; deste, segue com azimute de 228°48'31,27" e distância de 51,29 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0099, de coordenadas N 7.447.848,204 m e E 602.463,053 m; deste, segue com azimute de 227°04'48,19" e distância de 67,36 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0100, de coordenadas N 7.447.802,333 m e E 602.413,724 m; deste, segue com azimute de 220°09'24,81" e distância de 82,41 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0101, de coordenadas N 7.447.739,350 m e E 602.360,581 m; deste, segue com azimute de 219°28'34,52" e distância de 82,09 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0102, de coordenadas N 7.447.675,984 m e E 602.308,390 m; deste, segue com azimute de 219°12'44,73" e distância de 101,48 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0103, de coordenadas N 7.447.597,355 m e E 602.244,234 m; deste, segue com azimute de 218°07'46,84" e distância de 93,45 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0104, de coordenadas N 7.447.523,848 m e E 602.186,535 m; deste, segue com azimute de 223°43'56,93" e distância de 97,02 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0105, de coordenadas N 7.447.453,741 m e E 602.119,463 m; deste, segue com azimute de 225°18'28,98" e distância de 14,28 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0106, de coordenadas N 7.447.443,698 m e E 602.109,312 m; deste, segue com azimute de 247°29'01,24" e distância de 8,17 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0107, de coordenadas N 7.447.440,571 m e E 602.101,767 m; deste, segue com azimute de 276°30'24,03" e distância de 12,80 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0108, de coordenadas N 7.447.442,021 m e E 602.089,049 m; deste, segue com azimute de 300°32'11,11" e distância de 14,12 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0109, de coordenadas N 7.447.449,194 m e E 602.076,889 m; deste, segue com azimute de 312°43'01,42" e distância de 32,20 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0110, de coordenadas N 7.447.471,035 m e E 602.053,235 m; deste, segue com azimute de 309°44'26,44" e distância de 39,85 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0111, de coordenadas N 7.447.496,515 m e E 602.022,588 m; deste, segue com azimute de 316°33'30,61" e distância de 35,66 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0112, de coordenadas N 7.447.522,404 m e E 601.998,071 m; deste, segue com azimute de 336°34'59,87" e distância de 28,27 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0113, de coordenadas N 7.447.548,349 m e E 601.986,834 m; deste, segue com azimute de 346°44'13,37" e distância de 30,27 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0114, de coordenadas N 7.447.577,816 m e E 601.979,889 m; deste, segue com azimute de 347°30'35,61" e distância de 30,37 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0115, de coordenadas N 7.447.607,463 m e E 601.973,321 m; deste, segue com azimute de 339°07'28,01" e distância de 28,35 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0116, de coordenadas N 7.447.633,952 m e E 601.963,219 m; deste, segue com azimute de 323°22'50,96" e distância de 38,60 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0117, de coordenadas N 7.447.664,936 m e E 601.940,192 m; deste, segue com azimute de 320°09'45,34" e distância de 13,00 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0118, de coordenadas N 7.447.674,919 m e E 601.931,864 m; deste, segue com azimute de 296°51'58,47" e distância de 9,82 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0119, de coordenadas N 7.447.679,357 m e E 601.923,104 m; deste, segue com azimute de 235°29'42,71" e distância de 17,36 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0120, de coordenadas N 7.447.669,520 m e E 601.908,795 m; deste, segue com azimute de 246°17'26,26" e distância de 31,98 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0121, de coordenadas N 7.447.656,660 m e E 601.879,511 m; deste, segue com azimute de 239°06'23,64" e distância de 57,39 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0122, de coordenadas N 7.447.627,194 m e E 601.830,263 m; deste, segue com azimute de 240°07'54,33" e distância de 37,82 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0123, de coordenadas N 7.447.608,358 m e E 601.797,465 m; deste, segue com azimute de 252°46'07,75" e distância de 42,43 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0124, de coordenadas N 7.447.595,790 m e E 601.756,943 m; deste, segue com azimute de 264°50'54,26" e distância de 25,33 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0125, de coordenadas N 7.447.593,515 m e E 601.731,714 m; deste, segue com azimute de 284°40'12,50" e distância de 10,43 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0126, de coordenadas N 7.447.596,157 m e E 601.721,623 m; deste, segue com azimute de 318°08'33,58" e distância de 9,12 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0127, de coordenadas N 7.447.602,951 m e E 601.715,536 m; deste, segue com azimute de 344°11'43,17" e distância de 4,95 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AYW P 0128, de coordenadas N 7.447.607,715 m e E 601.714,188 m; deste, segue com azimute de 336°08'19,70" e distância de 20,28 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0129, de coordenadas N 7.447.626,266 m e E 601.705,982 m; deste, segue com azimute de 346°22'51,36" e distância de 17,84 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0130, de coordenadas N 7.447.643,600 m e E 601.701,783 m; deste, segue com azimute de 31°15'36,92" e distância de 29,31 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0131, de coordenadas N 7.447.668,653 m e E 601.716,991 m; deste, segue com azimute de 12°14'31,88" e distância de 27,78 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0132, de coordenadas N 7.447.695,798 m e E 601.722,881 m; deste, segue com azimute de 357°26'48,07" e distância de 28,95 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0133, de coordenadas N 7.447.724,715 m e E 601.721,592 m; deste, segue com azimute de 8°07'20,82" e distância de 69,97 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0134, de coordenadas N 7.447.793,987 m e E 601.731,478 m; deste, segue com azimute de 5°49'16,48" e distância de 49,84 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0135, de coordenadas N 7.447.843,575 m e E 601.736,534 m; deste, segue com azimute de 21°04'48,67" e distância de 61,30 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0136, de coordenadas N 7.447.900,774 m e E 601.758,582 m; deste, segue com azimute de 13°22'03,40" e distância de 52,19 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0137, de coordenadas N 7.447.951,548 m e E 601.770,648 m; deste, segue com azimute de 19°08'18,90" e distância de 24,13 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0138, de coordenadas N 7.447.974,340 m e E 601.778,557 m; deste, segue com azimute de 37°36'01,88" e distância de 21,79 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0139, de coordenadas N 7.447.991,606 m e E 601.791,855 m; deste, segue com azimute de 62°15'04,65" e distância de 17,25 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0140, de coordenadas N 7.447.999,636 m e E 601.807,118 m; deste, segue com azimute de 78°44'05,64" e distância de 18,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0141, de coordenadas N 7.448.003,326 m e E 601.825,643 m; deste, segue com azimute de 94°44'13,84" e distância de 40,05 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0142, de coordenadas N 7.448.000,019 m e E 601.865,557 m; deste, segue com azimute de 110°26'39,11" e distância de 34,50 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0143, de coordenadas N 7.447.987,970 m e E 601.897,880 m; deste, segue com azimute de 119°20'26,70" e distância de 33,39 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0144, de coordenadas N 7.447.971,607 m e E 601.926,989 m; deste, segue com azimute de 208°08'18,26" e distância de 27,23 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0145, de coordenadas N 7.447.947,599 m e E 601.914,149 m; deste, segue com azimute de 150°01'26,29" e distância de 44,61 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0146, de coordenadas N 7.447.908,958 m e E 601.936,437 m; deste, segue com azimute de 86°04'35,15" e distância de 113,55 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0147, de coordenadas N 7.447.916,728 m e E 602.049,723 m; deste, segue com azimute de 90°13'51,68" e distância de 54,54 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba até o vértice AYW P 0148, de coordenadas N 7.447.916,508 m e E 602.104,267 m; deste, segue com azimute de 78°39'37,00" e distância de 41,72 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0149, de coordenadas N 7.447.924,711 m e E 602.145,172 m; deste, segue com azimute de 51°02'35,83" e distância de 26,04 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0150, de coordenadas N 7.447.941,085 m e E 602.165,424 m; deste, segue com azimute de 77°23'58,60" e distância de 56,74 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0151, de coordenadas N 7.447.953,464 m e E 602.220,801 m; deste, segue com azimute de 40°38'05,47" e distância de 16,06 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0152, de coordenadas N 7.447.965,653 m e E 602.231,261 m; deste, segue com azimute de 67°06'27,52" e distância de 18,40 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0153, de coordenadas N 7.447.972,809 m e E 602.248,209 m; deste, segue com azimute de 101°31'48,66" e distância de 3,01 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0154, de coordenadas N 7.447.972,208 m e E 602.251,155 m; deste, segue com azimute de 92°56'19,01" e distância de 22,87 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0155, de coordenadas N 7.447.971,036 m e E 602.273,992 m; deste, segue com azimute de 53°48'09,65" e distância de 23,11 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0156, de coordenadas N 7.447.984,683 m e E 602.292,641 m; deste, segue com azimute de 39°07'19,64" e distância de 22,85 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0157, de coordenadas N 7.448.002,410 m e E 602.307,059 m; deste, segue com azimute de 61°13'50,86" e distância de 13,40 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0158, de coordenadas N 7.448.008,858 m e E 602.318,802 m; deste, segue com azimute de 83°32'15,06" e distância de 12,31 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0159, de coordenadas N 7.448.010,243 m e E 602.331,032 m; deste, segue com azimute de 71°15'39,67" e distância de 69,87 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0160, de coordenadas N 7.448.032,690 m e E 602.397,200 m; deste, segue com azimute de 48°44'28,68" e distância de 247,74 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0161, de coordenadas N 7.448.196,066 m e E 602.583,438 m; deste, segue com azimute de 50°27'11,94" e distância de 24,36 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0162, de coordenadas N 7.448.211,575 m e E 602.602,220 m; deste, segue com azimute de 22°47'22,73" e distância de 58,22 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0163, de coordenadas N 7.448.265,247 m e E 602.624,770 m; deste, segue com azimute de 28°45'45,20" e distância de 20,32 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0164, de coordenadas N 7.448.283,062 m e E 602.634,549 m; deste, segue com azimute de 20°12'06,64" e distância de 27,19 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0165, de coordenadas N 7.448.308,579 m e E 602.643,939 m; deste, segue com azimute de 23°16'22,42" e distância de 50,12 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0166, de coordenadas N 7.448.354,622 m e E 602.663,742 m; deste, segue com azimute de 51°04'31,59" e distância de 16,69 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0167, de coordenadas N 7.448.365,111 m e E 602.676,729 m; deste, segue com azimute de 80°34'55,28" e distância de 37,78 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0168, de coordenadas N 7.448.371,292 m e E 602.713,996 m; deste, segue com azimute de 53°46'47,10" e distância de 68,40 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0169, de coordenadas N 7.448.411,708 m e E 602.769,176 m; deste, segue com azimute de 22°04'16,51" e distância de 31,77 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0170, de coordenadas N 7.448.441,148 m e E 602.781,113 m; deste, segue com azimute de 33°40'02,56" e distância de 56,54 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0171, de coordenadas N 7.448.488,200 m e E 602.812,455 m; deste, segue com azimute de 27°37'20,27" e distância de 65,23 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0172, de coordenadas N 7.448.545,995 m e E 602.842,698 m; deste, segue com azimute de 41°36'45,16" e distância de 81,38 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0173, de coordenadas N 7.448.606,836 m e E 602.896,739 m; deste, segue com azimute de 94°24'23,48" e distância de 88,60 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0174, de coordenadas N 7.448.600,028 m e E 602.985,080 m; deste, segue com azimute de 130°49'20,08" e distância de 47,39 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0175, de coordenadas N 7.448.569,049 m e E 603.020,942 m; deste, segue com azimute de 90°00'30,98" e distância de 31,56 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0176, de coordenadas N 7.448.569,045 m e E 603.052,504 m; deste, segue com azimute de 49°17'48,44" e distância de 164,20 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0177, de coordenadas N 7.448.676,128 m e E 603.176,985 m; deste, segue com azimute de 27°58'49,60" e distância de 118,22 m, confrontando neste trecho coma Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0178, de coordenadas N 7.448.780,525 m e E 603.232,448 m; deste, segue com azimute de 56°54'14,27" e distância de 139,27 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0179, de coordenadas N 7.448.856,570 m e E 603.349,119 m; deste, segue com azimute de 17°26'35,53" e distância de 86,38 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0180, de coordenadas N 7.448.938,977 m e E 603.375,012 m; deste, segue com azimute de 6°27'07,84" e distância de 134,91 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0181, de coordenadas N 7.449.073,027 m e E 603.390,172 m; deste, segue com azimute de 94°20'42,49" e distância de 9,77 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0182, de coordenadas N 7.449.072,287 m e E 603.399,918 m; deste, segue com azimute de 84°12'11,40" e distância de 24,79 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0183, de coordenadas N 7.449.074,790 m e E 603.424,577 m; deste, segue com azimute de 84°12'32,05" e distância de 0,00 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.449.074,790 m e E 603.424,580 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° EGr , tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MANGARATIBA, 03 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519
MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA - AREA 02 - JAQUEIRA
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 1,0607 há
Perímetro(m): 530,85 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.449.919,777 m e E 604.776,341 m, situado no limite com terras da União - MARINHA DO BRASIL, deste, segue com azimute de 93°44'11,894" e distância de 2,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.449.919,589 m e E 604.779,227 m; deste, segue com azimute de 108°54'57,059" e distância de 3,04 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.449.918,603 m e E 604.782,103 m; deste, segue com azimute de 120°13'04,356" e distância de 3,32 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0004, de coordenadas N 7.449.916,933 m e E 604.784,971 m; deste, segue com azimute de 130°51'52,928" e distância de 7,56 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0005, de coordenadas N 7.449.911,986 m e E 604.790,689 m; deste, segue com azimute de 138°01'49,897" e distância de 8,53 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0006, de coordenadas N 7.449.905,647 m e E 604.796,391 m; deste, segue com azimute de 120°22'03,351" e distância de 0,00 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0007, de coordenadas N 7.449.905,646 m e E 604.796,391 m; deste, segue com azimute de 129°04'18,752" e distância de 4,58 m, confrontando neste trecho com UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0008, de coordenadas N 7.449.902,757 m e E 604.799,950 m; deste, segue com azimute de 134°04'26,299" e distância de 4,70 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0009, de coordenadas N 7.449.899,485 m e E 604.803,329 m; deste, segue com azimute de 136°11'32,504" e distância de 32,33 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0010, de coordenadas N 7.449.876,154 m e E 604.825,709 m; deste, segue com azimute de 133°15'38,040" e distância de 19,60 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0011, de coordenadas N 7.449.862,719 m e E 604.839,986 m; deste, segue com azimute de 136°49'36,469" e distância de 9,86 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0012, de coordenadas N 7.449.855,525 m e E 604.846,735 m; deste, segue com azimute de 143°35'19,018" e distância de 9,83 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0013, de coordenadas N 7.449.847,611 m e E 604.852,572 m; deste, segue com azimute de 151°46'10,552" e distância de 9,20 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0014, de coordenadas N 7.449.839,508 m e E 604.856,923 m; deste, segue com azimute de 155°22'32,859" e distância de 9,25 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0015, de coordenadas N 7.449.831,099 m e E 604.860,777 m; deste, segue com azimute de 153°27'50,449" e distância de 9,10 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0016, de coordenadas N 7.449.822,956 m e E 604.864,843 m; deste, segue com azimute de 148°23'43,533" e distância de 4,45 m, confrontando neste trecho com , até o vértice AYW P 0017, de coordenadas N 7.449.819,161 m e E 604.867,178 m; deste, segue com azimute de 142°56'27,960" e distância de 4,40 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0018, de coordenadas N 7.449.815,648 m e E 604.869,831 m; deste, segue com azimute de 134°33'48,843" e distância de 7,03 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0019, de coordenadas N 7.449.810,717 m e E 604.874,838 m; deste, segue com azimute de 126°22'36,628" e distância de 7,19 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0020, de coordenadas N 7.449.806,453 m e E 604.880,626 m; deste, segue com azimute de 119°56'14,297" e distância de 14,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0021, de coordenadas N 7.449.799,021 m e E 604.893,532 m; deste, segue com azimute de 120°08'02,596" e distância de 13,18 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0022, de coordenadas N 7.449.792,405 m e E 604.904,929 m; deste, segue com azimute de 127°19'22,081" e distância de 6,35 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0023, de coordenadas N 7.449.788,555 m e E 604.909,979 m; deste, segue com azimute de 136°31'43,461" e distância de 6,19 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0024, de coordenadas N 7.449.784,060 m e E 604.914,241 m; deste, segue com azimute de 146°55'51,382" e distância de 5,10 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0025, de coordenadas N 7.449.779,787 m e E 604.917,023 m; deste, segue com azimute de 153°52'09,387" e distância de 5,22 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0026, de coordenadas N 7.449.775,103 m e E 604.919,320 m; deste, segue com azimute de 157°47'48,138" e distância de 10,74 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0027, de coordenadas N 7.449.765,163 m e E 604.923,377 m; deste, segue com azimute de 158°04'11,330" e distância de 8,46 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0028, de coordenadas N 7.449.757,313 m e E 604.926,538 m; deste, segue com azimute de 164°54'51,811" e distância de 4,11 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0029, de coordenadas N 7.449.753,343 m e E 604.927,608 m; deste, segue com azimute de 174°58'54,294" e distância de 4,08 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0030, de coordenadas N 7.449.749,278 m e E 604.927,965 m; deste, segue com azimute de 186°15'36,465" e distância de 3,09 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0031, de coordenadas N 7.449.746,204 m e E 604.927,628 m; deste, segue com azimute de 195°54'33,740" e distância de 3,14 m, confrontando neste trecho com terras da União -

EXEMPLAR DE ASSINANTE

MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0032, de coordenadas N 7.449.743,184 m e E 604.926,767 m; deste, segue com azimute de 205°43'12,781" e distância de 3,14 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0033, de coordenadas N 7.449.740,353 m e E 604.925,404 m; deste, segue com azimute de 216°21'18,047" e distância de 3,11 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0034, de coordenadas N 7.449.737,845 m e E 604.923,557 m; deste, segue com azimute de 229°10'28,807" e distância de 3,85 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0035, de coordenadas N 7.449.735,328 m e E 604.920,644 m; deste, segue com azimute de 241°44'40,795" e distância de 3,88 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0036, de coordenadas N 7.449.733,491 m e E 604.917,227 m; deste, segue com azimute de 252°18'06,244" e distância de 3,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0037, de coordenadas N 7.449.732,309 m e E 604.913,521 m; deste, segue com azimute de 261°37'47,436" e distância de 3,82 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0038, de coordenadas N 7.449.731,752 m e E 604.909,738 m; deste, segue com azimute de 271°12'14,164" e distância de 4,26 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL até o vértice AYW P 0039, de coordenadas N 7.449.731,842 m e E 604.905,476 m; deste, segue com azimute de 280°39'10,714" e distância de 4,18 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0040, de coordenadas N 7.449.732,615 m e E 604.901,366 m; deste, segue com azimute de 288°29'00,840" e distância de 4,21 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0041, de coordenadas N 7.449.733,950 m e E 604.897,372 m; deste, segue com azimute de 294°24'41,261" e distância de 4,29 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0042, de coordenadas N 7.449.735,724 m e E 604.893,463 m; deste, segue com azimute de 300°19'16,935" e distância de 17,93 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0043, de coordenadas N 7.449.744,777 m e E 604.877,984 m; deste, segue com azimute de 297°29'58,709" e distância de 16,03 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0044, de coordenadas N 7.449.752,178 m e E 604.863,767 m; deste, segue com azimute de 299°10'04,102" e distância de 7,81 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0045, de coordenadas N 7.449.755,987 m e E 604.856,943 m; deste, segue com azimute de 304°53'29,826" e distância de 7,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0046, de coordenadas N 7.449.760,357 m e E 604.850,676 m; deste, segue com azimute de 313°12'25,716" e distância de 7,18 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0047, de coordenadas N 7.449.765,271 m e E 604.845,445 m; deste, segue com azimute de 320°33'52,620" e distância de 7,26 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0048, de coordenadas N 7.449.770,875 m e E 604.840,836 m; deste, segue com azimute de 326°14'14,306" e distância de 7,40 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0049, de coordenadas N 7.449.777,028 m e E 604.836,723 m; deste, segue com azimute de 330°17'20,051" e distância de 7,55 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0050, de coordenadas N 7.449.783,587 m e E 604.832,980 m; deste, segue com azimute de 333°20'06,708" e distância de 30,72 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0051, de coordenadas N 7.449.811,040 m e E 604.819,193 m; deste, segue com azimute de 328°58'23,199" e distância de 13,96 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0052, de coordenadas N 7.449.822,999 m e E 604.812,000 m; deste, segue com azimute de 325°35'33,470" e distância de 13,73 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0053, de coordenadas N 7.449.834,330 m e E 604.804,240 m; deste, segue com azimute de 324°52'29,532" e distância de 27,55 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0054, de coordenadas N 7.449.856,864 m e E 604.788,388 m; deste, segue com azimute de 327°48'29,140" e distância de 8,59 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0055, de coordenadas N 7.449.864,137 m e E 604.783,809 m; deste, segue com azimute de 331°17'47,776" e distância de 8,60 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0056, de coordenadas N 7.449.871,681 m e E 604.779,678 m; deste, segue com azimute de 304°38'07,660" e distância de 10,80 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0057, de coordenadas N 7.449.877,820 m e E 604.770,791 m; deste, segue com azimute de 308°03'19,576" e distância de 5,17 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0058, de coordenadas N 7.449.881,007 m e E 604.766,720 m; deste, segue com azimute de 312°33'41,882" e distância de 4,92 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0059, de coordenadas N 7.449.884,335 m e E 604.763,096 m; deste, segue com azimute de 319°15'48,957" e distância de 4,64 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0060, de coordenadas N 7.449.887,851 m e E 604.760,068 m; deste, segue com azimute de 328°40'10,910" e distância de 4,39 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0061, de coordenadas N 7.449.891,603 m e E 604.757,784 m; deste, segue com azimute de 340°59'08,401" e distância de 4,27 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0062, de coordenadas N 7.449.895,637 m e E 604.756,394 m; deste, segue com azimute de 355°26'43,015" e distância de 4,38 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0063, de coordenadas N 7.449.900,000 m e E 604.756,046 m; deste, segue com azimute de 10°35'27,937" e distância de 4,97 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0064, de coordenadas N 7.449.904,884 m e E 604.756,960 m; deste, segue com azimute de 22°43'57,149" e distância de 2,50 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0065, de coordenadas N 7.449.907,193 m e E 604.757,927 m; deste, segue com azimute de 32°25'03,470" e distância de 2,45 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0066, de coordenadas N 7.449.909,260 m e E 604.759,240 m; deste, segue com azimute de 43°52'27,235" e distância de 2,68 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0067, de coordenadas N 7.449.911,189 m e E 604.761,094 m; deste, segue com azimute de 52°59'11,038" e distância de 2,71 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0068, de coordenadas N 7.449.912,820 m e E 604.763,257 m; deste, segue com azimute de 57°59'56,700" e distância de 5,61 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0069, de coordenadas N 7.449.915,791 m e E 604.768,013 m; deste, segue com azimute de 58°59'29,889" e distância de 6,34 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0070, de coordenadas N 7.449.919,056 m e E 604.773,445 m; deste, segue com azimute de 76°01'11,683" e distância de 2,98 m, confrontando neste trecho com terras da União - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.449.919,777 m e E 604.776,341 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr , tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MANGARATIBA, 03 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519
MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA - ÁREA 03 - SUJA
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 6,6380 há
Perímetro(m): 1.043,73 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.450.895,366 m e E 605.011,624 m, situado no limite com terras da UNIÃO - Marinha do Brasil, deste, segue com azimute de 94°20'52,082" e distância de 11,60 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.450.894,487 m e E 605.023,193 m; deste, segue com azimute de 104°57'43,549" e distância de 12,13 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.450.891,355 m e E 605.034,911 m; deste, segue com azimute de 116°16'38,204" e distância de 10,92 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0004, de coordenadas N 7.450.886,522 m e E 605.044,700 m; deste, segue com azimute de 129°03'27,603" e distância de 10,35 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0005, de coordenadas N 7.450.880,000 m e E 605.052,737 m; deste, segue com azimute de 152°21'31,181" e distância de 4,99 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0006, de coordenadas N 7.450.875,582 m e E 605.055,051 m; deste, segue com azimute de 155°55'52,716" e distância de 25,45 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0007, de coordenadas N 7.450.852,341 m e E 605.065,432 m; deste, segue com azimute de 161°33'28,637" e distância de 25,44 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0008, de coordenadas N 7.450.828,207 m e E 605.073,480 m; deste, segue com azimute de 166°00'16,248" e distância de 25,79 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0009, de coordenadas N 7.450.803,187 m e E 605.079,716 m; deste, segue com azimute de 169°11'21,723" e distância de 26,37 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0010, de coordenadas N 7.450.777,288 m e E 605.084,662 m; deste, segue com azimute de 171°16'23,072" e distância de 13,91 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0011, de coordenadas N 7.450.763,537 m e E 605.086,772 m; deste, segue com azimute de 174°48'32,248" e distância de 13,73 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0012, de coordenadas N 7.450.749,858 m e E 605.088,015 m; deste, segue com azimute de 181°13'54,421" e distância de 13,30 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0013, de coordenadas N 7.450.736,561 m e E 605.087,729 m; deste, segue com azimute de 191°06'19,986" e distância de 12,85 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0014, de coordenadas N 7.450.723,951 m e E 605.085,254 m; deste, segue com azimute de 203°43'01,235" e distância de 13,45 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0015, de coordenadas N 7.450.711,637 m e E 605.079,844 m; deste, segue com azimute de 213°17'37,459" e distância de 13,89 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0016, de coordenadas N 7.450.700,023 m e E 605.072,217 m; deste, segue com azimute de 218°35'28,313" e distância de 29,10 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0017, de coordenadas N 7.450.677,278 m e E 605.054,066 m; deste, segue com azimute de 216°24'43,592" e distância de 18,84 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0018, de coordenadas N 7.450.662,116 m e E 605.042,883 m; deste, segue com azimute de 214°10'16,828" e distância de 18,83 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0019, de coordenadas N 7.450.646,541 m e E 605.032,309 m; deste, segue com azimute de 214°04'54,464" e distância de 37,08 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0020, de coordenadas N 7.450.615,826 m e E 605.011,528 m; deste, segue com azimute de 217°24'46,635" e distância de 18,00 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0021, de coordenadas N 7.450.601,527 m e E 605.000,590 m; deste, segue com azimute de 222°07'46,797" e distância de 17,57 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0022, de coordenadas N 7.450.588,493 m e E 604.988,801 m; deste, segue com azimute de 228°53'34,382" e distância de 17,26 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0023, de coordenadas N 7.450.577,145 m e E 604.975,795 m; deste, segue com azimute de 235°13'36,315" e distância de 8,61 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0024, de coordenadas N 7.450.572,233 m e E 604.968,721 m; deste, segue com azimute de 240°02'02,904" e distância de 8,67 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0025, de coordenadas N 7.450.567,901 m e E 604.961,206 m; deste, segue com azimute de 246°54'04,503" e distância de 16,16 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0026, de coordenadas N 7.450.561,561 m e E 604.946,344 m; deste, segue com azimute de 254°18'58,203" e distância de 16,33 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0027, de coordenadas N 7.450.557,148 m e E 604.930,625 m; deste, segue com azimute de 260°36'06,713" e distância de 17,11 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0028, de coordenadas N 7.450.554,353 m e E 604.913,741 m; deste, segue com azimute de 266°10'25,165" e distância de 17,04 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0029, de coordenadas N 7.450.553,216 m e E 604.896,738 m; deste, segue com azimute de 270°45'10,538" e distância de 17,15 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0030, de coordenadas N 7.450.553,441 m e E 604.879,590 m; deste, segue com azimute de 274°16'12,430" e distância de 17,37 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0031, de coordenadas N 7.450.554,735 m e E 604.862,271 m; deste, segue com azimute de 277°27'03,183" e distância de 35,55 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0032, de coordenadas N 7.450.559,345 m e E 604.827,021 m; deste, segue com azimute de 278°23'13,178" e distância de 36,63 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0033, de coordenadas N 7.450.564,688 m e E 604.790,782 m; deste, segue com azimute de 285°56'40,939" e distância de 6,53 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0034, de coordenadas N 7.450.566,481 m e E 604.784,504 m; deste, segue com azimute de 293°10'57,202" e distância de 6,81 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0035, de coordenadas N 7.450.569,161 m e E 604.778,247 m; deste, segue com azimute de 298°32'31,756" e distância de 27,74 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0036, de coordenadas N 7.450.582,413 m e E 604.753,882 m; deste, segue com azimute de 15°44'07,810" e distância de 16,02 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0037, de coordenadas N 7.450.597,831 m e E 604.758,226 m; deste, segue com azimute de 21°12'16,764" e distância de 19,59 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba , até o vértice AYW P 0038, de coordenadas N 7.450.616,097 m e E 604.765,313 m; deste, segue com azimute de 25°32'18,650" e distância de 19,71 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0039, de coordenadas N 7.450.633,880 m e E 604.773,810 m; deste, segue com azimute de 28°32'11,798" e distância de 22,80 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0040, de coordenadas N 7.450.653,910 m e E 604.784,701 m; deste, segue com azimute de 32°40'22,746" e distância de 11,34 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0041, de coordenadas N 7.450.663,456 m e E 604.790,823 m; deste, segue com azimute de 36°52'41,070" e distância de 11,30 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0042, de coordenadas N 7.450.672,495 m e E 604.797,605 m; deste, segue com azimute de 43°08'40,453" e distância de 36,07 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0043, de coordenadas N 7.450.698,816 m e E 604.822,274 m; deste, segue com azimute de 38°59'23,670" e distância de 26,79 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0044, de coordenadas N 7.450.719,641 m e E 604.839,132 m; deste, segue com azimute de 34°58'43,143" e distância de 26,88 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0045, de coordenadas N 7.450.741,665 m e E 604.854,541 m; deste, segue com azimute de 30°27'33,978" e distância de 12,33 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0046, de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.450.752,290 m e E 604.860,789 m; deste, segue com azimute de 29°22'17,237" e distância de 20,00 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0047, de coordenadas N 7.450.769,715 m e E 604.870,596 m; deste, segue com azimute de 33°04'19,659" e distância de 9,88 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0048, de coordenadas N 7.450.777,992 m e E 604.875,986 m; deste, segue com azimute de 39°21'59,210" e distância de 9,70 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0049, de coordenadas N 7.450.785,493 m e E 604.882,140 m; deste, segue com azimute de 49°07'42,809" e distância de 13,00 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0050, de coordenadas N 7.450.794,002 m e E 604.891,973 m; deste, segue com azimute de 57°09'11,116" e distância de 13,26 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0051, de coordenadas N 7.450.801,196 m e E 604.903,115 m; deste, segue com azimute de 60°12'05,367" e distância de 27,09 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0052, de coordenadas N 7.450.814,656 m e E 604.926,620 m; deste, segue com azimute de 55°01'17,264" e distância de 16,00 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0053, de coordenadas N 7.450.823,829 m e E 604.939,731 m; deste, segue com azimute de 49°04'50,068" e distância de 15,90 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0054, de coordenadas N 7.450.834,243 m e E 604.951,744 m; deste, segue com azimute de 43°09'12,086" e distância de 15,84 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0055, de coordenadas N 7.450.845,799 m e E 604.962,579 m; deste, segue com azimute de 37°13'27,393" e distância de 15,82 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0056, de coordenadas N 7.450.858,400 m e E 604.972,152 m; deste, segue com azimute de 31°59'49,064" e distância de 11,16 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0057, de coordenadas N 7.450.867,861 m e E 604.978,063 m; deste, segue com azimute de 26°47'22,686" e distância de 11,12 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0058, de coordenadas N 7.450.877,787 m e E 604.983,075 m; deste, segue com azimute de 19°58'16,672" e distância de 16,58 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0059, de coordenadas N 7.450.893,372 m e E 604.988,738 m; deste, segue com azimute de 83°08'42,007" e distância de 11,50 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0060, de coordenadas N 7.450.894,744 m e E 605.000,156 m; deste, segue com azimute de 86°53'45,305" e distância de 11,48 m, confrontando neste trecho com terras da União - Marinha do Brasil, até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.450.895,366 m e E 605.011,624 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° EGr , tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MANGARATIBA, 3 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519
MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA - AREA 04 - SÍTIO
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 2,8945 há
Perímetro(m): 1.226,71 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.451.560,178 m e E 606.985,195 m, situado no limite com UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, deste, segue com azimute de 119°24'24,74" e distância de 10,27 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.451.555,133 m e E 606.994,145 m; deste, segue com azimute de 113°58'03,32" e distância de 11,36 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.451.550,520 m e E 607.004,521 m; deste, segue com azimute de 109°13'29,32" e distância de 15,51 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0004, de coordenadas N 7.451.545,412 m e E 607.019,170 m; deste, segue com azimute de 118°02'54,91" e distância de 6,56 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0005, de coordenadas N 7.451.542,327 m e E 607.024,959 m; deste, segue com azimute de 142°10'29,03" e distância de 5,04 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0006, de coordenadas N 7.451.538,346 m e E 607.028,050 m; deste, segue com azimute de 183°09'37,97" e distância de 4,66 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0007, de coordenadas N 7.451.533,692 m e E 607.027,793 m; deste, segue com azimute de 204°20'51,07" e distância de 5,96 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0008, de coordenadas N 7.451.528,260 m e E 607.025,336 m; deste, segue com azimute de 210°54'20,86" e distância de 13,94 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0009, de coordenadas N 7.451.516,297 m e E 607.018,174 m; deste, segue com azimute de 203°37'16,26" e distância de 8,57 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0010, de coordenadas N 7.451.508,449 m e E 607.014,742 m; deste, segue com azimute de 195°21'52,61" e distância de 7,97 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0011, de coordenadas N 7.451.500,760 m e E 607.012,629 m; deste, segue com azimute de 188°54'20,77" e distância de 15,47 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0012, de coordenadas N 7.451.485,477 m e E 607.010,234 m; deste, segue com azimute de 190°41'29,23" e distância de 19,17 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0013, de coordenadas N 7.451.466,641 m e E 607.006,678 m; deste, segue com azimute de 196°15'15,25" e distância de 19,57 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0014, de coordenadas N 7.451.447,854 m e E 607.001,201 m; deste, segue com azimute de 203°14'45,13" e distância de 19,55 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0015, de coordenadas N 7.451.429,895 m e E 606.993,486 m; deste, segue com azimute de 212°07'24,72" e distância de 19,31 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0016, de coordenadas N 7.451.413,543 m e E 606.983,219 m; deste, segue com azimute de 221°28'25,83" e distância de 15,26 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0017, de coordenadas N 7.451.402,107 m e E 606.973,111 m; deste, segue com azimute de 228°46'41,43" e distância de 15,34 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0018, de coordenadas N 7.451.391,999 m e E 606.961,574 m; deste, segue com azimute de 234°32'05,16" e distância de 15,45 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0019, de coordenadas N 7.451.383,037 m e E 606.948,994 m; deste, segue com azimute de 238°51'33,47" e distância de 15,47 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0020, de coordenadas N 7.451.375,038 m e E 606.935,755 m; deste, segue com azimute de 243°13'09,85" e distância de 29,14 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0021, de coordenadas N 7.451.361,911 m e E 606.909,744 m; deste, segue com azimute de 247°30'33,75" e distância de 29,00 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0022, de coordenadas N 7.451.350,815 m e E 606.882,945 m; deste, segue com azimute de 249°20'49,38" e distância de 4,70 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0023, de coordenadas N 7.451.349,158 m e E 606.878,549 m; deste, segue com azimute de 252°33'59,16" e distância de 9,12 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0024, de coordenadas N 7.451.346,424 m e E 606.869,843 m; deste, segue com azimute de 252°06'04,95" e distância de 20,98 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0025, de coordenadas N 7.451.339,975 m e E 606.849,875 m; deste, segue com azimute de 253°03'49,95" e distância de 15,16 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0026, de coordenadas N 7.451.335,559 m e E 606.835,373 m; deste, segue com azimute de 257°22'46,10" e distância de 11,27 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0027, de coordenadas N 7.451.333,098 m e E 606.824,379 m; deste, segue com azimute de 255°51'42,42" e distância de 53,58 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0028, de coordenadas N 7.451.320,011 m e E 606.772,427 m; deste, segue com azimute de 261°13'25,18" e distância de 28,01 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0029, de coordenadas N 7.451.315,738 m e E 606.744,748 m; deste, segue com azimute de 261°03'27,68" e distância de 57,43 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0030, de coordenadas N 7.451.306,811 m e E 606.688,018 m; deste, segue com azimute de 257°55'39,32" e distância de 57,30 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0031, de coordenadas N 7.451.294,828 m e E 606.631,989 m; deste, segue com azimute de 254°51'27,43" e distância de 27,58 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0032, de coordenadas N 7.451.287,624 m e E 606.605,367 m; deste, segue com azimute de 250°42'51,47" e distância de 27,71 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0033, de coordenadas N 7.451.278,471 m e E 606.579,209 m; deste, segue com azimute de 248°58'26,66" e distância de 18,62 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0034, de coordenadas N 7.451.271,791 m e E 606.561,831 m; deste, segue com azimute de 305°41'38,97" e distância de 3,38 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0035, de coordenadas N 7.451.273,762 m e E 606.559,088 m; deste, segue com azimute de 344°09'40,26" e distância de 4,44 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0036, de coordenadas N 7.451.278,034 m e E 606.557,876 m; deste, segue com azimute de 19°31'27,78" e distância de 8,28 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0037, de coordenadas N 7.451.285,839 m e E 606.560,644 m; deste, segue com azimute de 23°24'44,54" e distância de 24,17 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0038, de coordenadas N 7.451.308,024 m e E 606.570,249 m; deste, segue com azimute de 22°32'03,25" e distância de 7,91 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0039, de coordenadas N 7.451.315,334 m e E 606.573,282 m; deste, segue com azimute de 16°48'54,75" e distância de 3,36 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0040, de coordenadas N 7.451.318,547 m e E 606.574,254 m; deste, segue com azimute de 358°30'37,83" e distância de 3,26 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0041, de coordenadas N 7.451.321,810 m e E 606.574,169 m; deste, segue com azimute de 336°13'44,52" e distância de 3,41 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0042, de coordenadas N 7.451.324,930 m e E 606.572,794 m; deste, segue com azimute de 352°54'13,82" e distância de 3,03 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0043, de coordenadas N 7.451.327,937 m e E 606.572,420 m; deste, segue com azimute de 32°22'20,83" e distância de 1,11 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0044, de coordenadas N 7.451.328,879 m e E 606.573,017 m; deste, segue com azimute de 67°59'16,84" e distância de 2,53 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0045, de coordenadas N 7.451.329,827 m e E 606.575,363 m; deste, segue com azimute de 88°30'19,96" e distância de 7,92 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0046, de coordenadas N 7.451.330,034 m e E 606.583,278 m; deste, segue com azimute de 101°44'50,76" e distância de 31,51 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0047, de coordenadas N 7.451.323,619 m e E 606.614,124 m; deste, segue com azimute de 86°28'41,51" e distância de 11,87 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0048, de coordenadas N 7.451.324,349 m e E 606.625,976 m; deste, segue com azimute de 75°47'58,95" e distância de 12,11 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0049, de coordenadas N 7.451.327,320 m e E 606.637,717 m; deste, segue com azimute de 74°35'28,24" e distância de 20,63 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0050, de coordenadas N 7.451.332,801 m e E 606.657,606 m; deste, segue com azimute de 88°04'54,98" e distância de 28,64 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0051, de coordenadas N 7.451.333,760 m e E 606.686,228 m; deste, segue com azimute de 74°56'41,61" e distância de 17,60 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0052, de coordenadas N 7.451.338,332 m e E 606.703,225 m; deste, segue com azimute de 84°49'05,02" e distância de 7,81 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0053, de coordenadas N 7.451.339,037 m e E 606.711,007 m; deste, segue com azimute de 93°22'52,81" e distância de 7,92 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0054, de coordenadas N 7.451.338,570 m e E 606.718,914 m; deste, segue com azimute de 98°31'12,38" e distância de 16,30 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0055, de coordenadas N 7.451.336,155 m e E 606.735,039 m; deste, segue com azimute de 95°00'39,63" e distância de 13,62 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0056, de coordenadas N 7.451.334,965 m e E 606.748,607 m; deste, segue com azimute de 82°52'59,48" e distância de 13,12 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0057, de coordenadas N 7.451.336,590 m e E 606.761,624 m; deste, segue com azimute de 65°39'23,40" e distância de 14,18 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0058, de coordenadas N 7.451.342,434 m e E 606.774,541 m; deste, segue com azimute de 62°39'01,42" e distância de 14,45 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0059, de coordenadas N 7.451.349,072 m e E 606.787,374 m; deste, segue com azimute de 71°44'06,65" e distância de 8,13 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0060, de coordenadas N 7.451.351,619 m e E 606.795,092 m; deste, segue com azimute de 79°09'36,54" e distância de 8,16 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0061, de coordenadas N 7.451.353,153 m e E 606.803,103 m; deste, segue com azimute de 87°01'44,05" e distância de 16,36 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0062, de coordenadas N 7.451.354,001 m e E 606.819,441 m; deste, segue com azimute de 92°00'27,55" e distância de 3,99 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0063, de coordenadas N 7.451.353,862 m e E 606.823,426 m; deste, segue com azimute de 49°08'59,34" e distância de 16,50 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0064, de coordenadas N 7.451.364,653 m e E 606.835,906 m; deste, segue com azimute de 38°36'41,38" e distância de 12,53 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0065, de coordenadas N 7.451.374,443 m e E 606.843,724 m; deste, segue com azimute de 28°52'58,80" e distância de 5,03 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0066, de coordenadas N 7.451.378,843 m e E 606.846,151 m; deste, segue com azimute de 23°02'22,64" e distância de 16,09 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0067, de coordenadas N 7.451.393,650 m e E 606.852,449 m; deste, segue com azimute de 13°28'42,03" e distância de 15,85 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0068, de coordenadas N 7.451.409,068 m e E 606.856,144 m; deste, segue com azimute de 6°39'56,77" e distância de 15,18 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0069, de coordenadas N 7.451.424,145 m e E 606.857,906 m; deste, segue com azimute de 11°40'32,18" e distância de 8,68 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0070, de coordenadas N 7.451.432,645 m e E 606.859,662 m; deste, segue com azimute de 19°14'24,31" e distância de 8,66 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0071, de coordenadas N 7.451.440,818 m e E 606.862,515 m; deste, segue com azimute de 30°47'50,79" e distância de 15,20 m, con-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

frontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0072, de coordenadas N 7.451.453,879 m e E 606.870,300 m; deste, segue com azimute de 38°55'51,95" e distância de 28,29 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0073, de coordenadas N 7.451.475,886 m e E 606.888,077 m; deste, segue com azimute de 30°49'49,63" e distância de 10,54 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0074, de coordenadas N 7.451.484,940 m e E 606.893,481 m; deste, segue com azimute de 35°39'13,66" e distância de 10,36 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0075, de coordenadas N 7.451.493,361 m e E 606.899,522 m; deste, segue com azimute de 50°45'55,61" e distância de 9,29 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0076, de coordenadas N 7.451.499,238 m e E 606.906,719 m; deste, segue com azimute de 60°54'08,62" e distância de 9,49 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0077, de coordenadas N 7.451.503,855 m e E 606.915,015 m; deste, segue com azimute de 64°52'14,64" e distância de 23,04 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0078, de coordenadas N 7.451.513,638 m e E 606.935,871 m; deste, segue com azimute de 58°48'46,05" e distância de 19,94 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0079, de coordenadas N 7.451.523,965 m e E 606.952,932 m; deste, segue com azimute de 51°36'23,53" e distância de 9,98 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0080, de coordenadas N 7.451.530,165 m e E 606.960,756 m; deste, segue com azimute de 45°59'37,25" e distância de 9,93 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0081, de coordenadas N 7.451.537,067 m e E 606.967,901 m; deste, segue com azimute de 39°06'29,82" e distância de 14,41 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0082, de coordenadas N 7.451.548,247 m e E 606.976,990 m; deste, segue com azimute de 34°30'57,17" e distância de 14,48 m, confrontando neste trecho com a Baía de Sepetiba, até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.451.560,178 m e E 606.985,195 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr , tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM

MANGARATIBA, 3 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519
MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA - AREA 05 - LOTE CAJU
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 0,0673 há
Perímetro(m): 118,03 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYM P 0001, de coordenadas N 7.451.295,049 m e E 606.170,567 m, situado no limite com terra da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, deste, segue com azimute de 120°01'57,72" e distância de 14,96 m, confrontando neste trecho com UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.451.287,563 m e E 606.183,515 m; deste, segue com azimute de 211°15'45,00" e distância de 43,58 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.451.250,314 m e E 606.160,901 m; deste, segue com azimute de 300°25'26,43" e distância de 16,00 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL , até o vértice AWY P 0004, de coordenadas N 7.451.258,414 m e E 606.147,108 m; deste, segue com azimute de 32°37'59,24" e distância de 43,50 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.451.295,049 m e E 606.170,567 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr , tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MANGARATIBA, 03 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519
MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: ILHA DA MARAMBAIA - AREA 06 - RUINAS
Proprietário: UNIÃO
Município: MANGARATIBA
Comarca: MANGARATIBA
UF: Rio de Janeiro
Área (ha): 0,1320 há
Perímetro(m): 144,80 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.450.942,951 m e E 607.078,295 m, situado no limite com UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, deste, segue com azimute de 103°35'22,467" e distância de 3,92 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0002, de coordenadas N 7.450.942,030 m e E 607.082,107 m; deste, segue com azimute de 145°13'07,375" e distância de 42,09 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0003, de coordenadas N 7.450.907,461 m e E 607.106,116 m; deste, segue com azimute de 193°35'22,495" e distância de 4,54 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0004, de coordenadas N 7.450.903,047 m e E 607.105,049 m; deste, segue com azimute de 236°46'56,050" e distância de 21,87 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0005, de coordenadas N 7.450.891,069 m e E 607.086,757 m; deste, segue com azimute de 283°35'22,518" e distância de 3,92 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0006, de coordenadas N 7.450.891,990 m e E 607.082,945 m; deste, segue com azimute de 325°13'22,343" e distância de 41,99 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0007, de coordenadas N 7.450.926,479 m e E 607.058,995 m; deste, segue com azimute de 12°38'32,904" e distância de 4,61 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0008, de coordenadas N 7.450.930,973 m e E 607.060,003 m; deste, segue com azimute de 56°46'56,050" e distância de 21,87 m, confrontando neste trecho com terras da UNIÃO - MARINHA DO BRASIL, até o vértice AYW P 0001, de coordenadas N 7.450.942,951 m e E 607.078,295 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr , tendo como o Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MANGARATIBA, 3 de Dezembro 2014
Resp. Técnico: JOÃO PAES MACHADO BRITO
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
Crea: 4324/D
Código Credenciamento: AYW ART: OL00083519

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O Comitê de Decisão de Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e do mesmo ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Décima Sexta Reunião Extraordinária, realizada no dia 01 de setembro de 2015 e;

Considerando a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no DOU do dia 23 do mesmo mês e ano.

Considerando a fundamentação legal constante nos incisos I, II e III da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.001620/2013-67, resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de área de 2,1597 (dois hectares, quinze ares e noventa e sete centiares) no Projeto de Assentamento Palestrina, no município de Mimoso do Sul, para instalação de empreendimento turístico.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto desta concessão de uso seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da destinação estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDUARDO DEZAN GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 28, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 259, de 05 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União N° 106, Seção 2, de 08 de junho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.004930/00-19, que trata do assentamento de família na parcela n° 02 do Projeto de Assentamento Bom Jardim, localizado no município de Araguari, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Waldemar Monteiro de Oliveira, CPF 713.321.546-20, e Luzia Batista de Oliveira, código SIPRA MG017100000048, emitido em 08/09/2000, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II _ DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

GILSON DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO TOCANTINS - SR(26)/TO, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterada pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto Legislativo nº. 002, de 09 de março de 1989, por se Superintendente Regional, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria /INCRA/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial de 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião, realizada em 15 de setembro do ano de 2015:

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Obtenção de Terras constante nos autos do processo administrativo nº. 54400.000225/2010-62, constante da Ata nº.18, de 15 de setembro de 2015;

Considerando a proposta de desapropriação, com base na Lei nº. 8.629/93, relativa ao imóvel rural denominado Fazenda Morrinhos e Jacu, cadastrado no INCRA sob o número 636.010.019.283-5, com área medida e avaliada de 2.884,6072 ha (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro hectares, sessenta ares e setenta e dois centiares), e registrada de 2.884,6072 ha (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro hectares, sessenta ares e setenta e dois centiares), localizado no município de Pequizeiro e Couto Magalhães, Estado do Tocantins, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, por meio do Decreto datado de 25 de agosto de 2014, D.O.U de 26 de agosto 2014.

Considerando que o valor de negociação da área situa-se dentro dos limites do campo de arbítrio da avaliação;

Considerando que o valor de mercado encontrado para o imóvel avaliando é de R$ 13.399.774,79 (treze milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos), incluindo a terra nua, as benfeitorias e suas acessões naturais o valor do imóvel e encontram-se contidos nos parâmetros de preços constantes na planilha de preços referenciais, estabelecido para microrregião de localização do imóvel;

Considerando que o Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR fez projeção de 89 (oitenta e nove) famílias assentadas no Projeto de Assentamento;

Considerando que o custo por família na projeção realizada foi de R$ 151.774,04/família, custo este acima do valor médio estabelecido pela Planilha Referencial para a região, que é de R$ 137.000,00/família;

Considerando que conforme o Art. 49 da portaria n° 83/2015, capítulo XIII das Alçadas de Competência, compete ao CDR a aprovação das propostas de obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária, desde que o custo por família beneficiária não exceda o valor médio da PPR-Planilha de Preços Referenciais de Terras do INCRA, para a região de situação do imóvel.

Considerando que como valor do custo por família beneficiária excedeu ao valor médio da PPR, portanto, caberá ao CDR a aprovação da proposta de obtenção, por resolução, com o encaminhamento dos autos à Diretoria de Obtenção-DT para submissão ao CD.

Considerando todos os aspectos da Portaria MDA nº. 243/15, bem como da Instrução Normativa nº. 83/2015, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Morrinhos e Jacu, cadastrado no INCRA sob o número 636.010.019.283-5, localizado no município de Pequizeiro/TO e Couto de Magalhães /TO, no valor de 13.399.774,79 (treze milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º - Autorizar o Senhor Superintendente Regional, a encaminhar solicitação a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos - DT para submissão ao CD.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDVALDO SOARES OLIVEIRA
Superintendente Regional

ELTIER JUNIOR POSTAL
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

NIUZA GOMES GOVEIA
Chefe da Divisão Administrativa

HELIEL ATILA DE OLIVEIRA SARAIVA
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO TOCANTINS - SR(26)/TO, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterada pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto Legislativo nº. 002, de 09 de março de 1989, por se Superintendente Regional, no uso das

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria /INCRA/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial de 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião, realizada em 15 de setembro do ano de 2015:

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Obtenção de Terras constante nos autos do processo administrativo nº. 54400.000482/2010-02, constante da Ata nº.18, de 15 de setembro de 2015;

Considerando a proposta de desapropriação, com base na Lei nº. 8.629/93, relativa ao imóvel rural denominado Fazenda Barra do Jardim", cadastrado no INCRA sob o número 922.021.257.435-2 localizado no município de Bandeirantes - TO, neste Estado, com área registrada de 1.784,7743 hectares e medida de 1.817,0232 hectares, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, por meio do Decreto datado de 26 de dezembro de 2013, D.O.U de 27 de dezembro 2013.

O valor de mercado encontrado para o imóvel avaliando é de R$ 11.444.661,47 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos), incluindo a terra nua, as benfeitorias e suas acessões naturais. Já descontado o valor que compreende o desconto dos custos totais de regularização da área de Reserva Legal que é de R$ 93.095,18 (noventa e três mil, noventa e cinco reais e dezoito centavos) encontram-se contidos nos parâmetros de preços constantes na planilha de preços referenciais, estabelecido para microrregião de localização do imóvel;

Considerando que o Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR fez projeção de 62 (sessenta e duas) famílias assentadas no Projeto de Assentamento;

Considerando que o custo por família na projeção realizada foi de R$ 184,591,31, custo este acima do valor médio estabelecido pela Planilha Referencial para a região, que é de R$137.000,00;

Considerando que conforme o Art. 49 da portaria n° 83/2015, capítulo XIII das Alçadas de Competência, compete ao CDR a aprovação das propostas de obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária, desde que o custo por família beneficiária não exceda o valor médio da PPR-Planilha de Preços Referenciais de Terras do INCRA, para a região de situação do imóvel.

Considerando que como valor do custo por família beneficiária excedeu ao valor médio da PPR, portanto, cabendo ao CDR a aprovação da proposta de obtenção, por resolução, com o encaminhamento dos autos à Diretoria de Obtenção-DT para submissão ao CD.

Considerando todos os aspectos da Portaria MDA nº. 243/15, bem como da Instrução Normativa nº. 83/2015, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Morrinhos e Jacu, cadastrado no INCRA sob o número 922.021.257.435-2, localizado no município de Bandeirante do Tocantins/TO, no valor de R$ 11.444.661,47 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos), incluindo a terra nua, as benfeitorias e suas acessões naturais

Art. 2º - Autorizar o Senhor Superintendente Regional, a encaminhar solicitação a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos - DT para submissão ao CD.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDVALDO SOARES OLIVEIRA
Superintendente Regional

ELTIER JUNIOR POSTAL
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

NIUZA GOMES GOVEIA
Chefe da Divisão Administrativa

HELIEL ATILA DE OLIVEIRA SARAIVA
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-29/E Nº 023/2005, de 25 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial, nº 174 de 9 de setembro de 2005, Seção 1, página 71, que criou o Projeto de Assentamento P.A. Antônio Henrique Nogueira, código SIPRA MF0150000, onde se lê: "... com área de 812,1348 há, (oitocentos e doze hectares, treze ares e quarenta e oito centiares)", leia-se: "...com área de 832,1738 ha, (oitocentos e trinta e dois hectares, dezessete ares e trinta e oito centiares)"

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 304, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, COM TELA INCORPORADA - ALL IN ONE".

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006 e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.001321/2014-29, de 29 de setembro de 2014, resolvem:

Art. 1º As Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 165 e 166, de 17 de junho de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º. Para o cumprimento do disposto no art. 1º ficam estabelecidos os seguintes cronogramas de utilização de componentes, partes e peças produzidos conforme os respectivos Processos Produtivos Básicos, cujos percentuais serão estabelecidos tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados no "ALL-IN-ONE", produzidos conforme o PPB:

.....

VIII - demais componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, quer seja em forma de circuitos integrados, quer em forma de módulos ou placas, especificados a seguir, quando aplicável:

a) Componente circuito integrado DRAM; e

b) Unidade de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive):

Ano calendário	2015	2016	2017 em diante
Percentual fabricado no País	50%	60%	90%

.....

§12. Fica dispensada, até 31 de dezembro de 2015, a obrigação constante do inciso VIII do art. 2º para os circuitos integrados de memória volátil do tipo DDR3 SDRAM 1GBIT (64M X 16) e 2GBIT (128M X 16) aplicados diretamente na placa mãe (ou seja circuito de memória on-board), e para para os componentes de memória sólida iSSD (integrated Solid State Drive)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE PROJETOS COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS INDUSTRIAIS

DESPACHOS
Em 17 de setembro de 2015

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 006, de 24/04/2014, Resolução do CAS n.º 006, de 30/04/2015, Parecer Técnico n.º 027/2015 - SPR/CGPRI/COPEA e Adendo e Parecer n.º 142/2014/COJUR/PF-SUFRAMA/PGF/AGU, além do cumprimento da Decisão TCU n.º 153/2001 - Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC - 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para a alienação do lote nº 10-C-1, com área de 28.156,08 m², localizado na Rua Bambuzinho, s/n - Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000029/2004-11.

JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
Em Exercício

Rat]ifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente
Em Exercício

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 780, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 01/09/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 96, de 13 de abril de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 01/09/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002477/2015-05
Proponente: Instituto Esporte e Educação
Título: Ano VII Caravana do Esporte
Registro: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 4.824.825,77
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0646 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38888-2
Período de Captação até: 01/09/2016
2 - Processo: 58701.004299/2014-68
Proponente: Instituto Vencer
Título: Super Sacada
Registro: 02SP046392009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.149.089/0001-00
Cidade: São Bernardo do Campo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.573.505,13
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0427 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59671-X
Período de Captação até: 31/12/2015

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 584ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar à:

Nº 1.074 - Jaquison Pontes de Castro, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.075 - José Plínio Correa Neves, rio Maú ou Ireng, Município de Normandia/Roraima, irrigação.

Nº 1.076 - Ilton Santos Durães, rio Verde Grande, Município de Verdelândia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.077 - Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Ecoporanga/Espírito Santo, abastecimento público e esgotamento sanitário.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 178, de 15 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de nº 73, Seção 1, fls. 134, de 19 de abril de 2010, onde se lê: "...a partir de 30/04/2010,..." leia-se: "...a partir de 04/05/2010,...".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 380, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04972.007046/2013-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, dos imóveis de propriedade da União, classificados como próprios nacionais, cuja área total é de 17.792,40 m² e está cadastrada no sistema SIAPA sob o RIP nº 83550100008-28, situados à Rua do Governo, 1315, bairro Jardim Progresso, naquele Município, constituídos por 160 unidades habitacionais devidamente registradas, sequencialmente, sob as Matrículas que vão do nº 35.672 até o nº 35.831, Livro nº 2, do Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização dominial do empreendimento habitacional de interesse social denominado Residencial Che Guevara, realizado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, beneficiando 160 famílias de baixa renda.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão da titulação dos beneficiários finais é de 1 (um) ano, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período a critério da União.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas aos imóveis descritos e caracterizados no art. 1º aos beneficiários do projeto de provisão habitacional, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e

II - nos contratos de transferência, dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 4º A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.254, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 3° e 5º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e no § 6º do art. 8º da Portaria/MTE n.º 1.160, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2011, considerando o que consta do Processo n.º 46221.003465/2015-11, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria MTE Nº 162, de 30 de janeiro de 2013, Publicada no D.O.U de 4 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de atendimento direto ao público, sob responsabilidade regimental da Seção de Políticas de Trabalho, Emprego e Renda - SEPTER e da Seção de Relações do Trabalho - SERET da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe - SRTE/SE, poderão ser executados, nos dias úteis, em regime de turno ininterrupto de 12 (doze) horas diárias.

§ 1º Entende-se por atendimento direto ao público, para fins desta Portaria, o exercício continuado, ininterrupto e presencial, disponibilizado aos cidadãos, executado por servidores efetivos lotados no Núcleo de Identificação e Registro Profissional e no Núcleo do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial da SEPTER/SRTE-SE, e nas atividades de homologação de Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, prestadas pela SERET/SRTE-SE.

(...)

§ 3º Os servidores lotados nas unidades administrativas da SEPTER/SRTE-SE e SERET/SRTE-SE, que realizam, de forma permanente, atendimento direto ao público, poderão cumprir jornada de trabalho diária correspondente a 06 (seis) horas, em regime de escala, não fazendo jus ao intervalo para refeição, de que trata o § 2º do artigo 5º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

§ 4º Ficam excluídos do regime de turno ininterrupto e, consequentemente, do regime de escala, os demais serviços administrativos que, apesar de executados pela SEPTER/SRTE-SE e pela SERET/SRTE-SE, não estejam configurados como atendimento direto ao público, conforme disposto no §1 deste artigo."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MANOEL DIAS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 17 de setembro de 2015

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso de ofício:

1.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46393.000567/2011-71	2127526	Consórcio Caraguatatuba	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Conhecendo e negando provimento ao recurso, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	47521.000042/2015-10 (46304.000528/2015-50)	305049/0309/2015	Menegotti Máquinas e Equipamentos Ltda.	SC

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de setembro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso II c/c o art. 30 da Portaria 326/13 e na Nota Técnica 566/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve:

SUSPENDER o registro sindical do SERVIPROFARO- Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes do Comércio do Estado de Rondônia/RO, Processo 24410.000368/90-71, CNPJ 34.752.535/0001-30. A SUSPENSÃO permanecerá até que a entidade envie novo estatuto social exatamente nos termos da atual representação existente no sistema CNES.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Em 15 de setembro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o representante do SINDIFISLU - Sindicato dos Fiscais de Atividades de Limpeza Urbana do DF, processo de pedido de registro sindical 46206.009711/2012-86, CNPJ 14.716.640/0001-07, do inteiro teor do OFÍCIO 1256/2015/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade em 03/08/2015 (AR106901195JS), solicitando o envio de documentos. Dessa forma, informamos à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para o envio da documentação expressa no ofício, sob pena de indeferimento do pedido de registro sindical, conforme determina o artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do SINTRAF - Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Teixeira, Maturéia, Imaculada e Cacimbas, CNPJ 11.377.570/0001-11, do inteiro teor do Ofício 1059/2015/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade solicitando a atualização de dados no sistema de Cadastro de Entidades Sindicais - CNES, assim como a apresentação dos documentos listados no Art. 3º, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento 069942410JS, para que no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da notificação cumpra as exigências das normas em vigor, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro 46224.005093/2009-81, nos termos do parágrafo único do artigo 25 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Pires do Rio GO, CNPJ 09.198.131/0001-08, do inteiro teor do Ofício 1275/2015/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade solicitando a atualização de dados no sistema de Cadastro de Entidades Sindicais - CNES, assim como a apresentação dos documentos listados no Art. 3º e o recolhimento do pagamento da GRU relativa à 2ª publicação, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento 110176835JS, para que no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da notificação cumpra as exigências das normas em vigor, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro 46208.003484/2008-89, nos termos do parágrafo único do artigo 25 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar de Pontal do Araguaia - Mato Grosso, CNPJ 10.813.916/0001-14, do inteiro teor do Ofício 1285/2015/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade solicitando a atualização de dados no sistema de Cadastro de Entidades Sindicais - CNES, assim como a apresentação dos documentos listados no Art. 3º e o recolhimento do pagamento da GRU relativa à 2ª publicação, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento 111700050JS, para que no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da notificação cumpra as exigências das normas em vigor, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro 46210.001990/2011-90, nos termos do parágrafo único do artigo 25 da Portaria 326/2013.

CARLOS ARTUR BARBOZA
Substituto

Em 16 de setembro de 2015

Tendo em vista o Ofício 00110/2015/DTB/PGU/AGU expedido em razão da decisão proferida no Processo Judicial 0000401-92.2010.5.10.0018, 18ª Vara do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; a Portaria Ministerial 326/2013; e a Nota Técnica 412/2015/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ANULAR o Registro de Alteração Estatutária do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Paraibano-MA, CNPJ 05.762.711/0001-17, Processo 46000.028071/2007-52, publicado no DOU de 08/02/2010, Nº 26, Seção 1, Página 47.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013; na decisão judicial exarada nos autos do Processo 0000960-97.2015.5.10.0010, interposto na 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; e na Nota Técnica 1051/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve:

ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical 46237.000320/2014-09, CNPJ 19.647.968/0001-32, de interesse do SAAENE/MG - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Nordeste Mineiro, com fundamento no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso II c/c o art. 30 da Portaria 326/13 e na Nota Técnica 576/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve:

SUSPENDER o registro sindical do SINDOMÉSTICA/SP-Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo, Processo 46000.023895/2006-55, CNPJ 08.357.187/0001-97. A SUSPENSÃO permanecerá até que a entidade envie novo estatuto social exatamente nos termos da atual representação constante do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais- CNES deste Ministério.

Em cumprimento à Decisão Judicial 0000642-44.2015.5.10.0001, interposto na 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve:

INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46211.000899/2014-90
Entidade	SINDPÚBLICOS - MG - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de MG
CNPJ	42.774.935/0001-75
Fundamento	NT 1057/2015/CGRS/SRT/MTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tendo em vista LIMINAR prolatada no processo Judicial 0001183-71.2015.5.10.0003, em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; com supedâneo na Portaria Ministerial 326/2013 e na Nota Técnica 416/2015/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina:

A SUSPENSÃO do andamento do pedido de alteração estatutária do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DO RIO DE JANEIRO - SIMERJ, CNPJ 34.155.382/0001-44.

Tendo em vista o ACORDÃO prolatado nos autos do Processo Judicial TST-ARR-349.93.2010.5.10.0019; com supedâneo na Portaria Ministerial 326/2013 e na Nota Técnica 413/2015/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina a nulidade do ato publicado do DOU nº 27, Seção 1, Página 78, de 11/02/2008, que concedeu registro ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaguaré - ES, CNPJ 08.285.220/0001-10, neste sentido, determina:

A SUSPENSÃO do Processo Administrativo 46000.021779/2006-00 e abertura de prazo de 60 dias, a fim de inserir a limitação de representação aos produtores que exercem suas atividades em regime de economia familiar em área de até dois módulos rurais.

Por força de Cumprimento de Sentença. Processo Judicial 0000764-24.2015.5.10.0012. Oriundo da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Encaminhado para ciência da decisão prolatada nos autos. O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46210.001029/2012-86
Entidade	SIMS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Sapezal - MT
CNPJ	06.120.815/0001-90
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Sapezal/MT
Categoria Profissional	Categoria dos servidores públicos municipais de sapezal - MT. A Categoria Profissional abrange os Servidores Públicos municipais de Sapezal - MT, independente de regime jurídico, ligado a Administração Pública Direta, Indireta e Câmara Municipal de Sapezal - MT

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99 e na Nota Técnica 1067/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve:

RETIFICAR o Despacho publicado no Diário Oficial da União de 17/07/2014, n.º 135, Seção 1, pág. 60, referente ao Processo 46205.000848/2011-02, de interesse do SINTRAMONTI CE - Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral no Estado do Ceará, CNPJ 13.098.596/0001-56, para que onde se lê: SINTRAMONTI; leia-se: SITRAMONTI, nos termos dos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA PARAÍBA, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria/MTE, nº 153, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no DOU de 13/02/2009, e considerando:

a) O artigo 37, caput, da Constituição da República no tocante à obediência ao principio da publicidade;

b) O disposto no artigo 2º, inciso V, da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que trata da divulgação oficial dos atos administrativos:

c) O que preceitua o artigo 3º, inciso III e parágrafo único da Instrução Normativa nº 117, de 28 de novembro de 2014, no que se refere à conveniência ou não da suspensão do atendimento ao público, como também dos prazos processuais, durante o período de verificação anual de processos de multas e recursos;

d) A realização da verificação anual de processos no âmbito desta Superintendência; resolve:

Art. 1º Suspender, no período de 21 a 30 de setembro de 2015, os prazos processuais e o atendimento ao público no Núcleo de Multas e Recursos e no Núcleo do FGTS, nesta sede, e no Setor de Atividades Auxiliares, na Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Campina Grande.

RODOLFO RAMALHO CATÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 131, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o que consta no processo n.º 46218.009240/2015-10, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, alterada pela Portaria N.º 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria N.º 06, de 26 de janeiro de 2010.

HOMOLOGA as alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SESCOOP/RS - SISTEMA NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrito no CNPJ sob n.º 10.510.590/0001-56, estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Rua Félix da Cunha, nº 12, Bairro Floresta, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Plano dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

FLÁVIO PÉRCIO ZACHER

PORTARIA Nº 132, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o que consta no processo n.º 46218.009713/2015-89, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, alterada pela Portaria N.º 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria N.º 06, de 26 de janeiro de 2010.

HOMOLOGA as alterações no Plano Classificação de Empregos e Salários - PCES da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA, inscrita no CNPJ sob n.º 89.398.473/0001-00, estabelecida na cidade de Porto Alegre, na Avenida Ipiranga, nº 1.200, Bairro Azenha, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Plano dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

FLÁVIO PÉRCIO ZACHER

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 275, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007; bem como o art. 4º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes através de registro pelo Processo nº 50000.030018/2015-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., que objetiva a execução de projeto de exploração, mediante concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, englobando as rodovias SP-270, SP-225 e SP-327, todas no Estado de São Paulo.

Art. 2º Após a conclusão do projeto ou após o término do prazo de fruição do REIDI a Concessionária deverá apresentar ao Ministério dos Transportes documento que ateste a execução total ou parcial ou a entrada em operação do empreendimento, nos termos do disposto no art. 6º e §1º, da Portaria GM/MT nº 124/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.032139/2015-85, ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de setembro de 2015.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

ANEXO

Pessoa Jurídica Titular	**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**
CNPJ	10.531.501/0001-58
Tipo	Rodovia.
Projeto de Investimento	Execução de projeto de exploração, mediante concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, englobando as rodovias SP-270, SP-225 e SP-327, todas no Estado de São Paulo.
Localização	Estado de São Paulo
Estimativa de Investimento	R$ 313.923.941,60.
Impacto do Benefício	R$ 11.081.866,87.
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.
Identificação do Processo	50000.032139/2015-85

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

No Art. 1º, V, da Portaria nº 428, de 9 de setembro de 2015, publicada no DOU nº 173, Seção 1, págs. 68 e 69, onde se lê: "Coordenação de Instrução Processual - COINP:", leia-se: "Coordenação de Instrução Processual - CIPRO:".

Na Deliberação nº 274, de 10.9.15, publicada no DOU nº 175, Seção 1, pág. 91, onde se lê: "...Processo nº 50500.190802/2013-62...", leia-se: "...Processo nº 50500.227490/2015-11...".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 267, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Substituto, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.065527/2015-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/ES, por meio de travessia no km 293+400m, em Cariacica/ES, de interesse da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a ESCELSA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A ESCELSA não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ECO101, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ECO101 deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A ESCELSA assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A ESCELSA deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a ESCELSA verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ECO101 sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ECO101 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A ESCELSA deverá apresentar, à URRJ e à ECO101, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A ESCELSA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉRICO REIS GUZEN

PORTARIA Nº 268, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Substituto, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.033950/2015-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Marechal Osório, BR-290/RS, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 088+470m e o km 093+620m, na Pista Norte, e travessia no km 088+470m, em Porto Alegre/RS, de interesse da CEEE-GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de transmissão de energia elétrica, a CEEE-GT deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEPA - Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º A CEEE-GT não poderá iniciar a implantação da rede de transmissão de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCEPA, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCEPA deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CEEE-GT assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de transmissão de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CEEE-GT deverá concluir a obra de implantação da rede de transmissão de energia elétrica no prazo de 07 (sete) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CEEE-GT verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de transmissão de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCEPA sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à CONCEPA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º A CEEE-GT deverá apresentar, à URRS e à CONCEPA, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEEE-GT abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉRICO REIS GUZEN

PORTARIA Nº 269, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Substituto, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50510.025028/2014-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de interseção existente na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, no km 360+000m, em Betim/MG, de interesse da MRV Engenharia e Participações S/A.

Art. 2º Na readequação e conservação da referida interseção, a MRV deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEBRA - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A MRV não poderá iniciar a readequação da interseção objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCEBRA, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCEBRA deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A MRV assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa interseção, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A MRV deverá concluir a obra de readequação da interseção no prazo de 05 (cinco) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a MRV verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação da interseção no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCEBRA sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à CONCEBRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à interseção.

Art. 8º A MRV deverá apresentar, à URMG e à CONCEBRA, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A MRV abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉRICO REIS GUZEN

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N° 0.00.000.001750/2014-11
RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MP/BA

DECISÃO

(.....) Ante o exposto, com fundamento no artigo 43, inciso IX, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo em razão da perda do objeto.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

DECISÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2015

PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO Nº 0.00.000.001073/2014-22

DECISÃO

(...)Ante o exposto, considerando a ausência de inércia ou omissão do Ministério Público do Rio de Janeiro e considerando não haver outras medidas a serem adotadas no âmbito desta Comissão, delibera-se no sentido do arquivamento dos autos, nos termos do artigo 43, inciso IX, alínea 'b' do RICNMP.

CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000069/2015-28
RECLAMANTE: VALMOR ANTÔNIO DA ROSA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GERALDO LUIZ DOS SANTOS ZIBETTI, OAB/RS 5.949 E OUTROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: (.....)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos foram devidamente apurados pela corregedoria local.

É o pronunciamento que se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 19 de agosto de 2015.
JULIO DE CASTILHOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 1168/1173, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 2 de setembro de 2015.
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000848/2014-42
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DA BAHIA
Decisão: (…)
Diante disso, promove-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional, com base no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do CNMP, no sentido de que seja arquivada a presente reclamação disciplinar.

Brasília, 1 de setembro de 2015.
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 137/141, adotando-o como razões de decidir, para autorizar o fornmecimento de cópias, nos termos do pronunciamento, e determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria de origem e ao reclamante.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se

Brasília, 3 de setembro de 2015.
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001713/2014-02
RECLAMANTE: PATRÍCIO PORPINO NUNES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

Isso posto, opina-se pelo não conhecimento do reucrso em face da falta de assinatura do advogado na peça recursal. Caso ultrapassada a preliminar, opina-se pela MANUTENÇÃO da decisão de ARQUIVAMENTO. De qualquer forma, sugere-se o encaminhamento do RECURSO INTERNO para distirbuição a um relator, nos termos do art. 154 do RICNMP.

É a manifestação sub censura

Brasília, 25 de agosto de 2015.
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Entendo que é caso de não recebimento do recurso porque a peça de interposição não está assinada pelo advogado e a omissão não foi suprida no prazo previsto no § 6o do art. 36 do RICNMP.

As razões expostas no recurso interno já foram analisadas quando da decisão de arquivamento. As provas já foram valoradas na esfera administrativo-disciplinar da origem.

Com o juízo de admissibilidade deve ser exercido pelo Plenário, encaminhando-se o RECURSO INTERNO para distribuição a um relator, nos termos do art. 154 do RICNMP.

Cumpra-se.

Brasília, 3 de setembro de 2015.
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000613/2015-31
RECLAMANTE: JOSÉ BEZERRA DA SILVA NETO e MONTENEGRO PIRES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (…)

Ante o exposto, os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, razão pela qual se propõe, com fundamento no artigo 76, parágrafo único, da Resolução n. 92/2013 (Regimento Interno do CNMP), o arquivamento de plano da reclamação disciplinar, dando-se ciência da decisão ao Plenário e ao reclamante.

Brasília, 29 de julho de 2015.
RICARDO RANGEL DE ANDRADE
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional, fls. 95/101, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 76, parágrafo único, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário e ao reclamante, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2015
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Corregedor Nacional do Ministério Público
Substituto

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000079/2015-63
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Decisão: (…)
Ante o exposto, houve atuação suficiente do órgão disciplinar de origem, razão pela qual se propõe, com fundamento no art. 80, parágrafo único, da Resolução n. 92/2013 (Regimento Interno do CNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar, dando-se ciência da decisão à Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, ao(s) reclamante(s) e aos reclamado(s).

Brasília, 14 de agosto de 2015.
RICARDO RANGEL DE ANDRADE
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional, fls. 132/137, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 80, parágrafo único do CNMP.

Dê-se ciência à Corregedoria de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 3 de setembro de 2015.
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001111/2013-66
RECLAMANTE: JULIANO QUERINO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: (.....)

Diante disso, promove-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional, com base no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do CNMP, no sentido de que seja arquivada a presente reclamação disciplinar.

Brasília, 1º de setembro de 2015
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 266/271, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria de origem, ao reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001482/2014-29
RECLAMANTE: JOSÉ HUMBERTO DA CUNHA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: (…....)

Ex positis, não havendo a constatação da prática de falta funcional por integrante do Ministério Público de Minas Gerais, opino, com espeque no artigo 77, inciso I, segunda parte, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), pelo arquivamento da presente Reclamação Disciplinar

Brasília, 2 de setembro de 2015.
DANILO RAPOSO LÍRIO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional, fls. 32/39, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 77, I, segunda parte, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos em definitivo.

Brasília, 8 de setembro de 2015.
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000173/2015-12
RECLAMANTE: CELSO KOHLER CALDAS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: (.....)

Ante o exposto, houve atuação suficiente do órgão disciplinar de origem, razão pela qual se propõe, com fundamento no art. 80, parágrafo único, da Resolução n. 92/2013 (Regimento Interno do CNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar, dando-se ciência da decisão à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, ao reclamante e ao reclamado.

Brasília, 2 de setembro de 2015
RICARDO RANGEL DE ANDRADE
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional, fls. 46/51, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 80, parágrafo único do CNMP.

Dê-se ciência à Corregedoria de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

ESTATÍSTICA DO MÊS DE AGOSTO DE 2015

I - PRODUTIVIDADE:

CONSELHEIRO	RELATOR				REVISOR			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos[1]	3	3	3	**3**	1	2	3	**0**
José Neto da Silva[2]	3	1	4	**0**	7	1	8	**0**
Ronaldo Curado Fleury[3]	5	2	7	**0**	1	2	3	**0**
Antonio Luiz Teixeira Mendes	1	2	3	**0**	0	3	3	**0**
Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano	1	2	3	**0**	0	0	0	**0**
Eliane Araque dos Santos	3	0	3	**0**	0	1	1	**0**
Sandra Lia Simón	1	2	2	**1**	0	3	2	**1**
Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre	1	2	1	**2**	0	1	1	**0**
Maurício Correia de Mello	6	0	2	**4**	0	3	3	**0**
TOTAIS	24	14	28	**10**	9	16	24	**1**

1 - Férias de 30/07/2015 a 02/08/2015.
2 - Renunciou mandato em 12/08/2015.
3 - Nomeado Procurador-Geral do Trabalho, a partir de 22/08/2015 (Portaria PGR nº 59, de 17/08/2015).

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	1
Distribuição e redistribuição de processos no mês	3
Total de processos decididos/deliberados	20
Outras decisões/deliberações	2
Resoluções	0

Brasília-DF, 1º de setembro de 2015.
CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Secretária

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

MAPA DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTO DE PROCESSOS

I - PRODUTIVIDADE — AGOSTO/2015

SUBPROCURADOR-GERAL	SALDO ANTERIOR	DISTRIB NO MÊS	TOTAL	RESTIT A CDJ	SALDO ATUAL NO GABINETE			
					P/ EMISSÃO DE PARECER			
					EXERCÍCIO ANTERIOR	MESES ANTER	DISTRIB MÊS	TOTAL
LUIZ DA SILVA FLORES	00	198	198	160	00	00	38	38
JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO	01	184	185	171	00	00	14	14
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO Conselheiro do CNMP até 19/08 / Férias	00	52	52	00	00	00	52	52
HELOÍSA MARIA MORAES REGO PIRES Ouvidora do MPT	00	00	00	00	00	00	00	00
OTAVIO BRITO LOPES Conselheiro CNMP - Nomeação DOU 2 de 11/08	00	108	108	108	00	00	00	00
RONALDO TOLENTINO DA SILVA Com. Aux. de Correição - Ports. 51 e 54, 53 e 56 DOU 2 de 19 e 28/08 respectivamente	00	198	198	198	00	00	00	00
MARIA GUIOMAR SANCHES DE MENDONÇA Mesa receptora de votos Edital / MPT CEA PG 03 - BS Especial 8-A (	00	198	198	181	00	00	17	17
JOSÉ CARLOS FERREIRA DO MONTE Corregedor-Geral em exercício	00	00	00	00	00	00	00	00
LUCINEA ALVES OCAMPOS	03	198	201	184	00	00	17	17
DAN CARAÍ DA COSTA E PAES	00	198	198	181	00	00	17	17
IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS Conselheira do CSMPT / Férias	06	99	105	104	00	00	01	01
JOSE NETO DA SILVA Conselheiro do CSMP até 12/08 / Lic. Médica	00	93	93	76	00	00	17	17

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ROGERIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO	51	198	249	235	00	07	07	14
LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO Procurador-Geral até 21/08 / Férias	00	00	00	00	00	00	00	00
GUSTAVO ERNANI CAVALCANTI DANTAS	00	195	195	191	00	00	04	04
EVANY DE OLIVEIRA SELVA Mesa receptora de votos Edital / MPT CEA PG 03 E 02 BS Especial 8-A e 8-B respectivamente	03	162	165	148	00	00	17	17
RONALDO CURADO FLEURY Procurador-Geral a partir de 22/08 - Port. PGR 59 DOU 2 de 20/08 / Conselheiro do CSMPT	01	81	82	00	00	01	81	82
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES Conselheiro do CSMPT	00	104	104	96	00	00	08	08
CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO Vice Procuradora-Geral - Port. 655 DOU 2 26/08 / Conselheiro do CSMPT	03	76	79	39	00	00	40	40
PAULO BORGES DA FONSECA SEGER Mesa receptora de votos Edital / MPT CEA PG 03 - BS Especial 8-A (	00	198	198	186	00	00	12	12
OKSANA MARIA DZIURA BOLDO	00	200	200	193	00	00	07	07
ALUISIO ALDO DA SILVA JUNIOR	02	199	201	138	00	02	61	63
SANDRA LIA SIMÓN Conselheiro do CSMPT	00	100	100	90	00	00	10	10
ANDREA ISA RIPOLI	31	199	230	211	00	00	19	19
ENEAS BAZZO TORRES Mesa receptora de votos Edital / MPT CEA PG 02 - BS Especial 8-B / Lic. Médica	12	198	210	198	00	01	11	12
CRISTINA SOARES DE O.E A.NOBRE Conselheira do CSMPT	01	100	101	98	00	00	03	03
MAURÍCIO CORREIA DE MELLO Conselheiro do CSMPT	09	100	109	98	00	00	11	11
ANDRE LUIS SPIES Lic. Falecimento	00	115	115	97	00	00	18	18
TOTAIS	**123**	**3751**	**3874**	**3381**	**00**	**11**	**482**	**493**

Última distribuição em 31/08 com 19 processos

II - ATUAÇÃO EFETIVA NAS SESSÕES DE JULGAMENTO

SUBPROCURADOR-GERAL	ÓRGÃO ESPECIAL	TRIBUNAL PLENO	SEDI I	SEDI II	SEDC	TURMA	CSJT	AUDIÊNCIAS DE DC / REUNIÕES DE ES
LUIZ DA SILVA FLORES						02		
JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO				01				
RONALDO TOLENTINO DA SILVA						01		
MARIA GUIOMAR SANCHES DE MENDONÇA		01						
LUCINEA ALVES OCAMPOS						01		
DAN CARAÍ DA COSTA E PAES						02		
IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS		01				02		
VERA REGINA DELLA POZZA REIS						01		
JOSE NETO DA SILVA						02		
ROGERIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO					01			
LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	02							
GUSTAVO ERNANI CAVALCANTI DANTAS						02		
EVANY DE OLIVEIRA SELVA						02		
RONALDO CURADO FLEURY		01						
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES						02		
CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO						01	01	
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS						01		
PAULO BORGES DA FONSECA SEGER				02				
OKSANA MARIA DZIURA BOLDO						04		
ALUISIO ALDO DA SILVA JUNIOR						01		
JÚNIA SOARES NADER						02		
ANDREA ISA RIPOLI		02						
ENEAS BAZZO TORRES						02		
MANOEL JORGE E SILVA NETO						01		
CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE						02		
RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA	01							
MAURÍCIO CORREIA DE MELLO			02					
ANDRE LUIS SPIES						01		
EDELAMARE BARBOSA DE MELO						01		
TOTAIS	**03**	**03**	**04**	**03**	**01**	**34**	**01**	

III - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RECEBIDOS NO MÊS	RESTITUÍDOS NO MÊS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDOS E RESTITUÍDOS
3.751	3.376	375

IV - PROCESSOS NA PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO EM 31/08/2015

COM A COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA		COM OS SUBPROCURADORES-GERAIS	TOTAL
PARA DISTRIBUIÇÃO	PARA RESTITUIÇÃO AO TST	PARA EMISSÃO DE PARECER	
01	05	493	499

Brasília, 3 de setembro de 2015.
RONALDO CURADO FLEURY
Procurador-Geral

COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS

ESTATÍSTICA
AGOSTO DE 2015

MEMBROS INTEGRANTES DA COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS/PGT	SALDO ANTERIOR (julho/2015)	DISTRIB. NO MÊS	PRODUTIVIDADE DOS GABINETES DA CRJ			EM PODER em 31/08/2015	Pedidos de acompanhamento judiciais distribuídos em julho/total acumulado	Audiências/ reuniões/outras atividades institucionais/petições extras	Memoriais apresentados ao TST
			CIÊNCIA/ NOTA TECNICA	AÇÃO	DEFESA				
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS/Subprocuradora-Geral do Trabalho	02	79	15/44	05	13	04	86/1393	06[1]	09
MARIA APARECIDA GUGEL/Subprocuradora-Geral do Trabalho/ **COORDENADORA DA CRJ**	05	83	33/04	05	18	28	87/1381	00	00
RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA/Subprocurador-Geral do Trabalho	00	90	00/46	06	16	22	87/1387	02[2]	05
TOTAIS	**07**	**252**	**48/94**	**16**	**47**	**54**	**260/4161**	**08**	**14**

[1] CAUINOM 10952-91.2015.5.00.0000 e CAUINOM 12051-96.2015.5.00.0000: contestação
AIRR 2898-63.2010.5.09.0000: Impugnação ao Agravo Regimental
E-ED-RR 178000-36.2003.5.01.0043: Contrarrazões ao Agravo Regimental e Impugnação aos Embargos à SDI
CORPAR 14902-11.2015.5.00.0000: Reclamação Correcional
[2] CORPAR 13601-29.2015.5.00.0000: Agravo Regimental
RR 363500-26.2008.5.12.0056: Recurso Extraordinário

PROCESSOS COM OS MEMBROS DA COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS PARA APRECIAÇÃO	COM A SECRETARIA DA CRJ	SALDO EXISTENTE EM 31/08/2015
	AG. CONCLUSÃO AO MEMBRO DA CRJ EM 31/08/2015	
54	**00**	**54**

Brasília, 8 de setembro de 2015
MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA - PREVISTA PARA 22/09/2015, ÀS 15H

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.996/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adriano Trevizano Brandão; Cia de Rodeio Rancho Alegre e Maria das Dores Souza Vilas Boas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jequeri - MG
Representação legal: André Luz Pinheiro (93901/MG-OAB), representando Maria das Dores Souza Vilas Boa

009.599/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Krg Construção Civil Ltda e Manoel Carvalho da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará - PA
Representação legal: não há

013.722/2015-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Ricardo Augusto da Costa Campos e Samyr Carvalho Moyses
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais; Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

013.941/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Raimundo Damasceno do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curuçá - PA
Representação legal: não há

014.840/2015-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Lindinalva dos Santos Calian
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

018.539/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Luis Potyguara Pereira Ferreira Lima; Juan Carlos de Oliveira Feijó; Lauro Jorge Barbosa Lima; Leonardo Fernandes de Mello Amorim Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

018.540/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Lopes Cavalcante; Leonardo Misael de Oliveira; Lineker de Souza Alves; Lucas Aguiar Amaral Klier Teixeira; Lucas Figueiredo Gomes e Lucas Huguenin Gurgel de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

018.543/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Cavalcanti Lira de Carvalho; Tiago Contino da Silva; Victor Hugo da Silva Costa; Victor Salgado Gall; Vinicius Fuchs; Vinicius Rocha Paiva; Vinicius Souza Castanheira; Wagner Rodrigues dos Santos; Wanderley Abilio do Nascimento Júnior e Yuri Macedo Quintanilha
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

018.843/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Carlos Pereira Garcia Junior; Luiz Felipe Machado; Luiz Felippe Jordão Alves; Luiz Vinicius de Matos Vieira; Luís Felippe Zacharias Gomes; Mailson da Cunha Barbosa; Marcos Antonio Rouge Alves Filho; Marcos Ferreira Soares Junior; Marlon Sampaio Borges; Matheus Nascimento dos Santos; Matheus Silva Leite; Maxwell de Souza Arruda; Michel Victor Cardoso Sá; Mizael dos Santos Falheiro; Moacyr Weyner Garcia Ramos; Natanael Queiroz das Neves; Natanael de Aguiar Paixão; Octavio de Sousa Narciso; Olavo Eduardo Barros de Medeiros Filho e Paulo Eduardo de Oliveira Tongu
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

019.063/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cristiana Antônia Ferreira dos Santos; Nilza de Souza Fernandes da Silva e Tatiana Tudrei de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

020.133/2014-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Fernando Jose Padua Costa Fonseca; Mário Povia e Pedro Brito do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

020.783/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio das Graças da Rocha Fonseca e Sérgio Ricardo Lima Pereira Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Controladoria-geral da União
Representação legal: não há

020.908/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Valmir Campelo Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

021.262/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro da Conceição Martins; Livian Rocha de Paula Silva; Luana Costa Santos; Luciana Damiana de Souza; Marcelo Martins da Costa; Marina Barbosa Martins; Maíra Gonçalves Cruz; Nathália Rose Rocha Nery; Patrícia Marques de Moraes e Rafael Salles Tinoco
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

021.265/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Alves Machado; Jonatas Bezerra da Silva; Jonathan Antunes de Souza; Jonathan Barros de Brito; Jorge Carlos de Azevedo Lima Junior; Júlio César Vieira Santana; Kelvin Costa Mór; Leandro Rizzeto Silva de Lima; Lucas Abner Rodrigues Pereira e Lucas Antônio Calmon
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

022.151/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Tito Walker de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

022.597/2015-8
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Sergio Silva; Cecilio Francisco das Neves Pinto; Celso Gomes Barreto; Cesar Esperança Mattoso; Claudio Antonio da Silva; Claudio Paulino dos Santos; Claudio Pedro Antunes Leone; Claudio Roberto Gonzalez; Claudionor Cabral e Silva e Cleto de Araujo Sarmento
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

022.604/2015-4
Natureza: Reforma
Interessados: Luiz Antônio Ribeiro Leal; Luiz Carlos de Oliveira; Luiz Sant'anna Nunes; Luziano Alves da Silva; Manoel Atanasio da Silva; Manoel Benedito Cardoso da Silva; Manoel de Oliveira Ismerim; Marcelo Ferreira do Amaral; Marcos Antonio Martinez Chaparro e Marcos Marcilio Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

022.607/2015-3
Natureza: Reforma
Interessados: Roberto Ferreira Marques; Roberto Melquiades de Andrade; Robson da Silva Moura; Ronaldo José Ribeiro; Ronaldo de Freitas; Sergio Ademar Bassani; Simão Viana Inocêncio; Valdesio Marinho Falcão; Valdir Cazari e Valdy de Sousa e Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

022.626/2015-8
Natureza: Reforma
Interessados: Abilio Eustáquio de Andrade Neto; Adalberto Fernandes da Silva Filho; Adalto Mendes da Rocha; Ademir Freitas da Silva; Adilson Góes Pinto; Admilson Vieira; Aladio Vidigal Júnior; Alberto George Ribeiro Lins; Aldelino Alexandre do Nascimento e Alfredo Alves da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.627/2015-4
Natureza: Reforma
Interessados: Alfredo Osvaldo Wolf Schumann; Almerindo Miguel de Almeida; Altineu Lauro Loureiro Azevedo; Aluizio Carlos da Rocha; Álvaro José Corrêa da Silva; Américo Alves Faria; André Luiz Bezerra Vieira; Antonio Carlos de Oliveira Gomes; Antonio Cavalcante e Antônio Carlos do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.632/2015-8
Natureza: Reforma
Interessados: Elisabeth Freitas de Jesus; Elizário Pinto de Camargo; Erivaldo Queiroz de Paula Filho; Ewerton Pereira Nunes; Fernando Rodrigues da Costa Rêgo; Flávio Edécio da Silva; Francisco Antônio Batista; Francisco das Chagas Macedo; Francisco das Chagas Sena e Francisco de Assis Agostinho da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.638/2015-6
Natureza: Reforma
Interessados: Jomerilson dos Santos Cordeiro; Jonas Porfirio da Rocha; Jorcinei da Costa Magalhães; Jorge Antonio Vieira de Souza; Jorge Luiz Alves dos Santos; Jorge Luiz Batista de Oliveira; Jorge Luiz Dias Reis; Jorge Mercês dos Santos e Jorge Rosário; Jorge da Costa Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.639/2015-2
Natureza: Reforma
Interessados: Jorgelei da Silva; José Airton Sudario de Moraes; José Benedito de Souza; José Bento de Sousa; José Bonfim Leandro dos Santos; José Campêlo Rêgo; José Carlos Pantoja Paraguassu; José Eloy do Amaral Veiga; José Expedito da Silva e José de Arimatea Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.642/2015-3
Natureza: Reforma
Interessados: José Wandegleson Lima de Menezes; Juracir Francisco da Silva; Jurandir Rosal da Silva; Leonardo Silveira Carvalho de Souza; Lincoln Guedes Rangel; Litz Ferreira Gomes; Luciano Inacio Xavier; Luciano Santos Lima; Luciene de Souza Gonçalves e Léssio Flavio de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.643/2015-0
Natureza: Reforma
Interessados: Lucilde Linhares Lucas; Ludivaldo Lázaro Rodrigues de Souza Santos; Luís Carlos Monroe Ribeiro; Luís Carlos da Silva Vicente; Luiz Alberto Lelis de Souza; Luiz Augusto de Mello; Luiz Carlos Correa; Luiz Carlos Gomes; Luiz Carlos Lima Braz da Silva e Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.648/2015-1
Natureza: Reforma
Interessados: Nelson Pereira Mendonça Junior; Nilson Cardoso de Araujo; Nilton Loyola Braga; Nivaldo Nascimento Pacheco; Orpet José Marques Peixoto; Oscar Luis Machado Cardoso; Osmar da Conceição Bon; Oswaldo Elias Chamon; Ozimar Fernandes da Costa e Paulo Andolfatto de Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.651/2015-2
Natureza: Reforma
Interessados: Sebastião Silva; Sérgio Machado; Severino Ramos de Lima; Sidnei Machado Bizerra; Sidney Tavares de Pinho; Valdir Sales de Aragão; Valter Pinto; Wagner Teixeira Rodrigues; Waldir José Pereira e Walter Gonçalves de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.690/2015-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Cristina Moraes da Silva; Ana Iris Cid Vianna; Ana Magaly Cid Viana; Ana Margareth Cid Viana Quadros; Ana Micheline Cid Viana; Daniele de Sena Teles; Georgiana Pampolha da Silva; Jane Alves dos Santos Martins; Janete Alves dos Santos; Jayne Paixão do Nascimento; Marcelina Aparecida França dos Santos; Maria Aldenora Pampolha da Silva; Mônica de Almeida Ornellas e Alves; Simone Assumpção Gadelha Pires; Sulamita Paixão do Nascimento; Taís da Costa Spinelli; Tânia Ferreira da Costa; Terezinha da Costa Nideck e Viviane Eppelheiner de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

022.733/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amélia Almeida Pereira da Silva; Betisa da Silva Trindade; Carmélia Basílio de Souza; Idália Nunes Pereira; Joana Barleta Basílio; Lenice Costa Bonfim; Maria Bernadete Freitas Alves; Maria Helena Lemos de Souza; Maria das Dores Gomes Santos e Terezinha Vieira Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

023.330/2015-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Roberta Rangel Pires

023.339/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ayna Noronha de Gois; Caio Cesar Souza dos Santos; Davi Moreira Narcizo; Denes Derquiel Manoel da Silva; Douglas Moreira Ferreira; Gabriel Pereira da Costa; Gustavo Augusto Claro; Jonatas Weima Cunha Angelim; José Amauri dos Santos Neto e Ágatta Cristina Cunha Sobral
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

023.340/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josué Avelino da Silva Júnior; Leonardo Rochadel Nunes da Cruz; Luan Ferreira Gomes de Almeida; Lucas Corrêa dos Santos; Lucas Farias Santos; Lucas Oliveira Nogueira; Luciano de Paula; Marcio Filho Coêlho de Sousa Oliveira; Michael Marcena da Silva e Nicolas Nunes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

023.341/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Guilherme Basílio da Silva; Paulo Henrique Paris Lima; Rafael Andrade de Souza; Raphael da Costa Morais; Rayne Moraes Rebouças; Rony Rodrigues Gomes; Samuel Rodrigues Barros; Thaynna Gomes da Silva; Vanderley Garcia Veras Rangel e Welerson Santana Pagliasse
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

023.344/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Érica Sayuri Ide; Guilherme Toledo Magane; Henrique César Gonçalves Rocha; Jonatan Sporn; Luciano Pereira da Silva; Lucileide de Oliveira Lourenço; Marcos Masaharu Yamamoto; Marianne Cristina Rossetto; Marilia Satico Kobayashi e Miriam de Berenguer Nagy
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
Representação legal: não há

023.345/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patrick Joubert; Paulo Rogerio Stramaro; Raquel Correia da Silva; Ricardo Hideo Mori; Ricardo de Santana Silva; Robson Ferreira Silva; Rosana Gonzalez Dannibale; Sarah de Almeida; Scheilla Caroline Freire Almeida e Silvia Cristina Urtado da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
Representação legal: não há

023.407/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelson Soares da Silva; Adriano Dória Possollo Carrijo; Airton Fernandes Gurgel Junior; Alex de Oliveira Esteves dos Santos; Alexandra Gevehr Ribeiro; Alexandre Andres Ribeiro; Alexandre Barros de Vasconcellos; Allison Durigan Ganzert; Almir Assad Filho e Amanda Pedreira Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.409/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bennyson Emanuell de Sousa; Bianca de Lima de Oliveira; Breno Aragão de Oliveira; Bruno Braga Britto de Oliveira; Bruno Coelho Jardim; Bruno Hermont Jahara; Bruno Nogueira Diógenes Saldanha; Bruno Raphael de Castro Martins; Caio Carneiro Silva Rocha; Caio Cezar Pereira Demilio
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.410/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Augusto Nogueira Júnior; Carlos Damiani Paiva; Carolina Botelho da Cunha; Carolina Corrêa do Espirito Santo; Caroline Émilie Cerqueira da Silva Caetano; Cary Wainer de Carvalho; Charles Souza Silva; Christiane Leão Silva; Claudio Alberto Mule Monteiro e Cláudia Bohrer Flores
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.411/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Neto e Souza; Daniel Wilson da Silva Fideles; Daniela Costa Pinto; Danielle Herminelli Brevilieri; Danielle do Carmo Pinto; Darlan de Souza Terra; David Barbosa Lacerda; David Fonseca de Sá; Dário Saraiva de Melo Pinheiro e Débora Mattos Malavazi
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.412/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego José Stringhini; Diego Oliveira da Silva; Diego Santana Marques Bahiano; Diogo Carvalho de Souza; Diogo Luiz Teixeira Santiago; Duann Karlo Ruy Fredel Iten; Edson Aloísio Gonçalves Silvério; Edson Gonçalves da Silva Junior; Eduardo Thimoteo Azevedo Jorge e Elizeu da Silva Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.413/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elza Thaynah Marques Afonso Ferreira Teixeira; Emmanuel Teixeira Ferreira; Everton Moreira Machado; Fagner Moreira dos Santos; Felipe Barbosa Rodrigues; Felipe Dias Nogueira; Fernanda Catarina Ribeiro; Fernanda Cordeiro Franco do Outeiro; Fábio Fernandes Alves e Érica Malerba Lemes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.414/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Deminicis de Albuquerque; Fernanda Eduarda de Azevedo Paula Conceição; Fernanda Maria de Sá Oliveira Reis; Filipe Luppi Moreira; Filipe Rosário do Amaral; Flávio Henrique Real; Francisco Antunes Silva Alencar Marinho; Francisco de Assis Soares do Nascimento; Gabriel de Carvalho Abi Abib e Gabriela Mattos Nielsen
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.415/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilber Lunz Debona; Guilherme Cajueiro; Guilherme Polak Tabor; Haylla Seilhe Komatsu; Heder Sassone Oliveira; Hugo Marinho de Brito; Igor Coimbra Teixeira; Igor Hoffmann Coelho; Janize Monteiro de Castilho e Jéssica de Souza Panisset
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.417/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kaio Santos de Lima; Kássio Rodrigues de Macêdo; Laio Vítor Peixoto Coutinho; Larissa Oliveira de Queiroz; Laryssa Pinto de Aragão; Laura Tathianne Ramos Araújo; Layla Barbosa Jorge; Leandro Cacciari Cardozo Porto; Leandro Hugo Rangel Silva e Leandro Lima Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.418/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Letícia Coube Michelin; Letícia Guimarães Sobroza; Letícia Oliveira Dias; Letízia Aurílio Matos; Liana Dias Martins da Rocha; Liene Duarte Silva; Lilian Satie Ykeizumi; Lorena Nogueira Secco; Lucas Eduardo Zandonai e Lucas Santiago Santos do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.421/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Magalhães Viana; Marisa Affonso de Araújo; Marisa Viana Costa; Marlon Antunes do Amparo; Marília Gomes Guimarães Ferraz; Mateus Silva do Amaral; Matheus José Rodrigues de Moraes; Michel da Silva Corrêa; Mozart Castro Melo e Murillo de Brito Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.422/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Murilo Oliveira Hosken Júnior; Natália Caixeta Barroso; Natália Santos Lopes; Natália de Araújo Lima; Niniver Farias Tarden Scrivano; Patricia Fonseca Dolabella; Patricia Wisniewski; Paula Canat Frazão da Costa; Paulo Pessoa de Carvalho Filho e Pedro Francisco Soares Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.423/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Henrique Duran de Carvalho; Pedro Henrique Torres Américo; Peterson Wilges; Phelippe da Silva Costa; Pietro Aguiar Martins; Pietro Serpa Konzgen; Priscila Ferreira de Aquino Vieira; Priscila Marti do Couto de Almeida; Rafael Arruda Barroso e Rafael de Souza Muguet
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.425/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renan Rodrigues de Freitas; Renata Perrota Pioli Anjo; Renato José Lacerda Bentine; Renato da Silva Machado; Ricardo Garcia Arantes Braga; Roberta Marques de Azevedo Maia Mesquita; Roberta do Amaral Miranda Silva; Roberto Canuto Paiva; Rodrigo Barros da Silva e Rodrigo Floriano de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.428/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thailine Ytainá Soares Feitosa; Thaís Melo de Paula; Thiago Maciel Vilela; Thiago Rebello da Veiga; Thácia Vieira Medeiros; Tiago Moreira Barbalho; Tiago Ogioni Costalonga; Ubirajara Santos Gomes; Vanessa Argolo Cesário dos Santos e Victor Hugo Perrotta Abrantes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

023.429/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Monteiro Lopes; Vinícius Ferreira Bossa; Virgínia Cozendey Pereira Silva; Vítor Rodrigues Matoso; Wander José Rodrigues; Watson David de Oliveira Carvalho; Ygor Borges Tourinho Reis e Yuri Moises de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

028.406/2011-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Responsáveis: Antônio Cordeiro de Sousa; Arionaldo Bomfim Rosendo; Erasmo Ferreira da Silva; Inez Girlande Ildefonso Teixeira; Sonia Maria Vieira de Sousa e Teresa Cristina de Andrade Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

028.461/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cd Construtora Ltda e Octávio Antônio Dias Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Castelândia - GO
Representação legal: não há

033.574/2011-1
Natureza: Representação
Interessado: Prefeitura Municipal de São João de Pirabas - PA
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.531/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil
Recorrentes: Cleberson Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.999/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Lucivaldo Vaz Henrique
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Zabelê/PB
Representação Legal: não há

015.574/2006-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2005
Responsáveis: José Gomes Temporão e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

020.202/2007-0
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Interessados: Ronaldo Rui Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação Legal: não há

020.224/2013-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Arlete Carneiro Leitão e Terezinha dos Santos Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

021.238/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adolfo Domingues Braga e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

021.239/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Lima Campelo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

021.244/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Henrique Monteiro Furtado e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

021.250/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Revoredo Frazão e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

021.257/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ricardo Drum Rodrigues e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

021.367/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Schrader e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.373/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Gonçalves da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.380/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alecsandro Ribeiro Pinto e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.384/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Santos Amâncio e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.389/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Peixoto Pinheiro Silva e outros
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.395/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allane Cristina dos Santos Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.399/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Vanessa Guiomar de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.403/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Matos Guedes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.407/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Henrique Chaves Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.414/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luiz Fernandes de Macedo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.420/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andresa Regis Marques e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.424/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Carlos Travaioli Júnior e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.430/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Kintaroo Morita e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.432/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Comerlato Sperb e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.436/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Ferreira Madeira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.441/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Bertani Conde e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.448/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Nunes de Moraes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.453/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Filipe Gonzaga Ferreira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.458/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Gomes Filho e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.460/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Carvalho Dias e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.467/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiano Luiz Nicheli Matias e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.474/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarkson Lino Ramos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.477/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cláudio Leandro da Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.481/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleyton Martins Ribeiro e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.486/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Damião Bezerra de Araújo Júnior e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.492/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Hirano Andrela e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.496/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Daniela Aparecida de Barros e outras
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.500/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Maciel Pires e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.506/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deivid Oliveira Lima Carneiro e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.515/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Lima Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.516/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Nunes Pinto e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

021.554/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karina Brasil dos Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

021.556/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ludmilla Ferreira Gomes de Souza Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

021.562/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Antonio Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Representação legal: não há

021.568/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Queiroz Ribeiro e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

021.870/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lourdes Mafalda Toschi
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

021.993/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dora Luisa Cantanhede da Costa Santos e outras
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

023.372/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Henrique Staciarini; Rodrigo de Oliveira Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Representação legal: não há

023.404/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Ângela Armond de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

023.489/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ahmed Mohamed Wegdan Elmasry e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação Legal: não há

023.494/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Araújo Fernandes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

023.495/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Luciana Freitas de Albuquerque e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

023.497/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tânio Batista de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação Legal: não há

026.659/2014-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Laerte Dorneles Meliga e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

027.708/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ana Adélia Nery Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Frei Martinho/PB
Representação legal: não há

028.231/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Otavio Luiz Tramontin
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.185/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Antonio Nunes Cerqueira; Organização Solidária de Apoio Comunitário (OSAC)
Órgão/Entidade/Unidade: Organização Solidária de Apoio Comunitário (OSAC)
Representação legal: não há

002.688/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco Flamarion Portela; Estado de Roraima; Jander Gener Cesar Guerreiro; Jorci Mendes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Representação legal: Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749), peça 22, e Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), peça 26

007.417/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Marcello da Silva Britto
Órgão/Entidade/Unidade: município de Ribeira do Amparo/BA
Representação legal: não há

013.136/2012-7
Natureza: Reforma
Interessado: Reginaldo Correia da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

014.905/2015-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Psicologia 1ª Região (DF)
Representação legal: não há

015.258/2010-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dalita Batista de Moura; Moiseis Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA
Representação legal: não há

016.634/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Luiza Silva do Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Osório
Representação legal: não há

021.652/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jomara de Carvalho Ribeiro; José Henrique Videira Menezes; Juliana Gondim Guimarães Macieira; Juliana Pinheiro da Silva; Juliana Ribeiro Larenas; Klenize Chagas Fávero; Laize da Silva Modesto Reis; Livia Maria Duarte Zanetti; Lorena Sampaio Barros; Ludmila de Azevedo Rezende Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Representação legal: não há

021.801/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgiza Ferreira Cupertino; Antonio Teixeira; Edna Barbosa de Almeida; Erilda de Siqueira Miranda; Firmina Macario Folly; Galdina dos Santos Silva; Louisette Gomes de Siqueira; Maria Pinheiro da Costa; Valdina Candido Afonso; Wanderley de Oliveira Marçal
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.806/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Dutra de Moraes; Anna de Lourdes Oliveira Capellão; Christina Albuquerque dos Anjos; Genize de Assis Vitorio; Ivone Nascimento da Rocha; Laurita de Souza Olimpio; Maria Eugenia Alves de Morais; Marina Lacerda Andrade Correa; Maura Ellena Rangel de Carvalho; Theonila da Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.836/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Martinha Conceição de Oliveira
Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

021.837/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Erecê Ferreira de Souza Santiago; Maria Tereza Ferreira de Souza Santiago
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná
Representação legal: não há

021.851/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arcendina Garcia Lamounier Alvarenga; Helio Eloy; Irene Alves Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.979/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Augusta Marie da Rocha Franca; Cirene Coutinho Rodrigues Murad; Iraci da Silva Oliveira; Maria Aparecida Guimaraes; Maria Jose Pereira Maia; Maria Magnifica Liborio de Souza; Sonia Maria da Silva Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.164/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre Goretkin Neto; Dayse de Castro Pelicier
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.363/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Manoel Wilson das Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí
Representação legal: não há

022.369/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Pureza dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

022.413/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Saulo Manoel Ribeiro de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.436/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Freitas Moreira; Julio Maciel Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
Representação legal: não há

022.456/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Neusa Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

023.543/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina de Azevedo Hodos; Daniel Araujo Batista; Dayene Cristine Peixoto; Eduardo de Avelar Solano Martins; Erika Esther Oliveira Lima; Etienne Lopes Ribeiro de Arruda; Eva Costa Lima Pinheiro; Evlyn Basso Meneghini; Filipe Antunes Barros; Érica Fernanda da Silva Cortes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Representação legal: não há

023.862/2015-7
Natureza: Representação
Representante: Original Comércio de autopeças Ltda. EPP.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP).
Representação legal: não há.

027.938/2012-3
Natureza: Reforma
Interessado: Paulo Cezar Marcon
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

042.399/2012-2
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2011
Responsáveis: Amaro Luiz de Oliveira Gomes; Antonio César Ramos dos Santos; Antônio de Lisboa Amânio Vale; Claudia Marcia Gomes; Cristiano Ordones Portugal; Cristinalice Mendonça Souza de Oliveira; Edson Gonçalves de Sales; Elizabeth Cristina da Costa; Francisco Servulo Freire Nogueira; Jorge Higashino; Luciano Martins Lourenço; Luciano de Moura Carneiro Novaes; Marcio Galvao Fonseca; Marco Antônio Nunes Bastos; Marcos Aurélio de Morais Vasconcelos; Marcos Otávio Bezerra Prates; Mario Silvio Mendes Negromonte; Miguel Salaberry Filho; Oscar Augusto Rache Ferreira; Quênio Cerqueira de França; Rogerio de Santos Caldas; Sergio Odilon dos Anjos; Sidney de Miguel; Sérgio Augusto Alves de Oliveira; Sérgio de Fátima Martins Gomes; Wilson Antonio Salmeron Gutierrez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

009.587/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino; Marcus Vinicius Miranda Pio da Silva; OSM Consultoria e Sistemas Ltda.; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Paulo Sandoval Junior e Valber Gonçalves Faustino
Recorrente: OSM Consultoria e Sistemas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Mauro Porto (12878/DF-OAB), representando OSM Consultoria e Sistemas Ltda.

019.337/2014-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Interessado: Ministério das Cidades
Recorrente: Rosana Zago Valente
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Domingos - GO
Representação legal: Eurilena de Oliveira Franco, representando Rosana Zago Valente

023.670/2009-2
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Construnor Construções do Nordeste Ltda. e Orlando de Oliveira Filho
Recorrente: Orlando de Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Buerarema - BA
Representação legal: Alvaro Luiz Ferreira Santos (9465/BA-OAB)

025.974/2014-9
Natureza: Ebargos de Declaração (Representação)
Responsáveis: Construtora Caiapó Ltda.; JM Terraplanagem e Construções Ltda.; Trier Engenharia Ltda
Recorrente: GAE Construção e Comércio Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT nos estados de Goiás e Distrito Federal
Representação legal: Gustavo Adolpho Dantas Souto (OAB/DF 14.717/DF), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546), Flávia Cristina Ferrari Sabino (OAB/DF 28.490) e Dalmo Rogério Souza de Albuquerque (OAB/DF 10.010/DF-OAB)

037.183/2012-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins
Responsáveis: José Inácio da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

013.161/2012-1
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração)
Embargante: Edson Marcos Gomes Monteiro
Órgãos/Entidades/Unidades: Hospital Federal dos Servidores do Estado; Hospital Federal Cardoso Fontes e Hospital Federal de Bonsucesso
Representação Legal: Adriane Fabrício de Araújo (OAB/RJ 95.145)

013.267/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Orlando Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará/PA
Representação legal: Ângelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa (OAB/PA 9.381) e Anna Paula Andrade Rôlo (OAB/PA 16.022)

017.079/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Airton Ricardo Tomazzoni dos Santos; Clear - Comércio, Serviços e Eventos Ltda.; Cleci Tomazzoni dos Santos; e Wilson Silva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação Legal: não há

017.483/2012-3
Natureza: Monitoramento (Representação)
Responsáveis: Júlio Ferraz Arcoverde, Governo do Estado do Amapá e Prefeitura Municipal de Macapá/Companhia de Trânsito de Macapá
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Trânsito
Representação legal: não há

019.762/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Maria Aparecida de Morais Ribeiro e Mesquita Comércio e Representações Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Virginópolis/MG
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

022.318/2010-0
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Interessados: Maria Antonieta Battanoli Araújo, Modesto Andrade Belmonte, Neli Paz de Souza e Nilza Ana Audibert Rosina
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Uruguaiana/RS
Representante Legal: não há

025.162/2014-4
Natureza: Pedido de Reexame (Admissão)
Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Interessados: Henrique Denbinski Neto, Jonathan Wang de Oliveira Santos, Julio Cezar Oliveira do Vale, Robson Weyder Abreu Santos, Ronaldo Soares Lima, Solange Maria de Farias, Solange Terezinha Nieradka Ramos e Wagner Gonsalves Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
Representação Legal: Marcos Antonio Tavares Martins (OAB/DF 18.508)

046.867/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: L&A Construções Eireli e Marly do Carmo Barreto Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tobias Barreto/SE
Representação Legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

011.680/2012-1
Natureza: Monitoramento
Responsável: Silvani Alves Pereira
Interessada: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego
Órgão/Entidade/Unidade: município de Salvador/BA e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

013.305/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Antônio Raimundo de Araújo
Interessada: Secretaria de Políticas para as Mulheres
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Saubara/BA
Representação legal: não há

015.530/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército - Diretoria de Inativos e Pensionistas
Interessado: Fabiano Augusto Villela Filho
Representação legal: não há

018.962/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Clodemar João Christianetti Ferreira
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: município de Ponte Serrada/SC
Representação legal: Edson Antonio Valgoi (OAB/SC 21.916)

019.773/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Barra do Mendes/BA
Responsável: José Carlos Sodré dos Santos
Interessados: Município de Barra do Mendes/BA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

021.807/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cleber Marcelo de Araujo Cruz; Irene Gomes Nunes; Jorge de Souza; Luzia Gesualdi Marques; Maria Lucia de Araujo e Souza; Martha Maria do Nascimento Moreira e Zuleica Silva Gomes de Lamare Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

025.065/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Renato Costa Silva
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Órgão/Entidade/Unidade: município de Andaraí/BA
Representação legal: não há

Em 17 de setembro de 2015.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA - PREVISTA PARA 22/09/2015, ÀS 16H

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

002.577/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fellipe de Souza Pita; Filipe Pinto Veras; Gabriel Indio Geller Dornelles; Giovana Almeida e Glauber Augusto Lima do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

012.949/2013-2
Natureza: Relatório de Monitoramento
Recorrentes: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Ministério do Meio Ambiente
Interessados: Casa Civil da Presidência da República; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Ministério do Meio Ambiente
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Centro de Pesquisas de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia
Representação legal: Elusa Moreira Barroso (108.711/RJ-OAB) e outros, representando Operador Nacional do Sistema Elétrico - Ons; Gabriel Souza Santos e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A

016.119/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Bernadette Dantas de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rodolfo Fernandes - RN
Representação legal: não há

021.584/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diana Patricia Santos de Souza Braga; Diogo José Cardilli; Edgar de Souza Miranda; Elizabete Henriquita Soares Carvalho; Evandro Leite Rodrigues; Evellyn Couto Oliveira Resenda; Evyson Albuquerque de Melo; Fabricio José Jomar da Silva Nery; Fernando Cesar dos Santos e Filipe Gusmao Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

021.832/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Francisca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

021.868/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelina Leonor dos Santos; Fabiano Alves de Jesus Tourinho e Maria Augusta Gomes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

021.901/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alberto Kengaprec Canela Itomim; Francisca Gomes da Silva; Maria Oliveira da Silva Costa; Rosalina Kukoi Canela Itomim; Rosana Prahkyj Canela Itomim e Susana Juhpje Canela Itomim
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

021.944/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ester Cohen Braga; Ivani Sales Costa; Majudil Cardoso Goes de Freitas; Marli Dias Benevides Santos; Rosilene Sales Costa; Valdeci Sousa Santos e Vanessa Sales Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

022.006/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Francisca Souza Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.054/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Antonia Moreira Coutinho; Maria de Jesus Sousa Nogueira e Nathália Iorana Coutinho Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

022.325/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Karine Bastoa Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes
Representação legal: não há

022.375/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Socorro de Meneses
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

022.380/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula Cardoso Silva; Fernanda Conceiçao dos Santos; Gildete Maria Santos da Silva; Josiane Cardoso Silva; Taielli Conceiçao dos Santos; Taise Conceiçao dos Santos e Zilda Tavares Amaral Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

022.449/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Olivia Valerio Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.481/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Raimunda Inacia Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.483/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alba Paim Acosta; Alvina da Silva; Angela Mascarin Trevisan; Anália Ligia Martins de Souza; Conceição Cruz Barbosa; Iara Fernandes Pereira; Loiva Rodrigues de Carvalho; Santina Vieira Crisel; Theresinha Eloah dos Reis Braga e Valdomira Aguiar Anchieta
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.498/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Jandyra Rebucci Marchetti
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

023.380/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danyelle Verçoza de Matos; David Busato Toledo; Davidson Rafael Correa; Denis Augusto Spricigo; Diego Gomes Rocha; Diego Milano Moreira; Dienifer Cunha dos Santos; Ederson Gomes Camargo; Edson Marques Filho e Eduardo Flores Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.386/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Pimenta Junior; Joel Florczak; Jonathas de Alencar Moreira; Jorge Machado Fernandes Schumacher; Jose Ailton Gonçalves; Jose Coriolano Leite de Lacerda; José Alves Ferreira Junior; Julianny Alice Fernandes Schmitt; Julielen Zardo e Julio Cesar Veloso Terra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.390/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Felipe Montanari de Souza Pires; Luiz Fernando Furtado Hubner; Luiz Henrique Silva Santana; Luiza de Oliveira Pimentel; Lyvia Pereira Melo Mateus; Magda Birck Garcia; Maicon André Pires Marques; Marco Aurélio Scarton Comparin; Maria Cecilia de Souza Felix Gaeti e Maria Dulce de Moraes Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.394/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Paulo Martins de Melo; Priscila Moura Ferreira; Priscila Strapasson; Priscilla Carvalho Farias; Rachel Lima Marcelino Freire; Rafael Ferreira da Silva; Rafael Franco Mota; Rafael Pereira Barriquello; Ranielle Aparecida Reis Fagundes e Raphael Henrique Lima dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

023.397/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sandra Claudia Ribeiro dos Santos; Sergio Luiz Gomes de Carvalho; Sergio Renato Ortiz Menna; Shaline Berto Medeiros; Simone Cuzziol Franzoi Simi; Simone Fajardo Vale; Stefan Ludwig Schirmer Richter; Suzane Cairo Guimaraes; Suzel Souza Freitas e Tacao Reis Toyosumi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.399/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valdenia Lopes da Silva Goncalves; Valduina Viudez Loureiro; Vanessa Kalline de Arruda Santos; Vanessa Kellen Abreu Rodrigues; Victor Stilben; Vinnícius Felipe Rubetti; Virginia Germani; Vitor Brêda Bezerra Rêgo; Vitor Campos de Oliveira e Wagner de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.707/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marlene Batista Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

032.910/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Grupo de Apoio à Prevenção da Aids e Narda Paula Mendes de Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Direitos Humanos
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

008.020/2015-9
Natureza: Solicitação
Interessado: Lucildo Fernandes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Damião - PB
Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (10.204/PB-OAB), representando Prefeitura Municipal de Damião

008.868/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: João Antonio Desiderio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmácia - CE
Representação legal: Jason Pereira de Souza Bezerra, representando Raimundo Jackson Pereira de Souza

012.116/2015-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvina Pereira Santos; Celia de Avila Loes; Fatima Maria Rolim Guimarães; Germano Dell Agnelo; Janio Cezar Martins; Jorcemari Santos Mantovani; Jose Roberto Donadello; José Sebastião Saconato; Lourdes Diane Hasse Marek e Maria Aparecida Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

019.487/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adir de Oliveira Pedreira; Adonay Zanoni Antonio; Alberto Ribeiro da Silva; Aldemir Meireles dos Santos; Alvaro Roberto de Ávila Pires; Alvaro Salio Teixeira Rodrigues; Antonio Carlos Patrocinio dos Santos; Armando Mario Nascimento Pereira; Aurenia Gomes de Souza; Carlos Alberto Farias da Silva; Carlos Alberto Mota; Carlos Alberto da Silva; Edite Pinheiro da Silva; Edna Maria da Silva; Edson Barreto da Silva; Edson Figueiredo Ottero; Esequias do Nascimento; Francisca Maria do Carmo de França; Idualcir da Cruz Santos; Joel Santana; Jorge Antonio de Abreu Silva; Jorge Luiz de Azevedo; Jose Antonio da Silva; Jose Fernando de Souza Mendes; José Fernando Lourenço Fortunato e José do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

019.820/2014-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Maria Fernandes Caldas; Mauricio Muniz Barreto de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
Representação legal: não há

019.826/2014-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Alexandre Kalil Pires; Ana Cristina Sá Teles D'ávila; Ana Lucia Amorim de Brito; Antonio Augusto Ignácio Amaral; Antônio Augusto Polônio Medeiros Craveiro; Ayrton Galiciani Martinello; Carlos Augusto Silva; Catarina Batista da Silva Moreira; Cristina Calvet Guimarães; Cynthia Beltrão de Souza Guerra Curado; Fabiano Pereira Cortes; Marcos Santos Kroll; Marilene Ferrari Lucas Alves Filha; Mauro Henrique Macedo Pessoa; Regina Luna Santos de Souza; Renata Vila Nova de Moura Holanda e Rogério Xavier Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Gestão Pública
Representação legal: não há

020.073/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Chuí
Representação legal: não há

020.236/2014-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: Daniella Almeida Bandeira de Miranda Pereira; Joanna Paula Bronzeado Teotônio Leite Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Representação legal: não há

021.138/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Almeida Okada; Rafael Carlos Marques Lima; Rafael Coelli da Silva; Rafael Ferreira Pereira; Rafael Gomes Silva; Rafael Heinz; Rafael Iatrino Rocha; Rafael da Costa Fonseca; Rafael de Jesus Barros e Rafael de Oliveira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

021.152/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Xavier Grecchio; Thiala Aparecida Colussi; Thomaz Augusto Schutz Ferreira; Tiago Felipe do Amaral; Tiago Onofre da Silva; Tiffany Priscila de Almeida; Tuane Vieira Ramos; Valdeneia Schelesky Roberto; Valeria dos Santos e Vanessa Aparecida Semczeszm
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

021.154/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vitor Gazire de Abreu; Vitor Hugo Nogueira da Silva; Viviane Alves Gomes; Viviane Ferlin Reis; Walber Felyppi Santos Sousa; Wallace Amorim Goncalves Ferreira; Walter Andre Hoffmann; Webster Sousa Silva; Wellington Gomes Dias e Wellington de Melo Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

021.171/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caico Soares Amaral; Caio Cesar Macena Santos Silva; Camila de Souza dos Anjos; Camila dos Santos Gomes; Carla Maia de Sousa; Carlos Alberto Rabelo Cruz; Carlos Eduardo Fernandes Ribeiro; Carolina Honorio Tiago; Cassia Tanaka dos Santos Pinto e Celso Agostinho Vargas Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.174/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Preve Lopes; Daniel Rodrigues da Costa Vieira; Daniel Rodrigues de Llano; Daniela Costa Meireles; Daniela Goncalves Ambrosio; Daniela Nicolucci; Davi Abraao Moretto; Davi Habib Vieira da Silva; Davi Ulicer Farias Souza e Davila Karoline Barbosa de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.180/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Barbosa Elias; Fernanda Ribeiro de Souza; Fernanda Soares Pereira dos Santos; Fernando Augusto Simoes; Fernando Feijo Ribeiro; Fernando Henrique Surmani Zaccas; Fernando Piovesan; Fernando Pretto Mello; Fernando Sanchez Paraguassu e Fernando Vaz Pedroso de Deus
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.184/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helio Gomes Nepomucena Junior; Heloisa Iara Colchete Provenzano; Henrique Pires Mangabeira; Herloyns Pinheiro da Costa; Iara Augusta Marques da Silva; Iara Lopes Lanca; Iara do Rocio Gomes; Igor Diniz Souza da Silva; Igor Henrique Rodrigues Silva e Igor Mariano de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.188/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Carlos Friaes da Silva Damazio; Jose Carneiro Araujo Junior; Jose Eneas Rodrigues de Sa; Jose Mario Barreto Oliveira; Jose Renato da Silva Caetano; Jose Rodrigues Nelo; Joseane Teixeira Gomes; Josiane Maria Zanchettin Nercolini; Joziara Araujo Almeida e Jucara Talita Torres Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.195/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcela Weinert Land; Marcelo Azevedo Tartas; Marcelo Carvalho Faria; Marcelo Ribeiro Costa; Marcio Andre de Queiroz Cavalcanti; Marco Aurelio de Freitas Fernandes; Marco Tulio Lemes Monte; Marcos Antonio Nunes Reis; Marcos Fabio de Miranda Castro e Marcos Gausmann Koerich
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.198/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Max Felipe Exenberger Finkler; Mercio Anibal Haubert; Michele Virgilio Aquino Dias; Miria da Silva Motta Rubbo; Miriam Fontenele Nascimento Souza; Mirian Marcia de Almeida Menezes; Monaisa Targino Barreto; Morgana Pacievitcz; Naira Ingrid Lemos Santana e Najme Simon Ale
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.203/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaela Rauber; Rafaela Teixeira Silva; Raissa Ramos da Costa; Raphael Fernando de Diniz Santos Pinto; Raphael Messagi Moises Pinho de Almeida; Raquel Fary Marchesini; Renata Cristina Coelho Morais; Renata Ferreira dos Santos; Renata Zibarth Perez e Renato dos Reis Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.210/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Martins Colvara; Tiago Rezende Oliveira; Tieta Drummond de Abreu; Ursula Brito Araujo; Valdirene de Freitas; Valter Francisco Gois Filho; Vanderson Portela de Aguiar; Vanessa Borges de Melo; Vanessa Gomes Medeiros e Vicente Orlando Cristelli Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

021.546/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Souza Toledo; Alexandre Ferreira de Menezes; Aline Pinto Barbosa; Ana Carolina de Amorim Gomes; Angélica Lopes Franco; Edvaldo Ramos Nobre Filho; Fábio Martins Rocha; Isabela Fortunato Rêgo Ulhoa; Jairo Martins de Sousa e Jardel Cruz dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

021.732/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dalva Ferreira Cardoso; Geneci de Oliveira Almeida; Holmes Naspolini; Ivo Menezes; Joana Ferreira dos Anjos; Lucia Cardoso Brum; Otilia Ribas Costa Junior; Regina Lucia Novaes Granja; Rosangela Hartt e Teresinha de Jesus Araujo Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

021.775/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Acendina Pessôa Pereira Suzuk; Floriano Rodrigues Pará; Francisca Gurgel Damasceno Ferreira e Maria de Moraes Albuquerque e Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

021.781/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cicero Gerson Pereira Guimarães; Diva Fraga Grillo; Eliza Lugon Ferreira; Iedda Angelo Nogueira; Jorgida Pereira Guimarães; Maria Jose Schettino Damasceno; Rosa Baptista Lobo e Rosa Trindade Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

021.782/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Irany Lopes Fontenla e Maria Wilma Perillo Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

021.783/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dirce Martins Vasques e Maria do Perpétuo Socorro Souza Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

021.786/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Darcy Barbosa Frauchi; Izabel Coutinho Pereira e Nivia Dias Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.789/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Lessa Feitosa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

021.791/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Agenilda Valença de Miranda; Berenice Rosendo Sales; Jonas Oliveira da Silva; Licinio Crasso Fernandes Maranhão; Maria Marilise da Silva; Maria do Socorro da Silva; Norma Cordeiro da Silva e Terezinha de Lima Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.793/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Leda Paiva de Oliveira; Maria do Livramento Lira da Silva e Osiris Pinheiro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

021.794/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aleia Avancini Pinheiro; Erna Wolff Hoff; Geluza Maria Buss Lopes; Giselle Maria Loguercio Leite; Guiomar Guimaraes Blanco; Ivone Schenkel; Jose Martins Neves; Maura Connor Deves e Neide Pontes Peixoto Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

021.795/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elsa Maria de Sousa Sacramento; Maria Jose Pittigliani Vieira e Nerzi dos Santos Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

021.798/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Rosita Santos Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

021.869/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Conceicao de Oliveira da Silva; Marcio de Oliveira da Silva; Marcos Oliveira da Silva e Vanessa Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

021.907/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aristina Pereira de Castro Rios; Cleber Fernando Santos Silva; Irancide Castro Gomes Guimarães; Jessyca Amaro Vianna; Karla Maria Pereira Ramos Almeida; Lucas Jose Souza da Silva; Luiz Paulo Ferraz Coutinho Braga; Maria Aparecida dos Santos Nunes Ferreira; Maria de Fatima Constantino de Souza Silva; Nathalia Souza da Silva; Odete Amaro da Silva; Ricardo Nunes dos Santos; Severino Justino; Teresinha Gomes de Sousa Carvalho e Vani Ferreira Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

021.959/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dayse Pereira Nascimento; Gabriel Torquato da Silva; Maria Alice dos Santos Cruz; Maria Francisca Souza das Chagas; Maria Niuza Garcia Rosa; Rozete Alves de Araujo; Tania Mara Torquato da Silva; Teresa Correa Viana de Freitas; e Terezinha Dora Abreu de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

021.961/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albina de Moraes Monteiro; Rosa Martins Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

021.962/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andressa de Souza Veras; Francisca Izabel de Melo; Maria Lúcia Duarte; Maria da Conceição de Castro Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.967/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Lenilda Maria de Miranda; Severina Ramos de Souza Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.968/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria das Dores Silva Veloso; Maria das Graças Silva Ferreira; Valquiria Tavares de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Piauí
Representação legal: não há

021.972/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Armando Kagueyama; Dirce de Lima Silva; Elaine Cristina Kiraly Carmo; Gabriel Santos Guerra; Lucia Lucilla Cauduro Gonçalves; Maria Apparecida Ciarlo de Campos; Marilia Alves dos Santos Costa; Pilar Cruz Sanches; Ruseni Oliveira dos Santos Guerra; Tereza de Liz Silva Ribeiro; Vera Lúcia Lopes Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.082/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

022.161/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Ferreira de Oliveira; Juarez Cambraia Diniz; Pedro Luiz Caldeira de Abreu; Wagner Camilo de Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.234/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonia Lais Oliveira da Silva; Liciane Ledur
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

022.398/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria Barbosa Belo; Solange Belge Christo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.403/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fatima Lucia Vieira de Araujo; Francisca Augusta Pimentel; Telma Andrade Otero; Terezinha Rosado dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.502/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Geralgusta de Souza Conrado; Jose Gomes de Araujo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

022.752/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ester Gualtieri Bottino; Rene Fabiano de Sousa Andrade; Sidinei Luciano de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

023.484/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Flávia Borges Paulino; Carlos Eduardo da Costa Silva; Djalma Aires Carvalho Júnior; Emanuelle Batista de Oliveira; Flavia Lamounier de Mello; Gabriel de Fassio Paulo; Gaspar Rodrigues da Rocha; Isabel Cristina de Sá Bittencourt Camara e Silva; Izabela Vilas Boas da Silva; Iúri Lima Barão
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

023.485/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julyane Neves; Kellen Margareth Peres Pamplona; Lauro Vinícius Nobre de Abrante; Liliana Ornelas Lacerda; Lorene Lopes Silva; Lucas Henrique Inácio Santos; Luiza Angela de Souza; Mariana Garcia Cunha; Marja Mühlbach; Maurício José Silva de Assunção
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

023.619/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Almachio Bilac Vianna Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

023.621/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Eduardo Zaidel; Clara Alves dos Santos; Eduardo Luiz Pinto; Graça Leia Melhado Tovo; Jose Roberto Agreste; José Antonio de Rosa Santos; Maria Estella dos Santos Faria; Maria Lucia de Souza e Silva; Roberto Ramos São João; Sandra Aparecida Garbim Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

023.624/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Delza Araujo da Silva; Maria Helena Neiva Brito; Maria Jose Nogueira; Maria da Paz Silva de Oliveira; Marilene Thome; Milton Paulo dos Santos; Odete Lino Vituriano de Souza; Raimundo Nonato Oliveira da Silva; Raimundo de Souza Pantoja
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

025.396/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aparecido Batista; Associação Estadual de Pequenos Agricultores de Mato Grosso; Onivaldo Luiz Custódio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Aline Cristina Maehler (8108/MT-OAB) e outros

031.373/2013-5
Natureza: Recurso de Reconsideração - Tomada de Contas Especial
Recorrente: Francisco das Chagas Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pacujá - CE
Representação legal: Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE-OAB)

032.277/2013-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Alvimar Alves Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Verde - MG
Representação legal: Robson Matos Lisboa (OAB/MG 44.432) e Thays Vieira Damasceno (OAB/MG 111.596)

033.717/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Lení Cardozo Costa; Yolanda Holanda da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

007.621/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Barroso e Muniz Serviços Ltda e Raimundo Nonato Bona.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI.
Representação legal: não há.

011.127/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Alves de Oliveira; Joao Gonzaga de Oliveira; Jose Carlos Sopchaki; Jose Ferreira Nery; Maria do Perpetuo Socorro Peixoto Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

012.980/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edmar Rodrigues Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

016.656/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Eliane Ferreira da Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC.
Representação legal: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

018.300/2006-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Elisabeto Matias dos Santos; Jakson Ribeiro de Carvalho; José Pires Neto e Moacir Joaquim de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal.
Representação legal: Leonardo Tavares Chaves (OAB/DF 25.672); Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13802/DF-OAB).

019.313/2014-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013.
Responsáveis: Florival Rodrigues de Carvalho; Helder Queiroz Pinto Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
Representação legal: não há.

019.745/2014-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013.
Responsáveis: Igor Romário de Paula; Jose Alberto de Freitas Iegas; José Washington Luiz Santos; Rosalvo Ferreira Franco; Vitor Antônio Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná.
Representação legal: não há.

020.862/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Artemildes Pacheco Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

020.898/2015-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Maria Izabel Dias Ribeiro; Maria Vanda Lobo da Rocha; Marizete Gouveia Damasceno Scott; Michaela Katanina Margareta Ghiatza; Neide Aparecida de Clemente Cunha; Renato Xavier; Rogerio Baruffaldi; Sinval Romualdo da Silva e Vitoria Alice Cleaver.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores.
Representação legal: não há.

020.914/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arlene Regina do Couto Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

021.363/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Renara Diniz Rodrigues; Keila dos Santos Pereira Brito; Lia Raquel Meneses Franco; Livia Kenia de Carvalho Sousa; Luciana Mousinho Ribeiro de Galiza; Maria Lucineide Holanda de Lima; Martim Firmino do Carmo Junior; Márcia da Silva Alves; Nadia Marcelina de Souza; Nadson Brito Gondim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

021.596/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Naira Gomes Maciel; Renato Luciano; Tatiana Faraldo Cariola; Tiago Carvalho Santos Leal; Veridiana de Magalhães Nannini; Wanessa Kiev Fernandes Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

021.599/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Maria do Couto Jácome; Gabriela Vianna Pereira; Thiago Fernandes Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há

021.603/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Monteiro Lima; Danieli Pinto Cavalcante; Francisco Marcelo de Barros Maciel; Rafaelle Mayanne Silva Salgado Cavalcanti; William Medeiros de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Representação legal: não há

021.611/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Buttler; Adriano Salles; Ana Carolina Araújo Mazzafera; Ana Paula Guerra Ferrari; Carlos Guilherme de Oliveira Mafra; Christine Franco de Carvalho; Cristiane do Nascimento Esquivel; Diogo Barbosa Malta; Felipe Rafael Rodrigues e Silva; Érica Lumi Takiguti
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

021.614/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mônica Antunha de Freitas; Nara Silva Okamoto; Nathalia Bretas Vieira; Natália Cristina Nunes Moreira Pedrosa; Nayara Coutinho Loberto; Patricia Cornacchioni Somaglia Albino; Patricia Inez da Silva Machado; Patrícia de Oliveira Souza; Pedro Elisio Lessa Lima de Holanda; Pedro Henrique Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

021.745/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Wanda Saccon Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS/SP
Representação legal: não há

021.763/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio de Fatima Novais Nobre; Marly de Nazare Brito dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA
Representação legal: não há

021.812/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Cleide Marcia Freire dos Santos; Maria dos Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ
Representação legal: não há

021.899/2015-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Maria Julinda Amorim.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC.
Representação legal: não há.

021.913/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elizabeth Damiani Soares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS/SP
Representação legal: não há

021.937/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria das Graças Borges de Miranda Lopes e Venancia de Sousa Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Teresina/PI
Representação legal: não há

021.949/2015-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Joaquim Estevam Araujo Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Boa Vista/RR
Representação legal: não há

021.950/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Severo da Silva e Maria Zelia de Lima Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB
Representação legal: não há

021.981/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Elvio Alves Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP
Representação legal: não há

021.982/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elvira Aparecida de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP
Representação legal: não há

021.986/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Yolanda de Paula Teixeira Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte
Representação legal: não há

022.063/2015-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elizabeth Guadalupe Huanca Ustariz Carvalho; Shirley Alves Michelan Rodella e Ísis Michelan Rodella
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

022.068/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Luiza Fonseca da Silva Mello e Celeide Fonseca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

022.156/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lucia Souza Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

022.169/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Lucia Papera
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Centro/RJ
Representação legal: não há

022.272/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Christinne Souza Abido Figueiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

023.511/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Nunes de Melo; Tatiana Satomi Kassaoka; Thiago Augusto Ludgério Borba e Willian Ferreira Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

023.515/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aletheia June D'Almeida Vilamiu Mc Mannis
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há

023.537/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Correia Viveiros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL
Representação legal: não há

026.038/2014-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: José da Costa Carvalho Neto; Luis Hiroshi Sakamoto; Luiz Armando Crestana; Marcelino da Cunha Machado Neto; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Maria Pedrinha de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Energética do Piauí
Representação legal: não há

026.135/2014-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Clycie Damo Bertoli; Eduardo Cardoso; Eládio Torret Rocha; José Volpato de Souza; Luciane Soldateli Hoffmann; Luiz Cézar Medeiros; Nelson Juliano Schaefer Martins; Samir Claudino Beber; Sérgio Manoel Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

026.139/2014-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Aureliano Diniz Moreira; Bento André de Oliveira; Carlos Renato do Amaral Portilho; Dalton José de Oliveira; Edvaldo Luis Risso; Francisco Paulo Almeida da Rocha; Joaquim Antônio de Carvalho Brito; José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior; José da Costa Carvalho Neto; Krisjanis Figuerôa Bakuzis; Luis Carlos Guedes Pinto; Luis Hiroshi Sakamoto; Luiz Armando Crestana; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Marcos Vinícius de Almeida Nogueira; Maria Pedrinha de Barros; Radyr Gomes de Oliveira; Ronaldo Ferreira Braga; Tarcísio Estefano Rosa; Tulio Neiva Rizzo e Wagner Montoro Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Representação legal: não há

027.860/2014-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Elisabeth Carvalho Nascimento; Ivan Vasconcelos Brito Júnior e Sebastião Costa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Representação legal: não há

028.995/2014-7
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Adair José Longuini; Adauto da Silva Góis; Altamiro Dantas Cruz; Carlos Venicius Ferreira Ribeiro; José Augusto Cunha Fontes; Júnior Alberto Ribeiro; Pedro Ranzi; Roberto Barros dos Santos e Samoel Martins Evangelista
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Acre
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

030.363/2010-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Catia Cristiana de Queiroz Morais; Geraldo Simoes Dantas; Joao Batista de Souza Castro; Joao Maria Santos Barros; Jorge Luis de Souza; Juvanilson Pereira da Costa; Lenilson Alves de Oliveira; Lucineide Santos de Souza; Sandra Maria de Sousa Araujo e Wilson Cesar Pinto Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte - DR/RN
Representação legal: não há

041.808/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Atila Junio de Sousa Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.895/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Maria Netto Machado; Ivone Rodrigues de Machado e Ivone Rodrigues de Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD)
Representação legal: não há

007.447/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Anaracy Pinho Rodrigues e Fundação Almir Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tejuçuoca/CE
Representação legal: não há

007.847/2004-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2003
Responsáveis: Antonio Pereira Neto; Artur Nobre Mendes; Bruno Borges Pedroso; Claudio José dos Santos; Dinarte Nobre de Madeiro; Douglas Geovani Leão Gurtler; Eduardo Aguiar de Almeida; Glênio da Costa Alvarez; Jean Pierre Ernest Kung; Joacy Vieira da Silva; João Vicente Clementino; João da Fonseca Melo; Ligia Aparecida de Arruda Camargo Lacerda; Lisiane Montagner Melatti; Luiz Armando Marinho Santos; Lúcia Maria de Freitas Passos; Mércio Pereira Gomes; Odenir Pinto de Oliveira; Roberto Aurélio Lustosa da Costa; Roberto Mota Câmara e Silésio Machado Pedro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio (Funai)
Representação legal: Francisco de Souza Lopes (OAB/DF 19.304) e Miyeko Chayamite (OAB/DF 24.326)

011.257/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jader Mariano Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Colméia/TO
Representação legal: não há

012.363/2015-4
Natureza: Representação
Interessado: Kantro Serviços Terceirizados Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Tecnológico do Exército (CTEx)
Representação legal: não há

013.313/2008-8
Natureza: Tomada de Contas - Exercício: 2007
Responsáveis: Abdalla Jallad; Alencar Minoru Izumi; Amaury Rodrigues Pinto Júnior; André Luis Moraes de Oliveira; Eloi Mario Rubert Gardin; Fadjan do Santos Vieira; Helena Hikari Tominaga; Ivailson Freires de Souza; Marcio Eurico Vitral Amaro; Orli Barbosa de Queiróz Cavalcante; Renato da Fonseca Lima; Ricardo Geraldo Monteiro Zandona; Rogério Augusto Girardi e Vania Jocir Avilla da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT/MS)
Representação legal: não há

013.817/2015-9
Natureza: Reforma
Interessado: Alex Lobo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD)
Representação legal: não há

014.229/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Tavares; Andrea Tavares; Bruno Vidal Tavares; Bruno Vidal Tavares; Maite Elvira Furtado Tavares e Marlene Ribeiro Furtado Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

016.349/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cecilia Maria Rebouças Borges e Lucia Maria Rebouças Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica)
Representação legal: não há

016.825/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ednalva Simplicio da Silva Carneiro; Neucy Valpassos Belchior; Rossana Carvalho e Vera Lucia Rodrigues Puchinelli
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.816/2008-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Clarinda de Jesus Silva Souto; Dhayana Silva Sobrinho; Lais Freire Pessoa; Maria Soares Freire e Nathalia Silva Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Representação legal: não há

018.247/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allysson da Silva Oliveira; André Luis Silva da Silva; Claudio Oliveira da Silva; Daniel Cavalheiro Alfonso; Eryton Correa Morais; Filipe da Silva Neves Ferreira; Janio Cleiton Pagio Lima; Marcelo da Silva Pereira; Raony Barbosa da Silva; Stlony Varela Lucena; Thiago Silva Azevedo e Wilson dos Santos Gomes Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (Comando da Marinha)
Representação legal: não há

018.521/2014-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Alexandre Gromann de Araujo Góes; Angelo Fernando Padilha; Cristóvão Araripe Marinho; Geraldo Cesar Arantes; Isaac Jose Obadia; Ivan Pedro Salati de Almeida; Lilia Crissiuma Palhares; Luiz Fernando de Carvalho Conti; Maria Helena da Hora Marechal; Rex Nazaré Alves e Sérgio Almeida Cunha Filgueiras
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

019.063/2012-1
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011
Responsáveis: Altino Pedrozo dos Santos; Eduardo Silveira Rocha; Maria Rosicler Cretella; Ney José de Freitas; Rosemarie Diedrichs Pimpão; Sandro Alencar Furtado e Vanderlei Crepaldi Peres
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há

019.438/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dangeles Albert Mandu
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Militar do Norte - 8ª Região Militar
Representação legal: não há

019.505/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Bernardo Carvalho Schneider
Órgão/Entidade/Unidade: 14º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

020.792/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: John Carlos Silva Costa; Jose Eloi Mendes; Jose Eustaquio de Araujo; José Edinardo Viana; José Evandro Belarmino de Farias; José Roberto Moreira Arpino; Luis Alberto da Silva Ferreira; Luiza Moreno Mendes; Manoel Romualdo da Rocha e Mara de Souza Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

020.794/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Salvador da Praia da Cruz Cipriano; Servos dos Santos Fagundes; Silvéria Mendes Gomes; Simonie Miguez Cunha; Tânia Maria Bahia; Veriano Valdemir de Oliveira; Walter Barroso do Espírito Santo e Wilson Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

020.903/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Maria Moreira; Jupira Pinho Miranda; Katia Aparecida dos Santos Silveira; Leticia Ottoboni Ribeiro; Liete Costa de Almeida Sales Cabral; Luis Pereira da Silva; Luiz Carlos Tobias; Maria Eliete Oczkovski; Maria José da Silva e Maria do Socorro Pinheiro Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica)
Representação legal: não há

021.019/2013-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Alencar Minoru Izumi; Amaury Rodrigues Pinto Júnior; André Luís Moraes de Oliveira; Francisco das Chagas Lima Filho; Gerson Martins de Oliveira; José Norberto Pinheiro de Oliveira; João de Deus Gomes de Souza; Márcio Vasques Thibau de Almeida; Nery Sá e Silva de Azambuja; Nicanor de Araújo Lima e Renato da Fonseca Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Representação legal: não há

021.163/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Henrique Soares Delmiro
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército
Representação legal: não há

021.269/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Arnosti Bonatti; Alexandre Gonçalves de Oliveira; Alisson Raphael dos Santos Oliveira; Allan Filipe de Almeida Andrade; Allison de Albuquerque Moura; Alvaro Victor Barros dos Santos; Andercleiber Estrela do Nascimento; Anderson Eduardo Rodrigues; Anderson Rubim Junior e Anderson das Chagas de Alcântara
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.270/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Carelli Shervis; Andre Viana da Silva; Andre da Silva Leandro; Andrey de Andrade Fornos; André Yoshihito Pereira Chiba Filho; Antonio Gabriel de Abreu Souza; Antonio Igor Ferreira da Silva; Arnon Pedro Duarte Silva; Arthur Alves de Medeiros e Arthur Bracagioli
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.275/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Custodio Apolonio Santos da Silva Junior; Daniel Aquino Theodoro; Daniel Augusto Martins Costa; Daniel Matheus da Silva Mondego de Souza; Daniel Rodrigues Bernardes; Daniel Silva de Souza; Daniel Valerio Pasqualotto; Daniel de Castilhos Petracek; Daniel de Oliveira Moreira e Danilo Candeo Rodrigues Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.276/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Silva Franco; Davi Pinto Assunção; David Alysson Sumaio; David Fonseca Liz; Diego Domingos Pereira Rao; Diego Gabriel Barros dos Santos; Diego Pereira Cavalieri; Diego Pisniaki; Diego Rohr e Diego de Mello Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.283/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Belletti Faglioni; Gabriel Bruno Fabiano de Faria Candido; Gabriel Galego da Fonseca; Gabriel Igor Silveira Souza Machado; Gabriel Jorge de Souza Menezes; Gabriel Kalicki Neto; Gabriel Klunck da Silva; Gabriel Lechinhoski Camilo de Souza; Gabriel de Oliveira Ribeiro e Gabriel de Souza Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.286/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Machado dos Santos; Guilherme Moura Torres Teixeira; Guilherme Pereira Anchieta; Guilherme Perez Aragão Pereira; Guilherme Seixas Nascimento; Gustavo Henrique Martins; Gustavo Monteiro de Souza; Gustavo Oliveira Rodrigues da Silva; Gustavo Rossi Rui e Gustavo Schmidt Gaudêncio
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.289/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeferson Felipe de Santana Almeida; Jeisson Magno Simões Santos; Jesse de Souza Carvalho; João Arthur Oliveira dos Santos; João Carlos Ferreira Junior; João Claudio Martins Borges; João Gonçalves de Barros Neto; João Henrique Cardoso de Paiva; João Lucas Maciel Oliveira e João Lucas Ribeiro Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.291/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Victor Guimarães Cavalheiro; João Victor Menezes Martins; João Victor Ribeiro Tibau; João Victtor Jorge Moraes Barroso de Franca Lins; João Vitor Casagrande; João Vitor Chinelatto; João Vitor Dutra Andrade; João Vitor de Araujo Oliveira; Joel Frota de Lucena e Johann Sierra Cisi
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

021.292/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: John Muller Hipólito dos Santos; Jonatas Mateus Dias e Silva; Jonathan Ivens Silva Santos; Jonathan de Souza Gonçalves; Jordano Alves dos Santos; Jorge Artur Leite da Silva Junior; Jose Eduardo Moreira de Moraes Filho; Jose Thiago Mendes Chaves; Jose Vitor de Annunciação Oliveira e José Rafael Barbosa Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

021.296/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cássio Frederico Andrade Henn; Daniela Postigo de Medeiros; Danilo Lima Souza; David Márcio Barbosa Santos; Eduardo Gontijo Silva; Elizabeth Souza dos Santos; Emília Viana da Rocha Aguiar; Fabiano dos Santos Martins; Felipe Pastana Mano e Flávia Alves Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Saúde do Exército
Representação legal: não há

021.297/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilberto Monteiro Martins Júnior; Guilherme Marx de Oliveira; Igor Moura Viana Almeida Braga; Joseane Ames; João Paulo Tibães Mota; Juliana Freire Fialho; Juliana Lopes Alfaia; Jéssica Lameira Dornelles; Júlio César de Oliveira e Karine Weckerlim Fernandes Nonato
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Saúde do Exército
Representação legal: não há

021.299/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosa Aurilio Matos; Taciana Takemiya; Tiarlen Kober Poerschke; Técio Emmanuel de Macedo e Souza; Victor Vinícius Barros Soares; Vinicius Silva Lima e Vitor Yuzo Kawase
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Saúde do Exército
Representação legal: não há

021.315/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Júnio Pereira dos Santos; Anderson Jose Pereira; Anderson Oliveira Monteiro; Anderson Ribeiro Novais; Andre Jose de Almeida Filho; André Luis Prado Maestre; Arthur Reis de Paula; Augusto Aragão Rocha; Augusto Cezar Rocha de Lima Correa e Breno Aparecido Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

021.316/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Ramos Braga; Caio Nunes da Silva Andrade; Caleb Santana Bezerra; Carlos Augusto Jussim Junger; Cleyton Silveira Francisco; Cézar Augusto de Freitas Sarmento; Daniel Albert da Silva; Darlan Moreira Arantes de Oliveira; Denis Germano da Silva e Diego Soares Alves
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

021.319/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Rafael de Campos Roberto; Luiz Cláudio Simão de Oliveira; Luís Gustavo de Oliveira; Marcos Fernandes Siqueira Filho; Marcos Roberto dos Santos; Marcus William Pereira Bombinho; Matheus Martins Gevigier; Matheus Santos Moreira de Oliveira; Matheus dos Santos Cunha e Mauricio Ribeiro Corrêa
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

021.320/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maycon Silva Bianchini do Nascimento; Nicholas Gabriel dos Santos Raphael; Nilton Vicente de Lima Júnior; Rafael Lopes Gomes; Rafael Moreira Silva; Renan Amado Mendes; Renan Antonio Ribeiro Lima; Renato Kioshi Hashimoto; Rodrigo Alves do Amaral e Rodrigo Bertoli Muniz de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

021.322/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wallace Lima do Nascimento; Walter Fernandes Barboza dos Santos Neto; Wellington Bruno Gomes Pinto; Wendell Rodrigo dos Santos Alves; William Ferreira Rangel; William Portes Pereira; Wudson Menon e Yago Luiz de Souza Sellmann
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há

021.330/2013-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Irene Coelho de Souza Lobo; José dos Santos; Nilton Bezerra Guedes e Omar Guilherme Gauza Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná
Representação legal: não há

021.522/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Clecio Queiroz Figueiredo; Alessandra Alves Marinho de Alcantara; Alex Barroso Bernal; Alex Luis Sena de Deus; Alex Sandro da Rosa Cunha; Alexandra Gurgel Valente da Costa; Alexandre Bahia Gontijo; Alexandre Louis de Almeida D'Avignon; Alexandre Rodrigues dos Santos e Alice Maria Antunes Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.524/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Felipe de Medeiros Bezerra; Andreia de Jesus Alves Mendes; Andreza Laurena de Figueiredo Matias; André Vitor Fleuri Jardim; Anna Carolina Rodrigues da Silva Bahe; Annelise Thiele Soares; Antonieta Carvalho Regis de Alencastro; Antonio Carlos Martinez Sanches; Antônio Calazans Reis Miranda e Bruno Rocha Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.526/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ceres Belchior; Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz; Claudia Mendes Moreira; Claudio Brandão Cavalcanti; Cleusa Pinécio Komeno; Conrado Locks Ghisi; Daniel Nagamine Motta; Davi Alves Mendes; David Guimarães Rocha e David Sales Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.530/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Homero Vasconcelos Benevides; Hugo do Valle Mendes; Isis Felippe de Freitas; Jaime Heleno Correa de Lisboa; Jazette Renata Gouveia Weckeverth; Jeferson Calixto Júnior; Joana Araújo Maria; Joana Dias Tanure; João Alberto Xavier Júnior e João Bosco Barbosa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.532/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kamilla Faria Barbosa Rodrigues; Keize Nagamati Junior; Kenia Oliveira; Klaus Reinke; Klaus Vasconcelos Serra; Kleber Alexandre Oliveira Rocha; Leandro Guimarães Cruvinel e Palos; Leandro Meneguelli Biondo; Leonardo Margonato Ribeiro Lima e Leonardo Queiroz Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.533/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Zandonadi Moura; Letícia Piancastelli Siqueira Brina; Liana Souto Olivieri Borges Guimarães; Lidiane Moretto; Luana Magalhães Duarte; Lucas Caio Vieira Moura; Lucia Cristina Almeida dos Reis; Lucia Fernanda Alves Garcia; Luciana Ferrari Maistro e Luciana Silveira Benedet
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.536/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Roberta da Silva; Mariana de Sousa de Britto; Mariana dos Santos Carvalho; Mariane Berto Aleixo; Mariene de Queiroz Ramos; Mario Henrique Rodrigues Mendes; Marisa Guerra de Almeida Teixeira; Maristela Martins Miguel; Mateus Motter Dala Senta e Michele dos Anjos Silva Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.540/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata da Silva Teixeira; Rhuanna Rackel da Silva Santos; Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda; Roberto Cesar Gonçalves; Ronaldo Cataldo Costa; Rosangela Silvana Marchesan da Silva; Rossana Carneiro Peixoto de Almeida; Rosângela Daniel Areias de Laia; Rozane de Loyola Eisfeld e Rubia Costa Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.544/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Will Sandes de Melo; Yriz Soares da Silva e Zailton Holanda Batalha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

021.749/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Lúcia da Silva Ramos; Eva Niz de Almeida; Iracema Silva Santos; Joel Silva Santos; Luiz Carlos de Almeida e Maria de Freitas Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

021.752/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elza da Silva Santos e Genny Fernandes Pantoja
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há

021.755/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Dolores da Silva Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

021.756/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Abelina Maria dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar
Representação legal: não há

021.793/2013-1
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Américo Távora da Silva; Inácio Marques Siqueira Valente; Maria Assunção Giusti de Almeida; Maria Jose de Souza Leite; Maria de Nazaré Silva Alves; Mateus Francisco Pagliarini e Neiva Lúcia da Costa Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Amapá/AP)
Representação legal: não há

021.844/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Efigenia Pinheiro de Castro; Enilde Maria Ribeiro Mattos de Carvalho; Jarbas Laitano; Jose Carlos Costa Leite; Maria Correa Silva da Mota; Maria Fatima de Sousa Araujo; Maria da Silva Gonçalves; Maria de Souza Duarte; Nair Martins dos Santos e Terezinha de Brito dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

021.856/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Darcylaine Costa Ferreira; Elza Ranhol Gomes; Iolanda Braga de Mello; Lindalva Alves da Silva; Luiza Tou; Maria Celia Figueiredo Garcia; Maria Lúcia Teixeira do Nascimento; Maria Teresa dos Santos; Noêmia Florisbela Marciano e Wanda Viana Fonseca de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

021.864/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gloria Augusta Pereira Monteiro; Janira Candida de Souza Kistenmacker; Leonardo Quelhas Guimarães; Luzia Aparecida Manzini Vieira; Mafalda Lemes; Manoelina Antonia da Silva; Maria Beserra Asvolinsque; Maria Virginia de Andrade Alvarenga; Odette Amaral da Silva e Valdenize da Silva Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

021.922/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Emannuela Ramos Ferreira; Helio da Silva Oliveira; Laira da Silva Santos; Maria Aparecida Pereira; Maria Lucia Ferreira Reis da Silva; Maria de Fatima Afonso Alves; Marise de Lourdes Souto; Marli da Silva Faria; Nalzira Barboza da Silva; Regina Célia da Costa e Seliane Silva Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

021.924/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dulcema Julia Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há

021.927/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Neide Ormond Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar
Representação legal: não há

021.928/2015-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Lucirene Monteiro Ferreira e Suziane Patrício Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar
Representação legal: não há

021.929/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fernanda do Carmo Santana Ferreira; Flavio Cesar do Carmo Santana e Sonia Lima de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há

021.930/2015-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Rebeca Pereira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar
Representação legal: não há

022.043/2015-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Helena Souza Nunes; Iracema Maria de Santana Pinheiro; Ivanete Aparecida Pais Bastos; Ivonete do Carmo de Oliveira Prado; Lêda Faraj Nogueira; Maria Aparecida de Abreu; Maria Sebastiana Ramos; Maria de Lourdes Reis Vellasco; Maria de Nazaré da Silva Duarte e Vandir da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

022.050/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aurea Pereira Candian; Cecília Batista de Souza; Hermínia Manoela Geralda de Jesus Barcellos; Ivanir Fortes Lima; Maria Lacy Sousa dos Santos; Maria das Graças dos Santos Ferreira; Maria de Souza Givisiez; Rubenita dos Santos Oliveira; Sebastião da Silva Cabral e Sônia Guedes do Nascimento Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

022.052/2015-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fernanda Ramos dos Santos; Fernando Ramos dos Santos; Filipe Ramos dos Santos e Micheliny Alves Santos Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

022.185/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre Luiz Rodrigues Alves; Antonio Nilo Bandeira; Heber Silva de Oliveira; Jackson Luiz Pires Machado e Sonia Maria Albo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

022.231/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Armando de Macedo Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica)
Representação legal: não há

022.357/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: André Piazza Voros; Hildegard Kurth Engelhardt e Julia Borges Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar
Representação legal: não há

022.505/2015-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Irene Correia da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

022.611/2015-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ivan Portela Aguiar; Jerffson Esteves Pinto; Joilson de Moraes; Jorge dos Santos; Jorge dos Santos; José Ribamar Pereira; José Roberto Monte de Oliveira; João Paulo Sousa Carneiro; Júlio César Waltzer e Luiz Antonio de Assunção
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.620/2015-0
Natureza: Reforma
Interessados: Eyder Brenha Chaves; Jorge Pereira e Juvino Mariano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar
Representação legal: não há

022.621/2015-6
Natureza: Reforma
Interessados: Benedito Macedo e Rubens da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

022.655/2015-8
Natureza: Reforma
Interessados: Cirineu de Faria Pontes; Claudio Amorim da Cruz; Claudio das Neves Cabral; Cleber Weber de Faria; Daniel Fernandes Porto; Daniel Munhoz Baldino; Decio Luiz da Silva Santos; Dirceu Luiz Korsekwa; Dulcidio Cornélio Messa e Eder Edson Baltazar
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

022.658/2015-7
Natureza: Reforma
Interessados: Joaquim Carvalho; Joel de Araujo Cordeiro; Jose Maria Rodrigues da Silva; Jose Odecylio Medeiros; Jose Roberto Privati; Josemil Miranda de Souza; José Barbosa de Souza Filho; José Benício da Silva; José Francisco dos Santos e João Jonathas Chaves Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

022.665/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cecilia de Lima Carvalho; Cicera Alves da Silva; Clea de Lima e Silva; Dulce Eduardo de Lima; Dulcilene Eduardo; Dulcinea Eduardo; Dulcinei Eduardo; Edna Rodrigues Santiago Freitas; Elaine Cabral Lima Ribeiro; Elisa de Alencastro Bezzi; Glauce de Fatima Ribeiro Xavier; Isis Maria Barroso de Assis Figueiredo Alves; Maria da Penha do Nascimento; Marinalva Ferreira Lima; Selma Barreto de Oliveira; Silvia de Alencastro Bezzi Conde e Solange Martins da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

022.669/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elizabeth Alice de Almeida Marques Hass; Emilia Trugilho dos Santos; Flavia Vital Santana; Ilza Maria Araujo Bitencourt; Maria Nilce Pereira e Silvia Cristina Marques Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há

022.673/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Costa da Silva; Antonia Rodrigues do Nascimento; Aparecida Rodrigues Cardoso; Gisella Maria Parreira Batista; Imaculada de Souza Riani; Joaquim Cardoso dos Santos; Josette Maria Parreira Lins; Maria José Rodrigues Ferreira; Maria Luiza Rodrigues da Fonseca; Maria Madalena Cardoso Rodrigues dos Santos; Maria do Carmo de Souza e Matilde Rodrigues dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há

022.681/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Docicleia Farias dos Santos; Ellesangela Mendes da Silva; Ely Guilherme Mira Feitosa; Iracema Farias dos Santos; Janira dos Santos Ramos; Katia Regina Barros da Silva; Marcia Valeria Campos Carvalho; Maria Crisolita Farias dos Santos; Maria Cristina Magalhães de Quadros Pereira; Rosaly Maria Carvalho da Silva; Rosana de Fatima Silva Cei e Rosangela Carvalho da Silva Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar
Representação legal: não há

022.683/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Geneceuda de Araújo Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar
Representação legal: não há

022.694/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alédio Jose Assis Jaña; Ana Cristina Freire Costa; Angela Maria de Affonso Costa; Anna Barbosa Marins; Carolina Chaves Jaña; Eliane Cavato da Cruz; Elizabeth Jaña Abi-Ramia Antonio; Eugenio Anderson Assis Jaña; Gabriela Camillo Katyama; Josefa Maria dos Anjos; Julia Maria Labronici Gamito; Juracema Assis Amorim da Cruz; Liliane Cavato Hazan; Maraney Freire Costa Regis; Neuza Maria Amaral Vital; Olga Regina Carli do Espírito Santo; Roseli Camargo de Rezende; Thereza Christina de Affonso Costa Quesnel e Verônica Assis Jaña
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.697/2015-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Amélia Saturnino Guimarães; Cremilda Cordeiro Rusenhack; Elizabete Pereira Chaves; Estel dos Santos Marcondes; Gilda Soares de Sordi; Iole Martins Camara de Souza; Ione Pereira Botelho de Souza; Janaína Sabino de Andrade; Leila Marina Martins; Mair Therezinha de Ávila Tadá; Maria Apparecida Camara Meirelles; Mozarilma Cavalcanti de Moraes e Olga Sueli Longato
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.698/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alice Aparecida dos Santos Abissi Carrera Fernandes; Ana Cléa da Silva Soares; Ana Léa Barbosa da Silva; Carmen Virginia Brasil de Abreu; Cisley Silva Cassiano; Crisálida Barbosa da Silva; David de Souza Lopes Júnior; Dolores Alvares Barcellos; Ederlinda Gomes da Silva; Elcine Guimarães Lopes; Elcineide Guimarães Lopes; Elcinete Guimarães Lima; Eunice de Freitas; Flávia Gomes Lopes; Helena Schmitz de Oliveira; Klieds da Silva Soares; Ligia Maria Ortega Jantalia; Maria Josefina de Vasconcelos; Maria Nogueira da Silva; Rosana Schmitz de Oliveira e Suely Santanna Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.706/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cely Eliete Cordeiro Vieira; Cirley Maria Ferreira Ribeiro; Eliane Moreira de Almeida Oliveira; Lêda da Rocha Fortes Nascimento; Maria Silene da Silva Lima; Maria de Lourdes Moreira Veras; Marlene Amaral Borges; Miratam Bernardo da Silva Marques; Morgana Machado Gonçalves Oliveira; Noemia Villa Flor Teixeira; Suely Maria Cordeiro Falce e Valdelena Guedes Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.711/2015-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Lucia Ferreira Araújo; Archalus Eva Simonian; Cecilia Lobato Santos; Celia Marcia de Oliveira Silva; Cleoni Araujo Nogueira de Sá; Delminda Mendes do Nascimento; Izabel Simonian; Lenita Vasconcelos de Souza Rocha; Mártia Carolina de Oliveira Pinto; Neuza dos Anjos Nascimento; Rachel Nogueira de Sá; Rosimar Braga Santos e Sueli Aparecida Pedro de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.721/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Neusa Coimbra Rodrigues e Sally Maria de Oliveira Camacho
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

022.725/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Rosa Bernardi
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar
Representação legal: não há

022.729/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Irene Assumpção do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar
Representação legal: não há

022.739/2015-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Anedir da Costa Guedes; Guiomar Porto da Motta; Iberenice Santos da Costa; Maria Aparecida Bogsan; Marly Barbiéri Botelho; Marta Maria de Souza; Neuza Etruc da Fonseca; Raimunda Valdina Broxado dos Santos; Ruth Ribeiro Machado e Theresa Amélia de Goés Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.743/2015-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria da Silva Martinez
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

022.761/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luíza Alencar Campolina; Luiz Fernando Rocha Cavalotti e Natália Prado Massarotto Thome
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

022.924/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Helena Forin Lisboa Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

023.431/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kevin Cristian Lobo dos Santos; Kevin Vieira; Kevin de Almeida Santos; Laércio Raymundo Pereira Neto; Leandro Rodrigo Bortolassi Junior; Leonardo Botelho Vicoso; Leonardo Giovanni Hermes Tozzini; Leonardo Magalhães Neves; Leonardo de Oliveira Coelho Nobrega e Leonardo de Oliveira Jobim
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.434/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Henrique de Souza Rafael; Lucas Jorge Caldeira Carvalho; Lucas Jorge Hipolito; Lucas Juvencio Costa; Lucas Lagoas Ferreira; Lucas Lima da Silva; Lucas Lima da Silva; Lucas Lima da Silva Quaresma; Lucas Luiz dos Santos Ferraz Cesar e Lucas Marques Areco
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.438/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Gunther Oliveira Drumm; Marcelo Henrique Jara Barbosa; Marcelo Katsuragi; Marco Samuel Rodrigues de Sousa; Marcos Eduardo Almeida Pereira; Marcos Paulo Rezende de Aguiar; Marcos Pinheiro Esteves; Marcos Vinicius Felcker; Marcos de Souza Figueiredo e Marcus Vinicius Franco Lara
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.443/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Murilo Pires de Oliveira Chiobatto; Natanael Porto dos Santos; Nathan Alves Freitas Guimarães; Nichollas Cesar Pimenta Santos; Oliver Telles Silva; Pablo Cordeiro Borges; Paulo Andre Honorio Vieira Junior; Paulo Cezar Gonçalves Rosa Filho; Paulo Henrique Silva Mendonca e Paulo Moreira Franco Custodio
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.444/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Paiva de Magalhães; Paulo Rogerio Trindade Rodrigues Junior; Pedro Alves Nogueira; Pedro Barbosa Cardoso; Pedro Emmanuel Freitas de Araujo; Pedro Gabriel de Azevedo Brum; Pedro Gomes Cócaro; Pedro Henrique Caldas Barbosa; Pedro Henrique Calil Rossini e Pedro Henrique de Oliveira Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

023.446/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Duarte Siqueira; Rafael Elias Torres Dantas; Rafael Luis Figueiroa da Costa; Rafael Rodrigues de Oliveira; Rafael Saad Amado; Rafael Silva Sena Espadim; Rafael de Jesus da Fonseca; Rafael de Moraes Duarte Inda; Rafael do Nascimento Machado e Raphael Alexandre Koch de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.447/2006-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alexandra Laila Cordeiro de Almeida e Silva e Anna Cordeiro de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Representação legal: não há

023.449/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Aguiar de Barros; Rodrigo Castro de Oliveira; Rodrigo Hamad Leandro; Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos; Rodrigo Oliveira da Silva; Rodrigo Wenderson Lopes; Rogerio Iuji Okamoto Suzuki; Ronaldo Heverthon Sampaio da Costa; Samuel Mendonca Palhares Dias e Samuel de Campos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.450/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Ricardo Vitali de Santana; Sergio de Lima Gomes Filho; Sylvio Luccas de Sousa Gomes; Tales Raschik Costa; Tales Santana Santos; Tamir de Freitas Gutierri; Thalles Pereira Macedo; Thalles Willian Gonçalves da Silva; Thiago Alvares Salles e Thiago Henrique da Silva Baia Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.453/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Wagner Santana Barbosa Cesario; Vilson José Arruda do Nascimento; Vinicius Almeida Reis; Vinicius Bello da Silva; Vinicius Rodrigues Andrade; Vinicius Soares Gomes; Vinicius da Silva Córnea; Vinicius de Assis Pascoal; Vitor Adriano Lemos Conceicao e Vitor Augusto de Arimathéa Brum Carlos
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.456/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Willy Jorge Fabri; Wilson Castro Silva Junior; Yuri Lara Fernandes; Yuri Macario dos Santos e Yuri de Borba Busch
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há

023.477/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Charton Jahn Locks; Clarissa Maria de Aguiar; Clayton Borges da Silva; Cláudio Domingos Fasolin; Daniel Barbosa da Silva; Daniele Resende da Silva; Deyvidson Souto da Silva; Ediane Andréia Buligon; Francisca Sonally de Oliveira e Gabriel Henrique Lui
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

023.483/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Scofield Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

023.625/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: David Fernandes; Maria do Carmo Gonçalves Furtado; Roseli Gonçalves; Rosely Semabukuro e Waldemar de Castro Leite Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

023.632/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ademilde Ferreira de Carvalho; Carla de Vilhena Nunes; Cleide Gimenes Marcon; Corina Gonçalves de Vilhena Justino; Gilda Gelli Homem de Carvalho; Jorgete Rosa da Silva; Jorginete Rosa da Costa; Juraci Rosa Furtado; Lea Pinto Ferreira Netto; Maira Cristina Rosa; Mariza Teixeira de Campos; Maura Ramos Alves; Nara Regina Vitoria de Albernaz; Rejane de Vilhena Cardoso; Renata Gonçalves de Vilhena; Rosana de Vilhena Lima; Rosangela de Vilhena Moreira; Severina Ribeiro da Silva e Valdea Rosa Morada
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

023.635/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Mara Teresinha Velasques Antunes; Mariele Soares Leite; Nereida Lopes dos Santos; Noerci Borges Chinaider; Norma Fontela Velasques Santos; Otilia Lescano Leite; Tania Regina Fontela Velasques e Vera Eunice Kleim Reichert
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

023.636/2015-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cheila Luiza Gonçalves; Chirlei Luiza Gonçalves; Claudia Maria Camara de Castro; Conceição dos Santos Costa; Elisabeth de Fatima Marsicano Camara; Erica Celestino de Oliveira; Eugênia Maria Dias de Sá Nogueira; Helena Pereira Santos; Ivete Marcicano Camara; Laura Duarte Brasil; Lucia Helena Marsicano Camara Abel; Luciana Val Menezes; Luzia Ferreira da Silva; Margareth do Carmo Costa; Maria Aparecida Marsicano Camara; Myrian Ferretti Automare Pontes; Márcia Ferretti Automare; Rosangela Val Menezes Pinto; Rosemeri Val Menezes Fuck; Teresa Cristina Marsicano Camara e Valéria Rodrigues Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há

023.637/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Dinazil Jucara Rodrigues; Ericleia Bodziak; Erveli Bodziak Brittes; Heloisa Zila Rodrigues; Mabel Deborah Kinder; Monica Lieselotte Kinder e Sinara Vargas Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar
Representação legal: não há fg

023.638/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elonita Cardoso de Souza da Silva; Esnita Cardoso de Souza Fernandes; Formosina Maria Alexandre da Silva; Maria Jose de Souza; Nildete Cardoso Alves e Valdelice Gonçalves Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

023.640/2015-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Beatriz Rodrigues Rosas; Maria de Lourdes Freire Vieira e Marineide Santos Pereira de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há

023.642/2015-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Alice Guimarães; Ana Lucia Souza de Oliveira; Flavia Fontes Souza; Guiomar Bartolo de Oliveira; Lucia Regina Ribeiro de Almeida; Marieta Ramos Benicio da Silva; Marlene Josefa Flores Bernardo; Nary Pimentel Feital; Regina Lucia Gomes da Costa; Rosa Nunes da Rocha; Tamara Sandra Guimarães Vedolin e Vania Maria Larrate Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.644/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Celso de Souza Teixeira Junior; Fatima Almeida de Carvalho; Hebe Carelli Vieira Costa; Maria Lucimar Alves de Araujo; Maria Tereza Cunha da Rocha; Marionete da Silva Fernandes; Osmarina Almeida de Paula; Reinhilda Mira Stolberg; Rosydee de Azeredo Velloso; Sonia Maria Lima Bastos; Teresa da Cruz Goncalves de Almeida; Wannessa de Souza Teixeira e Zélia Torres da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.646/2015-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Claudineia do Carmo Tuon Gouvea; Denise Trindade de Oliveira Domingues; Dilce Ramos Russo; Eduardo Dias Domingues Junior; Hyde Capelleti Domingues; Ivonete Sarmento Ferreira; Keli Rangel Boner Domingues; Luciana Aires da Silva Sousa; Maria da Conceição da Silva Mendes; Marines Felippe da Silva; Normelia Vanda Barroso Jacques; Sebastiana Rozires Souto Maior e Tuany Rangel Boner Domingues
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.647/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Andrea Correa da Silva Paes; Deusa Batista Camara; Eunice Nogueira dos Santos; Janaina Pilar Santiago; Maria Idalina Medeiros Cascardo; Maria Salete Santana Vargas; Maria da Graça Cordeiro de Miranda; Maria de Fatima Correa Ferraz; Maria do Carmo Barbugiani Goldfeder; Rogeria Marin Schafer e Vera Lucia Cordeiro de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.649/2015-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Angela Maria Nascimento Vicentini; Cristina Maria Gomes Gil de Menezes; Denise Villenberg Turini Constantino; Eliane Augusto do Nascimento; Evelaine do Nascimento Vitale; Izabel Cristina Gomes Gabriel; Jacyra Cortez D'Avis; Marcia Cristina Gomes Cachola; Marcia de Cassia Felippe Lima; Maria Luiza da Conceição Nazareth; Maria Medianeira Machado Visentini; Mirtes Francisco de Assis; Rose Mary do Nascimento Benevuto e Sônia Marlene Marques Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.650/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Marcondes Terra; Angela Maria Tude de Souza; Aurelita Barbosa Cardoso dos Santos; Claudio Vinícius de Sá Freire Lima; Elezir Maria de Oliveira Lima; Gercina Alonso Barros Reis; Graciema Monteiro de Lima; Leonidia Pereira Thomaz; Maria Helena Schubach Tude de Souza; Maria Lucia Gaya Oliveira de Amorim; Maria Teresa de Sousa Amadi; Marli de Souza Monteiro; Neide de Souza Monteiro; Neusa Ribeiro de Albuquerque Mello; Patricia de Souza Monteiro; Rejane Monteiro de Oliveira; Suzete Gomes Tude de Souza e Yara Lourdes Amadi Klahold
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

023.651/2015-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aida Coriolano Cardoso; Andira Almeida de Oliveira; Dayla Gonçalves de Jesus; Dilva Barbosa; Elvira Maria Ferreira Carvalho; Jeane da Costa Lima; Luiza Azevedo Mello; Maria Lucia de Pauli; Moema Schagen de Oliveira; Monica de França Guimarães; Regina da Fonseca Dantas; Rosemary Ferreira da Cunha; Rosinete de Fatima Rocha; Simone de França Guimarães; Viviane Rinaldini e Zila Dias dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica)
Representação legal: não há

023.677/2015-5
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Erna Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

024.059/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Iracema Damasceno de Sena; Maria da Conceição Vilar de Sena; Maristela Damasceno de Sena; Rizete de Sena Pacheco e Rosa Maria Damasceno de Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar
Representação legal: não há

024.977/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Manoel Moraes Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibaretama/CE
Representação legal: não há

027.201/2009-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eufrasio Pereira Barbosa e Thais Barbosa Bonifácio
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

028.637/2013-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: João Thaumaturgo Neto e Maria Cristina Benvinda Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Acre
Representação legal: não há

028.823/2014-1
Natureza: Representação
Interessado: Alexandre Meireles Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacajus/CE
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

000.754/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santana de Matos/RN
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Francisco de Assis Silva
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

001.053/2005-0
Natureza: Aposentadoria (Pedido de Reexame)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Interessada: Yara de Jesus Pinheiro dos Praseres
Representação legal: José Guilherme Carvalho Zagallo (OAB/MA 4.059), Glaydson Campelo de Almeida Rodrigues (OAB/MA 11.627) e outros, procuração à peça 21

001.569/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - Ministério do Esporte
Responsáveis: Comitê Paraolímpico Brasileiro e João Batista Carvalho e Silva
Representação legal: Luiz Fernando de Moraes (OAB/DF 27.437)

006.046/2014-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte/RN
Interessado: Fernando Rocha de Andrade - Procurador da República no Município de Mossoró/RN
Representação legal: Anderson Gustavo Lins de Oliveira Cruz (9306/RN-OAB)

010.772/2003-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2002
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Responsáveis: Adamastor do Amaral Lemos Neto; Adeildo Paulino da Silva; Alexandre Rodrigues de Melo; Austrino Germano Bezerra Filho; Dilma de Brito Silva; Franklin de Araujo Lima; Gilvanise Correia Lima; Isaque Semeão Prazeres; Jair Jose Fernandes Correia; Marcos Gilcelio Lucas; Marcos Mireles Marinho da Silva; Maria Helena Passos de Alencar; Maria do Socorro Moreira de Azevedo; Reginaldo Bertola Cantarutti; Rosemar Gomes de Santana; Tania Orelana Lima Leão; e Virginia Maria Leite de Araújo
Representação legal: Não há

017.887/2011-9
Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cidade Ocidental/GO
Recorrente: Giselle Cristina de Oliveira Araújo
Representação legal: não há

028.196/2010-4
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Recorrentes: Achiles Yamaguchi e Maria do Perpétuo Socorro Adusumilli
Representação legal: Rodrigo da Silva Castro (OAB/DF 22.829), Miguel Joaquim Bezerra (OAB/DF 5.394) e outros

028.936/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São João do Sabugi/RN
Responsáveis: Elísio Brito de Medeiros Galvão e EST-Empreendimentos Ltda. - EPP,
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

003.081/2012-5
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Recorrente: Maria Socorro de Castro Aquino
Representação legal: Valdecy da Costa Alves (OAB/CE nº 10517a)

005.686/1998-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Dner - 18º DISTRITO/PI
Responsáveis: Construtora Getel Ltda; Felipe José Mendes Raulino Filho; João de Carvalho Sá; Jósio Felício da Silva; Luís Mendes Ribeiro Gonçalves Sobrinho; Marcílio de Sá Batista; Osman Gomes da Silva; Rodrigo Mendes Ferraz; Wilton Luis Neiva de Moura Santos
Interessados: Grupo Executivo Para Extinção do Dner - MT (em Liquidação); Sebastião da Silva Luna dos Santos
Representação legal: Paula Cardoso Pires (23668/DF-OAB)

005.981/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Ciderlei Antônio da Silva
Representação legal: não há.

007.879/2012-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes
Representação legal: Não há

010.746/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Responsável: Maria Cristina dos Santos Faustino
Representação legal: não há

014.574/2015-2
Natureza: Concessão de Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Interessado: Massami Uyeda
Representação legal: não há

023.330/2007-4
Natureza: Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - DNIT/MT
Recorrentes: Construtora Triunfo S/A; Marcelo José Leal Gasino; Roberto Salvador Viganó
Interessados: Clovis Santo Padoan; Luiz Antonio Pagot; MPF
Representação legal: João Guizzo (OAB/SP 47.750); Ana Carolina Guizzo (OAB/SP 206.536); Luciane Alves Barreto (OAB/SP 220.308); Alexandre Silva Souza (OAB/SP 149.813-E); Rui Dalton Miecznikowski (OAB/PR 38.307); Luis Daniel Alencar (OAB/PR 31.272); Daniele Valandro Farina (OAB/PR 22.374); Carlos Eduardo Benato (OAB/PR 46.353); Maria Fernanda Campelo Dipp (OAB/PR 45.212); Ney Marcelo Urbano (OAB/RS 68.106); Samir Alexandre do Prado Gebara (OAB/PR 49.031); Bárbara Dayana Brasil (OAB/PR 39.031); Lucas Schenato (OAB/PR 40.657); Angela Erbes (OAB/PR 47.116)

028.021/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Laranjal do Jari - AP
Interessado: Idemar Sarraf Felipe
Representação legal: Antonio Augusto Costa Soares (OAB/AP n.º 1.612)

Ministro VITAL DO RÊGO

005.202/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Francisco Edson Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caiçara do Rio dos Ventos - RN
Representação legal: não há

005.333/2012-1
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Recorrentes: Maria José Bezerra e Valdenice Alexandre da Silva
Representação legal: José Manuel Zeferino Galvão de Melo (OAB/PE 25.286) e outros

009.209/2010-7
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Recorrente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Interessado: Albânio Paulino da Silva
Representação legal: não há

010.511/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ouro Branco/AL
Responsável: Valdeci Ferreira de Assis
Representação legal: não há

013.520/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Sei Ohaze
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santarém Novo/PA
Representação legal: não há

015.739/2011-2
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessada: Iracema Busana
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros

018.306/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Sebastião/AL
Responsável: Manoel Sertório Queiroz Ferro
Representação legal: não há

018.318/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria de Fátima Correia de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Luzia do Norte/AL
Representação legal: não há

019.214/2011-1
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessado: Ana Maria Sousa Nascimento
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros

019.218/2011-7
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessado: Benta Thomazia Ouriques
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros

026.091/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Responsável: Jaguanhares Batista do Sacramento
Representação legal: não há

026.462/2007-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Interessado: Jose Alves de Lacerda
Representação legal: não há

031.082/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Interessada: Virginia Lucia Siqueira Melo
Representação legal: não há

042.055/2012-1
Natureza: Prestação de Contas (exercício 2011)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Responsáveis: Virmondes Rodrigues Júnior; Ana Lúcia de Assis Simões; João Ulisses Ribeiro; Robson Chamahum, Antônio Eustáquio João, Ana Palmira Soares dos Santos e Ricardo Almeida
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.019/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Hipnos Companhia das Artes; Josivaldo do Nascimento Bezerra
Representação legal: não há.

001.214/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buriti do Tocantins/TO
Responsável: Alvimar Cayres Almeida
Representação legal: Maurício Cordenonzi (OAB/TO 2223-B) e outros

002.841/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Construtora Borges Carneiro Ltda.; Francisco José Teixeira; José Edilson da Silva
Entidade: Município de Icapuí/CE
Representação legal: Filippe Vasques Sampaio (OAB/CE 25.390), Luís Antônio Batista (OAB/CE 7.095); Leonardo Wandemberg L. Batista (OAB/CE 20.623) e outros

003.215/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ipu/CE
Responsáveis: Antonia Bezerra Lima Carlos; Marcelo Joseme Abreu Carlos; Maria do Socorro Pereira Torres; Simão Martins de Sousa Torres
Representação legal: Carlos Eduardo Melo da Escóssia (6243/CE-OAB), representando Maria do Socorro Pereira Torres

004.139/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapé/BA
Responsáveis: Ana Selma de Souza Mendonça; Urbano José dos Santos
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

005.416/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão Soares; Afonso Ferreira de Almeida; Ailton Santana de Freitas; Alfredo Carlos Viveiros Bastos; Alvaro Candido Costa de Oliveira; Amilton Pereira Ramos; Ana Lucia Oliveira dos Santos; Angela Maria de Almeida Alves; Antonio Carlos Cavalcanti de Castro; Antonio Gonçalves Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica
Representação legal: não há.

005.422/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica
Interessados: José Santana das Neves; Jussara Ferreira Antoniani; Lael Barbosa de Lima; Lauro Costa de Azevedo; Leão Gamaliel Siqueira Rabelo; Licinio Cardoso de Siqueira; Licir Teixeira; Luiz Carlos dos Reis; Luiz Francisco Ribeiro; Manoel Antônio de Lima
Representação legal: não há

006.515/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Pedro Roberson Feitosa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aiuaba/CE
Representação legal: não há

010.671/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luiz Alves de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipaumirim/CE
Representação legal: não há

011.207/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jose de Lima Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

015.570/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Município de Viçosa do Ceará - CE
Responsável: Jose Firmino de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará - CE
Representante legal: Francisco Wilson Oliveira de Andrade (23150/CE-OAB)

019.226/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Responsável: Vera Lúcia Canfran Mas
Representação legal: Airton Rocha Nóbrega (5.369/DF-OAB) e outros

019.567/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Apuí/AM
Responsável: Antonio Marcos Maciel Fernandes
Representação legal: Diego Rossato Botton (OAB/RS 59.054) e outros

020.477/2007-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aguinaldo Lélis; Heberth Gualberto de Souza; Espólio do Sr. Mardoqueu Gomes de Carvalho e Construtora Gautama Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Representação legal: André Marques Cabral, OAB/DF nº 26477, Eduardo Antônio Lucho Ferrão, OAB/DF nº 9.378, Rannery Lincoln Gonçalves Pereira, OAB/DF nº 20.299, Luiz Felipe Bulus A. Ferreira, OAB/DF nº 15.229, Janaína Castro de Carvalho Kalume, OAB/DF nº 14.334, Marcelo Leal de Lima Oliveira, OAB/DF nº 21.932, José Rollemberg Leite Neto, OAB/DF nº 23.656 e Vanessa Alves Pereira, OAB/DF nº 24.336

020.697/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Márcio Barreto Mano de Carvalho e Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Senador Pompeu/CE
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Senador Pompeu/CE
Representação legal: Luiz Eduardo Moraes Junior, OAB/CE nº 12.136, Danielmo Vaccari Moraes, OAB/CE nº 14.867 e Daniel Pagliuca, OAB/CE nº 13.596

021.083/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Iran de Souza Lima e Monnerat Transporte & Locação Ltda.
Interessado: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Boca do Acre - AM
Representação legal: Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB/AM 8074); Paulo Rogério Arantes (OAB/AM 1.509); Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB/AM 7598); Simone Rosado Maia Mendes (OAB/AM A-666 e OAB/PI 4550) e Robson de Aguiar de Souza (OAB/AC 3.063)

021.256/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Icó/CE
Responsável: Francisco Leite Guimarães Nunes
Representação legal: Daniel Teófilo de Souza, OAB/CE nº 16.252

024.766/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Clóvis Amora Vasconcelos Filho; Meje Construções e Edificações Ltda e Vandick Vieira de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Baturité - CE
Representação legal: José Moreira Lima Júnior (OAB/CE 6986) e outros, representando Clóvis Amora Vasconcelos Filho

025.873/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Adler Primeiro Damasceno Girão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Morada Nova - CE
Representação legal: não há

028.396/2014-6
Natureza: Representação
Interessado: HospMedic Comercio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Eireli ME
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Municipal de Saúde de Teresina/PI
Representação legal: Alberto Luís da Silva (OAB/SP 150.463); Marcos André Lima Ramos (OAB/PI 3.839); Mayra Assunção de Souza (OAB/CE 21.930) e outros

028.610/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Francisco Elanildo Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ipaporanga - CE
Representação legal: não há

032.651/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alfredo Tranjan Filho; Aquilino Senra Martinez; Arthur Paraizo Campos; Athayde Pereira Martins; Flávio Gay da Cunha; Humberto Moraes Ruivo; Marcos Antônio de Oliveira; Mario Ferreira Botelho; Otto Bittencourt Netto; Renato Vieira da Costa e Samuel Fayad Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)
Representação legal: Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF nº 10.969), João Manoel Santos Souza (OAB/DF nº 28.658) e outros

032.896/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Augusto César Alves Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Matias Olímpio/PI
Representação legal: não há

033.314/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Antônio Gomes Graça
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Borba/AM
Representação legal: não há

034.659/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Icó/CE
Responsável: Francisco Antônio Cardoso Mota
Representação legal: não há

035.018/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Raimundo Nonato Batista de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tabatinga/AM
Representação legal: Ademar Lins Vitório Filho (5.269/AM-OAB) e outros

046.124/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ruth Pereira Lima
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: Maria do Carmo Mota de Souza, OAB/RJ nº 53.205

Em 17 de setembro de 2015.
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS

PROCESSO: 5006162-51.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LÚCIO JOSÉ BOTELHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA
ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5005822-10.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIZABETE ROSITO DA COSTA MARQUES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N. 0005005822-10.2013.4.04.7200
EMBARGANTE: ELIZABETE ROSITO DA COSTA MARQUES
ADVOGADO(S):NELSON GOMES MATTOS JUNIOR E OUTRO
EMBARGADO(A):UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR(A):WESLEY LUIZ DE MOURA
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por ELISABETE ROSITO DA COSTA MARQUES, insurgindo-se contra Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, de relatoria do Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, conhecendo e dando provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.
Relembra a parte Embargante que "propôs ação de repetição de indébito objetivando a restituição de valores referentes a IR - Imposto de Renda que incidiu sobre juros de mora recebidos por ocasião da satisfação do crédito constituído em reclamatória trabalhista", tendo logrado êxito em Primeiro e Segundo Graus dos Juizados Especiais Federais.
A Embargada interpôs, então, Pedido de Uniformização de Jurisprudência ao qual foi negado seguimento, tendo o recurso obtido trânsito em decorrência de Agravo acolhido pelo Ministro Presidente desta Turma Nacional, culminando em ser conhecido e provido, dando como improcedente o pedido autoral.
Argumenta a parte Embargante que não foi observada a Questão de Ordem n. 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia", dado que "a decisão combatida pela União encontra-se declaradamente em conformidade com o paradigma utilizado", qual seja o REsp n 1.089.720/RS, em que foi decidido não haver incidência de Imposto de Renda quando o contrato de trabalho foi extinto antes do recebimento, pela parte, das verbas rescisórias.
Acrescenta que a circunstância destacada (recebimento de verba após a rescisão contratual) é matéria fática, não podendo ser revista pela Turma Nacional de Uniformização, sendo vedado o conhecimento do Incidente de Uniformização, conforme consta na Súmula n. 42/TNU.
Assim sendo, defende a parte Embargante que deveria ter sido aplicada, igualmente, a Questão de Ordem n. 29, cujo enunciado estabelece que, "nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".
Requer por fim, a parte Embargante, que sejam conhecidos e acolhidos os Embargos, para que, dando-se efeito infringente, a Turma Nacional não conheça do Pedido de Uniformização interposto ou, conhecendo-o, ao mesmo negue provimento.
Em sede de contrarrazões, a parte Embargada argumenta que não há nos autos qualquer omissão, obscuridade ou contradição, tratando-se de mero pedido de retratação por não haver o Embargante se conformado com o teor do julgado impugnado, em decorrência do que pede sua rejeição.
É o relatório.
O recurso de Embargos de Declaração é cabível quando a decisão impugnada apresenta omissão, obscuridade ou contradição art. 535, CPC; art. 33, Resolução CJF n. 345/2015 - RITNU).
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Diante do exposto, não conheço dos Embargos de Declaração opostos porque inexistente no Acórdão impugnado qualquer obscuridade, contradição ou omissão.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5003581-63.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5008304-28.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA MARTA FURLANETTO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N. 0005008304-28.2013.4.04.7200
EMBARGANTE:MARIA MARTA FURLANETTO
ADVOGADO(S):NELSON GOMES MATTOS JUNIOR E OUTRO
EMBARGADO(A):UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR(A):WESLEY LUIZ DE MOURA
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por MARIA MARTA FURLANETTO, insurgindo-se contra Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, de relatoria do Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, conhecendo e dando provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.
Relembra a parte Embargante que "propôs ação de repetição de indébito objetivando a restituição de valores referentes a IR - Imposto de Renda que incidiu sobre juros de mora recebidos por ocasião da satisfação do crédito constituído em reclamatória trabalhista", tendo logrado êxito em Primeiro e Segundo Graus dos Juizados Especiais Federais.
A Embargada interpôs, então, Pedido de Uniformização de Jurisprudência ao qual foi negado seguimento, tendo o recurso obtido trânsito em decorrência de Agravo acolhido pelo Ministro Presidente desta Turma Nacional, culminando em ser conhecido e provido, dando como improcedente o pedido autoral.
Argumenta a parte Embargante que não foi observada a Questão de Ordem n. 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia", dado que "a decisão combatida pela União encontra-se declaradamente em conformidade com o paradigma utilizado", qual seja o REsp n 1.089.720/RS, em que foi decidido não haver incidência de Imposto de Renda quando o contrato de trabalho foi extinto antes do recebimento, pela parte, das verbas rescisórias.
Acrescenta que a circunstância destacada (recebimento de verba após a rescisão contratual) é matéria fática, não podendo ser revista pela Turma Nacional de Uniformização, sendo vedado o conhecimento do Incidente de Uniformização, conforme consta na Súmula n. 42/TNU.
Assim sendo, defende a parte Embargante que deveria ter sido aplicada, igualmente, a Questão de Ordem n. 29, cujo enunciado estabelece que, "nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".
Requer por fim, a parte Embargante, que sejam conhecidos e acolhidos os Embargos, para que, dando-se efeito infringente, a Turma Nacional não conheça do Pedido de Uniformização interposto ou, conhecendo-o, ao mesmo negue provimento.
Em sede de contrarrazões, a parte Embargada argumenta que não há nos autos qualquer omissão, obscuridade ou contradição, tratando-se de mero pedido de retratação por não haver o Embargante se conformado com o teor do julgado impugnado, em decorrência do que pede sua rejeição.
É o relatório.
O recurso de Embargos de Declaração é cabível quando a decisão impugnada apresenta omissão, obscuridade ou contradição art. 535, CPC; art. 33, Resolução CJF n. 345/2015 - RITNU).
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Diante do exposto, não conheço dos Embargos de Declaração opostos porque inexistente no Acórdão impugnado qualquer obscuridade, contradição ou omissão.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5003591-10.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RUI TAVARES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribuna de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5003942-80.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FERNANDO OSCAR RUTTKAY PEREIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5007505-82.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOAO PEDRO ASSUMPCAO BASTOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5006332-23.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): REGINA CÉLIA MARTINS PIACENTINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N. 0005006332-23.2013.4.04.7200
EMBARGANTE: REGINA CELIA MARTINS PIACENTINI
ADVOGADO(S):NELSON GOMES MATTOS JUNIOR E OUTRO
EMBARGADO(A):UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR(A):WESLEY LUIZ DE MOURA
RELATOR: JUIZ RUI COSTA GONÇALVES

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por REGINA CÉLIA PIACENTINI, insurgindo-se contra Acórdão desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, de relatoria do Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, conhecendo e dando provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.
Relembra a parte Embargante que "propôs ação de repetição de indébito objetivando a restituição de valores referentes a IR - Imposto de Renda que incidiu sobre juros de mora recebidos por ocasião da satisfação do crédito constituído em reclamatória trabalhista", tendo logrado êxito em Primeiro e Segundo Graus dos Juizados Especiais Federais.
A Embargada interpôs, então, Pedido de Uniformização de Jurisprudência ao qual foi negado seguimento, tendo o recurso obtido trânsito em decorrência de Agravo acolhido pelo Ministro Presidente desta Turma Nacional, culminando em ser conhecido e provido, dando como improcedente o pedido autoral.
Argumenta a parte Embargante que não foi observada a Questão de Ordem n. 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia", dado que "a decisão combatida pela União encontra-se declaradamente em conformidade com o paradigma utilizado", qual seja o REsp n 1.089.720/RS, em que foi decidido não haver in-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

cidência de Imposto de Renda quando o contrato de trabalho foi extinto antes do recebimento, pela parte, das verbas rescisórias.
Acrescenta que a circunstância destacada (recebimento de verba após a rescisão contratual) é matéria fática, não podendo ser revista pela Turma Nacional de Uniformização, sendo vedado o conhecimento do Incidente de Uniformização, conforme consta na Súmula n. 42/TNU.
Assim sendo, defende a parte Embargante que deveria ter sido aplicada, igualmente, a Questão de Ordem n. 29, cujo enunciado estabelece que, "nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".
Requer por fim, a parte Embargante, que sejam conhecidos e acolhidos os Embargos, para que, dando-se efeito infringente, a Turma Nacional não conheça do Pedido de Uniformização interposto ou, conhecendo-o, ao mesmo negue provimento.
Em sede de contrarrazões, a parte Embargada argumenta que não há nos autos qualquer omissão, obscuridade ou contradição, tratando-se de mero pedido de retratação por não haver o Embargante se conformado com o teor do julgado impugnado, em decorrência do que pede sua rejeição.
É o relatório.
O recurso de Embargos de Declaração é cabível quando a decisão impugnada apresenta omissão, obscuridade ou contradição art. 535, CPC; art. 33, Resolução CJF n. 345/2015 - RITNU).
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Diante do exposto, não conheço dos Embargos de Declaração opostos porque inexistente no Acórdão impugnado qualquer obscuridade, contradição ou omissão.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5005565-82.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DA GRAÇA CORAL
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

PROCESSO: 5004019-89.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LAURA MARIA KILIAN MARTINS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM DESCOMPASSO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NA TURMA NACIONAL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE POR HAVER O COLEGIADO DESCONSIDERADO QUE O ACÓRDÃO APRESENTADO COMO PARADÍGMA ESTÁ NO MESMO SENTIDO DO JULGADO RECORRIDO. IRRELEVÂNCIA. PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso de julgado de Turma Recursal ou de Turma Regional de Uniformização que se apresenta em descompasso com Súmula e/ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização, cabe ao Colegiado conhecer de ofício ao Incidente de Uniformização, dado que, na segunda hipótese, é indeclinável o dever da Turma Nacional adotar medidas visando à preservação da autoridade de suas decisões, portanto de sua jurisprudência, diante do caso concreto que é submetido à sua apreciação, não podendo negligenciar nesse cuidado por omissão ou conveniência de qualquer das partes litigantes (arts. 14, § 2º c/c 45 e 50, RITNU).
A propósito desse entendimento, cabe o destaque da regra do art. 14, § 2º, do RITNU, no sentido de que "o magistrado responsável pelo juízo preliminar de admissibilidade poderá devolver o feito à Turma Recursal ou Regional para eventual adequação, caso o acórdão recorrido esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".
No Acórdão embargado, a Turma Nacional de Uniformização conheceu e deu provimento ao Pedido de Uniformização de Interpretação porque o julgado da Turma Recursal de origem se encontra em linha de choque com o posicionamento adotado pelo Colegiado em casos similares levados ao seu exame através dos PREDILEF n. 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, ambos da relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, em sessão do dia 11.03.2015, no sentido de que há "incidência de imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude de as verbas recebidas pela parte autora possuírem natureza eminentemente remuneratória" (item 10 do Acórdão embargado).
Ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado.
Embargos de Declaração não conhecidos.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização não conhecer dos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDÃOS

PROCESSO: 0505038-20.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JEFERSON FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. EXAME DE OFÍCIO E AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA QUE DEVE SER CONHECIDA DE OFÍCIO. RECONHECIMENTO, PELO COLEGIADO, DE DISCREPÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO DE ORIGEM E A JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL. IMPOSSÍBILIDADE DE EXAME DA MATÉRIA DE FUNDO NA INSTÂNCIA DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM N. 7/TNU. RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. PROCEDIMENTO ADEQUADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS.
No primeiro Acórdão proferido por este Colegiado, em 07.05.2014, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Autora não foi conhecido por não haver o Juiz Relator detectado divergência entre o Julgado recorrido e os apresentados pela parte recorrente.
Ao decidir os Embargos de Declaração manuseados pela parte Autora, o Juiz Relator achou por bem rever o posicionamento adotado anteriormente, para o fim de reconhecer que "há divergência entre os julgados trazidos pelo recorrente", na medida em que "a decisão da Turma de origem foi firme na decisão de que a reestrutura da carreira do demandante absorveu a aplicação do índice de 28,86%, outorgando-lhe direito a padrões remuneratórios superiores aos que seriam conferidos com o emprego do percentual", destacando que "o julgado do SJT (AgRg no REsp 1349178/PR posicionou-se no sentido de que 'quaisquer reajustes posteriores às Leis n. 8.622/93 e 8.827/93, inclusive os concedidos a título de evolução funcional, por força de sua natureza, em nada repercutem na dedução do reajuste de 28,86%'", além de constar no Acórdão daquela Turma, de forma equivocada, que o posicionamento adotado pelo respectivo Colegiado "estaria em conformidade com a jurisprudência desta TNU, quando o que ocorre é exatamente o contrário", ou seja, a "jurisprudência mais recente da TNU é, com efeito, no sentido de que o reajuste ora postulado somente foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos militares, o mesmo não ocorrendo em relação aos servidores civis", conforme PREDILEF 0502160-53.2012.4.05.8500, rel. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, j. 07.08.2013, DOU 09.08.2013), concluindo, então, que "os posicionamentos do STJ e da TNU são convergentes no sentido de que quanto ao reajuste de 28,86%, deve ser aplicada apenas a Súmula n. 85 do Superior Tribunal de Justiça nos casos em que a ação foi ajuizada após 30.06.2003, o que é o caso dos autos, tendo em vista que a ação foi ajuizada no ano de 2013", em decorrência do que conheceu e deu provimento ao recurso em comento.
De fato, o voto-ementa em relevo trata da prescrição, como alegado pela Embargante, porém sem qualquer mácula a desafiar correção pelo Colegiado, dado se tratar de matéria que, na sistemática processual corrente, deve ser examinada de ofício, ainda mais quando se verifica que o Juiz Relator avançou na análise da lide, registrando que, no mérito propriamente, houve distanciamento entre o entendimento em vigor nesta Turma Nacional (PRESILEF n. 05021605320124058500, rel. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, j. 07.08.2013), e o Acórdão oriundo da Turma Recursal - JEF - AL, onde consta expressamente o exame da matéria de fundo, sendo dirimida no sentido de que "a reestruturação remuneratória das carreiras do Executivo Federal, estabelecida nas Leis n. 11.091/2005 e 11.784/2008, enseja a absorção do percentual devido" e, assim, "tendo sido estruturada a carreira da parte demandante, com a fixação de novos padrões remuneratórios superiores ao que teria direito com a aplicação da diferença do percentual de 28,86% pleiteada, resta integralmente absorvido o reajuste, não fazendo jus à percepção de qualquer valor a este título"(itens 4 e 5).
Assim, uma vez identificada a divergência entre Julgados, entendeu o Juiz Relator de aplicar, de forma adequada, a Questão de Ordem n. 7/TNU, segundo a qual, "Na Turma Nacional de Uniformização, afastada a prescrição ou a decadência decretada na instância ordinária, os autos serão devolvidos ao juizado ou à Turma Recursal, conforme o caso", sendo certo que, embora haja menção à decretação de qualquer dessas causas extintivas "na instância ordinária", o fato é que não cabe a este Colegiado examinar a matéria de fundo propriamente dita. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO conhecidos, mas improvidos.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização negar provimento aos embargos, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 19 de agosto de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal
Relator

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:

PROCESSO: 5003572-04.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:NUNO DE CAMPOS
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5005706-04.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:EVANGELIA KOTZIAS ATHERINO SANTOS
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007607-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LEO AFONSO STAUDT
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007212-15.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ARLENE DIAS RODRIGUES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006255-14.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA LUIZA CASELANI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5005718-18.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CANDIDO GERALDO FREITAS
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5004457-18.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CEZAR ALVES DE ANDRADE
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007936-19.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:PAULO ROBERTO HAUSER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5004444-19.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NELSON GRISARD
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROCESSO: 5004444-19.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:NELSON GRISARD
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003545-21.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA HELENA BITTENCOURT WESTRUPP
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006261-21.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIALVA FELLER GOLIN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006487-26.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:WILLIBALDO JOSÉ NECKEL
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003564-27.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARGARETH L. MARTINS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007224-29.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:BERNADETE LIMOGI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006241-30.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA DE LOURDES ARCHER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5004010-30.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JOSÉ ARNO SCHEIDT
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5005646-31.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ANNIA TECLIA BASSANESI POLI
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006881-33.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:SÉRGIO ELI CRESPI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003887-32.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:COLETA RINALDI ALTHOFF
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007747-41.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA TEREZA LEOPARDI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006001-41.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JAMIRA LINDOCIR DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5007935-34.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:PAULO RENATO CORREA GLAVAM
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007902-44.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FREYA MEDVED LEITE NUNES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5008109-43.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LICÉRIO BRASIL DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003912-45.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ÉLCIO JOSÉ LEMOS
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007973-46.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:RUTE KALVON
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006311-47.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:NATÁLIA LABOR CARICELIER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006382-49.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:RAUL VALETIM DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5007908-51.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JANE IARA PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5008561-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OSVALDO HENRIQUE HACK
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003504-54.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALINA SANTIAGO SANTIAGO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006123-54.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JOCELI JOSE COELHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5005631-62.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ALVACELLI LUSA BRAGA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007099-61.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ODIR JOSÉ PRAZERES
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007642-64.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MANOEL OBDULIO REBELO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007687-68.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JOÃO JOSE PIACENTINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006452-66.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:TEREZA CRISTINA ROZANE DE SOUZA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003891-69.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CRISTIANO MARQUES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007260-71.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CARLOS ALBERTO SCHNEIDER
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003561-72.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARCIO CAMPOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A): UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5005617-78.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ADÉLIA DOS SANTOS SILVEIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006296-78.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MILTON LUIZ VALENTE
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5006328-83.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:PAULO FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5008313-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARILIA TEREZINHA SANGOI PADILHA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007052-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:PAULO CÉSAR TETTAMANZY D AJELLO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5003883-92.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:CLÉIDE PERON BOELL PIMENTEL
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 5007931-94.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OSCAR JOSÉ ORSI ARCHER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5007045-95.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LAURO GUESSER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
REQUERIDO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÕES

PROCESSO: 0509556-56.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO FRANCO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.
A sentença julgou improcedente o pedido e indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita à parte autora, que interpôs recurso inominado para a Turma Recursal, o qual não foi conhecido, diante do não pagamento das despesas processuais.
Sustenta a parte requerente que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental ao amplo acesso à justiça.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
A propósito:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem. 7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 10. Pedido de uniformização não conhecido."
(PEDILEF n. 05000971220124059840, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia, Gonçalves Cucio; TNU; Julgado em 13/11/2013; D.O.U 6/12/2013)
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502225-60.2012.4.05.8302
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ CARLOS CORREIA DE QUEIROZ
PROC./ADV.: RODOLFO VIANA DE MELO LIMA OAB: PE-25578

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, julgou procedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença indevidamente cassado pela autarquia.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ segundo a qual a possibilidade de acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria requer que a lesão incapacitante e a concessão de aposentadoria sejam anteriores às alterações promovidas pela Lei 9.528/97.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.296.673/MG, representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que "a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991, promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória 1.596-14/1997, que posteriormente foi convertida na Lei 9.528/1997".
No presente caso, o auxílio-acidente foi concedido em 22.1.1991, portanto a doença que ensejou a concessão do benefício manifestou-se antes da referida norma, devendo o acórdão recorrido ser mantido por seus próprios fundamentos.
Incide, portanto, a QO 24/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 8, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0006899-64.2011.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: GERSON GOMES DA GLORIA
PROC./ADV.: JONELICE MORAES DA SILVA OAB: TO-1370
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que o autor não preencheu os requisitos exigidos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar demonstrada a dependência econômica entre o requerente e a falecida.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505228-49.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO DOMINGOS DA CAMARA MARIZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMB. E DOS REC. NAT. RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507159-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AUREA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500060-48.2013.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEBASTIÃO VARELA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN 5.291
REQUERIDO (A): JUÍZO DA 9ª VARA DA SJ DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
A Turma de origem indeferiu liminarmente a petição inicial, sob o fundamento de que o mandado de segurança não constitui instrumento processual adequado para impugnação de decisão que reconhece a deserção do recurso inominado.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, ao argumento de ser cabível o mandado de segurança em face de decisão judicial teratológica e pleiteia o deferimento da gratuidade da justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0500097-12.2012.4.05.9840, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem.
7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
10. Pedido de uniformização não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a questão de ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503116-44.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIO SERGIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503057-56.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VALDIR VARELA MÁXIMO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501548-90.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA CLARA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0503069-70.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VERÔNICA DOMINGOS VIEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501962.88.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JORGE TAVARES MORAIS FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503026-36.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALINE FERREIRA DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503135-50.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROZELMA LOPES DA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503141-57.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ SOARES FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501464-89.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIA ALVES DE AMORIM MORAIS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505720-75.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AIRTON CAMARA DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505312-50.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZA CRISTINA REBOUÇAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513780-03.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO ESTEVAM DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge do entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inicialmente, observo que a requerente traz à colação três arestos paradigmas, sendo dois oriundos do TRF1 e outro da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.
Quanto aos primeiros, cabe frisar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange ao paradigma originário da Turma Recursal do Piauí, único aresto que pode ser analisado no presente caso, destaco que a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505054-37.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO DA SILVEIRA FREITAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503148-49.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MANOEL RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502425-93.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELBA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual não fere o princípio da isonomia a não extensão das diferenças de gratificação de desempenho (GDIT) dos servidores em atividade aos servidores inativos.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505184-27.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAIMUNDO RODRIGUES PESSOA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge do entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Inicialmente, observo que a requerente traz à colação três arestos paradigmas, sendo dois oriundos do TRF1 e outro da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.
Quanto aos primeiros, cabe frisar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange ao paradigma originário da Turma Recursal do Piauí, único aresto que pode ser analisado no presente caso, destaco que a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI, REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505856-61.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ROSINA DE OLIVEIRA COUTINHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, pois a renda per capita familiar ultrapassa o limite legal de ¼ do salário mínimo.
Sustenta a parte requerente que tal entendimento diverge da orientação firmada por turma recursal de outra região, segundo a qual o critério objetivo da renda per capita não pode ser utilizado de forma isolada, devendo ser considerado, inclusive, o valor observado para a concessão de benefícios pelo governo, tais como o Bolsa Família.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e consequente análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0505082-05.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZINHA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510584-25.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO LUCENA DE ARAUJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508532-45.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA REP. POR JEANE DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial por deficiência, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade, mormente porque a deficiência verificada pela perícia mostrou-se ser de grau muito leve, não impedindo o autor do exercício das atividades inerentes à sua pouca idade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513794-84.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ZEFERINO GOMES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508928-33.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RUTIENE JANUARIO PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519988-37.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511164-55.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0508699-28.2013.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MIGUEL FERREIRA DE MORAIS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN-5291
REQUERIDO (A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO- AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção do Ceará.
A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988, sob o fundamento de que, com o advento do Decreto-Lei 2.453/88 e da Lei 7.686/88, e em virtude da modificação na estrutura remuneratória dos servidores, houve incorporação do referido reajuste, de forma que inexiste direito ao pagamento de quaisquer diferenças. Consignou, ainda, que não ocorreu a prescrição do fundo de direito, conforme dispõe a Pet 7.154/RO.
Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77%. Aduz, também, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
De início, cumpre salientar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange aos paradigmas do STJ, verifica-se que não há similitude fática. Isto porque os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido, eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores.
Destarte, incide, na espécie, a Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
No mesmo sentido, a TNU, no julgamento do PEDILEF 05058291720124058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu nos seguintes termos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. PARADIGMAS DO STF E DE TRF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor em face de acórdão que manteve sentença de improcedência do pedido, ao fundamento de que, em que pese a pretensão não esteja fulminada pela prescrição de fundo de direito, não há diferenças a serem recebidas no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação porque os reajustes pleiteados foram incorporados pelos atos normativos posteriores que modificaram a estrutura remuneratória da carreira. 2. O requerente sustenta que o acórdão afronta a Súmula n° 85 do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não haveria que se falar em prescrição de fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede à propositura da ação. Alega, ainda, que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias. 3. Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça indicados como acórdãos paradigmas não guardam correspondência com o caso específico dos autos, registrando que em todos foi aplicado o entendimento da Súmula 85 do STJ. Os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido (demanda ajuizada vinte e três anos após a cessação da URP), eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores. 4. Quanto à influência da reestruturação de carreiras sobre as diferenças pleiteadas, o requerente apontou apenas acórdãos paradigmas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Não obstante, a admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal ou do STF. 5. Pedido não conhecido."
Assim, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0501433-20.2014.4.05.8502
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:ROBSON SANTANA DIONIZIO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN-5291
REQUERIDO (A):DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.
A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988, sob o fundamento de que, com o advento do Decreto-Lei 2.453/88 e da Lei 7.686/88, e em virtude da modificação na estrutura remuneratória dos servidores, houve incorporação do referido reajuste, de forma que inexiste direito ao pagamento de quaisquer diferenças. Consignou, ainda, que não ocorreu a prescrição do fundo de direito, conforme dispõe a Pet 7.154/RO.
Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77%. Aduz, também, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
De início, cumpre salientar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange aos paradigmas do STJ, verifica-se que não há similitude fática. Isto porque os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido, eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores.
Destarte, incide, na espécie, a Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
No mesmo sentido, a TNU, no julgamento do PEDILEF 05058291720124058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu nos seguintes termos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. PARADIGMAS DO STF E DE TRF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor em face de acórdão que manteve sentença de improcedência do pedido, ao fundamento de que, em que pese a pretensão não esteja fulminada pela prescrição de fundo de direito, não há diferenças a serem recebidas no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação porque os reajustes pleiteados foram incorporados pelos atos normativos posteriores que modificaram a estrutura remuneratória da carreira. 2. O requerente sustenta que o acórdão afronta a Súmula n° 85 do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não haveria que se falar em prescrição de fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede à propositura da ação. Alega, ainda, que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias. 3. Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça indicados como acórdãos paradigmas não guardam correspondência com o caso específico dos autos, registrando que em todos foi aplicado o entendimento da Súmula 85 do STJ. Os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido (demanda ajuizada vinte e três anos após a cessação da URP), eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores. 4. Quanto à influência da reestruturação de carreiras sobre as diferenças pleiteadas, o requerente apontou apenas acórdãos paradigmas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Não obstante, a admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal ou do STF. 5. Pedido não conhecido."
Assim, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0503473-24.2013.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:CIRILO ALVES PEQUENO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN-5291
REQUERIDO (A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO- AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção do Rio Grande do Norte.
A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988, sob o fundamento de que, com o advento do Decreto-Lei 2.453/88 e da Lei 7.686/88, e em virtude da modificação na estrutura remuneratória dos servidores, houve incorporação do referido reajuste, de forma que inexiste direito ao pagamento de quaisquer diferenças. Consignou, ainda, que não ocorreu a prescrição do fundo de direito, conforme dispõe a Pet 7.154/RO.
Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77%. Aduz, também, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
De início, cumpre salientar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange aos paradigmas do STJ, verifica-se que não há similitude fática. Isto porque os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido, eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores.
Destarte, incide, na espécie, a Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
No mesmo sentido, a TNU, no julgamento do PEDILEF 05058291720124058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu nos seguintes termos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. PARADIGMAS DO STF E DE TRF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor em face de acórdão que manteve sentença de improcedência do pedido, ao fundamento de que, em que pese a pretensão não esteja fulminada pela prescrição de fundo de direito, não há diferenças a serem recebidas no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação porque os reajustes pleiteados foram incorporados pelos atos normativos posteriores que modificaram a estrutura remuneratória da carreira. 2. O requerente sustenta que o acórdão afronta a Súmula n° 85 do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não haveria que se falar em prescrição de fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede à propositura da ação. Alega, ainda, que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias. 3. Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça indicados como acórdãos paradigmas não guardam correspondência com o caso específico dos autos, registrando que em todos foi aplicado o entendimento da Súmula 85 do STJ. Os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido (demanda ajuizada vinte e três anos após a cessação da URP), eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores. 4. Quanto à influência da reestruturação de carreiras sobre as diferenças pleiteadas, o requerente apontou apenas acórdãos paradigmas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Não obstante, a admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal ou do STF. 5. Pedido não conhecido."
Assim, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510047-86.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SILVANIA AMANCIO PADILHA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial por deficiência, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente, considerando que poderá obter trabalho adequado ás limitações de que é portadora.
Defende, a requerente, que é portadora de incapacidade que permite a concessão do benefício e que não fora intimada da juntada do laudo médico pericial, o que implicaria em cerceamento de defesa.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509277-70.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VALDENISE GOMES D´ANJOUR
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511193-08.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO ROBERTO FERREIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505440-70.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO DOMINGOS DA CAMARA MARIZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): INST. BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509002-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511200-97.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ENOCH DOMINGOS DA CRUZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510058-47.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA AUGUSTA PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para as atividades habituais.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com o adotado em outra região no caso de comprovação da incapacidade parcial, entendendo que neste caso o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Com efeito, no presente caso restou comprovado que não há incapacidade da requerente para a realização de suas atividades habituais, o que impede a concessão do benefício.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510944-57.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JÓSE MARTINS FEITOSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Suste •nta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516226-13.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PEDRO BEZERRA DA ROCHA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516900-34.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: MARIA ELISA DA SILVA UGIETTE

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501830-71.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA HELENA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para as atividades habituais.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento em relação ao adotado pela TNU no caso de comprovação da incapacidade parcial, entendendo que neste caso o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Com efeito, no presente caso restou comprovado que não há incapacidade da requerente para a realização de suas atividades habituais, o que impede a concessão do benefício.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511188-83.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMILSON ALIPIO DE MACEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação do valor recebido pela parte autora a título de auxílio-alimentação com os valores percebidos pelos servidores do Tribunal de Contas da União - TCU.

Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência do STJ, uma vez que o auxílio-alimentação não faz parte da composição remuneratória dos servidores públicos, tendo em vista que se trata de verba de natureza indenizatória. Requer, também, a análise do pedido de gratuidade de justiça, sob a alegação de que não lhe fora deferido tal benefício.

É, no essencial, o relatório.

De início, julgo prejudicada a análise acerca do pedido de justiça gratuita, haja vista que, ao contrário do que alega a requerente, o referido benefício foi, claramente, deferido pelas instâncias a quo.

Ademais, verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Isto porque, enquanto a Turma Recursal de origem negou provimento à equiparação requerida, sob o fundamento de que não existe previsão legal para o pleito do autor, a parte requerente colaciona paradigma que não guarda qualquer semelhança com o tema, tendo em vista que cuida da questão da incidência ou não de imposto de renda sobre verbas indenizatórias (auxílio-alimentação e auxílio-transporte).

Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0501078-56.2013.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:MARIA JOSÉ DA SILVA BEZERRA
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB:AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503138-23.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CARMILUCIA LAUREANO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial por deficiência, com efeitos a partir da data da perícia judicial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge de julgados da TNU que deferem a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

O acórdão vergastado firmou entendimento no sentido de que a data do início do benefício deve ser a da elaboração do laudo posto que não há provas nos autos de que a incapacidade é anterior à referida data.

Conclui-se, portanto, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, no caso, "a DIB deve ser na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962)";

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505782-78.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARLUCE DOS SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0512049-66.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ANTÔNIA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB:AL-5547
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0505784-48.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARILZAS PATRÍCIO MARCELINO
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503146-39.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDINÉIA APARECIDA DOS SANTOS MARQUES REP. POR MARIA APARECIDA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores atrasados de benefício assistencial desde a data do primeiro requerimento administrativo em que fora negada a concessão.
O acórdão vergastado entendeu que, como a perícia judicial foi realizada após a concessão do benefício administrativamente e como não há nos autos qualquer prova de que a incapacidade existe desde a data do primeiro requerimento, não há atrasados a serem pagos, posto que se não houvesse concessão administrativa o deferimento judicial se daria apenas a partir da perícia.
Sustenta a parte requerente que o benefício concedido a partir do segundo requerimento administrativo deveria tê-lo sido desde o primeiro, motivo pelo qual os atrasados deveriam ser pagos desde então.
Defende que o acórdão recorrido diverge de julgados de outra região que deferem a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);
c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).
O acórdão vergastado firmou entendimento no sentido de que a data do início do benefício deve ser a da elaboração do laudo posto que não há provas nos autos de que a incapacidade é anterior à referida data.
Conclui-se, portanto, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, no caso, "a DIB deve ser na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962)";
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510827-63.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: NIVALDO VALDI TAVARES
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB:AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500290-56.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ÍTALA LOPES SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, a requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0509776-17.2014.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:CÍCERO LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.:CARLA COTRIM UCHÔA CAJUEIRO ALMEIDA OAB:AL- 5819
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB:AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0502204-74.2013.4.05.8003
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA JOSE DA HORA DE SENA
PROC./ADV.:GLAUBER ROCHA SILVA OAB:AL-7 945
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500284-49.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO ALVES DE MEDEIROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, o requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0512089-82.2013.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:MARIA ALAIDE DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido anulação de débito previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500065-36.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELBA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, a requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504863-44.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA LEONARDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial por deficiência, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge de julgados de outra região que deferem a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);
c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).
O acórdão vergastado firmou entendimento no sentido de que a data do início do benefício deve ser a do ajuizamento da ação posto que o requisito da miserabilidade apenas restou confirmado em sede judicial.
Conclui-se, portanto, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, em todos os casos, se privilegia o livre convencimento motivado do magistrado.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500274-05.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROBERTO FAUSTINO DE SOUSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.
O requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja: o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 05000971220124059840, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem. 7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 10. Pedido de uniformização não conhecido."
(PEDILEF n. 05000971220124059840, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia, Gonçalves Cucio; TNU; Julgado em 13/11/2013; D.O.U 6/12/2013)
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507069-34.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EVANDRO DO NASCIMENTO PONTES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para as atividades habituais.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com o adotado em outra região e na TNU no caso de comprovação da incapacidade temporária, entendendo que neste caso o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Com efeito, no presente caso restou comprovado que não há incapacidade permanente do requerente para a realização de suas atividades habituais, o que impede a concessão do benefício.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500288-86.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO RODRIGUES ALVES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, o requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou deserto o recurso inominado interposto, diante da não realização do preparo no prazo legal, sustentando que a não concessão do benefício da gratuidade judiciária afronta o direito fundamental do amplo acesso à justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500253-29.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CELINA XAVIER DE AQUINO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, a requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou a renúncia ao teto dos Juizados Especiais, sob o fundamento de que o valor devido à parte autora ultrapassou o limite de alçada.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500252-44.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA NADEGI ALVES PESSOA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu o recurso ordinário interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso vertente, a requerente impetrou mandado de segurança contra decisão judicial que declarou a renúncia ao teto dos Juizados Especiais, sob o fundamento de que o valor devido à parte autora ultrapassou o limite de alçada.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502038-61.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CICERA GOMES BRAZ
PROC./ADV.: MARIA CLAUDINO OAB: PB-5775
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, concedeu benefício assistencial por deficiência, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0502214-54.2014.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:ELIÊNE VIEIRA DA SILVA BARROS
PROC./ADV.:FRANÇOUELLSE MARIA DE HOLANDA MARQUES OAB:AL-10 079
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
Foram interpostos embargos de declaração, sendo a estes negado provimento.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0514125-63.2014.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:IGOR SURUAGY CORREIA MOURA OAB:AL-7 429
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502589-92.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA CARNEIRO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512864-66.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507816-29.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA DE MACEDO OLEGARIO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0502737-65.2011.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ MÉLO
PROC./ADV.:ROSINEIDE FERREIRA LEÃO OAB:AL-7545

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Alagoas que, reformando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade rural.
Sustenta o INSS a insuficiência de prova quanto à comprovação de labor rural.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado devido ao preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial), consoante o seguinte excerto do acórdão:
"Analisando os autos nesta perspectiva, observo que, ainda que frágil, há início de prova material, a qual resta consubstanciada nas fichas ambulatoriais datada inicialmente no ano de 1983, onde consta consignada a profissão de agricultora da autora (doc. 07). Quanto à prova testemunhal, verifico, de acordo com o que consta consignado na sentença recorrida, que esta se mostrou idônea, segura e coerente, tendo confirmado o depoimento pessoal da parte autora quanto e ao exercício da atividade rural na condição de segurado especial, conforme previsto no artigo 11, VII c/c § 1º do mesmo artigo da Lei Federal nº 8.213 de 1991. Demais disso, insta frisar que a inspeção judicial se mostrou positiva, na medida em que destaca que a autora possui mãos bastante calejadas."
Sendo assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, incide a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:5002888-86.2012.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ISOLDA WALZ HORNBURG
PROC./ADV.:GUSTAVO PACHER OAB:SC-19040
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
Houve a interposição de embargos de declaração sendo os mesmo rejeitados.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
O acórdão recorrido deixou assente que, apesar de a jurisprudência da TNU entender que o regime de economia familiar não necessariamente fica descaracterizado pelo fato de um dos membros do grupo familiar possuir renda proveniente de outra atividade, no caso em epígrafe, devido à importância auferida pelo cônjuge da parte autora o grupo familiar dependia do trabalho urbano prestado por ele.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:5000133-77.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ROQUE DE JESUS DA LUZ MIRANDA
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK OAB:SC-13520
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO OAB:SC-24692

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que manteve a sentença que julgou procedente pedido de restabelecimento de benefício previdenciário de aposentadoria por idade.
Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência do STJ e da TNU no sentido de que "A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola para efeito da obtenção de benefício previdenciário.".
É o relatório.
A divergência jurisprudencial está suficientemente demonstrada entre o entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina e do STJ/TNU.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512445-48.2011.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NAZARÉ DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.:JOSÉ LUIZ RODRIGUES DA COSTA OAB:AL-3475

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Alagoas que, reformando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade rural.
Sustenta o INSS a insuficiência de prova quanto à comprovação de labor rural.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado devido ao preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial), consoante o seguinte excerto do acórdão:
"no caso dos autos, vejo que há o seguinte início prova material: a. Certidão de óbito do cônjuge constando profissão do cônjuge agricultor em 2007 (doc 5, p. 10); b. Certidão eleitoral emitida em 2011 constando profissão agricultora (doc. 5, p. 4); 5. Ressalte-se, contudo, que o INSS agiu dentro dos limites de sua competência administrativa ao indeferir o benefício, uma vez que o aproveitamento dos documentos juntados aos autos como início de prova material resultam de uma construção jurisprudencial que flexibiliza a exigência legal. 6. Considero, inclusive, que o aproveitamento desse início de prova material se justifica por ser corroborado, também, pela inspeção judicial que demonstrou de forma inequívoca sua qualidade de segurada especial."
Sendo assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, incide a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508994-13.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CREZIO ROMUALDO DE MELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0510091-50.2011.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIA ROSA DOS SANTOS
PROC./ADV.:FLÁVIO MAURÍCIO MACHADO OAB:AL-8806
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Alagoas que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade rural.
Sustenta o INSS a insuficiência de prova quanto à comprovação de labor rural.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado devido ao preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
Sendo assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, incide a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509006-27.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ARI TIBIRIÇÁ DE MACEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508945-69.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA CRISTINA REBOUÇAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508943-02.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ FELIPE FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007635-53.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDSON LOPES DE PAULA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0018396-61.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DANIEL RUI DE SOUZA GOUVEA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007825-16.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NILTON RODRIGUES
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0018601-90.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOAO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004682-19.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MILTON SÉRGIO DE CARVALHO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012711-73.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007828-68.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FREDERICO ROCHA MARQUES
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007483-05.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GUILHERMO ENRIQUE SANTIAGO MORALES
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004508-10.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JORGE CHAPCHAP
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0017000-49.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: PAULO DIAS FILHO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0018577-62.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIO GELMETTI
PROC./ADV.: ANTÔNIO CARLOS NUNES JUNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 9.723/SC, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004684-86.2013.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DEVSON BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que decretou a decadência do direito da parte autora em rever o seu benefício previdenciário.
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que a Medida Provisória n.º 1.523, de 27 de junho de 1997, instituiu um prazo decadencial para o ato de revisão dos benefícios e, não prevendo a retroação de seus efeitos, somente deve atingir os benefícios previdenciários concedidos após o advento do aludido diploma legal. Alega, ainda, que é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, no que tange à decadência, cabe frisar que o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No mesmo sentido, a Primeira Seção do STJ, por meio do julgamento proferido no REsp 1.309.529/PR, em regime de recurso repetitivo, consolidou o entendimento no sentido de que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)."
No presente caso, a Turma de origem pronunciou a decadência do direito à revisão pleiteada, tendo em vista o decurso do prazo de dez anos entre o ajuizamento do feito e a data de início do benefício percebido pela parte autora.
Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."
Ademais, verifica-se que o acórdão impugnado não emitiu juízo de valor acerca do direito material ora em análise (revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial), limitando-se ao debate da questão prejudicial de mérito, qual seja a decadência. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 35/TNU ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado.").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0018072-71.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: IZABEL ZEMUNER XAVIER
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste formulado na exordial, sob o fundamento de que a renda mensal do benefício percebido pela parte autora foi corretamente calculada, não tendo sido comprovada qualquer irregularidade no ato de sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0015720-77.2012.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUIZ PAULO DE SOUZA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste formulado na exordial, sob o fundamento de que a renda mensal do benefício percebido pela parte autora foi corretamente calculada, não tendo sido comprovada qualquer irregularidade no ato de sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0046614-36.2012.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JUTAKA MATSUDA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste formulado na exordial, sob o fundamento de que a renda mensal do benefício percebido pela parte autora foi corretamente calculada, não tendo sido comprovada qualquer irregularidade no ato de sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0050624-26.2012.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SILVIA KEIKO UEDA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste formulado na exordial, sob o fundamento de que a renda mensal inicial não foi limitada pelo teto previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0006526-19.2012.4.03.6183
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ENOQUE ANDRADE DE SIQUEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste formulado na exordial, sob o fundamento de que a renda mensal inicial não foi limitada pelo teto previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0031127-89.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NEWTON GOMES PEREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício nos índices requeridos pela parte, sob o fundamento de que os índices de reajuste a serem aplicados para a manutenção do valor real dos benefícios são aqueles previstos expressamente em lei.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifico que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque, o requerente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, sequer minimamente, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Com efeito, para fins de conhecimento do incidente de uniformização, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200638007233053, reafirmou o seu entendimento no sentido de que é dever da parte demonstrar, efetivamente, a divergência entre o acórdão impugnado e os julgados trazidos como paradigma, nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS JULGADOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
(...) 3. O incidente não merece ultrapassar a fase de conhecimento em razão de ausência de cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados trazidos como paradigmas. 4.1. A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito. 4.2. No caso dos autos, a recorrente limitou-se a transcrever ementas de diversos julgados, oriundos da Turma Regional e Turma Recursal de Mato Grosso e do Superior Tribunal de Justiça, não demonstrando a similitude fático-jurídica entre os julgados paradigmas e o acórdão recorrido. 5. Ademais, além da falta de cotejo extrai-se que a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 5ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos. 5.1. Cabe registrar que os demais precedentes citados oriundos de Turmas Recursais da mesma região não configuram a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. 6. Incidente de Uniformização não conhecido."
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0038080-69.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO BRESQUILIARI
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício nos índices requeridos pela parte, sob o fundamento de que os índices de reajuste a serem aplicados para a manutenção do valor real dos benefícios são aqueles previstos expressamente em lei.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifico que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque, o requerente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, sequer minimamente, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Com efeito, para fins de conhecimento do incidente de uniformização, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200638007233053, reafirmou o seu entendimento no sentido de que é dever da parte demonstrar, efetivamente, a divergência entre o acórdão impugnado e os julgados trazidos como paradigma, nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS JULGADOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
(...) 3. O incidente não merece ultrapassar a fase de conhecimento em razão de ausência de cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados trazidos como paradigmas. 4.1. A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito. 4.2. No caso dos autos, a recorrente limitou-se a transcrever ementas de diversos julgados, oriundos da Turma Regional e Turma Recursal de Mato Grosso e do Superior Tribunal de Justiça, não demonstrando a similitude fático-jurídica entre os julgados paradigmas e o acórdão recorrido. 5. Ademais, além da falta de cotejo extrai-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

se que a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 5ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos. 5.1. Cabe registrar que os demais precedentes citados oriundos de Turmas Recursais da mesma região não configuram a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. 6. Incidente de Uniformização não conhecido."
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505899-27.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: GERALDINA MEIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste da remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de que a criação da VPI, na realidade, é um reajuste anual "escamoteado", que representa para alguns servidores um reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) e para outros um percentual bem inferior.
É, no essencial, o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0509456-22.2013.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:ANTONIO PEREIRA DA SILVA NETO
PROC./ADV.:SAYONARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB:PB-10 523
PROC./ADV.:JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB:PB-12519
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0505681-62.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:SEVERINO SANTINO DA SILVA
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0505114-31.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:JOSÉ SALVINO DA SILVA
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0505254-65.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:ANTONIO FELIX FILGUEIRA
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0500711-04.2014.4.05.8205
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA ARAÚJO FERNANDES
PROC./ADV.:JOÃO MARTINS DE MEDEIROS JÚNIOR OAB:PB-17276
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram unís-sonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
A sentença preconiza haver início de prova material suficiente, corroborado com depoimento da autora e de testemunha, enquanto que o acórdão julgou em sentido diametralmente oposto.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0500315-61.2013.4.05.8205
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA DE LOURDES MEDEIROS
PROC./ADV.:JOÃO MARTINS DE MEDEIROS JÚNIOR OAB:PB-17276
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0502464-08.2014.4.05.8201
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA JOSÉ DE SOUZA
PROC./ADV.:JOÃO MARTINS DE MEDEIROS JÚNIOR OAB:PB-17276
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0504789-56.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA JOSE FERREIRA DE SANTANA
PROC./ADV.:CLAUDIO BEZERRA DIAS OAB:PB-11560
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0512511-78.2013.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INÁCIA MARIA PEREIRA
PROC./ADV.:CLAUDIO BEZERRA DIAS OAB:PB-11560
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0503139-68.2014.4.05.8201
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:IVONETE SERAFIM DOS SANTOS
PROC./ADV.:LYGYA RAFAELA H. DE ALBUQUERQUE MOTA OAB:PB-14 640
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que, inobstante a possibilidade da atividade rural ser descontínua, os afastamentos da parte autora deram-se por períodos significativos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0501258-78.2013.4.05.8205
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:CARMOSA LAUREANO DE MELO
PROC./ADV.:RAPHAEL CORREIA GOMES RAMALHO DINIZ OAB:PB-16068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que:
"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0509757-32.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:JOSÉ BERNARDO DE OLIVEIRA FILHO
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0501505-28.2014.4.05.8204
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA DE LOURDES DOS SANTOS CORCINO
PROC./ADV.:JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA OAB:PB-10248
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0509768-61.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA ALICE PEREIRA
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:0505712-82.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MÁRIA BERNADETE DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO:5004712-10.2012.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NOEMIA ISABEL KOERICH BROERING
PROC./ADV.:CHRISTINY DESCHAMPS OAB:SC-27940
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506630-93.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MÁRIA ALDA ALVES DE MENEZES
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo interposto como pedido de remessa ao STJ, nos termos do § 2º do art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de Agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503191-43.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA DE LOURDES RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial por deficiência, com efeitos a partir da data da perícia judicial.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge de julgados da TNU e de outra região que deferem a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);
c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).
O acórdão vergastado firmou entendimento no sentido de que a data do início do benefício deve ser a da elaboração do laudo, pois não há provas nos autos de que a incapacidade é anterior à referida data.
Conclui-se, portanto, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, no caso, "a DIB deve ser na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962)";
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511729-42.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: WESLLIANE MONTEIRO DA SILVA REP. POR ANA PAULA MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.
No caso, a parte requerente busca a concessão de benefício assistencial por deficiência, defendendo que é possível escolher referido benefício, em detrimento da pensão por morte que recebe, por ser o primeiro mais vantajoso.
É o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, pois demonstrada a divergência em relação à possibilidade de opção por benefício assistencial ao invés da pensão por morte já recebida.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501278-23.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): RICARDO FEITOSA TAVARES
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS OAB: BA 19557

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de concessão de progressão funcional da parte autora no cargo de policial rodoviário federal, porquanto completou o interstício de doze meses no ano anterior àquele em que a ré implementou a sua progressão na carreira; tendo preenchido os demais requisitos necessários ao deferimento da progressão para a classe respectiva
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que, quando a ação cautelar de protesto foi proposta em abril/2012, considerando a data atribuída na sentença para revisão a data de sua posse, o direito já estava prescrito, pois já ultrapassados os cinco anos previstos no Decreto 20.910/32.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da prescrição do direito da parte autora em decorrência da propositura de ação cautelar em abril/2012, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Dessa forma, aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500279-22.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DENILSON DOS SANTOS LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO EVARISTO DA SILVA OAB: PB-10248
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para as atividades habituais.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento em relação ao adotado pela TNU no caso de comprovação da incapacidade parcial, entendendo que neste caso o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Com efeito, no presente caso restou comprovado que não há incapacidade do requerente para a realização de suas atividades habituais, já que portador de retardo mental em grau leve, o que impede a concessão do benefício.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2015.

Min. JORGE MUSSI
Presidente da Turma

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 292, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.514/2011;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;
CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 11 de setembro de 2015; resolve:
Art. 1º - Fixar o valor das anuidades do exercício de 2016 em:
I - Pessoa Física - R$ 553,40 (quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos);
II - Pessoa Jurídica - R$ 1.367,65 (um mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).
Parágrafo único - Aos CREFs fica delegada a competência para conceder desconto sobre o valor das anuidades, respeitada a legislação vigente.
Art. 2º - As anuidades serão processadas, pelos CREFs até o dia 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares.
Art. 3º - Os pedidos de baixa de registro que forem protocolizados no CREF até 31 de março do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.
Art. 4º - É facultativo o pagamento da anuidade devida aos CREFs e ao CONFEF aos Profissionais de Educação Física que, até a data do vencimento da anuidade, tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 05 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF de sua área de abrangência.
Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 293, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;
CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 11 de setembro de 2015; resolve:
Art. 1º - Os valores a serem cobrados às Pessoas Físicas no exercício de 2016, restam fixados da seguinte forma:
a) Inscrição de Pessoas Físicas .....R$ 100,00
b) Expedição de 2ª via de Cédula de Identidade Profissional...R$ 40,00
Art. 2º - O valor a ser cobrado às Pessoas Jurídicas no exercício de 2016, será referente à inscrição no valor de R$ 100,00 (cem reais).
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 294, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das multas;
CONSIDERANDO o art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;
CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;
CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 11 de setembro de 2015; resolve:
Art. 1º - O valor das multas por infrações a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas para o ano de 2016 será de até três vezes o valor da anuidade de 2016, estabelecida em Resolução.
§ 1º - Cada CREF estabelecerá, mediante promulgação de Resolução própria, e respeitando o limite estabelecido, o valor das multas a que se refere o caput deste artigo.
§ 2º - A Resolução de que trata este artigo, deverá discriminar o valor a ser aplicado para cada infração cometida.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 472, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a composição das chapas candidatas às eleições dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Regiões para o período de 21 de abril de 2016 à 20 de abril de 2019, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso das atribuições legais e regimentais; Considerando o disposto no artigo 35 e no inciso I do artigo 36, do Regulamento Eleitoral dos Conselhos de Fonoaudiologia, aprovado pela Resolução CFFa nº 450/2014; Considerando a decisão do Plenário do CFFa durante a 1ª reunião da 143ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de setembro de 2015; resolve:
Art. 1º - A representatividade a ser obedecida para a composição das chapas dos Colegiados dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Regiões para o período de abril de 2016 a abril de 2019, será assim constituída: I- CRFa. 1ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) membros suplentes do município do Rio de Janeiro - RJ e Região Metropolitana e 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes dos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. II- CRFa. 2ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do município de São Paulo - SP e 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes dos demais municípios; III- CRFa. 3ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes do estado do Paraná e 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado de Santa Catarina; IV- CRFa. 4ª Região - 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, do estado de Pernambuco; 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado da Bahia; 2 (dois) membros efetivos e 1(um) membro suplente do estado da Paraíba, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado de Alagoas, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado Sergipe; V- CRFa. 5ª Região - 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado de Goiás; 2 (dois) membros efetivos e 1(um) membro suplente do estado do Pará; 2 (dois) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do Distrito Federal; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado do Amazonas; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado de Rondônia; 1 (um) membro suplente do estado do Amapá; 1 (um) membro suplente do estado de Tocantins; 1 (um) membro suplente do estado de Roraima e 1 (um) membro suplente do estado do Acre. VI- CRFa. 6ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) membros suplentes do estado de Minas Gerais; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado do Espírito Santo; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado de Mato Grosso; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado do Mato Grosso do Sul. VII- CRFa. 7ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) membros suplentes de Porto Alegre - RS e Região Metropolitana e 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes para o interior do estado do Rio Grande do Sul; VIII- CRFa. 8ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado do Ceará; 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Maranhão; 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Rio Grande do Norte e 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Piauí. Art. 2º - Revogar as disposições em contrário. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BIANCA ARRUDA MANCHESTER DE QUEIROGA
Presidente do Conselho

SOLANGE PAZINI
Diretora Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.129, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e resolve:
Estabelece normas e fixa o valor para disponibilização de informações, por meio de Web Services, relativas à situação profissional dos médicos e dá outras providências.
Aprovada em sessão plenária de 20 de agosto de 2015, em Brasília-DF. Disponível na íntegra no sítio: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_resolucoes

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 355, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Revoga a Resolução CRMV-MG nº 352/2014.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG), no uso da atribuição que lhe confere as letras "a", "b", "g" e "i" do artigo 17 do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 342, de 1º de fevereiro de 2011, aprovado pela Decisão do egrégio Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de agosto de 2011- Seção 1, à página 112, resolve:
Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 352/2015, de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19.01.2015, Seção 1, pág. 93.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

NIVALDO DA SILVA
Presidente do Conselho

THEREZINHA BERNARDES PORTO
Secretária-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015091800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015091800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.